

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS- UCPEL
RAUL TEIXEIRA DE MELLO FILHO

**DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA
ANÁLISE DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS DO ProUni DA
UCPel**

Pelotas

2023

Catálogo da Publicação
Ficha elaborada a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da UCPEL: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

Mello Filho, Raul Teixeira de

Democratização do acesso ao ensino superior: uma análise das histórias de vida de egressos do PROUNI da UCPEL./ Raul Teixeira de Mello Filho. - Pelotas: UCPEL, 2023.

207 f.

Orientadora: Dr^a Mara Rosange Acosta de Medeiros.

Tese (doutorado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2023.

1.PROUNI. 2. Democratização. 3. Ensino superior. 4. Políticas públicas.5. Iramuteq. I.Medeiros, Mara Rosange Acosta de. II.Título.

RAUL TEIXEIRA DE MELLO FILHO

**DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA
ANÁLISE DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS DO ProUni DA
UCPel**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do Título de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Política Social e Direitos
Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Rosange Acosta
de Medeiros

Pelotas

2023

Data da defesa: 23/06/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros, UCPel, Orientadora

Profa. Dra. Maria Elly Herz Genro, UFRGS

Profa. Dra. Marilia Morosini, PUC-RS

Dr. Tiago de Garcia Nunes, PPGPS/ DH UCPel

AGRADECIMENTOS

Antes de registrar agradecimentos, dedico espaço a uma breve reflexão sobre os difíceis momentos que vivi (vivemos) a partir do segundo ano do trabalho de tese, março de 2020, com os impactos da pandemia do novo coronavírus, que nos impuseram, dentre outras medidas, o distanciamento, isolamento social, traçando um paralelo com a previsão de caos (distopia) mundial contida em um filme de ficção de 1982: *Blade Runner, o caçador de andróides*, baseado no romance de Philip K. Dick, *Os Andróides sonham com ovelhas elétricas?*, de 1968.

Sou um cultuador declarado desse filme de ficção dirigido por Ridley Scott, estrelado por Harrison Ford, Rutger Hauer e Sean Young, conduzido pela trilha sonora (que escuto agora, *One More Kiss, Dear*) composta por Vangelis e a New American Orchestra. Tal filme previa para dezembro de 2019 um ambiente distópico na terra, que estaria contaminada por uma contínua chuva radioativa, doenças e vírus mortais, consequências das infinitas guerras e disputas pelos últimos recursos naturais restantes após anos de superexploração do planeta azul.

Naquele contexto, quem tinha recursos fugia para colônias em outros planetas, assistidos por andróides perfeitos que realizavam (todas) vontades para o bem-estar de seus proprietários. Acontece que um dia um grupo se rebela, volta à terra para questionar o sistema e seus criadores sobre quanto tempo de vida ainda teriam, se poderiam estendê-la, já que no cerne de sua programação estava a finitude que se aproximava. Tornam-se rebeldes indesejáveis, pois questionam os dominantes, resistem em ser apenas humanoides escravos, são chamados de “replicantes”; condenados pelo sistema hegemônico, devem ser exterminados pelo caçador de andróides, Rick Deckard.

Embora no início de 2020 não tivéssemos ainda (como continuamos não tendo) carros voadores ou mesmo andróides, uma pandemia e um ambiente distópico bem próximo do previsto no filme eram identificáveis. Ruas e cidades vazias, sintoma da ruptura com o presencial. Sem mais troca de ideias no bar (cantina), a Universidade fechou as portas e fomos teletransportados para o metaverso das intermináveis aulas on-line, afetando nosso rendimento e abalando nossa saúde mental.

Instalou-se uma crise global sem precedentes que balançou os pilares da globalizada economia (nada solidária), cuja “razão neoliberal” não é exclusividade das engrenagens do estado pós-moderno, pois também vem de baixo para cima

contaminado frágeis democracias, neste sul-global, que agora flertam (de novo) com o militarismo golpista como estratégia de manutenção do colonialismo e do patriarcado. Em nosso país, as estatísticas dos óbitos identificam os mais pobres, pessoas menos escolarizadas que não podiam ficar em casa, não tinham acesso a rede de internet, muito menos ao trabalho assalariado (menos ainda na forma remota), tinham sim que enfrentar o contato social na busca por sustento familiar.

Já é 2023, a pandemia ficou para trás. Agradeço a minha saúde física e mental, também por todos que sobreviveram àqueles terríveis dias. Lamento as perdas irreparáveis dos colegas de Doutorado e de Trabalho. Está no horizonte, mais uma vez, a esperança no lugar do medo. Seguimos nossos estudos e pesquisas buscando colaborar com uma sociedade mais igualitária, onde as profundezas abissais que separam pobres e ricos sejam superadas, amenizadas, para não ser demasiado utópico. Vamos resistir como replicantes humanos na conquista de nossos direitos.

É tempo, assim, de agradecer.

Primeiro, a minha filha Sophia, que muito me ajudou a seguir em frente e superar as dificuldades pessoais, ambientais, mentais e acadêmicas. Um momento marcante foi receber a cartinha que reproduzo a seguir, como gesto de consolidar minha gratidão:

A imensidão das coisas miúdas

Para ti, Pai és extraordinário

O pentear dos cabelos úmidos após o banho, ao mesmo tempo que faz caretas involuntárias ao se olhar no espelho. Os fios que depois de penteados pouco mudam para quem vê de fora; mas ele se vê diferente, e isso basta. Pouco importam as impressões externas.

A tradição, quase que religiosa, de começar o dia lendo as notícias. Antes no jornal impresso, agora no computador. Quem sabe ter um conhecimento acerca do que se passa no mundo da porta para fora o tranquilize para enfrentar o que vem pela frente? E as informações são absorvidas ao mesmo passo que um bom chimarrão é desfrutado. Uma tradição que conforta e apetece, mas também acorda, desperta.

Incessantemente, a tendência de acumular objetos, desorganizar alguns cantos, espalhar seus pertences por outros. Sem se dar conta, cria uma desordem inofensiva, a qual manifesta o que se passa dentro da gente, ou apenas traduz nosso jeito de ser. A bagunça, corriqueiramente, faz parte da sua definição. Por vezes incomoda, por vezes me faz sorrir. Porque há um pedacinho dele nisso, e, portanto, há beleza também.

O hábito de me dar a mão para atravessar a rua, desde sempre. Um instinto natural de proteger e de guiar. Sobre tudo, de amar. Não importa a idade que eu tenha, 10, 20 ou 50. É um endereço vitalício: do meu lado, e com a mão estendida, disponível a atravessar comigo todos os caminhos que surgirem. De preferência me protegendo de tudo com que a gente cruzar. E ele sabe que é recíproco, porque juntos vamos melhor.

O dom da engenhosidade. Consegue criar com poucos recursos. Puxa uma corda, prende num gancho, e o que pode sair disso é sempre uma surpresa incrível. Do tipo que só ele imagina e arquiteta, originalmente. A criatividade, quando vem, o faz ser capaz de muito através de pouco. Improvisa com personalidade, criando "gambiarrras" como uma marca registrada. De um jeito natural, autêntico; lindo.

O cantarolar desafinado de canções aleatórias, alto, estridente e cheio de alegria. Capaz de tirar um sorriso de qualquer um, mesmo no mais cinza dos dias. Canta, dança, brinca; emana alegria. Guarda dentro dele a criança que todo adulto nunca deveria deixar morrer, e ela me toca todas as vezes que vem à vida. Ele ensina que a melhor maneira de levar a vida é de uma forma leve, descontraída, botando o coração em tudo que fazemos. Dono de uma diversão a qual quem teve a oportunidade de conhecer sabe da sorte que teve.

Pai, te amo por essas pequenas coisas e por tantas outras. Obrigada por me trazer a esse mundo e por me ensinar tanto sobre ele. Espero que um dia eu consiga te retribuir por tudo que és e que fazes. Estarei contigo sempre, não importa o tempo, nem as eventuais distâncias. Até depois do dia que cederes e aceitares usar pantufas, mesmo achando que elas fazem o barulho da idade. Minha morada é em ti, meu porto seguro. Enquanto eu estiver aqui, vou fazer com que tu se enxergues da mesma forma que te enxergo, porque seria egoísmo guardar tudo isso só para mim.

Enquanto eu estiver aqui, nunca vais estar sozinho.

Obrigado por ter me contado sobre o mundo, como ele era

E por ter moldado e semeado em mim como eu iria querer que ele fosse...

Busco ele aos poucos, todos os dias...

Que eu sempre te tenha para me explicar tudo que não sei e para eu te explicar tudo que mudou. Com muito amor/ Sophia Portella Teixeira de Mello. Agosto, 2020

Agradeço a colaboração e o carinho de todas as pessoas do convívio acadêmico, colegas, amigos que ajudam a superar os momentos difíceis como os que vivemos e sobrevivemos.

Ao colega Renan Costa Valle Scarano, pelas preciosas sugestões acadêmicas em momentos de socialização extra campus, fruto de sua qualificada formação filosófica e humana.

Aos servidores administrativos da Universidade Católica de Pelotas, em especial a Secretaria do PPGPS-DH, assoberbados de trabalho por atender vários programas de pós-graduação num só lugar.

A Coordenação do Programa Universidade para Todos na UCPel pela colaboração no levantamento das informações pertinentes a pesquisa

Aos bolsistas egressos do PROUNI que participaram das entrevistas compartilhado a narrativa das experiências vividas enquanto beneficiários da política pública.

A gestão do Instituto Federal Sul-rio-grandense que mantém a política de Desenvolvimento de Pessoas com apoio financeiro a qualificação dos servidores.

Aos colegas de Pró-reitora de Gestão de Pessoas pelo apoio ao período de afastamento.

A minha mãe Elaine Pereira Teixeira de Mello, Professora de várias jornadas, muitas escolas. Professora de escola Rural no início da carreira, diretora em Jaguarão e Pelotas, professora na Escola Técnica Federal de Pelotas, obrigado pelo apoio material e pelo exemplo de vida. Ao pai Raul Teixeira de Mello, homem do campo, gaúcho de pouco estudo e muita sabedoria. Laçador habilidoso hoje deve estar treinando uns “pialos” nos campos do céu. Apreendi muito contigo.

A Simone Godoy Doubrava, amor, amizade, e apoio incondicional, obrigado.

Não vou esquecer de agradecer ao Bud, o cãozinho pug da família, da Sophia. Quantas tardes frias de inverno e estudos, leituras, aulas *on-line* me aquecias (ainda aquece) ali bem juntinho aos pés, essa bola peluda, quentinha. Teus convites insistentes de passear na vizinhança, alívio para ti, descanso nos olhos para mim. Obrigado!

Aos integrantes do grupo de pesquisa Emancipação, colegas, mestrandos, doutorandos e aos professores da linha 03 do PPGPS-DH: Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas. Prof. Dr. Tiago de Garcia Nunes, Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia, Prof. Dr. Cesar Augusto Soares da Costa, a Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos.

A Profa. Dra. Suzana Melissa de Moura Maфра da Silva, por compartilhar sua experiência e prática com as aplicações em pesquisa acadêmica do software Iramuteq.

Um agradecimento especial a Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos, que orientou grande parte da pesquisa.

A Profa. Dra. Mara Rosange Acosta Medeiros, pelo acolhimento na conclusão do trabalho de tese.

Quantas estradas um homem deve percorrer
Antes de chamá-lo de homem?
Quantos mares uma pomba branca deve navegar
Antes de ela dormir na areia?
Sim, e quantas vezes as balas de canhão devem voar
Antes de serem banidas para sempre?
A resposta, meu amigo, está soprando no vento
A resposta está soprando no vento
Sim, e quantos anos deve existir uma montanha
Antes de ser levada ao mar?
E quantos anos algumas pessoas podem existir
Antes de poderem ser livres?
Sim, e quantas vezes um homem pode virar a cabeça
E fingir que ele simplesmente não vê?
A resposta, meu amigo, está soprando no vento
A resposta está soprando no vento
Sim, e quantas vezes um homem deve olhar para cima
Antes que ele possa ver o céu?
E quantas orelhas um homem deve ter
Antes que ele possa ouvir as pessoas chorarem?
Sim, e quantas mortes serão necessárias até que ele saiba
Que muitas pessoas morreram?
A resposta, meu amigo, está soprando no vento
A resposta está soprando no vento

"Blowin'in the Wind"

Bob Dylan (1962)

"A realidade é aquilo que, quando você para de acreditar, não desaparece"

(DICK, 1928)

RESUMO

Esta tese teve como objetivo principal compreender os reflexos do Programa Universidade para Todos na vida egressa dos beneficiários. Os objetivos específicos foram verificar o perfil socioeducacional do bolsista integral egresso da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em três diferentes cursos: Serviço Social, Direito e Medicina; Identificar o perfil do egresso a partir das diferenças relacionadas aos elementos raça, gênero, classe e escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio, e critério para escolha do curso na observância desses três cursos; Compreender, a partir das histórias vividas e narradas pelos egressos, os reflexos do programa em suas vidas. A base teórica que orienta o diálogo entre teoria e empirismo é a sociologia de Pierre Bourdieu, os estudos de campo, os capitais e o habitus, assim como os estudos e publicações de autores que trabalham a teoria bourdieusiana na realidade Brasileira, como Jessé Souza. Na pesquisa quantitativa filtrou-se as informações quanto ao perfil socioeconômico nos Microdados do exame ENADE. Na sequência foi aplicada a metodologia do Estado do Conhecimento (MOROSINI, 2021) combinada às ferramentas de análise qualitativas-quantitativas disponíveis no software livre Iramuteq (SALVIATI, 2016). Analisando, assim, o corpus textual construído a partir da degravação das entrevistas semiestruturadas, aplicadas na perspectiva da Pesquisa Narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2015) cujas principais categorias que emergiram na trajetória de pesquisa foram: História de Vida, A Instituição, A Política e os Impactos. A pesquisa conclui que o perfil do egresso por curso está associado ao estoque de capitais cultural e econômico que o bolsista traz consigo a partir de sua trajetória familiar; isso implica em, muitas vezes, não acessar o curso pretendido inicialmente, o de maior prestígio e capital simbólico. No entanto, programa tem possibilitado acesso ao ensino superior para sujeitos que, pelo histórico familiar, pelas desigualdades sociais e econômicas, não teriam essa possibilidade. Próximo de completar dezoito anos de existência, muitos egressos continuam representando a primeira geração a conseguir um diploma de Curso Superior na família.

Palavras-chave: PROUNI. Democratização. Ensino Superior. Políticas Públicas. Iramuteq. Estado do Conhecimento

ABSTRACT

The main objective of this thesis was to understand the reflexes of the University for All Program in the life of the beneficiaries. The specific objectives were to verify the socio-educational profile of full scholarship holders from the Catholic University of Pelotas (UCPel) in three different courses: Social Work, Law and Medicine; Identify the profile of graduates based on differences related to race, gender, class and parents' education, type of school where they attended high school, and criteria for choosing the course in the observance of these three courses; Understand, based on the stories experienced and narrated by the graduates, the impact of the program on their lives. The theoretical basis that guides the dialogue between theory and empiricism is Pierre Bourdieu's sociology, field studies, capitals and habitus, as well as studies and publications by authors who work with the Bourdiesian theory applied to Brazilian reality, such as Jessé Souza. In the quantitative research, information regarding the socioeconomic profile was filtered in the Microdata of the ENADE exam. Next, the State of Knowledge methodology was applied (MOROSINI, 2021) combined with the qualitative-quantitative analysis tools available in the free software Iramuteq (SALVIATI, 2016). Thus, analyzing the textual corpus constructed from the recording of semi-structured interviews, applied from the perspective of Narrative Research (CLANDININ; CONNELLY, 2015) whose main categories that emerged in the research trajectory were: Life Story, The Institution, The Policy and the Impacts. The research concludes that the profile of the graduate per course is associated with the stock of cultural and economic capital that the scholarship holder brings with him from his family history; this often implies not accessing the initially intended course, the one with the most prestige and symbolic capital. However, the program has enabled access to higher education for individuals who, due to family history, social and economic inequalities. Close to completing eighteen years of existence, many graduates continue to represent the first generation to obtain a higher education diploma in the family.

Keywords: PROUNI. Democratization. University education. Public policy. Iramuteq. State of Knowledge

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Quadro com categorias de análise resultantes da pesquisa na base CAPES.....	43
Figura 2	A Rede de Educação Superior Brasileira/ Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa – 2019.....	48
Figura 3	Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2009-2019.....	50
Figura 4	Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2009-2019.....	50
Figura 5	Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico – 2009-2019.....	51
Figura 6	Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2009-2019.....	52
Figura 7	Participação Percentual do Número de Matrículas em Cursos de Graduação a Distância, por Categoria Administrativa.....	52
Figura 8	Participação Percentual do Número de Matrículas em Cursos de Graduação em Licenciatura, por Sexo, Organização Acadêmica, Categoria Administrativa e Modalidade de Ensino – 2019.....	53
Figura 9	Número de Concluintes em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2009-2019.....	54
Figura 10	Percentual de Participação de Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa, segundo o Regime de Trabalho – 2009-2019.....	55
Figura 11	Participação Percentual e Número de Docentes na Educação Superior, por Grau de Formação e Regime de Trabalho, segundo a Organização Acadêmica – 2019.....	56
Figura 12	Participação Percentual dos Docentes em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino, segundo o Grau de Formação – 2019.....	56
Figura 13	Evolução da Média dos Indicadores de Trajetória dos Ingressantes em Cursos de Graduação de 2010 – Brasil - 2010-2019.....	58
Figura 14	Evolução da Média dos Indicadores de Trajetória dos Ingressantes em Cursos de Graduação de 2010, por Categoria Administrativa – Brasil - 2010-2019.....	58
Figura 15	Evolução da Média dos Indicadores de Trajetória dos Ingressantes em Cursos de Graduação de 2010, por Sexo – Brasil - 2010-2019.....	59
Figura 16	Matrículas no Ensino Superior no Brasil	60

Figura 17	Evolução do número de bolsas parciais e integrais em milhares, de 2006 a 2018.....	61
Figura 18	Matrículas no Ensino Superior por unidade federativa.....	62
Figura 19	Matrículas no Ensino Superior por grau acadêmico.....	63
Figura 20	Critérios e requisitos para as IES Privada/ PROUNI.....	66
Figura 21	Condições a serem observadas pelos candidatos a bolsas pelo PROUNI.....	70
Figura 22	Distribuição das inscrições do PROUNI 2023/01 por Região.....	74
Figura 23	Sequência de etapas da metodologia do Estado do Conhecimento.....	95
Figura 24	Exemplo de registros da Bibliografia anotada.....	95
Figura 25	Exemplo dos registros da Bibliografia sistematizada.....	96
Figura 26	Exemplo da construção da Bibliografia categorizada e seleção das unidades de sentido.....	97
Figura 27	Exemplo da construção das unidades de sentido a partir dos objetivos e resultados de cada resumo selecionado.....	98
Figura 28	Classificação Hierárquica Descendente- CHD, gráfico elaborado pelo IRAMUTEC/ Dendograma.....	101
Figura 29	Nominação das classe conforme interpretação do pesquisador após análise da CHD.....	102
Figura 30	Distribuição de frequência (F) por sexo.....	114
Figura 31	Distribuição de frequência por cor/raça.....	115
Figura 32	Distribuição de frequência, levando em consideração a etapa de escolarização do pai.....	116
Figura 33	Distribuição de frequência, por etapa de escolarização da mãe.....	118
Figura 34	Distribuição de frequência, por Renda total da família em nº de salário-mínimo.....	119
Figura 35	Distribuição de frequência levando em conta a escolarização superior de alguém da família.....	120
Figura 36	Distribuição de frequência, pelo principal motivo por ter escolhido o curso.....	122
Figura 37	Distribuição de frequência, pelo principal motivo para ter escolhido a sua instituição de ensino.....	123
Figura 38	Distribuição de frequência, pela alternativa que melhor descreve sua situação de trabalho.....	124

Figura 39	Distribuição de frequência, pelo grupo que foi determinante para enfrentar dificuldades durante seu curso superior e concluí-lo.....	126
Figura 40	Recorte do Dendograma que representa a CHD resultante da análise do corpus construído a partir das unidades de sentido identificadas pela metodologia do Estado do Conhecimento.....	148
Figura 41	Roteiro de entrevistas conforme as categorias emergentes da trajetória de pesquisa considerando a metodologia do Estado do Conhecimento e ferramenta Classificação Hierárquica Descendente- CHD do Software Iramuteq.....	149
Figura 42	Principais informações da CHD observadas em relação ao corpos: narrativas dos egressos PROUNI SSO, DIR e MED 2015-2019.....	150
Figura 43	Dendrograma da CHD referente ao corpos: narrativas dos egressos PROUNI SSO, DIR e MED 2015-2019, no formato vertical.....	151
Figura 44	Perfis das quatro classes na CHD resultante da análise do <i>corpos</i> : narrativas dos egressos PROUNI do SSO, DIR e MED 2015-2019.....	152
Figura 45	Informações da classe (03) da CHD, categoria História de vida por maior valor de χ^2	153
Figura 46	Análise de similitude da classe História de Vida.....	156
Figura 47	Análise de similitude da expressão Mãe.....	156
Figura 48	Informações da classe (02) da CHD, categoria: A Instituição, por maior valor de χ^2	159
Figura 49	Análise de similitude da categoria: A Instituição.....	162
Figura 50	Análise de similitude da expressão Noite.....	163
Figura 51	Informações da classe (01) da CHD, categoria: A Política, por maior valor de χ^2	165
Figura 52	Análise de similitude da categoria: A Instituição.....	168
Figura 53	Análise de similitude da expressão Prouni.....	169
Figura 54	Informações da classe (01) da CHD, categoria: Impactos, por maior valor de χ^2	171
Figura 55	Análise de similitude da categoria: Impactos.....	174
Figura 56	Análise de similitude da categoria: Impactos.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	A Rede de Educação Superior Brasileira/ Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – 2019.....	48
Tabela 2	Número de Instituições de Educação Superior e Matrículas de Graduação, segundo a Organização Acadêmica – 2019.....	49
Tabela 3	Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2009-2019.....	55
Tabela 4	Aérea geral do curso.....	63
Tabela 5	Construção do corpus de análise: descritores e resultados encontrados.....	94
Tabela 6	Quantitativo de trabalhos por tipo: Doutorado/ Mestrado.....	94
Tabela 7	Resumo da denominação dos cursos por edição de realização do exame ENADE.....	111
Tabela 8	Respostas a questão nº 11: Qual o tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades?.....	111
Tabela 09	Descrição das questões de origem, nomenclatura da variável nos Microdados-ENADE e as respostas possíveis a questão selecionada.....	112
Tabela 10	Distribuição de frequência(F), por gênero, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SSO), Direito (DIR) e Medicina (MED) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	113
Tabela 11	Distribuição de frequência, por cor/raça, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SSO), Direito (DIR) e Medicina (MED) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	115
Tabela 12	Distribuição de frequência, levando em consideração a etapa de escolarização do pai, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SS), Direito (D) e Medicina (M) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	116
Tabela 13	Distribuição de frequência, por etapa de escolarização da mãe, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de	

	Serviço Social (SS), Direito (D) e Medicina (M) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	117
Tabela 14	Distribuição de frequência, por Renda total da família em nº de salário-mínimo, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SS), Direito (D) e Medicina (M) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	118
Tabela 15	Distribuição de frequência levando em conta a escolarização superior de alguém da família dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	119
Tabela 16	Distribuição de frequência por tipo de escola na qual cursou o ensino médio, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	120
Tabela 17	Distribuição de frequência, pelo principal motivo por ter escolhido o curso, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	121
Tabela 18	Distribuição de frequência, pelo principal motivo para ter escolhido a sua instituição de ensino superior- IES, dos bolsistas do Prouni Integral, concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED, respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	123
Tabela 19	Distribuição de frequência, pela alternativa que melhor descreve sua situação de trabalho, dos bolsistas do Prouni Integral, concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED, respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	124
Tabela 20	Distribuição de frequência, pelo grupo que foi determinante para enfrentar dificuldades durante seu curso superior e concluí-lo, dos bolsistas do Prouni Integral, concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED, respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.....	125
Tabela 21	Tamanho da população e respondentes totais por ano de avaliação do ENADE, para os cursos de DIR, SSO E MED, nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.....	127
Tabela 22	Resposta à questão sobre cor/ raça por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica: Universidade e no total Brasil.....	129

Tabela 23	Resposta à questão: etapa de escolarização do Pai, por ano de avaliação do ENADE, para os cursos de DIR, SSO E MED, nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.....	130
Tabela 24	Resposta à questão: etapa de escolarização da Mãe, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.	131
Tabela 25	Resposta à questão: renda total da família em nº de salários-mínimos, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.....	133
Tabela 26	Resposta à questão: Tipo de escola cursada no ensino médio, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.....	135
Tabela 27	Resposta à questão: Qual o principal motivo para escolha do curso, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED, comparadas as respostas dos Egressos na IES e no Brasil.....	137
Tabela 28	Resposta à questão: Principal grupo de apoio a conclusão do curso, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED, comparadas as respostas dos Egressos na IES e no Brasil.....	138
Tabela 29	Médias de idade dos bolsistas por curso estudado.....	145
Tabela 30	Tamanho da população e da amostragem por cotas.....	146

LISTA DE SIGLAS

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior

AE – Auxílio Emergencial

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BF – Bolsa Família

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CGU – Controladoria Geral da União

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituto de Ensino Superior

IESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos

IFE – Instituto de Formação e Educação

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRAMUTEQ – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*

IRPJ – Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LOF – Lei Orgânica do Fisco

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MP – Medida Provisória

MPS – Ministério da Previdência Social

OIT – Organização Mundial do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

P-ger – Estudantes de Primeira Geração

PIS – Programa Integração Social

PL – Projeto de Lei

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

ProUni – Programa Universidade Para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

RJ – Rio de Janeiro

SEMESP – Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SiSu – Sistema de Seleção Unificada

SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil

ST – Segmentos de Texto

TCU – Tribunal de Contas da União

UF – Unidade Federativa

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

USP – Universidade de São Paulo

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 2- DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE AO PROUNI: UM PERCURSO HISTÓRICO. 26	26
2.1- A PRIMEIRA UNIVERSIDADE: ORIGENS	26
2.2- A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	34
CAPÍTULO 3- PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: O ESTADO DO CONHECIMENTO	42
CAPÍTULO 4- PROUNI: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS.....	48
SOBRE A SUA IMPLANTAÇÃO.....	48
4.1- ALTERAÇÕES NO PROUNI.....	67
4.2- A CATEGORIA RAÇA NO PERFIL DO EGRESSO BENEFICIÁRIO DO PROUNI.....	75
4.3- CAPITAL SOCIAL, POBREZA E DESIGUALDADE COMO CHAVE DE LEITURA PARA COMPREENDER O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	81
4.4- A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU: OS ESTUDOS DE CAMPO, OS CAPITAIS E OS HABITUS.	83
CAPÍTULO 5- METODOLOGIA UTILIZADA NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	87
5.1- PESQUISA EMPÍRICA.....	89
5.2- CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA.....	90
5.3- ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS	91
5.4- ANÁLISE DO CAMPO	91
5.4.1- Utilização do software IRAMUTEQ para consolidação da categorias	98
5.4.2- Construindo categorias a partir das classes fornecidas pela Classificação Hierárquica Descendente- CHD.....	99
5.4.3- Renomeando as classes em categorias	101
5.4.4 - Categorias em destaque	105
CAPÍTULO 6- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: CONSTRUÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO	109
6.1- IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO DO PROUNI, BOLSISTA INTEGRAL.	109
6.2- ANÁLISE DO RELATÓRIO DO ENADE: RESPONDENTES EM GERAL	126
6.3- O PROUNISTAS BOLSISTAS INTEGRAIS E EGRESSOS EM GERAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE RENDA E CLASSE.....	138
6.4- OPÇÃO METODOLÓGICA PARA A TÉCNICA DE AMOSTRAGEM POR COTAS	144
CAPÍTULO 7- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	146
7.1- UTILIZANDO O SOFTWARE IRAMUTEQ NA ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> TEXTUAL RESULTANTE DAS ENTREVISTAS.....	146
7.2- CLASSE 03: CATEGORIA HISTÓRIA DE VIDA	151
7.3- CLASSE 02: CATEGORIA A INSTITUIÇÃO	157
7.4- CLASSE 01: CATEGORIA A POLÍTICA	162

7.5- CLASSE 04: CATEGORIA IMPACTOS.....	169
CAPÍTULO 8- O ACESSO À EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO AUTOEVIDENTE: QUEM SÃO OS SUJEITOS DE DIREITO DIANTE DA NECROPOLÍTICA?	175
8.1- A QUESTÃO DA EMPATIA COMO PROPULSORA DA IDEIA DE DIREITOS HUMANOS	175
8.2- QUEM SÃO OS SUJEITOS DE DIREITO?	177
8.3- RESISTÊNCIA E LUTA POR DIREITOS	182
CAPÍTULO 9- CONCLUSÃO	184
10- REFERÊNCIAS	189
ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO/SOCIOEDUCACIONAL ENADE 2018 .	197
ANEXO B – Roteiro de entrevistas e Classificação Hierárquica Descendente- CHD	202
ANEXO C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	204
ANEXO D – Padronização das expressões para análise do corpus textual conforme manual Iramuteq.....	206

CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO

Conforme a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, Art. 6º, são considerados direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Para fins deste estudo trata-se de um desses direitos sociais fundamentais, que é a educação; no caso, a educação em nível superior que se efetiva por meio do PROUNI (Programa Universidade Para Todos).

A história do PROUNI remonta ao início dos anos 2000, quando, no primeiro governo de Lula da Silva, um Grupo de Trabalho Interministerial-GTI foi criado vindo a elaborar o relatório “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para sua reforma”. O relatório apresentava um diagnóstico da educação superior brasileira e propôs um plano de ação com foco na democratização do ensino superior. No documento fica claro a situação de crise da educação superior, que compreendia a crise fiscal, assim como a falta de capacidade de gerenciamento dos recursos por parte do Estado. Esse não era o cenário apenas do setor público, instituições privadas também estavam em crise, com grande inadimplência. Esse documento então foi o embrião do Programa Universidade para Todos – PROUNI, criado em 2004 enquanto lei federal.

O Projeto de Lei 3.582/2004 foi o primeiro documento oficial enviado no início de maio de 2004 ao Congresso Nacional pelos ex-ministros Tarso Genro, da Educação, e Antônio Palocci, da Fazenda. Antes da votação do PL no plenário da Câmara e diante das demandas do setor privatista para alteração da proposta do governo, o presidente Lula editou, em 10 de setembro do mesmo ano, a Medida Provisória (MP) nº 213, que instituiu o Programa Universidade para Todos - PROUNI.

Mas o programa não está aberto a todos. Embora seja destinado a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede privada com bolsa integral, os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Logo, as bolsas são destinadas àqueles estudantes com os melhores desempenhos acadêmicos.

Para Mota (2008), o PROUNI resume os pressupostos básicos da educação superior, seus princípios se complementam entre si. São eles: a expansão da oferta de vagas, a garantia de qualidade, a promoção da inclusão social via educação, o acesso

em todo o país, assim como o desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, o Programa visa alterar um dado preocupante: que apenas 11% de jovens entre 18 e 24 anos têm acesso à educação superior, motivo pelo qual a meta do programa é que 30% das bolsas sejam destinadas a esta faixa etária, proposto no Plano Nacional de Educação-PNE/2001.

O PROUNI, já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2018, mais de 2,47 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais (MEC, 2019). No primeiro semestre de 2019, no Rio Grande do Sul, foram 6.058 bolsas integrais, 5.544 parciais e 11.602 totais. O estado que mais oferece bolsas é São Paulo, com 34.752 integrais, 24.488 parciais e 59.240 totais. No país os números totais são 116.934 integrais, 127.252 parciais e 244.186 totais (SISPROUNI, 2019).

O quantitativo de beneficiados tem crescido no decorrer dos anos, em janeiro de 2020, por exemplo, registrou 1.507.807 inscrições, feitas por 782.497 pessoas. O curso com o maior procura foi direito, com 137.507 inscritos, seguido de administração, com 121.871, e enfermagem, que teve 102.902 candidatos. Medicina liderou com o maior número de inscrições por vaga ofertada, 54, logo à frente de artes cênicas, com 50 candidatos por vaga, e de comunicação social – cinema, com 41. Eles concorreram a 252.534 bolsas, das quais 122.432 são integrais (de 100%) e 130.102, parciais (de 50%). Foram feitas 1.226.797 inscrições para o benefício de 100% e 280.290 para o de 50% do valor (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Conforme Dutra (2008), o PROUNI é a democratização do acesso e permanência no ensino superior. Para a autora, o contexto educacional atual estimula o debate sobre alternativas pedagógico-educacionais que garantem a todos o ingresso, a participação e a aprendizagem nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino.

Por outro lado, a pesquisa de Mello Neto (2015) revela que os bolsistas PROUNI logo percebem, nas suas perspectivas profissionais, o fenômeno descrito pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu como sendo a lei do rendimento diferencial do diploma, onde mesmo com um diploma igual, jovens de classes sociais mais baixas tendem a obter remuneração menor do que seus colegas vindos das classes mais altas.

Conforme o autor, os bolsistas PROUNI,

apesar do melhor desempenho, continuam sendo os mais pobres, os que moram mais longe, os que não têm dinheiro para participar das festas. Eles estão atrás até para competir por estágios, porque muitas vezes é preciso ter carro, disponibilidade de tempo, possibilidade de fazer um estágio sem remuneração (MELLO NETO apud ALVAREZ, 2015, p.137).

Para Mongim (2016), tanto a permanência como a conclusão em uma graduação são vivenciadas por muitos impasses, desde financeiros até comportamentais. Concluir um curso superior representa a possibilidade de melhor remuneração e valorização, e consequentemente incluir-se em grupo de maior prestígio e *status*.

Parte-se do pressuposto que é importante desenvolver uma pesquisa para compreender se de fato o ProUni consiste numa estratégia de equidade na educação superior, buscando compreender os impactos do programa na vida dos egressos. Para isso, o objetivo geral desta pesquisa é: compreender os reflexos do Programa Universidade para Todos na vida de egressos beneficiários. Neste sentido, desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: estudar o programa ProUni a partir de sua constituição histórica; analisar a política e o programa a partir da UCPel; verificar o perfil socioeducacional do bolsista integral egresso da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em três diferentes cursos¹: Serviço Social, Direto e Medicina; identificar, a partir de dados do ENADE, o perfil de egressos em geral a partir das diferenças relacionadas aos elementos raça, gênero, classe e escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio, e critério para escolha do curso na observância desses três cursos; compreender, a partir das histórias contadas pelos egressos PROUNI-UCPel, os reflexos do programa em suas vidas.

O desenvolvimento dos objetivos propostos busca comprovar a hipótese de que o programa ProUni possibilita acesso de alunos de baixa renda, negros, indígenas, pessoas com deficiência e professores da educação básica ao Ensino Superior, a partir do qual a mudança social acontece para parte dos egressos, determinada pelo perfil socioeconômico, pelo capital cultural e demais capitais sociais do bolsista, que condicionam a permanência e êxito no processo de graduação.

¹ A escolhas dos cursos será mais bem detalhado na metodologia.

CAPÍTULO 2- DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE AO PROUNI: UM PERCURSO HISTÓRICO.

2.1- A PRIMEIRA UNIVERSIDADE: ORIGENS

A primeira Universidade do Brasil foi criada pelo Decreto Nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, conforme consta no Artigo 1º: “ficam reunidas, em Universidade do Rio de Janeiro, a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização” (BRASIL, 1920), assinado por Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, Presidente da República entre 1919 e 1922.

Já a segunda Universidade mais antiga, segundo Campos (1954), é a

Universidade de São Paulo-USP, cuja data de fundação é 25 de janeiro de 1934, constituída da união da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) com as já existentes Escola Politécnica de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia. No contexto de derrota militar sofrido por São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, o Estado “viu-se ante a necessidade de formar uma nova elite, capaz de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições, do governo e da melhoria do país” (CAMPOS, 1954, p 37).

A Escola Livre de Sociologia e Política - ELSP, de 1933, desejava formar elites administrativas para os novos tempos, marcados por uma atuação crescente do Estado, enquanto a USP pretendia preparar professores para as escolas secundárias, e especialistas nas ciências básicas. A sociologia norte-americana constituiu o modelo da ELSP. Já o perfil da Faculdade de Filosofia da USP foi influenciado pelo mundo acadêmico francês, conforme publicação *A Era Vargas*² do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica- CPDOC da Escola de Sociologia da Fundação Getúlio Vargas, (FGV-CPDOC, 2020).

Conforme Schwartzman *et al.* (2000), sua fundação foi marcada pelo o fato de não ser uma universidade nacional, mas criada pelas elites do Estado de São Paulo, região mais rica do país a época, em um enfrentamento ao governo federal que já criara a Universidade do Rio de Janeiro (1920) e pretendia torna-la a Universidade do Brasil.

² A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945” - é o título de um CD-Rom lançado pelo CPDOC em 1997. Seu conteúdo foi adaptado para ser o primeiro produto disponibilizado na página Navegando na História de nosso portal. São 126 textos, 300 imagens e 140 biografias apresentados em três módulos temáticos: Os Anos 20; Anos de Incerteza (1930 - 1937) e Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)

Para o autor, esta situação era reflexo da criação das nações-estado latino-americanas no início do século XIX, acompanhada da noção de que era importante estabelecer, em cada novo país, instituições de ensino superior capazes de promover os valores da modernidade e da racionalidade, que estavam moldando a construção das nações-estado modernas na Europa e, mais especificamente, na França (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 161).

O autor defende que as antigas universidades coloniais católicas, fundadas nos séculos XVI e XVII, foram transformadas dando origem as “universidades nacionais de ponta na região – Universidad de Chile, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional Mayor de San Marcos no Peru, Universidad Nacional Autónoma de Mexico, Universidad de la República no Uruguai, e outras” (SCHWARTZMAN, 2006, p. 162).

O ensino superior do Brasil se diferencia do de outros países da América Latina pelo fato de suas universidades datarem do século XVI ou, no máximo, do século XIX, ao passo que as “tardias” universidades brasileiras só surgiram nos anos 1930 e 1940.

Em 1931 o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu ampla reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos, primeiro-ministro da educação do país, autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança de anuidade, uma vez que o ensino público não era gratuito.

O período de 1931 a 1945 caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Em troca do apoio ao novo regime, o governo ofereceu à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico, o que de fato ocorreu a partir de 1931. As ambições da Igreja Católica eram maiores e culminaram com a iniciativa da criação das suas próprias universidades na década seguinte. Como Martins (2002) esclarece:

[...] estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade. As principais críticas ao modelo universitário eram: a instituição da cátedra, a compartimentalização devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 (que resistiam à adequação e mantinham a autonomia), e o caráter elitista da universidade. O elitismo se refletia no atendimento de parcela mínima da população, sobretudo dos estratos mais privilegiados. O que se pretendia era a extinção da cátedra, com organização departamental dependente de decisões democráticas (MARTINS, 2002, p. 5).

Esse debate permeou a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 1961, que de maneira diversa da reforma de 1931 não insistia que o ensino superior deveria organizar-se preferencialmente em universidades.

Para os “reformadores”, a LDB de 1961 representou uma derrota e foi considerada uma vitória dos defensores da iniciativa privada, acenando a bandeira da liberdade do ensino.

Em 1964, com início do regime militar, houve um desmonte do movimento estudantil, mantendo sob vigilância as universidades públicas, classificadas como focos de subversão, o que provocou um “expurgo” de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970.

Conforme Martins (2002), a reforma de 1968, a despeito de ocorrer em clima de deterioração dos direitos civis, inspirou-se em muitas das ideias do movimento estudantil e da intelectualidade das décadas anteriores:

1- instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, 2 – criou os institutos básicos, 3 – organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante, 4 – alterou o exame vestibular, 5 – aboliu a cátedra, 6 – tornou as decisões mais democráticas, 7 – institucionalizou a pesquisa, 8 – centralizou decisões em órgão federais. A partir de 1970, a política governamental para a área foi estimular a pós-graduação e a capacitação docente (PICD) (MARTINS, 2002. p. 5).

Conforme o autor, em 1960 existiam 226.218 universitários (dos quais 93.202 eram do setor privado) e 28.728 alunos excedentes (aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas).

Em finais da década de 1970 o setor privado já respondia por 62,3% das matrículas, e em 1994 por 69% (MARTINS, 2002 apud SAMPAIO, 1999, p.5)

Durante os anos 80 houve uma queda na demanda por ensino superior, provocada principalmente pelos efeitos da recessão econômica. A renúncia fiscal promovida pelo Decreto-Lei nº 1572/77 amenizou os impactos da inadimplência, do desemprego e da queda dos salários reais sobre os estabelecimentos particulares, permitindo a continuidade da atividade educacional e evitando muitas falências no setor (CARVALHO, 2005, p. 7).

Conforme a autora, o artigo 20 da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promoveu formalmente a diferenciação institucional intra-segmento privado. A partir desse momento, as instituições passaram a ser classificadas em privadas lucrativas e sem fins lucrativos (confessionais, comunitárias e filantrópicas). As primeiras deixaram de se beneficiar diretamente de recursos públicos e indiretamente da renúncia fiscal, enquanto as demais permaneceram imunes ou isentas à incidência tributária. Esta classificação servirá, no futuro, como referência para as políticas que oferecem imunidade tributária em troca de vagas no ensino superior.

Com propósito de aumentar significativamente o número de vagas no ensino superior teve início, em 2003, a expansão da Rede Federal de Educação Superior, durante o primeiro mandato do governo Lula, com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (MEC, 2020).

Estudos no campo das políticas educacionais promovidas pelo Estado Brasileiro passam pela análise da grande influência do Banco Mundial BM, suas estratégias e definições de políticas econômicas e educacionais para países periféricos, o que Roberto Leher (2014) chamou de “*ministério mundial da educação*”:

Para compreender as ideologias que transtornam a educação da América Latina, da África e de parte da Ásia, é preciso examinar os encaminhamentos do Banco Mundial, o ministério mundial da educação dos países periféricos (LEHER, 2014. p. 19)

Nesse sentido, o tema remete à análise da motivação que impeliu os interesses financeiros a atuar junto a organismos internacionais, influenciando políticas relacionadas a educação nos países da América Latina, da África e de parte da Ásia, na busca de uma posição crítica às consequências e impactos dessa atuação nos governos e na sociedade destes países.

Uma análise de acordos educacionais do Brasil com os Estados Unidos e as estratégias de atuação do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO³ revela preocupação com a segurança e a ameaça que representava a proliferação da doutrina marxista no sistema educacional dos países periféricos, principalmente nas universidades públicas. Conforme Roberto Leher (2014), a engenharia social data do período da guerra fria e do fracasso dos EUA na Baía dos Porcos, Cuba:

O programa educacional e, mais especificamente, as ações de propaganda da Aliança para o Progresso, foram direcionados para este fim. Como assinalado por Berle, um dos mais próximos colaboradores de Nelson Rockefeller e importante conselheiro de Kennedy e Johnson “na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educandos e dos semieducados. A estratégia é conseguir a dominação através

³ (UNESCO) agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação

dos processos educacionais”. (LEHER, 2014 apud COLBY; DENNET, 1998, p. 425).

Despontava no horizonte dos anos 1970 o retorno a independência de alguns países colonizados e as manobras político-militares da Guerra Fria, como a instalação de mísseis russos em Cuba capazes de alcançar facilmente o território norte americano. O outrora comandante das tropas dos EUA no Vietnã, McNamara, assume o Banco Mundial (1968-1981), anteriormente caracterizado pelo “abandono gradativo do desenvolvimentismo e a política de substituição de importações para focar no binômio pobreza-segurança” (Leher, 2014, p. 20).

O Banco Mundial passa a atuar diretamente na educação, desenvolvendo programas que atendam populações classificadas como “suscetíveis ao comunismo”, programas para o ensino técnico na área da saúde e controle da natalidade, impactando na economia dos países classificados à época como do “terceiro mundo”.

Essa época ficou marcada pela exportação da chamada “revolução verde”⁴, movimento de modernização da agricultura sob o discurso da produção de alimentos em grande escala para combater a fome no mundo. Segundo alguns entendimentos, o termo também pode ter sido criado como forma de oposição às “revoluções vermelhas”. No entanto, além do êxito na produção alimentos, houve a transformação da agricultura em um grande empreendimento capitalista, introduzindo a dependência de sementes híbridas vinculadas a patentes internacionais e o pagamento de *royalties* sobre a produção, intensificando a concentração fundiária nos países em desenvolvimento.

As alterações nas políticas de gestão do Banco Mundial alcançaram o Brasil na década de 1990, no contexto de profundas mudanças na economia e na educação, buscando um redesenho do papel do Estado diante das orientações do Banco e outros organismos internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁵ e o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁶. Tinham como objetivo adequar o país à “nova ordem” ditada pelo capitalismo internacional, como no texto de ordenamentos da reforma da educação profissional, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da

⁴ Preconizava uso intensivo de mecanização, agrotóxicos e fertilizantes químicos, financiada pelos bancos estatais impulsionou a colonização do centro-oeste e norte do Brasil, alcançando a Amazônia, o que transformando grandes áreas de floresta em pasto para pecuária e agricultura extensiva

⁵ (BID) é uma organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, EUA, criada no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe.

⁶ (FMI) é uma organização criada em 1944 com o objetivo de recuperar a economia internacional dos efeitos da Grande Depressão de 1929 e da Segunda Guerra Mundial

Educação nº 9394/96, Decreto Federal nº 2.208/97. Assim, o BM e o BID se caracterizam como personificam instrumentos de definição de políticas econômicas e sociais a serviço dos interesses do capital internacional, para que sejam feitas as modificações necessárias para garantir o pagamento da dívida e que se mantenha a atual estrutura de valorização do capital, independente dos reflexos sociais resultantes.

Os volumosos recursos concedidos pelo BM e FMI aos governos para aplicação na educação, mesmo sob a classificação de “ajuda”, “cooperação” ou “assistência técnica”, são empréstimos financeiros, que devem ser pagos com os respectivos ônus de dívidas de capital, juros e correção monetária muitas vezes regidas pelas regras do financiamento internacional que implica na correção para dólar estadunidense dos valores totais referentes às desvalorizadas moedas locais.

Em estudos anteriores, Mello Filho (2006) identifica que as diretrizes de BM e BID atingem a educação profissional e tecnológica e as políticas públicas e consequentes reformas, diante de um contexto que atribuía a esta modalidade de ensino importância como “elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção dos cidadãos no mundo contemporâneo, pleno de transformações marcadamente tecnológicas” (p.32). Um exemplo foi o Decreto Federal nº 2.208/97, marco regulatório que faz parte da construção histórica do mosaico da educação profissional e das políticas públicas que a integram a outras formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Como consequência desse decreto, editado no governo Fernando Henrique Cardoso, foram implementadas medidas que, de maneira explícita, dissociaram a educação profissional da educação básica e aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e trabalhadores. As ideias do Banco Mundial foram absorvidas nesse Governo, como no texto denominado Planejamento Político-Estratégico 1995/1998, de maio de 1995, que evidencia a intenção de separar o ensino médio do profissional, possibilitando a adaptação das escolas técnicas à disposição das ingerências do empresariado.

Cunha (1997) destaca a presença relevante de dois assessores do MEC que exerceram influência na consecução das políticas educacionais decorrentes. São eles Cláudio de Moura Castro e João Batista Araújo e Oliveira, principais articuladores das ações que formaram o mosaico da reforma a partir dos ordenamentos jurídicos publicados pelo estado brasileiro à época.

Nesse contexto, grande parte das sugestões de Castro e Oliveira se alinham com as recomendações do Banco Mundial sugeridas em 1989, quando da divulgação do relatório sobre o “segundo grau” ao governo brasileiro.

Posteriormente, as sugestões dos dois assessores ganharam forma legal, por meio do Decreto Federal nº 2.208/97 e das legislações que deram sustentação à efetivação da reforma. Entretanto, vários autores criticaram a ruptura entre ensino propedêutico e profissional. Um deles é Martins (2000), o qual fez duras críticas ao projeto neoliberal do governo de regulamentação da educação profissional via decreto federal. Ele entendia que a dicotomia entre médio e técnico acabou por aproximar o ensino profissional do mercado, “treinando os trabalhadores segundo as técnicas momentâneas do sistema produtivo em vigência” (MARTINS, 2000, p.69) Ou seja, a crítica de Martins e outros à reforma sustenta-se na proposta compreendida como mercantilização do ensino profissional a partir da reestruturação da educação profissional, e na diferenciação (aligeirada) de formação oferecida à classe trabalhadora, que foi efetivada a partir da promulgação da LDB nº9394/96, pelo Decreto Federal nº2.208, de 17 de abril de 1997, alterou artigos de 39 a 42 da LDB da educação, em seu capítulo III, que trata especificamente da Educação Profissional.

A partir dessa regulamentação, a formação técnico-profissional passa a organizar-se nos níveis básico, técnico e tecnológico. O primeiro destina-se a todos e independe de escolaridade; O técnico destina-se a matriculados ou egressos do ensino médio, e o nível tecnológico compreende a formação para egressos do ensino médio ou técnico, com vistas ao tecnólogo.

Moreyra (2002) entende que a reforma acirrou a dicotomia entre educação para os que trabalham e para os que pensam, pois hierarquizou educacional e socialmente a formação tecnológica em níveis. Para autora, a reforma da educação profissional é resultado de uma articulação internacional, citando como exemplo uma das recomendações da UNESCO, a de que “é necessário realizar as mudanças requeridas adaptando-as a cada país de forma que possibilitem a autonomia e a mobilidade dos seres humanos seguindo o plano do novo modelo em que a Educação Técnica Profissional- ETP constitui eixo central do processo de reforma” (UNESCO, 2000, p. 72). Além disso, Moreyra reforça que o governo se valeu de uma prática muito utilizada desde o regime militar, qual seja, a de recorrer a recursos de instituições internacionais, nesse caso ao Banco Mundial, para dar conta de realizar as mudanças, resultando em uma visão mercadológica de educação, na conjuntura da reforma neoliberal.

Manfredi (2002) acrescenta que o projeto oficial de reforma do ensino médio e profissional no governo Fernando Henrique Cardoso tinha como objetivo prioritário a melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, portadora de novos padrões de produtividade e competitividade.

Mas, para dar conta da reforma, foram implementadas políticas públicas, asseguradas por financiamento conjunto entre MEC/BID, a exemplo do PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional, resultante de consultorias e diagnósticos de instituições nacionais e internacionais, tendo como justificativa a necessidade adequar o financiamento da educação profissional em uma realidade de aumento de demanda de vagas e escassez de recursos devido a crises econômicas e fiscais.

Para execução do PROEP foi assinado um contrato entre três agentes financiadores, MEC/BID e Fundo de amparo ao Trabalhador - FAT, que tinha como objetivo apoiar a criação de um sistema eficaz de educação profissional “para adestrar jovens e adultos mediante cursos pós-secundários não universitários, cursos livres de nível básico e outros...” (LIMA FILHO, 2004, p. 4).

O autor ainda esclarece que no contrato, assinado pelos três agentes financiadores, o PROEP tem como objetivo apoiar a criação de um sistema eficaz de educação profissional “para adestrar jovens e adultos mediante cursos pós-secundários não universitários, cursos livres de nível básico e outros...” (BID, 2000, p.1 apud LIMA FILHO, 2004, p.4). Nesses contratos fica explícita a relação próxima entre as pautas do BID e do Banco Mundial para os países da América Latina e Caribe, no que se refere aos financiamentos voltados à redefinição do papel do Estado e ao alívio da pobreza.

O PROEP, nesse sentido, visava modernizar o sistema da educação tecnológica balizado por uma realidade econômica, tecnológica e educacional imposta pela globalização, com acesso restrito mediante compromissos precisos e rígidos que deveriam ser seguidos pelas instituições que se habilitassem a receber parte dos recursos disponibilizados. Além disso, esse programa operacionalizou, como política pública educacional, o que dispõe a legislação educacional, em particular o Decreto 2.208/97 e a Portaria MEC nº646/97, assim como a Medida Provisória nº 1548-28.

Algumas mudanças impostas pela reforma liberal efetivada nos anos 1990 foram revistas no governo Luiz Inácio Lula da Silva, com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que revogou o mencionado Decreto nº 2.208/97. Esse novo decreto trouxe a

possibilidade de as instituições voltarem a oferecer o ensino médio de forma integrada à formação profissional e ampliou as possibilidades de articulação com a educação de jovens e adultos. Mais especificamente no § 2º do artigo 3º estabeleceu:

“[...]§ 2º Os cursos mencionados no caput articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.” (BRASIL, 2004).

Foi neste contexto de mudanças que o PROUNI foi criado em 2004, por meio da Medida Provisória nº 213/2004, substituída posteriormente pela Lei nº 11.096/2005, complementado pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, responsável pela formalização das isenções fiscais proposta em contrapartida à adesão ao programa. Além da expansão de vagas, o governo propõe por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE/MEC 2007, que a educação superior deve se orientar pelos seguintes princípios complementares entre si: expansão da oferta de vagas; garantia de qualidade; promoção de inclusão social a partir da educação; acessibilidade e ordenação territorial; e desenvolvimento econômico e social a partir da formação de mão-de-obra qualificada.

2.2- A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A expansão da educação superior no país contou com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE-2001), cujo principal objetivo era ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica⁷ da rede federal de educação superior, cuja principal forma de acesso é o Exame nacional do ensino médio – ENEM.

⁷ Expansão: Física, aumento do número de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos aumento do número de alunos por professor. Pedagógica, promoção de inovações pedagógicas que promovam ações de redução da evasão. Acadêmica, oferta de novos cursos com flexibilização dos currículos.

Criado em 1998 para avaliar o domínio de competências pelos estudantes concluintes do ensino médio, a participação era voluntária (BRASIL, 2015). O exame recebeu então cerca de 157 mil inscrições. Em 2001, os alunos de escolas públicas passaram a ter isenção do pagamento da taxa de inscrição. O número de participantes foi superior a 1,6 milhão. A nota do exame passou, em 2004, a ser critério de participação dos candidatos a bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (ProUni), lançado naquele ano. A maior mudança aconteceu em 2009, quando o Ministério da Educação criou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), onde o resultado do ENEM passou a servir para acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras, assim como em algumas universidades no exterior.

Há consenso de que exame tem permitido ou facilitado o ingresso de estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Também, que a unificação da seleção aumentou a mobilidade dos estudantes nas diferentes unidades da Federação, reduzindo o número de vagas ociosas nestas IFES. Contudo, alguns questionamentos são formulados por pesquisadores do tema: “Em caso positivo, quanto as expectativas mencionadas anteriormente, esses estudantes têm logrado êxito em se manter nos cursos em que foram admitidos?” (PACHECO, 2009, p. 259).

Conforme o Ministério da Educação, a partir de 2013, os 7,1 milhões de participantes puderam usar a nota do Enem para concorrer a bolsas de estudos do programa Ciência sem Fronteiras. E em 2014 foi registrado o recorde no número de inscritos: mais 8,7 milhões de candidatos (BRASIL, 2015).

Outra ação do Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), criou, no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo foi ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional. Esse processo de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica iniciou-se quando o governo federal revogou, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005, a proibição da criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista no § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, publicada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC.

Foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com 312 campi espalhados por todo o país, várias unidades avançadas atuando no Ensino Médio Profissional (50% das vagas), licenciaturas (20% das vagas) e cursos superiores de

tecnologia ou bacharelados tecnológicos (30% das vagas), podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados profissionais. O projeto buscou melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todo país (MEC, 2005).

Atualmente, a Rede Federal está constituída por: 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 centros federais de educação tecnológica (CEFET), 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II (RJ), e seus respectivos campus. Conforme o livro “As Estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica” (INEP, 2017) o número total de matrículas, não computados cursos de qualificação e de pós-graduação, são os seguintes: 1.831.003 (educação básica) + 1.123.119 (educação superior) = 2.954.122 matrículas.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. O programa sofreu inúmeras alterações nos anos seguintes por meio de medidas provisórias e leis complementares, principalmente na forma de financiamento do fundo e prazos para integralização dos valores recebidos pelos estudantes beneficiados. Atualmente, podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham resultados positivos nos processos avaliativos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Esses processos produzem relatórios detalhados a partir do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)⁸, criado em 2004 para substituir o antigo Exame Nacional de Cursos, que era conhecido como Provão. Consiste em uma das ações adotadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para avaliar o desempenho das faculdades e das universidades no Brasil.

⁸ O questionário do estudante com 18 perguntas socioeconômicas que acompanha a aplicação do ENADE produz um detalhado banco de dados (Microdados ENADE) e constitui importante fonte de dados para a pesquisa pretendida, em especial na identificação do perfil socioeducacional dos egressos das instituições privadas de educação superior que foram bolsistas PROUNI.

É necessário diferenciar conceitualmente as instituições públicas e privadas⁹ que oferecem cursos superiores, diante da intenção de pesquisar as políticas públicas que buscam aumentar a oferta de vagas no setor privado em contrapartida de isenções fiscais do Governo Federal. Conforme Pacheco (2019), aproveitando o dispositivo constitucional de 1988 que garante às instituições de ensino autonomia para abertura, expansão ou fechamento de cursos, vão se transformando em universidades resultando em um grande avanço do setor privado¹⁰, fomentado pelas políticas de isenções fiscais que geram grande atração para o Brasil, “houve um crescimento das instituições privadas, entre 1995 e 2007, de nada menos que 197,1%” (PACHECO, 2019, p. 70).

Essas instituições são classificadas conforme a gestão administrativa e características dos cursos que oferecem. Com base nas definições do INEP/20018, são: i) Faculdade – instituição de educação superior que atua em um número reduzido de áreas do saber, nas quais são especializadas, oferecendo apenas cursos na área de saúde ou de economia e administração, por exemplo. Não possuem autonomia para criar programas de ensino e cursos, e seu corpo docente deve ter titulação de, no mínimo, pós-graduação *lato sensu*; ii) Universidade privada com fins lucrativos – enquadra-se nesta categoria, a instituição de educação superior mantida por ente privado, com fins lucrativos; iii) Universidade privada sem fins lucrativos – enquadra-se nesta categoria administrativa, a instituição de educação superior mantida por ente privado, sem fins lucrativos, podendo ser beneficente ou não beneficente.

Já as Instituições públicas são: i) Estadual – enquadra-se nesta categoria administrativa, a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Estadual, com gratuidade de matrículas e mensalidades; ii) Pública federal – enquadra-se nesta categoria administrativa, a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Federal, com gratuidade de matrículas e mensalidades (UF, IFE e CEFET); iii) Pública municipal – enquadra-se nesta categoria administrativa, a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Municipal, com gratuidade de matrículas e mensalidades; iv) Centro universitário – instituição de educação superior pluricurricular, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracteriza pela excelência do

⁹ Apenas em 1996, na LDB, houve a diferenciação entre instituições privadas lucrativas e sem fins lucrativos (confessionais, comunitárias e filantrópicas).

¹⁰ As cinco maiores empresas de ensino superior no país em 2017: Kroton (principais marcas: Anhanguera, Unopar, Pitágoras); Estácio; Unip; Laureate (principais marcas: FMU, Anhembí Morumbi, UniRitter); Cruzeiro do Sul Educacional (Universidade Cruzeiro do Sul, Colégio Alto Padrão) (<https://arte.folha.uol.com.br/consulta> 26/10/2020)

ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Deve possuir corpo docente com pelo menos um terço de professores com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e pelo menos um quinto de professores em regime de tempo integral. Gozam de autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior.

Nos últimos dez anos é evidente a expansão da educação superior no Brasil, com a ampliação de vagas decorrentes de políticas públicas como Programa Universidade Para Todos - ProUni e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

Dentre os programas e projetos da política de educação brasileira, destaca-se como uma das principais políticas sociais o Programa Universidade para Todos (ProUni), que foi criado em 2004 e estabelecido pela Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, sendo então um programa do governo federal brasileiro, sob gestão do Ministério da Educação (MEC). Esse programa é destinado à concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de Educação Superior com ou sem fins lucrativos, para brasileiros não portadores de diploma acadêmico. As bolsas podem ser integrais ou parciais (BRASIL, 2005).

Essa mesma legislação determina que a bolsa integral é concedida a brasileiros cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até (1,5) um salário-mínimo e meio. Para as parciais, de 50%, a renda familiar mensal *per capita* não deve exceder ao valor de até três (3) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação. Nas instituições que aderem ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), este pode ser utilizado para custear o restante dos custos.

Uma das justificativas para implementação do programa foi a inserção de um mínimo de 30% de jovens entre 18 e 24 anos de idade no ensino superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). O público-alvo dessa política são: estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais da própria escola; estudantes com deficiência; professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública. Nesse caso, não é necessário comprovar renda.

Para distribuição das bolsas também é considerado perfil étnico-racial dos bolsistas, na mesma proporção de pretos, pardos e indígenas na Unidade Federativa –

UF - em que se localiza a IES, conforme aferida pelo IBGE no último levantamento censitário.

O programa permitiu a ampliação das condições e as oportunidades de acesso a formação de nível superior para grande parte da população que historicamente não tinha acesso às universidades, portanto a proposta deste trabalho é dedicar atenção para compreender o programa e quais os reflexos dele na vida das pessoas beneficiadas.

O número de inscrições é sempre maior que o de inscritos porque cada participante pode escolher até duas opções de instituição, curso e turno. Todavia, acredita-se que embora o PROUNI garanta o acesso, a inclusão social em si não é plenamente efetivada. Logo, saber o que muda na vida de egressos do PROUNI pode configurar como um caminho de análise da política.

Em contrapartida, o governo federal oferece às instituições que aderem ao programa a isenção de tributos, como imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ, contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, contribuição social para financiamento da seguridade social - COFINS e Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS.

Considerando a contrapartida mencionada, o PROUNI, desde sua implementação, tem ampliado os valores referentes às isenções tributárias em montantes que ultrapassavam a ordem dos R\$ 5 bilhões, evidenciando, com isso, um crescimento percentual de 352,93% dos recursos não arrecadados com base no Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária da Secretaria da Receita Federal – PLOA (REIS, 2016). Essa forma de financiamento do programa pode ser alvo de alterações implementadas pela atual gestão do presidente Bolsonaro, assim como as reformas e mudanças nas políticas sociais criadas nos governos Lula e Dilma, Minha Casa Minha Vida - MCMV e Bolsa Família- BF, que proporcionaram acesso a moradia e renda mínima à muitas famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza.

A garantia dos direitos sociais é essencial à vida humana. Os direitos sociais visam garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, para que tenham uma vida digna por meio da proteção e garantias dadas pelo Estado de direito. Exemplos desses direitos são os direitos à saúde, segurança, moradia, alimentação, lazer, transporte. O programa PROUNI tem possibilitado acesso ao ensino superior para sujeitos que, pelo histórico familiar, pelas desigualdades sociais e econômicas, não teriam essa possibilidade. Análises e

pesquisas anteriores indicam que a maioria dos egressos do programa constituem egressos de primeira geração¹¹ (P-ger) de uma família com acesso ao ensino superior.

No campo da Avaliação de Políticas e Programas, o ProUni pode ser analisado seguindo orientações do Governo Federal para Avaliação de Políticas Públicas, o Guia Prático de Análise *ex post*, da Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2018), apresenta uma forma de sintetizar a metodologia do governo na avaliação de políticas públicas. Inicialmente, o guia considera que estas políticas representam um conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e suficientes, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, financiadas por recursos orçamentários ou por benefícios de natureza tributária, creditícia e financeira. Logo, traz um sentido amplo ao termo, considerando os diversos aspectos. Para tanto, a avaliação de políticas públicas é a execução de um processo sistemático, integrado e institucionalizado, que tem como premissa básica “verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão” (BRASIL, 2018. p. 14).

Acompanhando as etapas que seguiram após publicação do ordenamento jurídico que criou o programa, observamos alterações que causaram impactos negativos principalmente na quantidade das vagas gratuitas disponibilizadas nas Instituições de Ensino Superior Privado- IESP, na exigibilidade dos controles institucionais, na exigência de investimentos em favor qualidade do ensino, e na amplitude dos benefícios tributários concedidos (isenções fiscais).

Algumas alterações, conforme Souza e Menezes (2014), foram resultantes do *lobby* exercido pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior- ABMES - junto ao Governo Federal, conseguindo fragilizar definitivamente os controles institucionais sobre a execução do programa. Carvalho (2011) demonstra que a mudança promovida pelo governo, afastando as competências dos órgãos de fiscalização e atribuindo toda a responsabilidade por acompanhar a renúncia fiscal e as bolsas efetivamente ofertadas pelo programa, atendeu à reivindicação da ABMES que, em pronunciamento do dia 15 de junho de 2004, havia sugerido que a fiscalização integral do programa deveria ser exclusiva do MEC. Evidentemente isso representou um

¹¹ No contexto brasileiro, autores como Figueiredo (2015), Preto (2015), Valentim (2012), Felicetti (2011), Felicetti e Cabrera (2017) e Mello Neto (2015) sinalizam, diante dos achados, o conceito de 1ª geração como sendo o primeiro da família, sem especificar o grau de parentesco, a cursar o ensino superior (FELICETTI; MOROSINI; CABRERA, 2019, p. 34).

prejuízo notório para o controle da eficiência da execução da política (SOUZA; MENEZES, 2014 apud CARVALHO, 2011).

A pesquisa de Saraiva e Nunes (2011) revela que o ProUni embora atenda às expectativas de inclusão no ensino superior, necessita de ajustes por parte dos formuladores dessa política pública educacional. Para os autores, embora se verifique ascensão profissional e social por parte de bolsistas do ProUni e que o Programa atinge milhões de brasileiros, a iniciativa encobre a necessidade de grandes investimentos em educação pública e de qualidade no país.

CAPÍTULO 3- PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: O ESTADO DO CONHECIMENTO

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004 e estabelecido pela Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, emergiu como um programa do governo federal brasileiro sob gestão do Ministério da Educação (MEC), e tem alcançado grande destaque, principalmente pela possível mudança na vida das pessoas, que vai além de uma transformação decorrente de uma política educacional de acesso ao ensino superior, mas a uma mudança social para seus egressos e familiares.

Observado a evolução no quantitativo de bolsas ofertadas pelo programa desde sua criação em 2005, constata-se que esta política tem alcançado cada vez mais estudantes em todo o país, que buscam/acreditam que através da formação em um curso superior possam mudar sua condição social e de sua família. A abrangência e a porta de acesso à formação universitária podem ser um canal de transformação social desde que este estudante permaneça na universidade e obtenha seu diploma.

A permanência do bolsista implica em suas condições socioeconômicas de se manter no curso. Mas a inclusão social¹² parece ser relativa, perversa, limitada, pois não proporciona as condições efetivas de inserir o bolsista no ambiente acadêmico, o que implica no seu rendimento e desempenho escolar. Acredita-se que investigar a inclusão social como resgate da cidadania, da plenitude dos direitos sociais, da participação social e política dos egressos em todos os aspectos da sociedade revele importantes contribuições, inclusive para as instituições que ofertam ProUni, a exemplo da Universidade Católica de Pelotas.

Desta forma, destaca-se a relevância deste estudo, tanto no que diz respeito a compreender a importância da permanência do aluno bolsista na universidade quanto para compreender o impacto desse processo na vida dos sujeitos egressos.

Diante disto, analisou-se a produção científica sobre o ProUni no Portal de Periódicos CAPES. Esse portal contém informações precisas sobre as atividades de ensino e pesquisa no Brasil. Tem como característica facilitar o acesso à informação

¹² Para aprofundar a reflexão sobre a categoria inclusão/ exclusão é necessário ver os estudos de José de Souza Martins que alertam quanto a abordagem e caracterizações pouco precisas, que podem ocultar os estados atuais da questão social, envolto pelas contradições do sistema capitalista contemporâneo. O autor alerta para a inclusão que se daria de forma perversa na sociedade capitalista, pois esta antes exclui para depois incluir mediante suas próprias regras (lógica). Martins (1997)

científica, reunir em um único espaço virtual as melhores publicações do mundo. Com uma consulta feita pelo computador, usando critérios como autor, assunto ou palavra-chave, é possível acessar, selecionar e recuperar as informações desejadas.

O acesso inicial identificou 474 publicações, a partir do filtro “PROUNI”. Posteriormente, aplicou-se outros filtros na intenção de conhecer o que se discute sobre o tema relacionado a egressos. Os filtros foram: periódicos revisados por pares, com datas de publicação entre 2014 e 2018, nos idiomas inglês, português e espanhol. Na sequência, a filtragem: “Brasil”, “Educação”, “PROUNI”, “*Higher Education*”, “*Public Policy*”, “Educação Superior”.

Na última filtragem, com busca avançada para os termos “PROUNI” mais “egressos”, obteve-se 31 resultados. A leitura destes revelou que 15 publicações tratam o tema em profundidade, as demais apenas citam a política, abordando outros temas como políticas públicas, formação em saúde, perfil de estudantes do ensino básico, ensino médio e formação docente, expansão implantação de Universidades e Institutos Federais.

Em linhas gerais, buscou-se conhecer a produção intelectual em determinado campo do conhecimento sobre o programa ProUni e seus egressos, corroborando com Menezes (1993, p. 40), quando define a produção intelectual como: “O conjunto de estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas, gerando conhecimento, sendo este aceito pela comunidade científica, e os resultados dos estudos divulgados em veículos de comunicação formal, informal e não convencional”. Isso reforça a intenção de pesquisa de analisar a geração de conhecimento produzida em determinada área.

A etapa seguinte constituiu na análise de categorias conforme o quadro da Figura 01. Essas categorizações foram realizadas de forma interpretativa pela leitura dos artigos. As “referências” também foram consideradas como categorias de análise deste estudo, na intenção de verificar quais autores têm influenciado os estudos sobre o tema, os mais citados e os motivos das citações. Após, buscou-se averiguar a presença da categoria “egressos” nos 31 artigos, pois alguns autores estudam o programa a partir de outros enfoques como: as políticas públicas brasileiras; a participação dos bolsistas como sujeitos de pesquisa; com foco nos bolsistas ainda estudantes; questões referentes à permanência desses bolsistas no meio acadêmico; bem como os possíveis resultados de uma formação em nível superior (no caso dos já graduados) de um novo perfil de egressos na sociedade; e, também, o abandono do curso por bolsistas.

As categorias de análise utilizadas por este estudo, bem como as respectivas descrições, são apresentadas na Figura 01, a seguir:

Figura 01- Quadro com categorias de análise resultantes da pesquisa na base CAPES:

Categoria de Análise	Descrição da categoria de Análise
Satisfação;	Relacionada a fatores extrínsecos e intrínsecos: trabalho, salário, crescimento profissional, formação, competências desenvolvidas, práticas desenvolvidas.
Motivação;	Motivação do prounista para continuidade de estudos.
Dificuldades encontradas o Percurso acadêmico;	Recursos financeiros, tempo para estudos, trabalho e adaptação.
Formação acadêmica, primeira geração;	Ser respeitado por classes sociais mais favorecidas; empregabilidade; referência para outras pessoas, ser primeira geração com diploma de nível universitário na família.
Impacto positivo do bolsista ProUni na Instituição;	Responsabilidade social da instituição, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social e/ou ações afirmativas; Desempenho do aluno na IES.
Comprometimento do aluno ProUni com a aprendizagem;	Sucesso na sua formação acadêmica.
Impacto na Sociedade;	Egresso ProUni causa impactos na universidade e na sociedade. Relação entre empregabilidade e trabalho, a satisfação e as influências e/ou incentivos que esses graduados desencadeiam na sociedade.
Mecanismos de acesso à Educação;	Mecanismos de acesso à educação ProUni e ENEM e sua vinculação com a democratização desse nível de ensino, a parceria público-privada – PPP.
Política pública;	ProUni e sua articulação com a operação da política fiscal e os mecanismos de renúncia tributária.
Precarização do trabalho;	Desemprego entre os jovens com nível de escolarização superior nas cidades de Macapá e Santana/Pará.
Política social;	Estímulo, sobretudo, as lutas pela expansão da educação pública de qualidade.
Democratização de acesso, permanência e êxito;	Acesso e a permanência dos estudantes até a conclusão dos cursos no sistema brasileiro de ensino superior- SBS.
Mercadorização do ensino superior brasileiro;	Configuração hodierna da educação superior, constituição de oligopólios

	educacionais geridos por fundos de investimentos nacionais e transnacionais.
Falta de Informação;	Poucas informações sobre os mecanismos de acesso ao ensino superior.
Acesso ao ensino superior na faixa etária 18 a 24 anos;	Faixa etária preferencial de ingresso no ensino superior.
Evasão do aluno indígena;	Levar em conta a garantia da identidade e da alteridade indígena.
Renúncia tributária;	Dúvidas quanto a capacidade de conferir acesso ao ensino de qualidade à população de baixa renda.

Fonte: elaborado pelo autor.

Nos 31 artigos pesquisados identificou-se que em sua maioria são de autores nacionais. Vera Lucia Felicetti é um destaque, sendo responsável por 05 artigos. A autora formula relevante questões como: qual a situação dos egressos ProUni e não ProUni no mercado de trabalho, e como ela difere entre os dois grupos de graduados? Em que medida o ProUni motiva o egresso prounista a continuar estudando? Qual a satisfação dos egressos ProUni e não ProUni com aspectos relacionados à sua formação e ao seu trabalho, e como ela difere entre os dois grupos de graduados? Os autores Alberto F. Cabrera e Marília Costa Morosini aparecem em segundo lugar com trabalhos sobre egressos em coautoria com Vera Lucia Felicetti, e vão abordar questões como: dificuldades no percurso e resultados na formação, comprometimento do aluno prounista, impactos dos egressos na universidade e na sociedade. O autor Alisson Slider do Nascimento de Paula tem dois artigos e os demais um artigo.

Conforme os autores Felicetti, Cabrera (2017), muitos estudos comprovam a relevância do ProUni no que diz respeito ao acesso à Educação Superior (SILVA, 2006; LIMA, 2007; REIS, 2008; CARVALHO, 2011; FELDMAN, 2010; BORGHI, 2013; FELICETTI, 2014a, 2014b; BOVERIO, 2014). Alguns apontam a não atenção dada pelo Programa para a permanência dos bolsistas na universidade (RODRIGUES, 2008; OLIVEIRA, 2012; SILVA, 2011; BORGHI, 2013). Outros trazem sérias críticas ao Programa, tais como ser uma forma de o governo reduzir os investimentos em IES públicas em detrimento das privadas (ALMEIDA, 2006; BENITEZ, 2007),

Esses estudos têm diferentes sujeitos participantes nas pesquisas, entre eles bolsistas do Programa enquanto alunos (MONGIM, 2010; PEREIRA FILHO, 2011); gestores (KRAMES, 2010); e professores (RODRIGUES, 2008); e há ainda pesquisas de cunho documental (OLIVEIRA, 2007; GONÇALVES DE SOUSA, 2008; ROCHA, 2009; MARINELLI, 2010; CARVALHO, 2011). Outras com egressos ProUni (FELICETTI,

2011, 2012, 2014a, 2014b; COSTA, 2012; OLIVEIRA, 2012), ou envolvendo egressos e bolsistas, mas sem compará-los, como o estudo de Bovério (2014), e ainda aqueles que fazem pequenas comparações entre aluno bolsista e não bolsista no âmbito acadêmico, como o trabalho de Mongim (2010).

A partir das referências, destaca-se o artigo de Felicetti, Rossoni e Gomes (2012) que analisou as Teses disponíveis no banco de dados (Teses e Dissertações) da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que envolvem a temática ProUni, defendidas até 2011 (2007-2011). Nos resultados encontrados os autores observaram que das 21 Teses defendidas entre 2007 e 2011 referentes à temática ProUni, 17 correspondiam à área da Educação, 1 à Administração e 3 ao Serviço Social; quanto a metodologia usada, 15 tiveram abordagem qualitativa e 6 quanti-quali; com relação aos sujeitos participantes na pesquisa, 8 tiveram bolsistas ProUni ainda enquanto estudantes como sujeitos participantes, 5 tiveram além de alunos ProUni, outras pessoas, tais como professores, gestores e administradores como sujeitos respondentes, enquanto apenas uma Tese envolveu egressos ProUni já graduados e nenhuma contemplou os evadidos como foco nos estudos e 7 envolveram apenas análise documental

Diante dos resultados, é possível considerar que o programa ProUni possibilita acesso de alunos de baixa renda, negros, indígenas, professores da educação básica ao Ensino Superior, onde a mudança social está acontecendo para parte dos egressos. Contudo, a análise realizada aponta para a necessidade de estudos que envolvam um âmbito maior de bolsistas ProUni, quer sejam ainda estudantes ou já egressos, de modo a melhor perceber os resultados proporcionados pelo Programa.

Portanto, justifica-se a relevância científica e a contribuição da presente tese para o campo das políticas sociais, em especial ao contexto da metade sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente a região de abrangência do Município de Pelotas, que atinge populosas regiões rurais e coloniais do extremo sul e região de fronteira, onde a realidade e o contexto é diferente da região metropolitana de Porto Alegre, onde predominam as pesquisas mencionadas.

Ainda na perspectiva da contribuição deste trabalho científico, é importante destacar sua reflexão na sua linha de pesquisa que busca investigar sob um referencial crítico e interdisciplinar as diferentes perspectivas teóricas no contexto das relações e políticas sociais, dando destaque especial à participação nos processos de efetivação dos direitos sociais e humanos.

Destaca-se ainda, a relevância e impacto do programa, que vai além das pessoas beneficiadas e repercute significativamente nas Instituições que aderem ao ProUni, sobretudo na responsabilidade social e classificação com o selo oficial de filantropia, como no caso da Universidade Católica de Pelotas, justificando perante a sociedade as contrapartidas do Governo Federal que envolvem a isenção de impostos e renúncia tributária.

CAPÍTULO 4- PROUNI: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS SOBRE A SUA IMPLANTAÇÃO

No final da década de 1990, a classe média apresentava poder aquisitivo capaz de sustentar a indústria dos cursos pré-vestibulares para que seus filhos conquistassem acesso à universidade pública. Por outro lado, observava-se na época um grande número estudantes excedentes, aprovados nos vestibulares, mas sem vagas efetivas nas salas de aula das Universidades Públicas

Diante desta situação e o reconhecimento das dificuldades em atender à crescente demanda de vagas públicas, o Governo Federal promoveu a ofertas de vagas no setor privado por meio de isenções tributárias e empréstimos estudantis subsidiados pelo poder público.

A carta constitucional, no capítulo da Educação, apresentou derrotas e avanços, como verificado no artigo Nº 207, conforme Leher (2003):

[...] consagra a universidade como uma instituição autônoma e referenciada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas o artigo 209 estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada, e os artigos 150 e 213 admitem a possibilidade de repasse de recursos públicos (apenas) para as instituições “sem fins lucrativos” (comunitárias, filantrópicas e confessionais) (Leher, 2003, p. 10).

Diante de um contexto de vagas ociosas nas instituições privadas e da falta de investimento estrutural nas escolas públicas combinado com experiências anteriores e as possibilidades abertas pela Constituição Federal de 1988, a opção por soluções mais rápidas resultam por acelerar as relações do Estado e iniciativa Privada.

Os planos e programas de governo surgidos dessa parceria proporcionam, como no caso do ProUni, possibilidade do direito de acesso à educação superior, embora se acumulem críticas quanto à mercantilização, encolhimento do setor público e a falta de fiscalização na qualidade do ensino ofertado. A realidade atual difere das experiências e características anteriores como executadas no período da ditadura militar iniciada em 1964, onde a maioria das instituições de ensino privadas eram representadas por empresas familiares. Observamos a grande presença de capital estrangeiro, empresas constituintes de um modelo de “negócio”, capitalizados por investimentos, muitas vezes especulativo, do setor financeiro internacional.

Neste contexto, vamos analisar, na sequência, informações de dois censos educacionais, um do Ministério da Educação- MEC/Inep, outro do Sindicato das

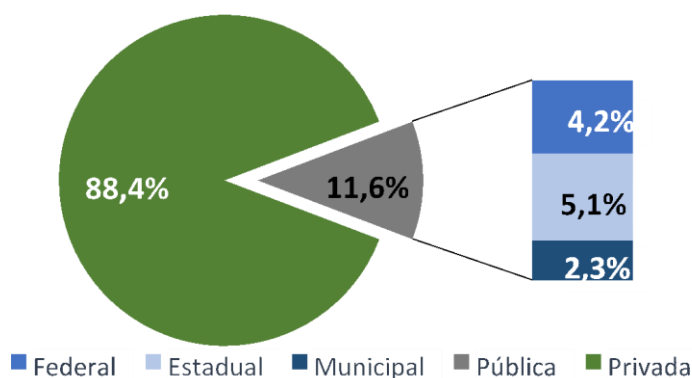
Mantenedoras da Educação Privada/ SEMESP/Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2019, quanto a características, composição e quantitativos das vagas no ensino superior. O primeiro é o Censo da Educação Superior de 2019, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Educação. O Censo coleta informações sobre as Instituições de Educação Superior (IES), os cursos de graduação e sequenciais de formação específica e sobre os discentes e docentes vinculados a esses cursos, demonstrado em gráficos e tabelas algumas tendências nos últimos dez anos, como veremos na Tabela 01.

Tabela 01 - A Rede de Educação Superior Brasileira/ Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – 2019:

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		Instituto f e Cefet	
		Públi ca	Priva da	Públi ca	Priva da	Públi ca	Priva da	Públi ca	Priva da
2019	2.608	90	10	283	11	1.933	143	40	-

Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Figura 2 - A Rede de Educação Superior Brasileira/ Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa – 2019:



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Conforme a tabela e o gráfico referentes ao Censo de 2019, há 302 IES públicas e 2.306 IES privadas no Brasil; em relação às IES públicas: 43,7% estaduais (132 IES),

36,4% federais (110), e 19,9% municipais (60); a maioria das universidades é pública (54,5%); entre as IES privadas, predominam as faculdades (83,8%); quase 3/5 das IES federais são universidades e 36,5% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). A seguir, quantitativos de matrículas de graduação, segundo a organização acadêmica:

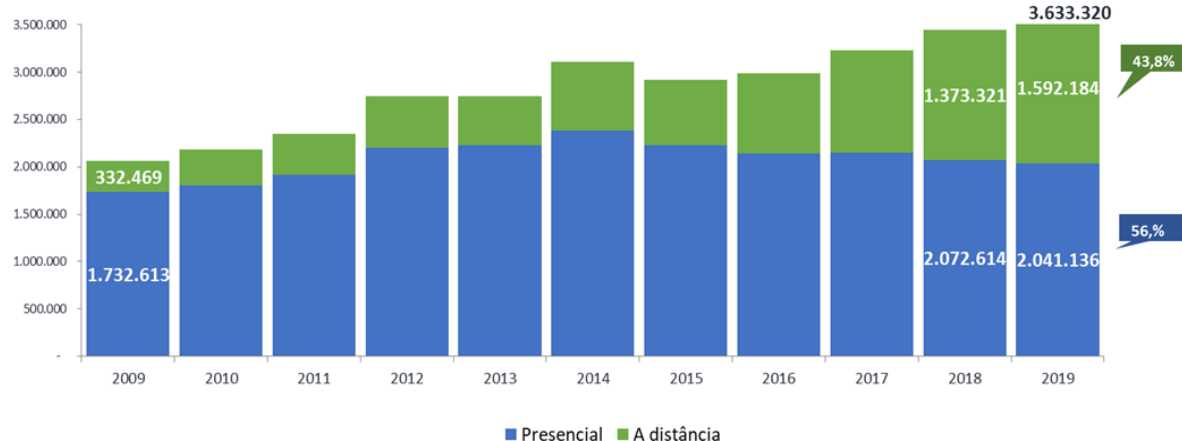
Tabela 2- Número de Instituições de Educação Superior e Matrículas de Graduação, segundo a Organização Acadêmica – 2019:

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Total	2.608	100,0	8.603.824	100,0
Universidades	198	7,6	4.487.849	52,2
Centros Universitários	294	11,3	2.263.304	26,3
Faculdades	2.076	79,6	1.636.828	19,0
IFs e Cefets	40	1,5	215.843	2,5

Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Há 2.608 Instituições de Educação Superior no Brasil no censo referente a 2019, das quais 79,6% são faculdades. Os dados ainda permitem verificar que as 198 universidades existentes no Brasil equivalem a 7,6% do total de IES. Por outro lado, 52,2% das matrículas de graduação estão concentradas nas universidades; apesar do alto número de faculdades, nelas estão matriculados apenas 19,0% dos estudantes de graduação; 2,6% das Instituições de Educação Superior (IES) oferecem 100 ou mais cursos de graduação, 27,2% das IES ofertam até 2 cursos de graduação. Em média, as IES oferecem 15,5 cursos de graduação. 87,6% dos cursos de graduação nas universidades são na modalidade presencial; E o grau acadêmico predominante dos cursos de graduação é o bacharelado (60,4%). Quanto ao Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2009-2019, constata-se uma grande evolução na Educação à Distância da ordem de 378,9; na educação presencial foi de 17,8% no mesmo período.

Figura 3 - Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2009-2019.

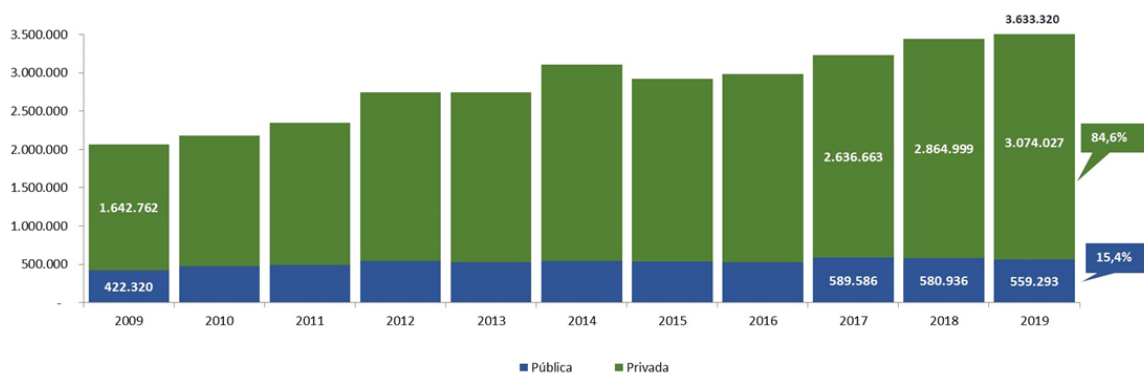


Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Verifica-se que o aumento do número de ingressantes entre 2018 e 2019 é ocasionado, exclusivamente, pela modalidade à distância, que teve uma variação positiva de 15,9% entre esses anos, já que nos cursos presenciais houve um decréscimo de -1,5%, enquanto a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação à distância em 2009 era de 16,1%, essa participação em 2019 é de 43,8%.

A Próxima figura demonstra o incremento no número de ingressos na categoria administrativa privada:

Figura 4- Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2009-2019.



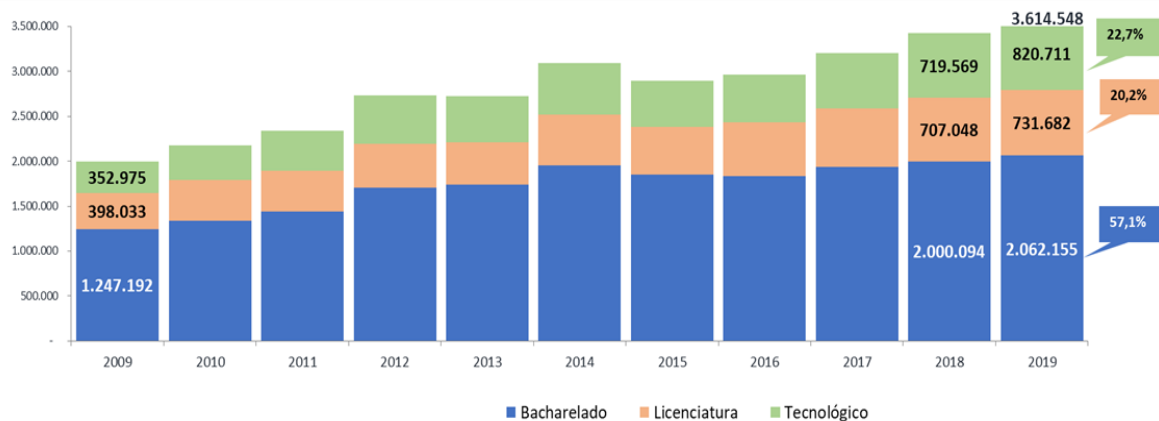
Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Em 2019, 3,6 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação; deste total, 84,6% em instituições privadas. Entre os anos de 2018 e 2019, houve uma queda no número de ingressantes na rede pública (-3,7%). A rede privada

continua com a expansão do número de ingressantes. Em 2018/2019 há uma variação positiva de 8,7%. No período compreendido entre 2009 e 2019, a rede privada cresce 87,1%. A rede pública aumentou 32,4% no mesmo período.

A seguir, representação gráfica do ingresso por Grau Acadêmico:

Figura 5- Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico – 2009-2019.

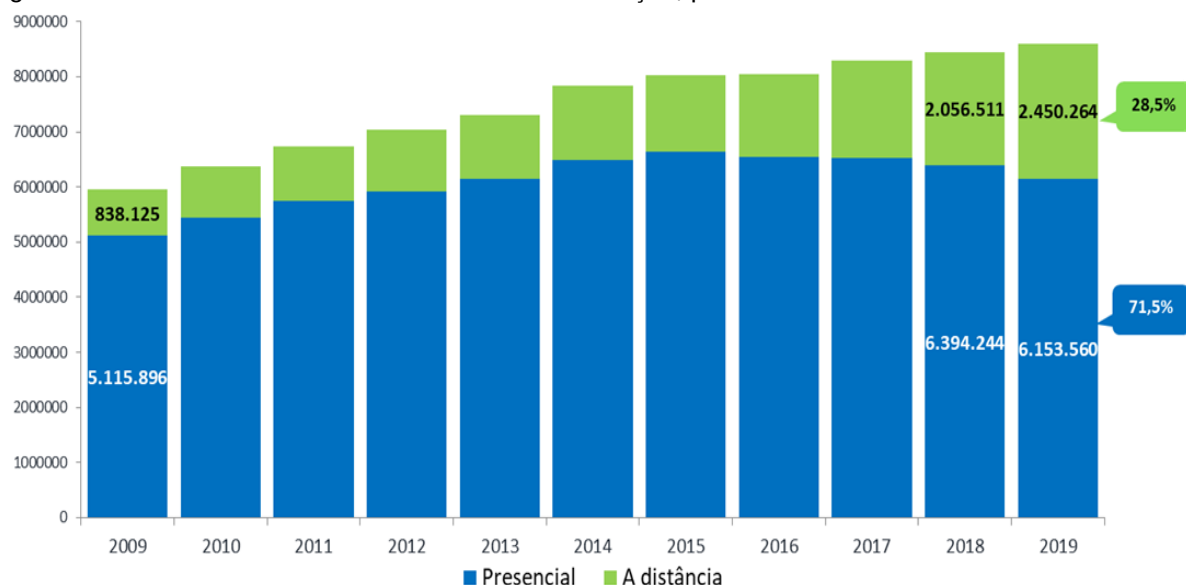


Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Os cursos de bacharelado continuam concentrando a maioria dos ingressantes da educação superior (57,1%), seguidos pelos cursos tecnológicos (22,7%) e os de licenciatura (20,2%). Entre 2018 e 2019 houve um aumento no número de ingressantes no grau de bacharelado (3,1%). Entretanto, o grau de tecnológico apresentou a maior variação positiva, com 14,1% de ingressantes em 2019. Já os cursos de licenciatura registraram uma alta de 3,5% nesse mesmo período. No período de 2009 a 2019, o grau tecnológico registrou o maior crescimento em termos percentuais: 132,5%. O Número de matrículas na modalidade a distância atinge mais de dois milhões de matrículas em 2019, representando uma participação de 28,5% no total de matrículas da graduação.

A seguir, a tendência de incremento na modalidade a distância já era observada em 2019, antes no início da pandemia por Covid-19:

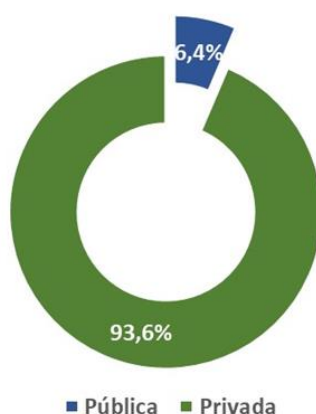
Figura 6- Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2009-2019:



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Na modalidade à distância, o aumento é de 19,1% no mesmo período, mais que o crescimento registrado no período 2017/2018 (17,0%). Entre 2009 e 2019, as matrículas de cursos de graduação à distância aumentaram 192,4%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 20,3% nesse mesmo período.

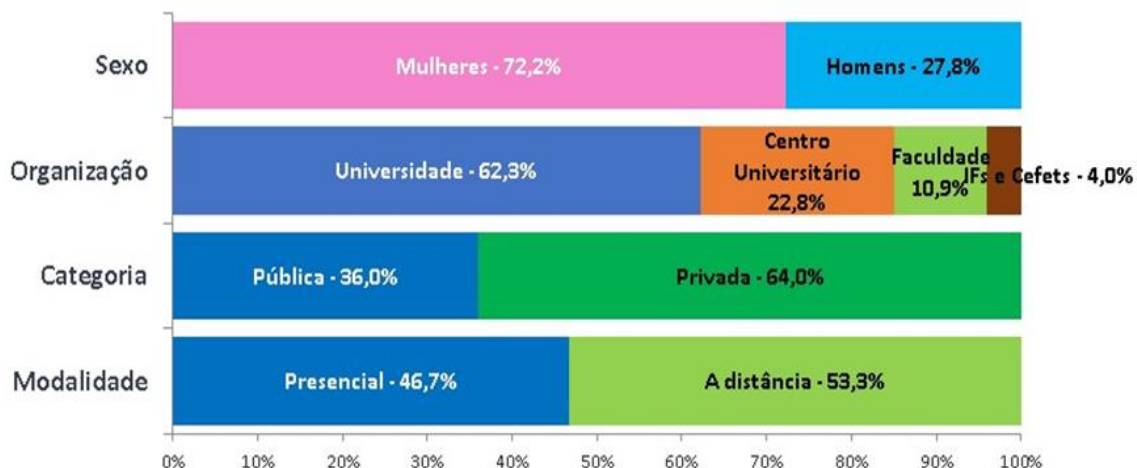
Figura 7- Participação Percentual do Número de Matrículas em Cursos de Graduação a Distância, por Categoria Administrativa.



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

No período analisado, os cursos de Bacharelado são 66,0%, licenciatura 19,7% e os Tecnológicos 14,3% dos totais de matrículas em Cursos de Graduação.

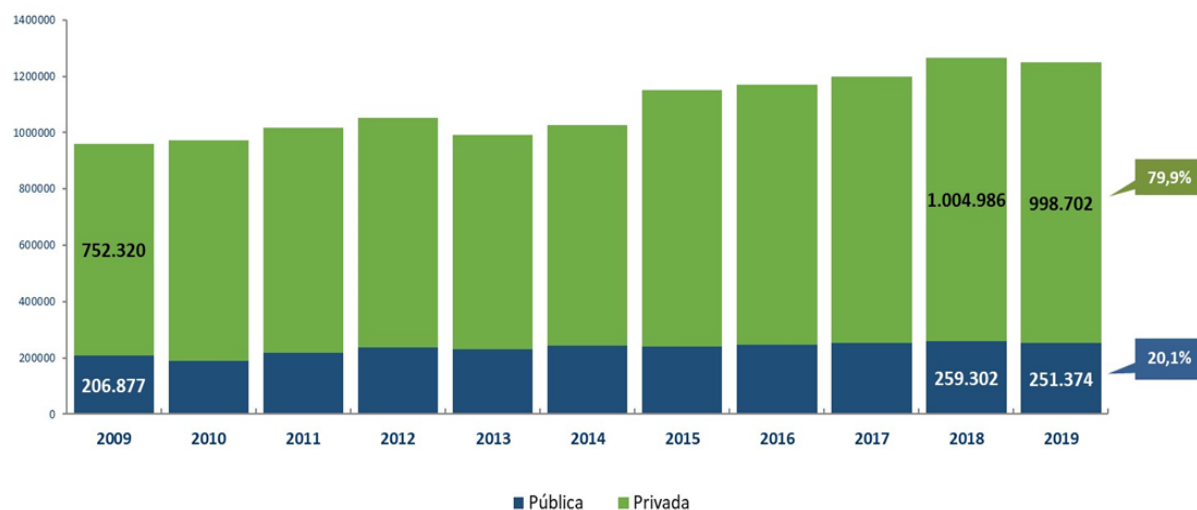
Figura 08- Participação Percentual do Número de Matrículas em Cursos de Graduação em Licenciatura, por Sexo, Organização Acadêmica, Categoria Administrativa e Modalidade de Ensino – 2019.



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Do total de matrículas nos cursos de licenciatura, 62,3% estão nas universidades e 72,2% dos alunos são mulheres. Nas instituições públicas, em 2019, estão 36,0% das matrículas, e 64,0% nas instituições privadas. Em relação à modalidade de ensino, as matrículas em cursos de licenciatura presencial representam 46,7%, enquanto à distância são 53,3% no total de matrículas. Quase 60% das matrículas de cursos tecnológicos já são a distância; esse percentual era 28,5% em 2009. O aumento da participação do número de matrículas à distância no grau tecnológico se deve, principalmente, ao crescimento das matrículas dessa modalidade nos últimos anos, que entre 2009 e 2019 cresceu 266,5% em relação à variação positiva de 5,4% no número de matrículas de cursos presenciais no mesmo período. As matrículas em cursos de graduação presenciais de grau tecnológico mantêm a tendência de queda registrada desde 2013. A seguir, o número de concluintes por categoria administrativa.

Figura 9- Número de Concluintes em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2009-2019.



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Entre 2018 e 2019, o número de concluintes na rede pública apresentou uma queda de -3,1%; na rede privada, a variação negativa é de -0,6%. No período de 2009 a 2019, a variação percentual do número de concluintes em cursos de graduação é maior na rede privada, com 32,7%. Enquanto na pública esse crescimento é de 21,5% no mesmo período, sendo que 20,1% dos estudantes que concluíram os cursos de graduação em 2019 são da rede pública e 79,9% são da rede privada.

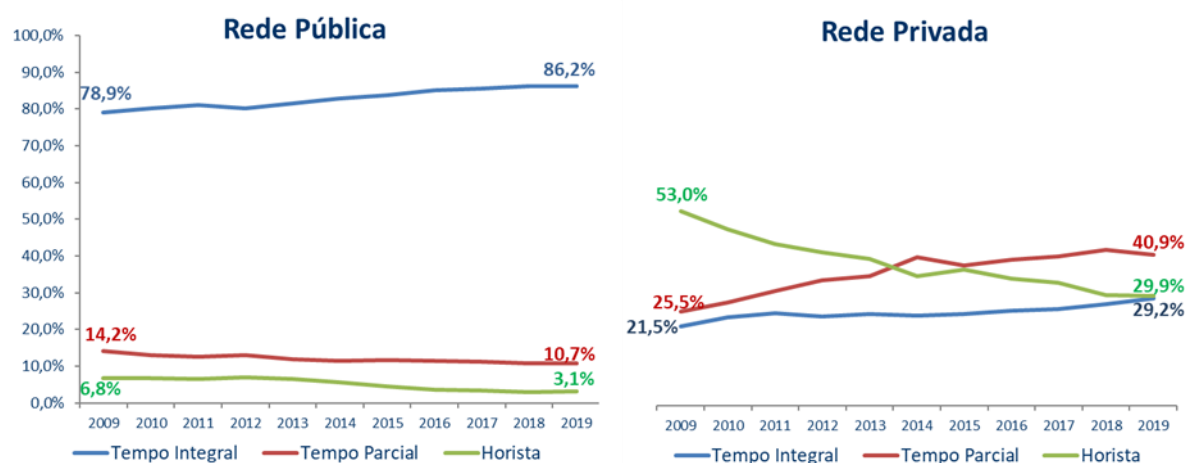
Tabela 3- Número de Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa – 2009-2019

Ano	Total	Docentes em Exercício	
		Pública	Privada
2009	340.817	122.977	217.840
2010	345.335	130.789	214.546
2011	357.418	139.584	217.834
2012	362.732	150.338	212.394
2013	367.282	155.219	212.063
2014	383.386	163.113	220.273
2015	388.004	165.722	222.282
2016	384.094	169.544	214.550

2017	380.673	171.231	209.442
2018	384.474	173.868	210.606
2019	386.073	176.403	209.670

Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

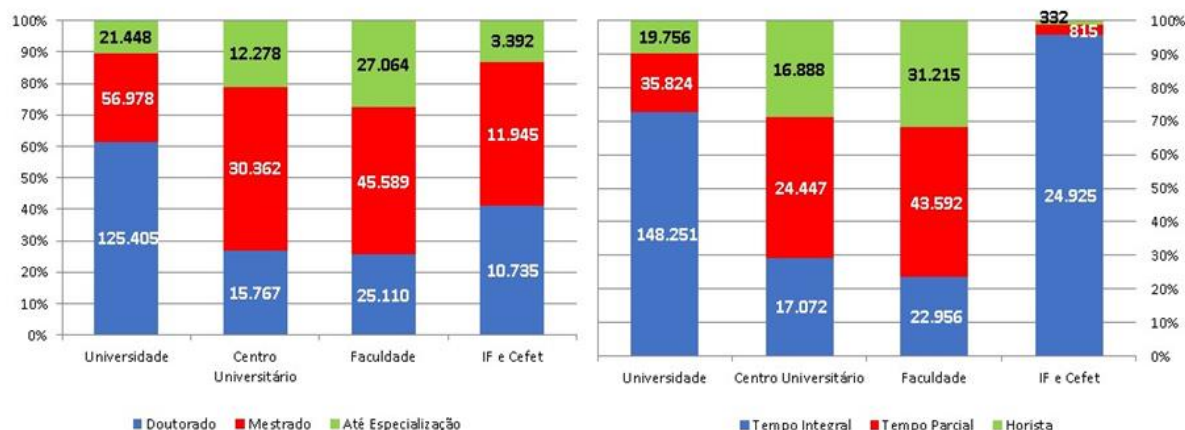
Figura 10- Percentual de Participação de Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa, segundo o Regime de Trabalho – 2009-2019:



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Em 2019, havia 386.073 docentes em exercício na educação superior no Brasil. Deste total, 54,3% tinham vínculo com IES privada e 45,7%, com IES pública. A queda da participação de docentes horistas na rede privada, a partir de 2009, acompanhada do crescimento da participação de docentes em tempo integral e parcial, confirma a tendência geral de aumento de horas nos vínculos de trabalho dos docentes. Na rede pública, a participação de docentes em tempo integral continua se expandindo, enquanto os docentes horistas continuam em queda.

Figura 11- Participação Percentual e Número de Docentes na Educação Superior, por Grau de Formação e Regime de Trabalho, segundo a Organização Acadêmica – 2019



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

A maioria dos docentes nas universidades tem doutorado, 61,5%. Em relação ao regime de trabalho, os docentes em tempo integral são mais de 95% nos IFs e CEFETs. Mais de 70% dos docentes nas universidades têm o regime de contrato de trabalho em tempo integral, número superior aos docentes em tempo integral dos centros universitários (29,2%) e faculdades (23,5%). Nas faculdades, 44,6% dos docentes trabalham em tempo parcial e 46,6% têm formação de mestre. Entre as organizações acadêmicas, as faculdades possuem o maior percentual de docentes que possuem até a especialização.

Figura 12- Participação Percentual dos Docentes em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino, segundo o Grau de Formação – 2019.



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

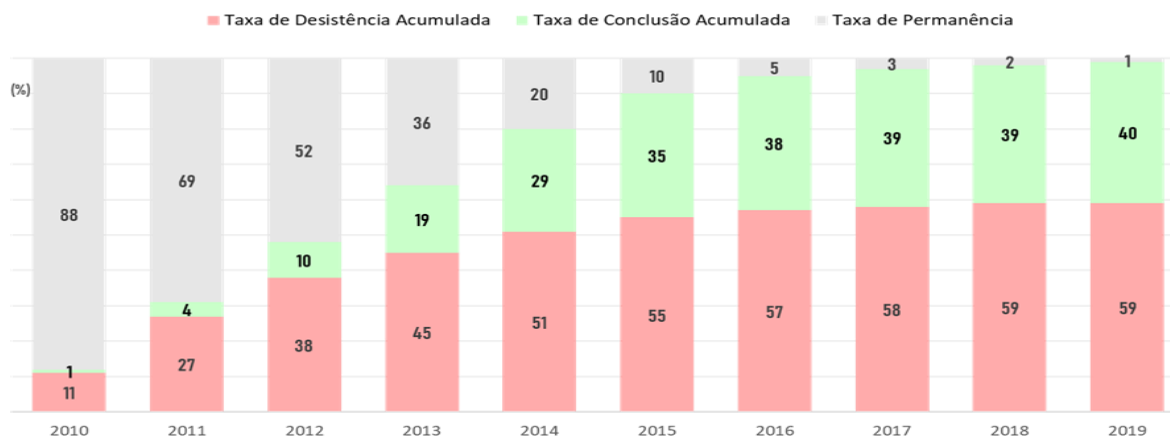
A maioria dos docentes de cursos presenciais é composta por doutores. Na EaD, a maior parte é de mestres. Nos cursos presenciais, 88,1% dos docentes possuem Mestrado ou Doutorado. Nos cursos EaD esse percentual é de 89,2 %. Apesar dos cursos nesta modalidade terem um percentual menor de doutores em relação aos cursos presenciais, eles possuem menor percentual dos docentes que têm até a especialização em sua formação.

Passa-se a observar na sequência alguns conceitos apresentados pelo MEC no Censo da Educação Superior/Notas estatísticas 2008-2019, que servem como indicadores da trajetória da educação superior. O modelo teórico é um acompanhamento longitudinal de ingressante em um curso de graduação (representado por um código específico) de um determinado ano de ingresso até o encerramento de seu vínculo (conclusão ou desistência) no mesmo curso de ingresso, onde o respectivo curso de graduação é a unidade de análise:

PERMANÊNCIA, o aluno mantém um vínculo ativo no seu curso de ingresso; DESISTÊNCIA, o aluno desiste do seu curso de ingresso por meio de desvinculação do curso ou transferência; CONCLUSÃO, o aluno se forma em seu curso de ingresso (MEC/INEP, 2019, p. 34).

Conforme o diagnóstico MEC/INEP (2019), as mulheres possuem uma taxa de conclusão melhor do que a dos homens: 43% contra 35%. Reflete também uma taxa de desistência do seu curso de ingresso menor do que do sexo masculino. Ao final do segundo ano de acompanhamento, o sexo masculino apresenta uma taxa de desistência de quase 30% dos seus ingressantes de 2010.

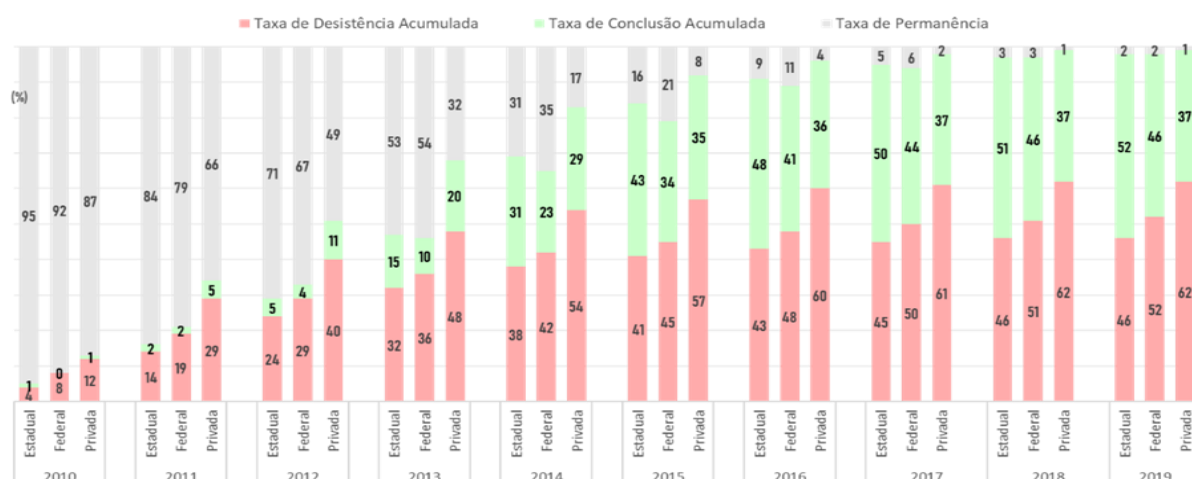
Figura13- Evolução da Média dos Indicadores de Trajetória dos Ingressantes em Cursos de Graduação de 2010 – Brasil - 2010-2019.



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Dos ingressantes em 2010, 40% concluíram o seu curso de ingresso ao final de 10 anos do acompanhamento se sua trajetória. Nas categorias administrativas, a rede estadual apresentou os melhores índices de conclusão dos ingressantes de 2010 durante sua trajetória no seu curso de ingresso. Como consequência, apresentou, também, as menores taxas de desistência no período, como vemos na próxima figura.

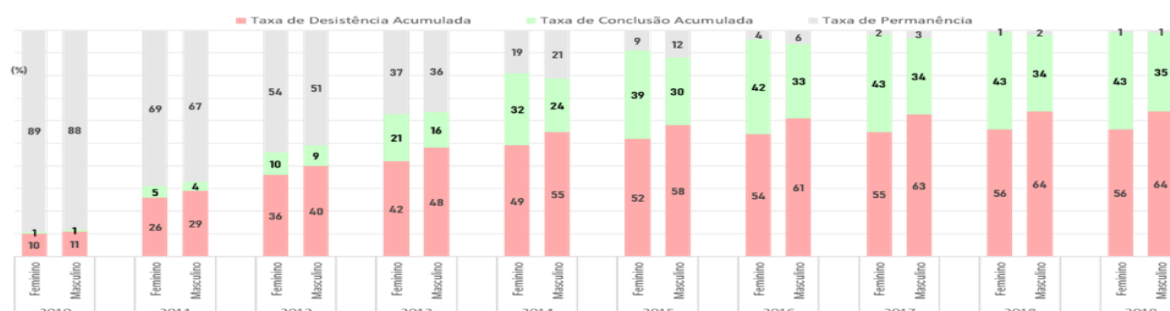
Figura 14- Evolução da Média dos Indicadores de Trajetória dos Ingressantes em Cursos de Graduação de 2010, por Categoria Administrativa – Brasil - 2010-2019:



Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

As mulheres possuem uma taxa de conclusão melhor do que a dos homens: 43% contra 35%. Reflete também uma taxa de desistência do seu curso de ingresso menor do que do sexo masculino. Ao final do segundo ano de acompanhamento, o sexo masculino apresenta uma taxa de desistência de quase 30% dos seus ingressantes de 2010.

Figura 15- Evolução da Média dos Indicadores de Trajetória dos Ingressantes em Cursos de Graduação de 2010, por Sexo – Brasil - 2010-2019



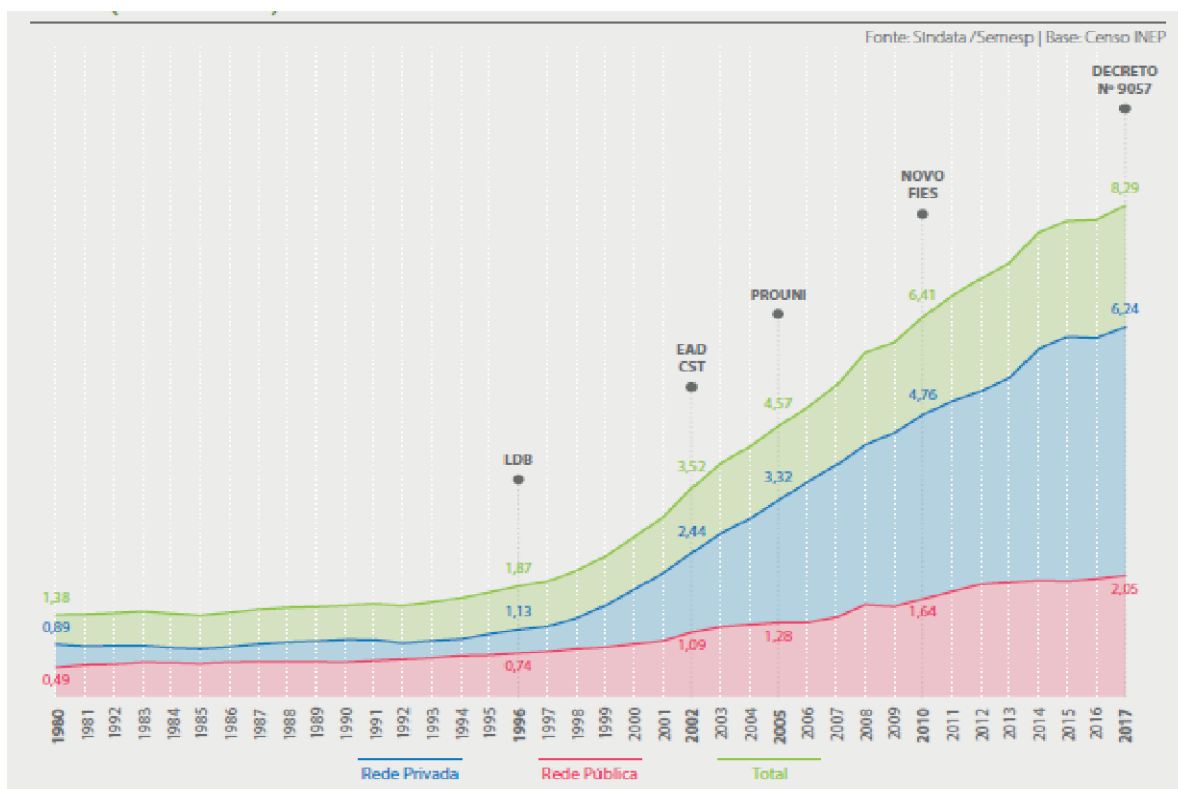
Fonte: Censo da educação superior/INEP 2019, elaboração do autor.

Analisando o documento e os números publicados no Censo da Educação Superior observamos a série história de 1980 a 2017. O Censo do Sindicato das mantenedoras no Estado de São Paulo e no Brasil aponta que a partir da Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) houve um aumento nas matrículas:

Esse aumento segue uma tendência registrada com o surgimento de programas de financiamento estudantil como Prouni e FIES. De 1980 (1,38 milhões de matrículas) até 2017, foi registrado um elevado crescimento de 502% no número de matrículas. (SEMESP, 2017, p.11).

O mesmo Censo aponta que “as políticas públicas de auxílio à Educação, como FIES e Prouni, contribuem de forma expressiva para a permanência dos alunos no ensino superior, pois reduzem consideravelmente as taxas de evasão já no primeiro ano do curso” (SEMESP, 2017, p. 27).

Figura 16- Matrículas no Ensino Superior no Brasil (em milhões).

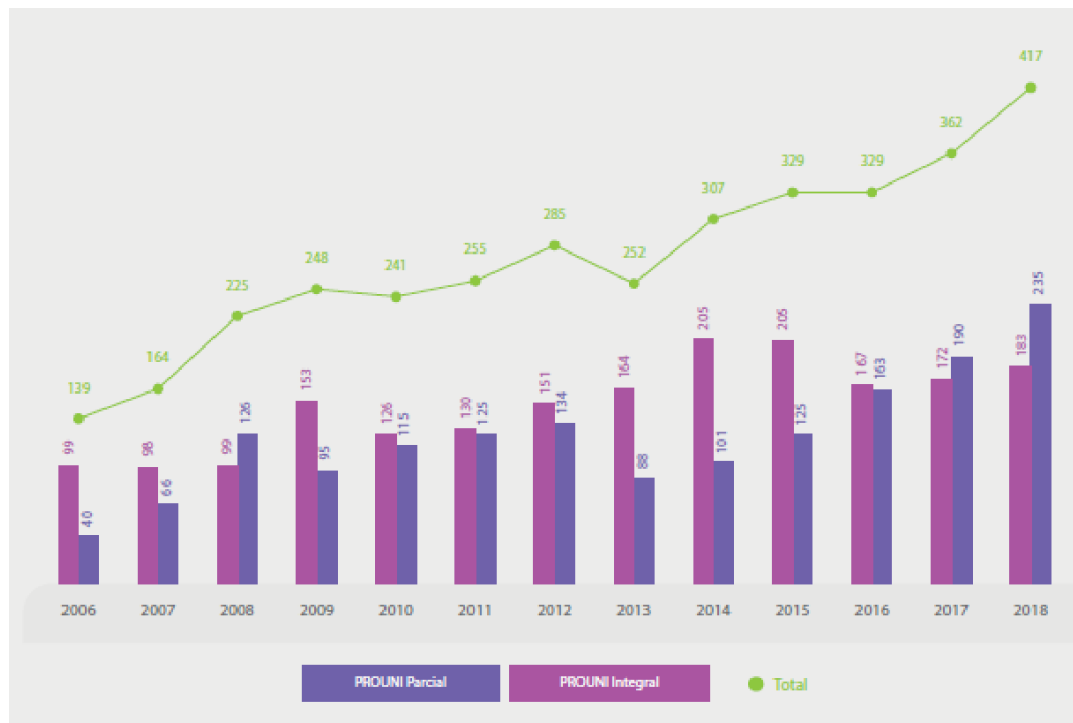


Fonte: SEMESP/ Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2019 Base: Inep, elaboração do autor

De acordo com dados do censo baseados no Ministério da Educação/ SISPROUNI, o 1º semestre de 2019 apresentou 243,9 mil bolsas do Prouni, recorde histórico desde o início do programa, em 2005: desse total, 116,8 mil são bolsas integrais e 127,1 mil são parciais, distribuídas em mais de 1,2 mil instituições de educação

superior de todo o país. Em 2018, no geral, foram 417 mil bolsas, um aumento de 15,3% em relação a 2017.

Figura 17- Evolução do número de bolsas parciais e integrais em milhares, de 2006 a 2018.



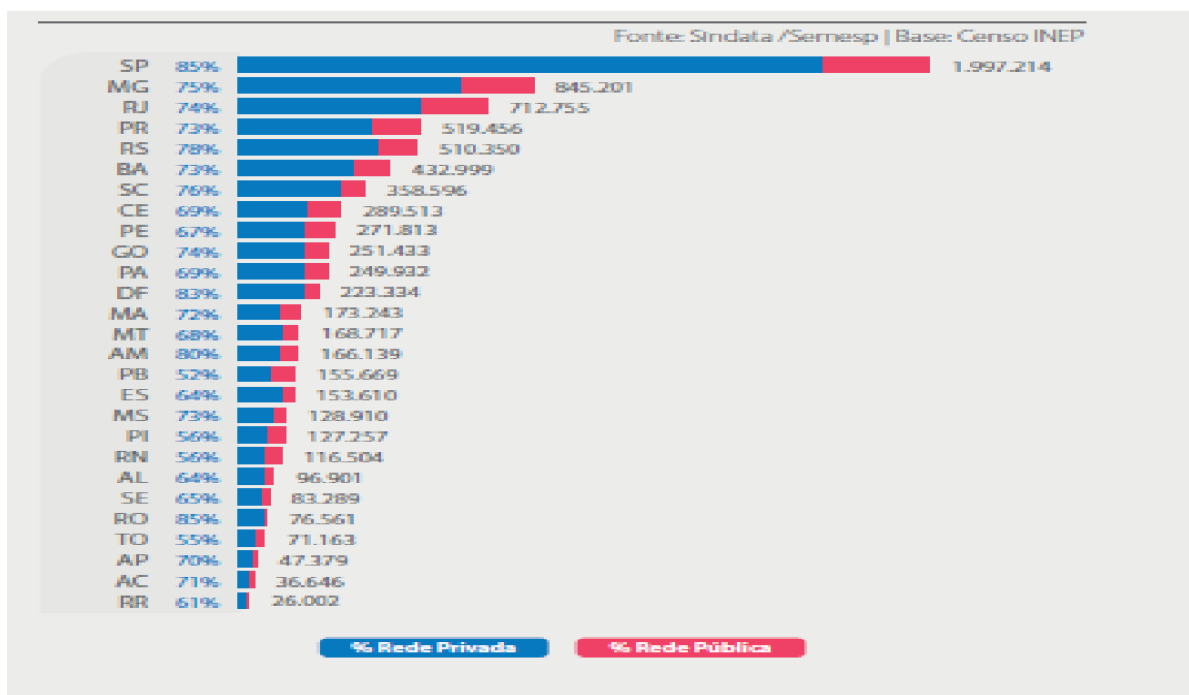
Fonte: SEMESP/ Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2019 Base: Inep, elaboração do autor.

Quanto à distribuição das matrículas no ensino superior por unidade federativa, São Paulo segue como a unidade federativa com o maior número de matrículas no ensino superior, 2 milhões de matrículas, contabilizando cursos presenciais e EAD, representando 24% dos estudantes das IES do país (85% desses estudantes estão concentrados na rede privada). Ainda:

O número de matrículas em São Paulo é maior do que o dobro do segundo colocado, o estado de Minas Gerais, com 845,2 mil matrículas. O Rio de Janeiro está no terceiro lugar, com 712,8 mil matrículas. Os cinco estados com o menor número de matrículas do país estão concentrados na região Norte (Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Rondônia) (SEMESP, 2017, p. 12)

O gráfico a seguir apresenta a composição das matrículas totais por unidade da federação, onde o estado de São Paulo se destaca entre as demais:

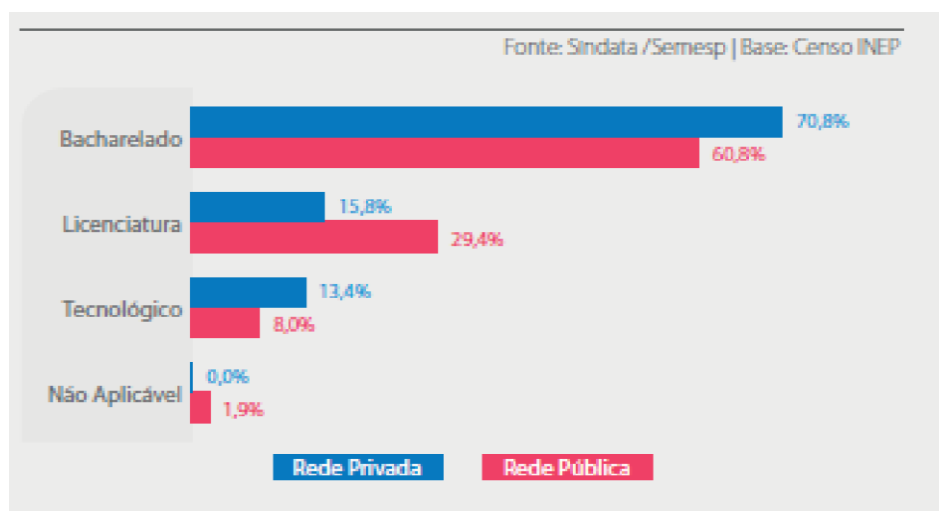
Figura 18 - Matrículas do Ensino Superior por unidade federativa:



Fonte: SEMESP/ Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2019 Base: Inep, elaboração do autor.

Conforme observado no Censo do INEP/2019, comparando com o Censo do SEMESP, confirma-se que a maioria dos estudantes do ensino superior privado está matriculada em cursos de Bacharelado, 70,8%. No caso da rede pública, esse número cai um pouco, 60,8%, mas ainda é mais da metade das matrículas. Os cursos de Licenciatura (que forma profissionais para atuarem no ensino fundamental e médio) detêm 15,8% das matrículas na rede privada e 29,4% da rede pública. Os cursos tecnológicos são 13,4% e 8,0% do total de matrículas.

Figura 19- Matrículas no Ensino Superior por grau acadêmico:



Fonte: SEMESP/ Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2019 Base: Inep, elaboração do autor.

Analisando a área geral do curso, Ciências Sociais, Negócios e Direito são as áreas que mais receberam matrículas em 2017: 3,0 milhões de estudantes, 86,5% concentrados na rede privada e 13,5% nas IES públicas. No total de matrículas, a área representa 36,8% dos estudantes que estão inseridos no ensino superior. A área de Educação segue em segundo lugar com 1,6 milhão de matrículas (62,1% na rede privada e 37,9% na rede pública), concentrando 19,2% dos estudantes. Saúde e bem-estar social aparece em terceiro lugar com um pouco menos de matrículas, 1,3 milhão (16,0% dos estudantes do país).

Tabela 4 - Área geral do curso:

Área Geral do Curso	Rede Privada	Rede Pública	Total
Ciências sociais, negócios e direito	2.638.344	410.210	3.048.554
Educação	990.814	603.543	1.594.357
Saúde e bem-estar social	1.104.926	220.676	1.325.602
Engenharia, produção e construção	869.781	355.462	1.225.243
Ciências, matemática e computação	271.345	197.059	468.404
Agricultura e veterinária	121.945	120.654	242.599
Humanidades e artes	114.763	67.281	182.044
Serviços	130.702	37.823	168.525
Área básica de cursos	205	35.378	35.583
Total Geral	6.242.825	2.048.086	8.290.911

Fonte: SEMESP/ Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2019 Base: Inep, elaboração do autor.

Analisando as estatísticas e gráficos anteriores é possível verificar o grande avanço do número de matrículas na Rede Privada e no Ensino a Distância (EAD) até 2019, antes mesmo dos impactos da Pandemia de COVID-19. A expectativa quanto a esta modalidade de ensino é de uma grande ampliação em decorrência dos protocolos de distanciamento que diminuem a oferta de vagas em cursos presenciais.

No contexto desta grande ampliação de vagas no setor privado, a contratação de docentes com dedicação exclusiva no setor não acompanha a mesma proporção, resultando em uma intensificação do trabalho docente devido ao crescimento exponencial do ensino remoto e à quantidade de alunos em salas de aula virtuais, características que podem comprometer a qualidade do ensino ofertado

Diante disso, cada vez é mais urgente a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas em ambos os setores, público e privado, que resultem na oferta de vagas também no interior do país, possibilitando a mais brasileiros cursar e concluir com êxito a graduação, pois é visível a concentração de vagas na educação superior nas

regiões mais desenvolvidas, como a Sudeste, em especial, e o Estado de São Paulo, principalmente, quando comparado às regiões Norte e Nordeste do País.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004 e estabelecido pela Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, surgiu como um Programa do governo federal brasileiro, sob gestão do Ministério da Educação (MEC). Esse programa é destinado à concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de Educação Superior com ou sem fins lucrativos, para brasileiros não portadores de diploma acadêmico. As bolsas podem ser integrais ou parciais (MEC, 2019).

Conforme o Art.1º, §§ 1º e 2º, da Lei Federal 11.096¹³, a bolsa integral é concedida a brasileiros cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio). Para as parciais de 50%, a renda familiar mensal *per capita* não deve exceder ao valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação. Podem participar do ProUni: estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, estes na condição de bolsistas integrais da própria escola; estudantes com deficiência; e professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública. Neste caso, não é necessário comprovar renda.

O ProUni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2018, mais de 2,47 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais (MEC/SISPROUNI, 2019). No primeiro semestre de 2019, no Rio Grande do Sul, foram 6.058 bolsas integrais, 5.544 parciais e 11.602 totais. O estado que mais oferece bolsas é São Paulo, com 34.752 integrais, 24.488 parciais e 59.240 totais; e no Brasil os números totais são 116.934 integrais, 127.252 parciais e 244.186 totais; em Pelotas, 250, 181 e 431 respectivamente (MEC/SISPROUNI, 2019).

A contrapartida que o governo federal oferece às instituições que aderem ao programa é a isenção de tributos como imposto de renda sobre pessoa jurídica- IRPJ, contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL, contribuição social para financiamento da seguridade social-COFINS, e contribuição para o Programa de Integração Social PIS.

Inicialmente o governo federal submeteu ao Congresso Nacional um projeto com pedido de urgência constitucional. Em apenas cinco dias, entre 03 de junho de 2004 e

¹³ Lei Federal Nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005, Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

07 de junho de 2004, o texto do PL recebeu 292 emendas, oriundas de 20 parlamentares diferentes. Na sequência, foi retirado o pedido de urgência e o governo, à época, depois de alterações no texto inicial, publicou a Medida Provisória (MP) n. 213/2004, o Decreto federal nº. 5.493/2005 e a LOF nº. 10.096/2005.

A publicação deste ordenamento jurídico e as respectivas alterações causaram impactos principalmente na quantidade das vagas gratuitas nas Instituições de Ensino Superior Privado - IESP, na exigibilidade dos controles institucionais, na exigência de investimentos em favor qualidade do ensino e na amplitude dos benefícios tributários concedidos (isenções fiscais).

Uma das principais concepções da política e do programa era a proposta inicial exarada no PL nº. 3.582/2004 (BRASIL, 2004a), que previa que um grupo interministerial-GI, formado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), Ministério da Previdência Social (MPS) e MEC seria encarregados de controlar todo o montante financeiro arrecadado e renunciado em virtude do ProUni, inclusive acompanhando as contraprestações da IESP em face dos benefícios fiscais auferidos por elas.

Conforme Souza e Menezes (2014), o lobby exercido pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior- ABMES junto ao Governo Federal conseguiu fragilizar definitivamente os controles institucionais sobre a execução do programa. Carvalho (2011) demonstra que a mudança promovida pelo governo, afastando as competências dos órgãos de fiscalização e atribuindo toda a responsabilidade por acompanhar a renúncia fiscal e as bolsas efetivamente ofertadas pelo programa, atendeu à reivindicação da ABMES que, em pronunciamento do dia 15 de junho de 2004 havia sugerido que a fiscalização integral do programa deveria ser exclusiva do MEC. Evidentemente isso representou um prejuízo notório para o controle da eficiência da execução da política (SOUZA; MENEZES, 2014 apud CARVALHO, 2011).

Apresenta-se, a seguir, no quadro da Figura 20, os principais pontos relacionados com critérios estabelecidos para acompanhamento da política pública, os requisitos que as IESP deveriam cumprir para fazer jus às vantagens fiscais decorrentes da adesão ao PROUNI, comparando a proposta inicial e as alterações posteriores:

Figura 20 - Critérios e requisitos para as IESP/ PROUNI:

Critérios de acompanhamento/ requisitos para fazer jus às	Proposta Inicial - PL Nº 3.582/2004:	Alterações após a atuação dos atores
--	---	---

vantagens fiscais decorrentes da adesão ao PROUNI:		sociais privatistas- MP nº. 213/2004 e LOF nº11.096/2005:
Financiamento estudantil pelo FIES.	Obrigatoriedade de adesão, conforme.	Exigência foi suprimida.
Penalidade por descumprimento do termo de adesão ao PROGRAMA.	Penalidade 01/ multa que pode alcançar 1% do faturamento anual.	Exigência foi suprimida.
Penalidade por descumprimento do termo de adesão ao PROGRAMA. Oferta inferior e em quantidades menores daquelas estipuladas previamente.	Penalidade 02/ multa e imposição de que a IESP acrescentasse a quantidade de bolsas correspondentes àquelas que deixaram de ser efetivamente ofertadas.	A LOF n.11.096/2005: suprimiu a aplicação de multa, sendo a IESP obrigada acrescentar mais 20%, para além do número pactuado apenas uma vez.
Penalidade por descumprimento do termo de adesão ao PROGRAMA.	Penalidade 03/ desvinculação da IESP ao PROUNI.	A desvinculação só pode ser solicitada em caso de reincidência, e ainda assim, se a falta for considerada grave*.
Penalidade- reincidência em falta considerada grave.	Acompanhando as contraprestações da IESP por grupo interministerial-GI.	Aparato institucional foi desfeito e passou-se a atribuir todas as atividades ao MEC.
Penalidade- reincidência em falta considerada grave.	Desvinculação sumária por ter cometido falta grave.	Fiscalização integral do programa pelo MEC.

Fonte: Adaptado de SOUZA e MENEZES, 2014.

*Falta grave: envolve quatro tipos de conduta. Reincidência de infração, tratamento discriminatório entre bolsistas e pagantes, falseamento de informações para reduzir a quantidade de bolsas ou falseamento de informações para aumentar os benefícios fiscais.

Conforme Souza e Menezes (2014),

O resultado das mudanças promovidas na formulação do programa, contrabalançada com os interesses naturais dos diferentes atores sociais, foi suficiente para perceber o quanto os atores privatistas interferiram na definição do modelo do PROUNI, tornando-o, via de consequência, mais próximo das demandas das IESP, do que das necessidades do público-alvo (MENEZES, 2014, p.24).

Essas constatações, contudo, não precisam ser encaradas de forma pessimista, como se o programa tivesse acarretado prejuízos para seu público-alvo. A partir da discussão de conceitos clássicos e tendências no campo de conhecimento da análise de

políticas sociais, buscou-se pensar alguns desafios para a construção de propostas de avaliação de políticas sociais que considerem além dos três E (3 E): eficiência, eficácia e efetividade e respeitar o contexto e as especificidades de um país com dimensões continentais e os imensos contrastes regionais visíveis no grau de desenvolvimento e infraestrutura disponível a população. Há necessidade de avaliar para corrigir possíveis distorções na aplicação das políticas e seus programas, tendo como orientação superar a valoração em demasia de resultados que tem como foco o custo-benefício dos recursos públicos ou privados aplicados no financiamento.

As tecnologias e ferramentas digitais, como aplicativos para aparelhos celulares, podem ser uma ferramenta e instrumento para a coleta de informações entre os usuários de determinada política. Caberá ao avaliador identificar e processar as informações para propor melhorias no planejamento e correções na aplicação que justifiquem a manutenção e ampliação de programas como Bolça Família-BF, Minha casa minha vida-MCMV e ProUni, bem como possibilitar a identificação de elementos que sirvam de exemplo para estruturar de novas políticas e programas sociais.

Os estudos sobre o Programa Universidade Para Todos- ProUni, indicam que mesmo o programa tenha sofrido muitas alterações na sua proposta inicial devido à ação política e ao grande *Lobby* exercido pelos atores privatistas junto ao Governo Federal, principalmente na especificação de critérios estabelecidos para acompanhamento da política pública, os requisitos que as IESP deveriam cumprir para fazer jus às vantagens fiscais decorrentes da adesão, e as contrapartidas a cumprir e investimentos na qualidade do ensino, para fazer jus às vantagens fiscais decorrentes da adesão é possível considerar que o programa ProUni possibilita acesso de alunos de baixa renda, negros, indígenas e professores da educação básica ao Ensino Superior, onde a mudança social está acontecendo para grande parte de seus egressos. Na pesquisa proposta, a categoria raça será mais aprofundada como estratégia para compreender como se manifesta no perfil dos egressos, bem como na formação alcançada a partir da escolha do curso superior.

4.1- ALTERAÇÕES NO PROUNI

Ainda sob a égide do Governo Bolsonaro, a legislação do Programa PROUNI foi alterada ampliando as possibilidades de acesso para a clientela que cursou o Ensino

Médio Integralmente em escolas privadas. O ministério da Educação não publicou nenhuma justificativa para tal alteração, muito menos divulgou os impactos no programa decorrentes dela. É possível que por trás desta opção estejam as engrenagens do que a cientista social Argentina Verónica Gago chama de *La razón neoliberal*. As alterações trazem à tona novamente o embate sobre o incentivo ao sistema de Educação Superior Privado em detrimento do Público, representado pelas Universidades e Institutos Federais que nos últimos três anos tiveram o maior corte de aporte orçamentário por parte do Governo Federal em exercício até dezembro de 2022.

A legislação do Programa PROUNI foi alterada pelo Decreto Nº 11.149, de 26 de julho de 2022, que modificou o Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, que regulamentava a Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade Para Todos.

Também foi emitida a Portaria MEC Nº 524, de 26 de julho de 2020, que altera a Portaria Normativa MEC nº 8, de 26 de abril de 2013, a qual dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - ProUni, estipulados pela Portaria Normativa MEC nº 1, de 2 de janeiro de 2015, que regulamenta os processos seletivos do ProUni. A principal alteração contida no Decreto foi a inclusão de alunos que tenham cursado o ensino médio integralmente em instituições privadas sem a condição de bolsista.

A classificação do estudante observará a modalidade de concorrência escolhida em sua inscrição, nos termos do disposto no art. 4º-A (Decreto 11.149, 2022), e será realizada por curso, turno, local de oferta e instituição. Dentro de cada modalidade deverá ser obedecida a ordem decrescente das notas obtidas no ENEM, priorizada, conforme o decreto, a seguinte ordem:

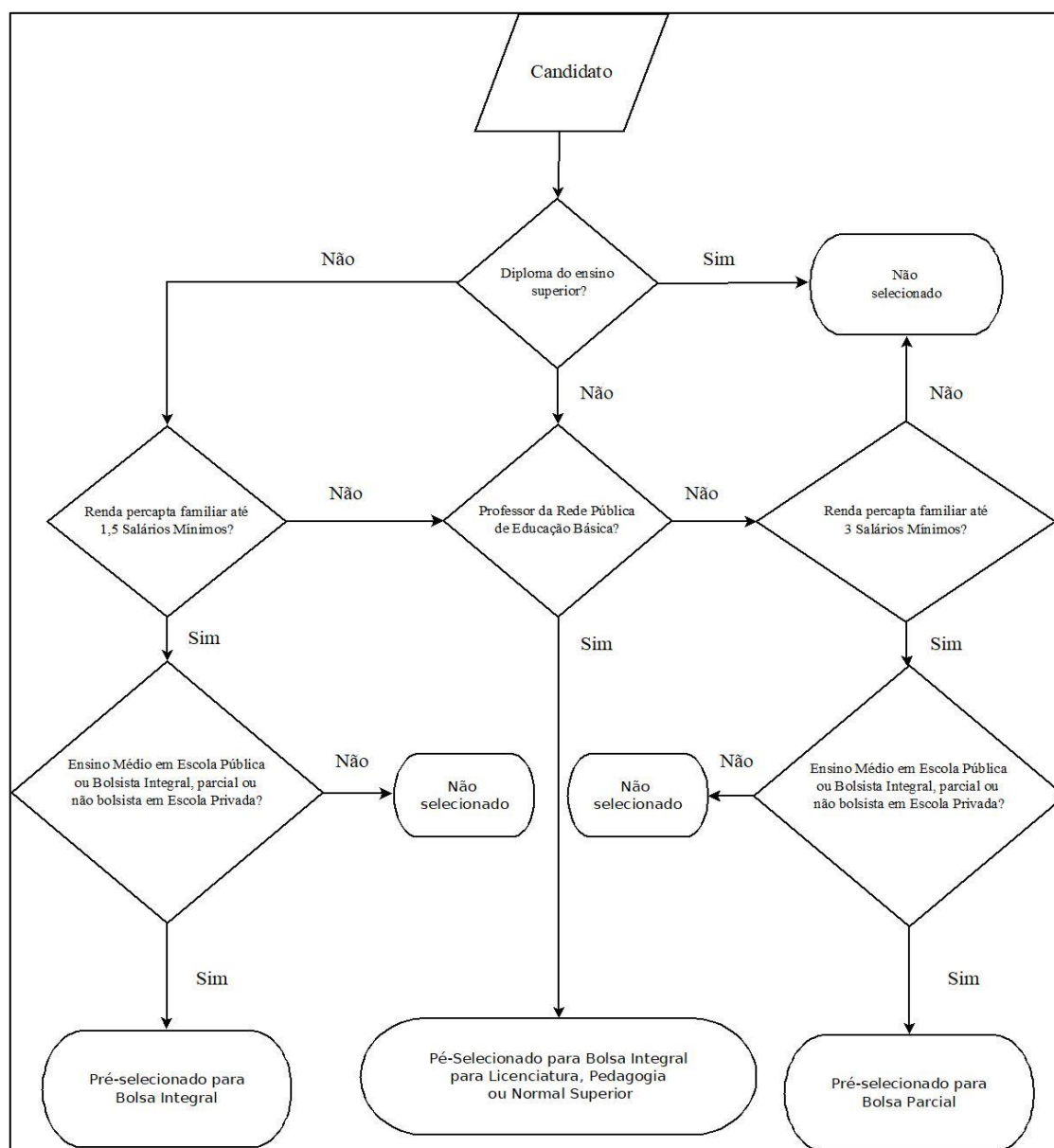
- I - estudante que seja professor da rede pública de ensino, exclusivamente para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação para o magistério da educação básica, se for o caso e se houver inscritos nessa situação;
- II - estudante que tenha cursado o ensino médio integralmente em escola da rede pública;
- III - estudante que tenha cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada na condição de bolsista integral;
- IV - estudante que tenha cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada na condição ou não de bolsista parcial;
- V - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em instituição privada na condição de bolsista integral; e
- VI - estudante que tenha cursado o ensino médio integralmente em instituição privada na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista. (Decreto Nº 11.149, 2022)

O Artigo 4º -A do Decreto Nº 11.149, 2022, estabelece que no ato da inscrição para o processo seletivo o estudante deve optar pelo tipo de concorrência: (1) a bolsas destinadas a ampla concorrência; ou (2) às bolsas destinadas a implementação de políticas afirmativas referentes

- a) às pessoas com deficiência, observado o disposto na alínea "a" do inciso II do caput, no § 1º e no § 1º-A do art. 7º da Lei nº 11.096, de 2005; ou
- b) aos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, observado o disposto na alínea "b" do inciso II do caput no § 1º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 2005. (Decreto nº 11.149)

A figura a seguir descreve o fluxo atual das condições a serem observadas pelos candidatos a bolsas integrais e parciais, conforme legislação vigente:

Figura 21- Condições a serem observadas pelos candidatos a bolsas pelo PROUNI



FONTE: O autor (2022), a partir do Decreto Nº 11.149/2022 e a Portaria Nº 524/2022

O primeiro Edital de seleção publicado pelo MEC após as alterações mais recentes na legislação foi o Edital Nº 81, de 26 de julho de 2022, que manteve critérios como a obtenção de média mínima de notas no Enem de 450 pontos, não zerar a redação, e observância do limite de renda pelo Candidato para concorrer às bolsas de estudo integrais e parciais do PROUNI. São critérios para a inscrição aos seus processos seletivos, estando a concessão da bolsa de estudos obrigatoriamente condicionada à classificação, eventual pré-seleção e comprovação do atendimento das condições legais dispostas na legislação do Programa.

No contexto das alterações legais promovidas pelo Decreto de julho de 2022, com relação ao Art. 11 do Decreto 11.149, que trata da autorização prévia pra instituições ampliarem o número de vagas anuais ofertadas em seu cursos em relação ao ato autorizativo mais recente, de que trata o Art. nº 10 do Decreto nº 9.235, de 2017, o legislador impõe importante restrição para aumento de vagas para os cursos de Direito e Medicina, que só deve ocorrer mediante a autorização prévia da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme o parágrafo único:

Art. 11. As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar o número de vagas anuais ofertadas em seus cursos em relação ao ato autorizativo mais recente de que trata o art. 10 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, respeitadas as seguintes condições:

...

Parágrafo único. Na hipótese de aumento de vagas para os cursos de Direito e de Medicina, o disposto no caput dependerá de autorização prévia da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação. (MEC,2023)

Esta condição resulta da necessidade, Identificada pelo MEC, de corrigir distorções na política de ofertas de vagas por cursos, sendo que há uma maior concentração de oferta de vagas nos cursos de Direito e uma menor oferta de vagas para os cursos de Medicina, por exemplo. A justificativa das IES é a diferença de custos operacionais, causando uma falta de isonomia na oferta de vagas, prática que está em desacordo com a política. O impacto final na execução da política é a massificação da oferta de vagas em cursos como Serviço Social e Direito, permitindo que a IES atinja a relação entre alunos pagantes e alunos prounistas, conforme pactuado no Edital de adesão ao Programa

Recorri ao diálogo com a teoria da cientista social Argentina, Verónica Gago, professora Universitária com larga experiência prático/teórica no Campo da Educação, outras economias e movimentos feministas. Ela propõe entender o neoliberalismo de

uma forma diferente de como é entendido usualmente para pensar seu ciclo na América Latina

A razão neoliberal, desse modo, é uma fórmula para mostrar o neoliberalismo como racionalidade, no sentido que Foucault deu ao termo: como a própria constituição da governamentalidade, assim como para contrapô-la às maneiras com que essa racionalidade é apropriada, arruinada, relançada e alterada por aqueles que, supõe-se, são apenas suas vítimas (GAGO, 2014, p.305).

A autora argumenta que o neoliberalismo não vem apenas “de cima”, dos grandes centros de poder, dos grandes atores que compartilham “o traço comum de serem antiestado e a favor do mercado (que é sustentado pela teoria populista como “autonomia política”) (GAGO, 2014). O polimorfismo e formas de usar o neoliberalismo são a base para que a autora formule a noção de um “neoliberalismo de baixo para cima”. Ele se engendra também em economias populares, informais, que por vezes têm dinâmicas ilegais. Antes de desenvolver estratégias de resistência, antiliberais, precisamos entender como o liberalismo dominou territórios garantindo reproduções cotidianas. Como se consolidou também nessas economias informais, não assalariadas, no empreendedorismo no sul global. São zonas contraditórias, ambivalentes, formas de entender como esse neoliberalismo é hábil em se conectar com outras dinâmicas econômicas vitais que possibilitam a reprodução da vida das grandes majorias.

Na concepção de Gago (2014) o contexto das forças produtivas, da economia informal emergem as

[...] lógicas barrocas, de composição heteróclita que tratei de ressaltar, são dinâmicas expressivas de uma atualidade social-política-econômica que recupera memórias de longo prazo, ao mesmo tempo que se mostra despreocupadamente flexível para fazer cidade, negócios, política, e desenvolve, assim, uma disputa pela própria ideia de progresso, em sua acepção puramente acumulativa e linear. Essas lógicas barrocas são a trama material, anímica e expansiva que analiso em certas economias populares e que obrigam a reclassificação do que chamamos forças produtivas nas metrópoles latino-americanas. (GAGO, 2014, p. 306)

Em sua teoria, do território “desde a bajo”, os trabalhadores não são assalariados formais, o trabalho por meio do qual garantem seu sustento é precarizado. A questão de como estas economias, antes periféricas, produzem uma nova paisagem onde buscam obter recursos com o trabalho ora formal, ora informal, estabelecendo vínculo com economias ilegais para conquistar um salário de tempos passados há que ter múltiplos trabalhos, implica em conectar-se com múltiplas economias, ficando expostos a vários tipos de violência resultantes das formas de exploração, agora não mais representada pelo trabalho assalariado mas das fontes que produzem este tipo de trabalho, de

multieconomias. “São realidades que emergem frente à desestruturação neoliberal do mundo do trabalho assalariado como modelo capaz de incluir as massas em sua maioria urbana, e frente ao aprofundamento dos regimes laborais predominantemente flexíveis e desprotegidos no interior desse esquema global” (GAGO, 2014).

Em 2020, quando questionada sobre o Brasil (VILAÇA, M.; FREITAS, B.,2020) sobre o contexto político e econômico de ofensivas ultraconservadoras recentes na América Latina e no Mundo, como um processo articulado, respondeu que:

A situação no Brasil com o assassinato de Marielle Franco e o triunfo de Bolsonaro tem levado a pergunta sobre o neoliberalismo mais longe: como se está relançando a acumulação neoliberal em aliança com o fascismo com formas extremas de racismo, sexismo e classismo? O neoliberalismo necessita agora aliar-se com forças conservadoras retrógradas porque a desestabilização das autoridades patriarcais põe em risco a própria acumulação do capital. Diríamos assim: o capital é extremamente consciente de sua acumulação orgânica com o colonialismo e o patriarcado para reproduzir-se como relação de obediência. (...) Com isso, quero dizer que a conjunção do neoliberalismo e do fascismo tem, na América Latina, um arquivo-chave. Creio que esse ponto permite, como mencionava, colocar outra perspectiva à ideia de “novidade” de um neoliberalismo que tem deixado sua roupagem liberal e inclusive progressista para conectar sua atualidade com a experiência originária em certas regiões (sem dúvidas, terceiro-mundistas) do mundo (VILAÇA, M.; FREITAS, B.,2020, p.244)

No contexto de final de Governo, a Gestão Bolsonaro, por medida provisória, promoveu as mudanças já mencionadas, principalmente a ampliação de possibilidade de acesso para os estudantes oriundos das escolas ensino médio privado, pondo em evidência uma atitude unilateral e intencional de favorecer o “negócio” da educação privada às vésperas de final de mandato, início do recesso parlamentar e da captação de recursos de campanha para o processo eleitoral 2022/23. À época, um partido político e uma ONG protocolaram no Supremo Tribunal Federal uma ação questionando a mudança tardia na legislação do PROUNI, feita sem promover uma discussão que justifique tais alterações, cujo trecho disponível na imprensa consta que:

O que se anuncia não é outro panorama senão o de que as alterações esvaziarão a essência do Programa, no que o Prouni será menos redistributivo e mais excludente, de modo a estorvar os caminhos para que os que mais necessitam possam usufruir do acesso à universidade”, diz um trecho da ação enviada ao tribunal
(<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2021/12/pdt.html>, capturado 12/03/2023)

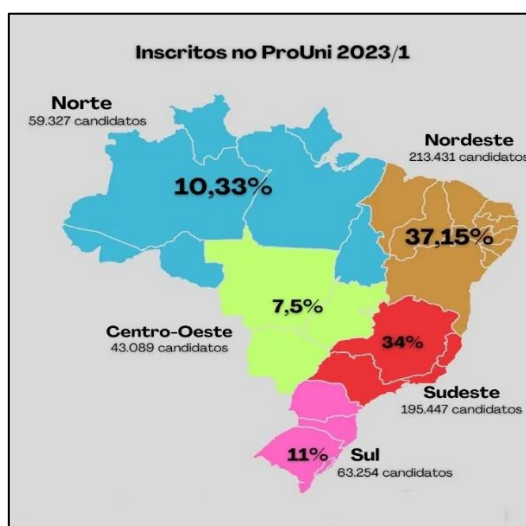
As alterações mencionadas vão ampliar vagas à clientela vinda da escola privada, fato que causará impactos negativos na meta de promover inclusão social dos alunos provenientes de famílias de baixa renda e da escola pública. Mesmo que na classificação

haja uma prioridade para escola pública, os dados de pesquisa têm demonstrado que bolsistas vindo da escola privada detêm maior capital cultural e econômico, estando também vinculados aos cursos de maior prestígio social. Na IES, essa clientela que detém esse perfil social terá uma vantagem competitiva no acesso a bolsas e estágios, por exemplo.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) do primeiro semestre de 2023 foi encerrado com 574.548 candidatos inscritos. Os dados finais foram apurados após o fechamento do processo seletivo, no dia 03/03/2023, quando o sistema também registrou 1.104.509 inscrições realizadas, já que cada pessoa tem direito a escolher até dois cursos. A edição do primeiro semestre do Prouni 2023 superou o Prouni 2022 do mesmo período, que registrou 544.755 inscritos. O número de bolsas ofertadas é recorde desde 2005, quando o Prouni foi lançado, superando 290 mil (MEC,2023)

Por regiões, o Nordeste registrou o maior número de inscritos, um total de 213.431 candidatos, representando 37,15% do total de inscritos. O Sudeste fechou com 34% dos inscritos (195.447), seguido pela região Sul, com 11% (63.254); Norte, com 10,33% (59.327) e Centro-Oeste, com 7,5% (43.089).

Figura 22 - Distribuição das inscrições do PROUNI 2023/01 por Região



Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/programa-universidade-para-todos-fecha-com-574>, capturado 12/03/2023

Analisando estes números, que são bem expressivos e classificados com recorde desde o surgimento do programa, fui pesquisar como teria nascido esta proposta e quem seria o “pai” da ideia, lá no início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007). Descobri que, na verdade, o que há é uma “mãe”, professora da Universidade de São Paulo, Ana Estela Haddad. As informações foram extraídas de uma entrevista à

jornalista Taís Ilheu, na revista eletrônica Ecoa do site Universo *On Line*- UOL em 14 de dezembro de 2021¹⁴. Era o ano de 2003 quando Ana foi convidada pelo ministro da Educação à época, Cristovam Buarque, a compor sua equipe de gestão no MEC. Ela conta na reportagem que a Presidência da República tinha um centro de Documentação Histórica para onde as cartas endereçadas ao presidente Lula eram recebidas. Após um triagem conforme o tema, essas cartas eram distribuídas para os ministérios. Algumas mais complexas ela mesma ajudava a responder, momento em que relata ter uma amostra das principais dores da população. Muitas cartas eram relativas ao FIES e à dificuldade de encontrar emprego para pagar a dívida contraída, desenhando uma realidade de jovens que começavam a vida profissional já endividados (no negativo)

Essas histórias e essas cartas fizeram com que eu mergulhasse em pesquisas. Observei que quase 80% do ensino superior naquele momento era privado, apenas 20% público. Que a gente tinha proporcionalmente um baixo número de vagas em cursos noturnos e muitos cursos diurnos. E que tinha mais ou menos 40% da capacidade instalada de educação superior privada ociosa. Ou seja, estava instalado, autorizado a funcionar, mas não estava ocupado. Naquele momento, apenas 10% dos jovens de 18 a 24 anos conseguiam fazer educação superior no país. Esse foi um conjunto de informações que foi vital para eu me sentir incomodada (ANA HADDAD, 2021)

Ana recorda que em conversas com seu esposo, Fernando Haddad, que tinha sido subsecretário de finanças da Governadora de São Paulo Marta Suplicy, este relatava alguns projetos da sua secretaria. Um exemplo eram os acordos com instituições privadas de ensino devedoras de impostos ao município às quais era oferecida a opção de ofertar vagas em cursos de pedagogia para professores da rede municipal que precisavam cursar uma graduação, como pagamento pelas dívidas. Assim ela relata:

Conversei com o Fernando sobre isso e me veio a ideia: será que essas instituições que acabam tendo isenção de impostos por filantropia não deveriam oferecer vagas para os jovens? Isso não poderia ser um programa de bolsas? Foi a ideia que nasceu na minha salinha. Mas esse é só o começo. No fundo, não basta uma boa ideia, e hoje eu tenho certeza disso. São muitos passos, muita teimosia, força política, visão e estratégia (ANA HADDAD, 2021)

A Professora Ana relata, também, que de início foram muitas dificuldades para levar a ideia a diante. Mas que a proposta tomou impulso com a chegada ao MEC, em 2004, do ministro Tarso Genro, que decidiu comprar a briga e levar a proposta à frente:

¹⁴ A entrevista na íntegra está disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/12/14/ana-estela-haddad-criou-prouni-foi-politica-extremamente-bem-sucedida.htm>

“Também não fui só eu que apresentou a ideia, fui eu e o Fernando. A credibilidade de quem apresenta é muito importante nestes momentos” afirma Ana.

Ainda vivemos efeitos devastadores na pandemia em todos os níveis de ensino no Brasil. Para a maioria dos pais, a falta de equipamentos adequados em casa, como computadores e celulares, foi um dos principais problemas enfrentados durante a suspensão das aulas presenciais. Muitos relataram dificuldade de prover internet e falta de aparelho celular ou computador para todos os filhos, especialmente quando havia mais de uma criança ou adolescente precisando assistir aulas em streamings ao vivo.

O programa PROUNI, em sua trajetória de existência, aproxima-se de completar 18 anos. É reconhecido pela sociedade brasileira como um programa social bem-sucedido entre os propostos pela gestão passada do Presidente Lula, como o exemplo do programa Minha casa Minha Vida. Mas tem apresentado problemas e distorções desde a proposta original, ora atendendo os objetivos da Política Pública Educacional com abrangência social, ora atendendo interesses do lobby político privatista, como a inclusão de estudantes oriundos da classe média, pagantes em escola privadas, possivelmente para atender a interesses econômicos da rede privada de educação superior, que alega ociosidade de vagas no contexto pós pandemia.

Mesmo que existam vagas ociosas na rede privada de Ensino Superior no momento pós pandemia, motivo alegado pelo governo Bolsonaro para alterações comentadas anteriormente, o que se propõe ao novo Governo é um retorno às origens da Política Pública, buscando ampliar a ação compensatória que considera somente critérios de renda.

4.2- A CATEGORIA RAÇA NO PERFIL DO EGRESSO BENEFICIÁRIO DO PROUNI

Um dos objetivos gerais da pesquisa é investigar o perfil dos estudantes bolsistas egressos do ProUni na UCPel em cursos como Serviço Social, Direito e Medicina, pois algumas pesquisas preliminares indicam que essa categoria não está contemplada plenamente no público atendido por cursos de maior prestígio.

O programa tem permitido acesso à educação superior para a população mais pobre do país, onde o recorte principal é a renda familiar de no máximo três salários-mínimos para bolsistas parciais e um e meio para bolsistas integrais. Conseguirá o

egresso vencer as barreiras edificadas pela desigualdade socioeconômica e a discriminação de gênero e raça a partir da conquista da formação superior?

No recorte dos diálogos com autores que estudam o tema, destaca-se os estudos de Frantz Fanon na obra “Pele negra, máscaras brancas”, cuja edição original data de 1952. Contribuem para tornar visível a situação do sujeito negro, tanto cultural quanto historicamente, conduzido a uma posição de inferioridade e sujeição ao colonizador branco.

O autor faz uma análise crítica aos estudos no campo da psicologia de Mannoni (*O. Mannoni, Psychologie de la colonisation, Ed. du Seuil*), e seus estudos sobre psicologia do colonizador e do colonizado:

[...] é uma pesquisa sincera, pois ele tenta demonstrar que não se pode excluir da explicação do homem a possibilidade de assumir ou negar uma situação dada. O problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições. (FANON, 2008[1952], p. 84).

O questionamento “uma sociedade é racista ou não o é?” revela seu ponto de vista: a sociedade não se reconhece como racista, não compreende as evidências de sua ocorrência “deixando de lado muitos problemas”. O autor contesta o entendimento de Mannoni (1950) quando este considera que os negros na América são mais infelizes: “...a França é menos racista que outros países como na América, seus congêneres são mais infelizes. A França é um país racista, pois o mito do negro-ruim faz parte do inconsciente da coletividade...” (FANON, 2008 [1952], p. 85),

[...] mas me parece que Mannoni não tentou sentir de dentro o desespero do homem de cor diante do branco. Dediquei-me neste estudo a apalpar a miséria do negro, tátil e afetivamente. Não quis ser objetivo. Aliás, não é bem isso: melhor seria dizer que não me foi possível ser objetivo”. (FANON, 2008 [1952], p. 85)

Crítica a afirmação de Mannoni (1950) quando este estima que os brancos pobres da África do Sul detestam o negro independentemente de qualquer processo econômico. Sustenta que, a “barreira econômica se origina, entre outras causas, do medo da concorrência e do desejo de proteger as classes dos brancos pobres que formam a metade da população europeia e de impedi-los de decair ainda mais” (FANON, 2008 [1958], p. 85); Afirma que “O racismo colonial não difere dos outros racismos. O antissemitismo me atinge em plena carne, eu me emociono, esta contestação aterrorizante me debilita, negam-me a possibilidade de ser homem. (FANON, 2008 [1958], p. 87). O autor identifica, ainda, a falta de interesse pelas evidências que a

sociedade Francesa também é racista. Diz que a África do Sul e a Europa tem uma estrutura racista: “Vê-se bem que Monsieur Mannoni não está interessado neste problema, uma vez que afirma: “A França é o país menos racista do mundo.” (FANON, 2008 [1958], p. 89)

O exemplo indicado por Fanon (2008 [1958], p. 89) é a África do Sul, onde a grande maioria da população é negra “Na África do Sul, devem existir dois milhões de brancos para aproximadamente treze milhões de nativos”, e mesmo estando em ampla maioria “nunca passou pela cabeça de nenhum nativo sentir-se superior a um branco minoritário”. Assim, o autor defende que: “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. “Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado.” Com essa conclusão, aproximamo-nos de Sartre: “O judeu é um homem que os outros homens consideram judeu: eis a verdade simples de onde se deve partir. É o anti-semita que faz o judeu” (FANON, 2008 [1958], p.90)

O autor critica a forma como os habitantes da ilha de Madagascar, “o malgaxe-tipo”¹⁵, são estudados em um ambiente fechado e não são os mesmos após colonizações anteriores, a exemplo do estudo do militar francês Galliéni:

Após ter confinado o malgaxe nos seus costumes, após ter realizado uma análise unilateral de sua visão do mundo, após ter descrito o malgaxe em ambiente fechado, após ter pretendido que o malgaxe mantém relações de dependência com os ancestrais, características altamente tribais, o autor, desprezando qualquer objetividade, aplica suas conclusões a uma compreensão bilateral – ignorando deliberadamente que, desde Galliéni, o malgaxe não existe mais (FANON, 2008 [1958], p. 91).

Fanon (2008) entende que os estudos e conclusões de Mannoni esquecem que o malgaxe não existe mais. A chegada do branco colonizador a Madagascar tumultuou os horizontes e os mecanismos psicológicos de seus habitantes.

[...] Todo o mundo já o disse, para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco. Uma ilha como Madagascar, invadida de um dia para o outro pelos “pioneiros da civilização”, mesmo que esses pioneiros tenham se comportado da melhor maneira possível, sofreu uma desestruturação. Se ele é malgaxe, é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade. Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de

¹⁵ O malgaxe (malagasy) é uma língua malaio-polinésia falada por praticamente toda a população de Madagascar. Em Madagascar, a língua malgaxe é considerada a língua nacional, mas divide a condição de língua oficial com o francês, que continua sendo a língua principal nos meios escritos e na educação.

algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”. (FANON, 2008 [1958], p. 94)

Concluindo o recorte do texto de Franz Fanon (2008), a reflexão a seguir expõe claramente como as estruturas sociais estão na origem dos conflitos que causam “dificuldades” ao negro devido a sua cor:

Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais (FANON, 2008 [1958], p. 96).

No entendimento do autor Anibal Quijano (2005, p.117), a globalização era a “culminação” de um processo que “iniciou com a constituição da América e do capitalismo colonial moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”.

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p.117).

Compreende-se, dessa forma, como a ideia de raça construída artificialmente serviu aos propósitos de estabelecer o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Conforme Quijano (2005), essa categoria foi aplicada pela primeira vez aos “índios”, não aos “negros”. Desse modo, raça apareceu muito antes que “cor” na história da classificação social da população mundial. O autor identifica dois processos históricos convergentes que associados produziram um novo espaço/tempo estabelecendo-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. [...]Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p.118)

No entendimento de Quijano (2005), raça é uma categoria mental da modernidade, que pode ter referência nas diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas sua construção desde o princípio servia para sustentar que havia supostas estruturas biológicas diferenciada entre os grupos, ou seja, a genética do

conquistador era superior, e que é responsável por produzir na América novas identidades sociais históricas:

Índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. [...] E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. (QUIJANO, 2005, p. 119)

Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Com relação à experiência histórica latino-americana, Quijano (2005) usa a metáfora de um espelho que distorce a imagem que reflete, quando aplicamos a perspectiva eurocêntrica do conhecimento:

[...] a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. [...] Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. (QUIJANO, 2005, p. 120)

A consequência e resultado é de que não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. Como proposto, os recortes das categorias trabalhadas por Anibal Quijano são um exercício na tentativa de enxergar uma imagem mais real, menos distorcida, no espelho eurocêntrico que reflete a imagem social da América Latina.

O próximo autor visitado nas reflexões sobre as origens do racismo/raça é Achille Mbembe (2016) e seus estudos sobre a necropolítica, que remetem ao mundo colonial, à escravidão e ao apartheid como estados de exceção. “A raça (o racismo) é crucial (mais uma vez) para esse encadeamento” (MBEMBE, 2016, p. 128).

O autor reflete sobre questões baseadas no texto de Michel Foucault quando este apresentou a temática do biopoder e da biopolítica. Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? Questiona Mbembe (2016, p. 129) “O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou seu assassino/a?”

Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto?

A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder? (MBEMBE/, 2016, p.130).

O autor propõe, na sua argumentação, relacionar a noção de biopoder, de Foucault, a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio; Explora qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte, que só pode funcionar em um estado de emergência. Mais especificamente, do ponto de vista antropológico:

o que essas críticas discutem implicitamente é uma definição de política como relação bélica por excelência. Também desafiam a ideia de que, necessariamente, a racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consista na vontade e capacidade de matar para possibilitar viver. (MBEMBE, 2016, p. 132).

Na França, o advento da guilhotina marca uma nova fase na “democratização” dos meios de eliminação dos inimigos do Estado, onde essa forma de execução prerrogativa da nobreza é estendida a todos os cidadãos. Terror e morte tornam-se os meios de realizar o já conhecido *télos*¹⁶ da história.

No mundo colonial, a escravidão e o apartheid são um estado de exceção. A raça (o racismo) é crucial (mais uma vez) para esse agrupamento (encadeamento). Como consequência, a violência colonial e a ocupação são profundamente subscritas pelo sagrado terror da verdade e da exclusividade (expulsões em massa, reassentamento de pessoas “apátridas” em campos de refugiados, estabelecimento de novas colônias). O funcionamento do necropoder no contexto de ocupação colonial tardo-moderna também é uma forma contemporânea que subjuga a vida ao poder da morte e reconfigura profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. O autor demonstra que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Propõe, assim, a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”.

¹⁶ Costuma-se traduzir *télos* por meta, fim, finalidade.

4.3- CAPITAL SOCIAL, POBREZA E DESIGUALDADE COMO CHAVE DE LEITURA PARA COMPREENDER O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A democratização do acesso à educação superior possibilita aos beneficiários do programa PROUNI ganhos de capital social e superação da condição de classe? No esforço de buscar algumas respostas a esta pergunta, faz-se necessário pesquisar alguns conceitos de capital social, partindo de autores como Toledo e Solera (2005), Peñaloza (2013), Ribeiro e Araújo (2018). A partir desses autores, proponho um diálogo com a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, conceitos e teorias sobre as estratégias que os agentes sociais mobilizam nos diferentes campos em que ocupam posições desiguais. A noção de campo nos possibilita compreender as especificidades e as tomadas de posição dos agentes sociais dentro de determinados espaços de relações e a construção de identidades, buscando compreender as teorias sobre “capitais” e “habitus” e suas implicações no comportamento humano nas concepções de Bourdieu.

Ao estudar a pobreza, Toledo (2005) ressalta que a vasta maioria dos pesquisadores no mundo ainda ignora a contribuição que o capital social pode ter na privação de renda dos indivíduos. No Brasil, embora o tema já venha sendo explorado por estudiosos da área da sociologia, o capital social, ao contrário do caso de vários países no mundo, raramente se configura como objeto de pesquisa

No artigo “Capital social e pobreza no Brasil”, os autores Ribeiro e Araujo (2018) citam os estudos de Collier (1998 apud Portales 2014), no qual argumenta que, em razão da escassez de capital econômico e humano da população pobre, o capital social é considerado um capital constante e inesgotável que pode ajudá-la a garantir o mínimo necessário para viver e, portanto, combater a pobreza. Por essa razão, Garcia (2004) sugere que as instituições públicas incentivem o crescimento da associatividade e reciprocidade, sobretudo das camadas mais pobres da sociedade, como forma de ampliar o capital social.

A pesquisa de Peñaloza (2013) para o Equador, no período de 2010 a 2012, não encontrou evidências empíricas para sustentar que o capital social é uma variável capaz de contribuir com a redução da pobreza. Na concepção de Peñaloza (2013), esse resultado pode estar relacionado a falhas na definição e quantificação do capital social, fatores que podem impedir de mensurar a verdadeira conexão entre esse tipo de capital e a pobreza. Convergindo com os resultados de Peñaloza (2013), os estudos sobre

pobreza e capital social de Toledo (2005), realizados para a capital da Argentina, indicam que as redes sociais estão longe de ser um instrumento eficaz ou suficiente para evitar o risco de incidência de pobreza. A pesquisa, que é resultante de um banco de dados dos meses de outubro de 2001 a maio de 2002 e oriunda do Gran Buenos Aires (GBA), relacionou dois indicadores de capital social (laços fortes e fracos) com as diferentes definições de pobreza (absoluta, extrema e relativa). Em linhas gerais, segundo Toledo (2005), os laços fortes referem-se aos laços familiares e de amigos mais próximos, enquanto os laços fracos são aqueles formados no ambiente de trabalho e em associações em geral.

O autor Mexicano Carlos Rafael Rodrigues Solera (2005), por sua vez, propõe debates sobre a desigualdade social a partir de diferentes caminhos e abordagens. Para orientar a discussão, propõe trajetórias que analisam a origem da desigualdade e fomentam a discussão em torno da sua origem, se deve-se a fatores sociais ou naturais. O autor recorre a diferentes abordagens do problema da forma como a desigualdade se constrói socialmente a partir de certas diferenças indicadas como importantes. Uma é discussão sobre o problema dos distintos tipos de desigualdade que se apresentam na sociedades modernas. Outra é análise sobre as causas da desigualdade e sobre a melhor forma de combatê-la. Há também a abordagem do problema da conciliação de justiça e cidadania e a discussão do problema da conciliação entre os interesses do presente e do futuro.

Assim, conforme Solera (2005), duas posições são fundamentais na opção pelo caminho a ser trilhado nos debates. A primeira está condicionada à suposição de que existiu uma completa igualdade de acesso às oportunidades educativas e de desenvolvimento das capacidades pessoais, então as diferenças teriam origem nas características naturais de cada um, como vigor, saúde, inteligência, coragem. A segunda explicação é que a desigualdade não é resultado das diferenças individuais, mas das distintas oportunidades que as pessoas tiveram e que se manifestam antes de entrar em uma concorrência. Segundo o autor, essa posição supõe que não existe uma igualdade de oportunidades no acesso à educação ou outras formas de desenvolvimento das capacidades individuais. A diferença nos resultados estaria no acesso diferencial às oportunidades de desenvolvimento pessoal e não nas diferenças atribuíveis a fatores naturais.

Então, para esse autor, a origem da desigualdade teria de ser buscada em aspectos sociais e não em fatores naturais, como nos estudos de Jean Jacques Rousseau

“El origen de lá desigualdade” (1712), nos quais desenvolve a ideia de que o homem é bom por natureza e é a sociedade que corrompe sua condição natural. Os seres humanos nascem livres e iguais, mas são as instituições sociais que criam a desigualdade. Ele não nega que exista desigualdade de origem natural entre as pessoas. Contudo, considera que as diferenças de origem natural não contam, pois a desigualdade que pode “ser nociva é a de origem social, não natural, é estabelecida (politicamente), ou pelo menos autorizada, mediante consenso dos homens” (SOLERA, 2005 apud ROUSSEAU [1712], p. 15).

Segundo Portes (1998) é possível distinguir três grandes funções do capital social: seria uma fonte de controle social, uma fonte de apoio familiar, uma fonte de benefícios através de redes extrafamiliares. Para Toledo (2005) o capital social depende da tendência para uma maior sociabilidade, como também da capacidade para formar novas redes e associações, onde encontramos fortemente estruturados a reciprocidade, confiança e cooperação, que proporcionam benefícios a aqueles que a integram, mas também pode reproduzir efeitos negativos, como exclusão e desigualdade.

4.4- A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU: OS ESTUDOS DE CAMPO, OS CAPITAIS E OS HABITUS.

A política não pode se bastar somente no acesso à vaga na universidade particular, à isenção dos custos de matrícula deste aluno. Quando avaliadores da eficiência/eficácia da política, bem como do sucesso dos egressos beneficiários do programa, deverão levar em conta o volume dos capitais acumulados pela trajetória social do aluno.

O autor Pierre Bourdieu possui um vasto arcabouço teórico-sociológico, mas uma noção central na sociologia de Bourdieu é a de campo que, em termos analíticos, pode ser definido como: uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (situs) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) [...] (BONNEWITZ, 2003).

A manifestação das diferentes estruturas de poder, econômico, jurídico, social em seu campo de atuação vão constituir os diferentes “espécies” de capitais, como sintetiza Bonnewitz (2003): o capital econômico, que é constituído pelos diferentes fatores de

produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais; O capital cultural, que corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. Este capital pode existir sob três formas: em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo (por exemplo, a facilidade de expressão em público), em estado objetivo, como bem cultural (a posse de quadro, de obras), e em estado institucionalizado, isto é, socialmente sancionado por instituições (como os títulos acadêmicos).

Há também o capital social, que se define essencialmente como o conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo. A detenção desse capital implica um trabalho de instauração e manutenção das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade: convites recíprocos, lazer em comum etc.; E o capital simbólico, que corresponde ao conjunto dos rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento. Afinal, apenas o crédito e a autoridade conferem a um agente o reconhecimento e a posse das três outras formas de capital. “Ele permite compreender que as múltiplas manifestações do código de honra e das regras de boa conduta não são apenas exigências do controle social, mas são constitutivas de vantagens sociais com consequências efetivas”. (BONNWEITZ, 2003, p.53-54)”

Na teoria de Bourdieu, o conceito de habitus contribui na compreensão do processo de tornar o homem um ser social, cumprindo a condição para que o seja socializado e possa viver em sociedade. Na concepção do autor, a socialização é caracterizada pela formação do habitus. Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem habitus, sistemas de disposição duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BONNEWEITZ, 2003, p.76-77)

Nessa teoria, o habitus é o produto da posição e da trajetória social dos indivíduos. A filiação social estrutura as aquisições e produz um habitus de classe. As representações dos agentes variam de acordo com sua posição (e com os interesses associados a ela) e com seu habitus, como sistema de esquemas de percepção e de

apreciação, como estruturas cognitivas e avaliadoras, que eles adquirem através da experiência duradoura de uma posição no mundo social. (BONNEWITZ, 2003 p.78-79).

Partindo desta concepção na teoria de Bourdieu, ao indivíduo que passou por várias ações pedagógicas, as mais importantes ou decisivas seriam as mais precoces, as que sofremos durante a infância, são responsáveis por nos imprimir um habitus primário, como o recebemos no grupo familiar, responsável pela socialização primária. A partir do habitus primário outros se sucedem, resultantes do convívio social na Escola, por exemplo. Importante perceber que esses habitus adquiridos, na família, na escola, resultam da posição social que ocupam, logo os esquemas de percepções e de ações transmitidos dependem dessa posição.

Receber uma educação é, em geral, receber uma educação ligada a uma posição de classe; é adquirir disposições para reproduzir espontaneamente, em e por seus pensamentos, suas palavras, suas ações, as relações sociais existentes no momento da aprendizagem. (BONNEWITZ, 2003, p.79)

O capital cultural incorporado começa a ser acumulado desde a nossa socialização, irá variar em quantidade, qualidade e volume conforme nossa trajetória social, nossos ambientes de socialização. Por exemplo, se nascemos em uma família que escuta uma diversidade de músicas, vamos incorporando uma série de informações mais amplas, diferente de se nascermos em uma que escuta um só tipo de música. Se pertencemos a uma família que houve somente o funk, por exemplo, tenho informações mais restritas; embora incorporadas em quantidade, são desvalorizadas em sua qualidade em relação a quem houve música clássica. O capital cultural, assim, está também vinculado às diferentes classes sociais e seus respectivos habitus. Motivo pelo qual os casamentos ocorrem, na maioria das vezes, entre as mesmas classes sociais, que possuem habitus em comum.

O capital cultural institucionalizado, aquele representado por títulos oferecidos por instituições, reconhece a cultura acumulada pelo detentor do “título”, atribui valor a uma cultura que foi acumulada pelo detentor deste “título”. Como, por exemplo, o título de Mestre e Doutor para os estudantes que investiram na sua aquisição em um programa de pós-graduação e receberam com os respectivos diplomas.

O Capital Cultural Objetivado está em objetos corporificados em bens que tem um valor nessa lógica da cultura. Podemos transitar por mais de um capital, como no exemplo da posse de um quadro de um grande mestre ou uma reprodução fotográfica

da original, mesma imagem, mas valores culturais diferentes. Na pintura original as pinceladas do artista estarão visíveis atribuindo um valor cultural maior.

Na pesquisa em curso, busco compreender como este campo de estudo, democratização do acesso ao ensino superior por meio da política ProUni opera na aquisição de capitais pelos egressos beneficiários do programa e quais fatores que concorrem para o sucesso ou fracasso desses indivíduos, pesquisando o perfil destes estudantes, bem como as manifestações da sua estrutura familiar, que muitas vezes, pela organização, é responsável pela superação das condições de classe.

CAPÍTULO 5- METODOLOGIA UTILIZADA NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A metodologia teve abordagem quanti-qualitativa, que envolveu pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

Parte-se da concepção de que não há necessidade de o pesquisador optar por um único método, como resultado de divergências no meio acadêmico sobre a utilidade de métodos quantitativos e detrimento dos qualitativos na pesquisa em Ciências Sociais. Assim como Baquero (2009), concorda-se aqui que devemos conhecer ambas as técnicas

permitindo a opção por uma ou outra, não confundindo epistemologia com método. Presentemente, o profissional da área de Ciências Sociais precisa dominar diferentes técnicas de metodologia de pesquisa, pois ele não é só um “consumidor” da pesquisa, mas dele se espera também contribuições no processo de construção do conhecimento. Tosa e qualquer técnica de análise tem limites e deficiências. O pesquisador necessita conhecer essas deficiências para construir um conhecimento sobre a realidade (BAQUERO, 2009, p. 7).

De acordo com Creswell (2010, p. 240), podemos utilizar métodos mistos concomitantes, “aqueles em que o pesquisador converge ou mistura dados quantitativos e qualitativos para realizar uma análise abrangente do problema da pesquisa”. Neste modelo, o investigador coleta as duas formas de dados ao mesmo tempo e depois integra as informações na interpretação dos resultados gerais. O autor complementa:

Com o desenvolvimento e a legitimidade percebida tanto da pesquisa qualitativa quanto da pesquisa quantitativa nas ciências sociais e humanas, a pesquisa de métodos mistos, empregando a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas, ganhou popularidade (CRESWELL, 2010, p. 240).

A presente, então, foi desenvolvida por meio das abordagens quantitativa e qualitativa. A abordagem QUANTITATIVA se dá em uma parte do trabalho, em razão da pesquisa documental que envolve o bancos de dados do ENADE, com recorte para os dados do levantamento socioeducacional dos bolsistas do programa PROUNI e o relatório técnico específico dos cursos Serviço Social, Direito e Medicina da Universidade Católica de Pelotas referentes às duas últimas avaliações. Nesta perspectiva, pretende-se fazer uma análise de dados secundários da pesquisa documental sobre duas bases principais: a do ENADE e as da própria Universidade.

No que diz respeito à análise dos dados quantitativos, foi utilizado o *software* SPSS/IBM para aplicação de estatística descritiva com tabulação e frequências de crossover, estatísticas de duas variáveis e correlação de categorias.

Quanto ao que concerne à perspectiva QUALITATIVA, empregou-se uma pesquisa empírica onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas, na perspectiva da Pesquisa Narrativa e história de vida, com os bolsistas egressos do programa ProUni dos cursos Serviço Social, Direito e Medicina da Universidade Católica de Pelotas.

Assim como Lionel-Henri Groulx (2008), avalia-se que a pesquisa qualitativa tem contribuído significativamente com a pesquisa social, a partir do reconhecimento das interações que ocorrem entre elas. A reciprocidade dessas metodologias contribui também para desenvolver uma pesquisa empírica que busca compreender a realidade das interações sociais.

Compreende-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico fundamental na produção do conhecimento científico capaz de gerar a formulação de hipóteses ou interpretações acerca do tema pesquisado. Como propõem as autoras Mito e Lima (2007),

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente (MIOTO; LIMA, 2007, p. 44).

Pretende-se, na teoria disponível, compreender e explicar os processos e interações, o que Minayo (2002) definiu como “domínio empírico da teoria” alertando que nenhuma teoria, por mais elaborada que seja, da conta de explicar a totalidades destes fenômenos e processos. A tarefa do pesquisador é separar, recortar determinados aspectos significativos da realidade para analisá-los buscando uma “interconexão” sistemática entre eles. No entendimento da autora, embora as teorias sejam explicações parciais da realidade, cumprem funções importantes:

- a) colaboram para esclarecer melhor o objeto da de investigação;
- b) ajudam a levantar questões, o problema, as perguntas e/ou hipóteses com mais propriedade;
- c) permitem maior clareza na organização dos dados;
- d) iluminam a análise dos dados organizados, embora não possam direcionar totalmente essa atividade, sob pena de anulação da originalidade da pergunta inicial (MINAYO, 2002, p. 18-19)

A pesquisa documental foi realizada na base de dados do ENADE, mais especificamente nos seus Microdados, que se constituem no menor nível de desagregação de dados recolhidos por meio do exame, mais especificamente na tabulação das respostas ao questionário socioeducacional (anexo I), com o recorte das

questões que remetem as categorias de análise selecionadas para raça, gênero, classe e escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio e critério para escolha do curso. Também foi analisado o relatório síntese da área, elaborado pelo INEP/MEC especificamente para a UCPel e os cursos selecionados.

5.1- PESQUISA EMPÍRICA

Com relação à pesquisa empírica, trata-se de uma pesquisa multicase (casos múltiplos), utilizando a pesquisa narrativa e história de vida. O método multicase, muitas vezes, é compreendido como mais adequado para pesquisas exploratórias. No entendimento de Yin (1989, p. 23) "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas". Deste modo, o presente estudo classifica-se como estudo de casos múltiplos, sendo centrado em três cursos da UCPel: Serviço Social, Direito e Medicina.

A opção por utilizar a metodologia da pesquisa narrativa justifica-se pelo objetivo de buscar nas histórias de vida uma tradução e reflexões sobre os fatos vividos, pois:

Ao contar sua história de vida, o sujeito significa a sua própria história através de um processo reflexivo, sobre os fatos vividos. "As pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros. [...]" (CLANDININ; CONNELLY, 2015 p. 27).

Uma pesquisa narrativa é uma investigação preocupada com o sujeito em formação, voltada para a história de sua vida e como ela se constrói e se reconstrói. Segundo Clandinin e Connely (2015 p. 85), a sua concepção de pesquisa narrativa são "pessoal e social (interação); passado, presente e futuro (continuidade); combinados a noção de lugar (situação)". E continuam:

Este conjunto de termos cria um espaço tridimensional para investigação narrativa, com a temporalidade ao longo da primeira dimensão, o pessoal e o social ao longo da segunda dimensão, e o lugar ao longo da terceira. Utilizando esse conjunto de termos, qualquer investigação em particular é definida por este espaço tridimensional: os estudos têm dimensões e abordam assuntos temporais; focam no pessoal e no social em um balanço adequado para a investigação; e ocorrem em lugares específicos ou sequências de lugares. (CLANDININ; CONNELLY, 2015 p. 85).

5.2- CONSTRUÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA

O universo é o conjunto de egressos que forma bolsistas e a amostra são os bolsistas egressos de duas turmas dos Cursos de Serviço Social, Direito e Medicina referentes aos anos nos quais foram realizadas as duas últimas avaliações do ENADE, sendo os anos de 2015 e 2018 para Serviço Social e Direito, e 2017 e 2018 para Medicina. A escolha dos cursos foi determinada, inicialmente, por fatores como apresentarem maior concorrência (Direito e Medicina) e menor (Serviço Social). Alguns estudos apontam para a necessidade de ampliar as investigações, verificando se isto traduz uma classificação hierárquica dos diferentes cursos superiores no Brasil, resultado da atribuição de diferentes valores simbólicos aos mesmos.

Na pesquisa de campo, as entrevistas foram realizadas com quatorze egressos selecionados pela técnica de amostragem por cotas para representantes de cada curso, considerando a proporção de egressos por curso e representatividade em relação a identificação do perfil socioeducacional. As cotas por curso estão descritas no item 5.4 (p.144) que trata do desenvolvimento da pesquisa, detalhando como foram selecionados os sujeitos com os quais foi realizada a pesquisa narrativa de história de vida para identificar a compreensão dos mesmos sobre a experiência do ProUni, como esta experiência incidiu em seus respectivos cotidianos, na sua vida egressa.

A técnica de entrevista foi a semiestruturada “as entrevistas são consideradas conversas com finalidades e se caracterizam conforme sua organização. Elas podem ser classificadas como sondagem de opinião, semiestruturada, aberta, focalizada ou projetiva”. (ZANELLA, 2012, p. 64)

Na descrição de Zanella (2013, p. 17), a entrevista Semiestruturada segue um roteiro ou “guia” criado pelo entrevistador, mas sem se prender rigidamente à sequência das perguntas, assim a conversa segue conforme os depoimentos do entrevistado. É chamada por Richardson *et al.* (2007, p. 212) de entrevista guiada, pois o entrevistador conhece “previamente as aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, fórmula alguns pontos a tratar na entrevista” (ZANELLA, 2013, p. 17).

Na concepção de Baquero (2009, p. 76):

Do ponto de vista da obtenção de informação necessária para determinada pesquisa, cada tipo de pergunta tem certas vantagens e algumas desvantagens. Uma pergunta fechada pode aumentar a segurança de que as respostas são dadas num quadro de referência significativo para o objetivo da pesquisa e sobre uma forma utilizável na análise. (BAQUERO, 2009, p. 76).

Em suma:

[...]as perguntas fechadas são mais eficientes, quando as possíveis alternativas de respostas são conhecidas, limitadas quanto ao número e bem-distintas. As perguntas abertas são necessárias quando a questão é complexa, quando não se conhecem as dimensões significativas, ou quando o interesse da pesquisa é a exploração de um processo ou da formulação de uma opinião individual. (BAQUERO, 2009, p. 76).

Na investigação proposta, foi utilizada a entrevista semiestruturada do ponto de vista de Minayo (2012, p. 64), como técnica “combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender a indagação formulada”. O espaço tridimensional da Pesquisa Narrativa, metáfora proposta pelos autores Clandinin e Connelly (2015) para um conjunto de termos que indicam retrospectiva e prospectiva, introspectiva e extrospectiva localizados em determinado lugar, são dimensões e direções a serem mais estudadas antes da pesquisa de campo.

5.3- ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

Em relação à análise das entrevistas, foi utilizado o software IRAMUTEQ para análise de conteúdo e discursos em arquivos de texto. É um software gratuito¹⁷, licenciado por GNU GPL (v2). Ancora-se no software R e na linguagem Python. Funciona nos diferentes sistemas operacionais: Linux, Windows, Mac.; Viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude).

Propõe-se, assim, pensar o processo social quali-quantitativamente, superando limites e dificuldades no exercício de construir conhecimento sobre a realidade, motivado pelo prazer de desenvolver uma pesquisa científica a partir do todo, construindo detalhes que correspondam ao relevante interesse acadêmico pelo estudo de políticas que podem proporcionar a transformação social.

5.4- ANÁLISE DO CAMPO

¹⁷ Parte da ideia de utilização não apenas da palavra como unidade de análise, mas também de seu contexto, o pesquisador francês Pierre Ratinaud (2009) desenvolve o software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires Iramuteq*. Utiliza-se do mesmo algorítmico do ALCESTE (Reinert, 1990) para realizar análises estatísticas de textos.

A construção reflexiva sobre o campo da pesquisa foi realizada a partir da análise da produção científica, em teses e dissertações no país, sobre políticas de democratização do acesso ao ensino superior. A intenção é construir uma análise das histórias de vida dos egressos do ProUni da UCPel, desde sua criação em 2004, resultando em categorias e texto analítico, adotando para este fim a metodologia do Estado do Conhecimento, a partir de Morosini (2021):

No nosso entendimento, *Estado do Conhecimento* é a identificação, registro, categorização que levem a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI, 2021, p. 23, grifos do original).

A construção do *corpus* de análise do estado conhecimento foi realizada em abril de 2021, no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT¹⁸. Nesse portal é possível pesquisar teses e dissertações publicadas e defendidas em Programas de Pós-Graduação brasileiros que possuam sua biblioteca vinculada à do IBICT.

No primeiro momento, realizou-se a busca em campo geral na BDTD/IBICT utilizando os descritores “prouni” e “egressos”, com variações para o filtro “Tipo de busca”. Em “Todos os campos por ordem de relevância”, foram encontrados 30 (trinta) resultados: por “Título”, 12 (doze) trabalhos; por “Assunto”, 2 (dois) trabalhos; por “Instituição”, na PUC-RS, 1 (um) trabalho e na UNB 2 (dois) trabalhos. Não foi aplicado filtro para período temporal específico, na intenção de abarcar todas as produções desde a criação do programa em 2004. As Instituições mencionadas foram escolhidas pelo autor devido a relevância nas pesquisas acadêmicas no campo da educação e políticas sociais. Os trabalhos encontrados em menor número quando aplicados os filtros: “título”, “assunto”, por instituição “PUC” e “UNB”, estão contidos no resultado para a busca geral “prouni” e “egressos” por ordem de relevância. Na figura seguinte, apresento o quadro com o resumo do quantitativo de trabalhos encontrados e descartados.

¹⁸ Endereço eletrônico: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>, pesquisa realizada em abril de 2021.

Tabela 5- Construção do corpus de análise: descritores e resultados encontrados:

Pesquisa	Palavras-chave	Tipo de Busca	Data da Pesquisa	Período Pesquisado	Trabalhos encontrados	Trabalhos Selecionados	%
1	"prouni""egressos"	Todos os campos por ordem de relevância	30/03/2021	todo	30	20	66
2	"prouni""egressos"	Título	30/03/2021	todo	12	6	50
3	"prouni""egressos"	Assunto	31/03/2021	todo	2	2	100
4	"prouni""egressos"	PUC-RS	05/04/2021	todo	1	1	100
5	"prouni""egressos"	UNB	06/04/2021	todo	2	1	50
Total					47	30	

Fonte: Base de dados pesquisada: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD, elaboração do autor

Obs: Os trabalhos encontrados nas pesquisas nº 02, 03, 04, 05 aparecem entre os 20 trabalhos selecionados na pesquisa nº 01

Os trabalhos foram numerados de um a trinta, conforme a lista fornecida por ordem de relevância no site do IBICT. No quadro a seguir estão classificados por tese (8 trabalhos), dissertação (12 trabalhos) e não selecionados (10 trabalhos), conforme a numeração mencionada. Todos os trinta trabalhos foram copiados para uma pasta para futuras consultas e consolidação das informações.

Dez trabalhos foram excluídos por tratarem outros temas, como: ensino fundamental, o Programa Minha Casa Minha Vida-PMMV, ou o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, por exemplo.

Tabela 6- Quantitativo de trabalhos por tipo: Doutorado/ Mestrado:

TESE OU DISSERTAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE
TESES	02,03,04,12,16,17,25,29	08
DISSERTAÇÕES	01,05,06,08,09,11,13,15,18,19,24,26,	12
EXCLUIDAS	07,10,14,20,21,22,23,27,28,30	10
TOTAL		30

Fonte: Base de dados pesquisada: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD, elaboração do autor

Obs: Os trabalhos encontrados nas pesquisas nº 02, 03, 04, 05 aparecem entre os 20 trabalhos selecionados na pesquisa

A constituição do Estado do Conhecimento segue etapas específicas, conforme Morosini (2021): Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada, Bibliografia Categorizada e Bibliografia Propositiva. A seguir, apresenta-se a síntese das etapas e os principais elementos que devem descrever:

Figura 23 - Sequência de etapas da metodologia do Estado do Conhecimento.

01- Busca na fonte de produção	02- Bibliografia anotada	03- Bibliografia Sistematizada	04- Bibliografia categorizada
- IBICT; - CAPES; - Repositórios Institucionais.	- Referência Bibliográfica Completa; - Resumo.	- Número do trabalho; - Ano de defesa; - Autor; - Título; - Nível; - Metodologia; - Resultados.	- Divisão em blocos temáticos; - Número do trabalho; - Ano de defesa; - Autor; - Título; - Nível; - Objetivos - Metodologia; - Resultados.
Corpus de análise	Leitura Flutuante		

Fonte: Adaptado pelo Autor, de Morosini (2021).

Obedecendo a sequência proposta pela metodologia, a partir dos resultados da Etapa “01- Busca na fonte de produção o corpus de análise”, foram selecionados vinte trabalhos, seguida das anotações da etapa “02- Bibliografia anotada”, como demonstrado na próxima tabela:

Figura 24- Exemplo dos registros da Bibliografia anotada.

Número	Ano	Autor	Título	Resumo
Nº 01	2016	FERREIRA, Sônia Andréa Pimentel Rodrigues	TÍTULO: As repercussões do PROUNI na vida profissional dos egressos da UNAMA	[...]
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA COMPLETA: FERREIRA, Sônia Andréa Pimentel Rodrigues. As Repercussões Do PROUNI Na Vida Profissional Dos Egressos Da UNAMA. 2016. As repercussões do PROUNI na vida profissional dos egressos da UNAMA. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.				
Nº 02	2012	Marco, Beatriz Di	Prouni: influências sobre a inclusão social dos seus egressos	[...]
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA COMPLETA: Marco, Beatriz Di. Prouni: influências sobre a inclusão social dos seus egressos. 2012. 82 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012				

Fonte: Base de dados pesquisada: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD, elaboração do autor.

A partir dos resultados da “Etapa 02- Bibliografia anotada”, obedecendo as etapas metodológicas propostas por Morosini (2021), é realizada a sistematização dessa bibliografia, procedimento demonstrado no próximo quadro.

Figura 25 - Exemplo dos registros da Bibliografia sistematizada

Número/ Nível	Ano	Autor	Título	Objetivo Geral
Nº 01 Dissertação	2016	FERREIRA, Sônia Andréa Pimentel Rodrigues	TÍTULO: As repercussões do PROUNI na vida profissional dos egressos da UNAMA	Identificar repercussões do Programa Universidade Para Todos- ProUni na vida profissional dos egressos da Universidade da Amazônia- Unama, em Belém do Pará
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA COMPLETA: FERREIRA, Sônia Andréa Pimentel Rodrigues. As Repercussões Do PROUNI Na Vida Profissional Dos Egressos Da UNAMA. 2016. As repercussões do PROUNI na vida profissional dos egressos da UNAMA. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.				
Objetivo Específico: [...]				
Metodologia: abordagem qualitativa realizado por meio do Estudo de Caso. Como instrumentos de coleta de dados e informações foram utilizados questionários enviados aos egressos e análises de documentos disponibilizados pela instituição. Foi realizada também a revisão bibliográfica e como forma de tratamento das informações coletadas, a análise documental e a análise de conteúdo				
Resultados: [...]				
Nº 02 Tese	2012	Marco, Beatriz Di	Prouni: influências sobre a inclusão social dos seus egressos	[...]
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA COMPLETA: Marco, Beatriz Di. Prouni: influências sobre a inclusão social dos seus egressos. 2012. 82 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012				
Objetivo Específico: [...]				
Metodologia: método qualitativo exploratório, cujo instrumento para coleta de dados foi uma entrevista estruturada aplicada em nove sujeitos egressos				

Resultados: [...]

Fonte: Base de dados pesquisada: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD, elaboração do autor.

Na perspectiva de Morosini (2021), a Bibliografia Categorizada diz respeito a uma análise mais aprofundada do conteúdo das publicações, e seleção do que podemos chamar de unidades de sentido.

Figura 26 - Exemplo da construção da Bibliografia categorizada e seleção das unidades de sentido.

Nº 01 Dissert.	ANO: 2016	AUTOR: FERREIRA, Sônia Andréa Pimentel Rodrigues	TÍTULO: As repercussões do PROUNI na vida profissional dos egressos da UNAMA	RESUMO: O presente trabalho analisou as repercussões do Programa Universidade Para Todos- ProUni na vida profissional dos egressos da Universidade da Amazônia-Unama, em Belém do Pará. Para tanto, fez-se necessário discorrer sobre as Políticas de acesso e permanência ao Ensino Superior a partir da década de 1990 no cenário educacional brasileiro [...]
REFERÊNCIA: FERREIRA, Sônia Andréa Pimentel Rodrigues. As Repercussões Do PROUNI Na Vida Profissional Dos Egressos Da UNAMA. 2016. As repercussões do PROUNI na vida profissional dos egressos da UNAMA. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.				
OBJETIVOS: Repercussões do Programa Universidade Para Todos- ProUni na vida profissional dos egressos da Universidade da Amazônia-Unama, em Belém do Pará.				
METODOLOGIA: Abordagem qualitativa realizado por meio do Estudo de Caso. Como instrumentos de coleta de dados e informações foram utilizados questionários enviados aos egressos e análises de documentos disponibilizados pela instituição. Foi realizada também a revisão bibliográfica e como forma de tratamento das informações coletadas, a análise documental e a análise de conteúdo.				
RESULTADOS: - investimentos de verbas públicas são destinados às instituições privadas de ensino superior, favorecendo-as duplamente ao longo do histórico do Programa, tanto na ocupação das vagas ociosas quanto pela isenção de impostos e contribuições; - conclui-se que as dificuldades e desafios vivenciados pelos egressos foram diversas; - permitiu o acesso a uma reduzida parcela da população de baixa renda ao ensino superior;				

- apresentando-se limitado, no que diz respeito à permanência, pois não garantiu apoio as diversas despesas no percurso acadêmico destes estudantes.

Fonte: Base de dados pesquisada: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD, elaboração do autor.

Na sequência, a fonte para buscar as unidades de sentido foi a análise mais detalhada dos objetivos e dos resultados contidos no resumo de cada tese ou dissertação. Algumas vezes foi necessário retornar ao texto completo para identificar as informações que estão incompletas nos resumos.

Figura 27 - Exemplo da construção das unidades de sentido a partir dos objetivos e resultados de cada resumo selecionado.

Nº 01 Dissertação	Objetivos: - Repercussão do Programa Universidade Para Todos- ProUni na vida profissional dos egressos da Universidade da Amazônia-Unama, em Belém do Pará	Resultados: - Investimentos de verbas públicas são destinados às instituições privadas de ensino superior, favorecendo-as duplamente ao longo do histórico do Programa, tanto na ocupação das vagas ociosas quanto pela isenção de impostos e contribuições; - conclui-se que as dificuldades e desafios vivenciados pelos egressos foram diversas; - permitiu o acesso a uma reduzida parcela da população de baixa renda ao ensino superior; - apresentando-se limitado, no que diz respeito à permanência, pois não garantiu apoio as diversas despesas no percurso acadêmico destes estudantes.	Unidades de sentido: 01 D - vagas ociosas; - isenção de impostos; - dificuldades do bolsista na permanência; - acesso limitado;
Nº 02/ TESE	Questionou se esta ação afirmativa inclui socialmente. -contextualiza o histórico das desigualdades característico da sociedade brasileira; - Aborda as reformas do ensino superior; - ações referentes à implantação das políticas públicas atuais, conceito	Conclui que uma ação afirmativa como o ProUni é capaz de incluir socialmente, de diminuir desigualdades e de promover a democracia.	02 T - democratização do acesso; - inclusão; - diminui desigualdades.

	de Políticas Públicas e ações afirmativas e inclusão social; - Analisa os atos dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Ignácio Lula da Silva em relação ao ensino superior; - Indicadores/ categorias de inclusão: como mobilidade social, emprego formal, autonomia, empoderamento, felicidade, cidadania.		
--	--	--	--

Fonte: Base de dados pesquisada: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD, elaboração do autor.

5.4.1- Utilização do software IRAMUTEQ para consolidação da categorias

Entre os softwares que estão disponíveis para análise e sistematização de informações de pesquisa, a maioria é proprietário, ou seja, tem que ser adquirido de uma empresa. Existem poucos softwares livres, de código aberto, que podem ser utilizados amplamente por instituições e pesquisadores sem o pagamento de *royalties*. Um desses *softwares* livres é o IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), criado por Pierre Ratinaud e mantido até 2009 na língua francesa, mas que atualmente conta com dicionários completos em várias línguas. O IRAMUTEQ é desenvolvido na linguagem *Python* e utiliza funcionalidades oferecidas pelo *software* estatístico R. No Brasil, ele começou a ser utilizado em 2013 em pesquisas de representações sociais, entretanto, outras áreas também se apropriaram do seu uso, e contribuem para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos produzidos a partir de entrevistas, questionários e documentos.

O IRAMUTEQ oferece um importante suporte para a pesquisa acadêmica,

Auxilia o pesquisador na compreensão de contextos e elementos próprios da linguagem verbal, os quais, na condução dos estudos, precisam ser sistematizados para a construção de inferências. Esse exercício de sistematização é otimizado pelo IRAMUTEQ, o que permite que o *software* seja aliado em estudos que utilizam métodos mistos, quantitativos e qualitativos (CAMARGO, 2018, p. 10).

Entre as vantagens no processo de análise dos dados por meio de softwares, estão o auxílio na organização e separação de informações, o aumento na eficiência do processo e a facilidade na localização dos segmentos de texto, além da agilidade no processo de codificação, comparado ao realizado intuitivamente (manualmente).

5.4.2- Construído categorias a partir das classes fornecidas pela Classificação Hierárquica Descendente- CHD

O primeiro passo na utilização do software foi construir um “corpus textual” a partir dos resumos dos 20 trabalhos selecionados anteriormente, onde foi aplicada a metodologia do Estado do Conhecimento (MOROSINI, 2021). Uma grande vantagem na aplicação dessa metodologia é identificar ao longo das etapas de análise, em especial na bibliografia categorizada, a falta de informações importantes nos resumos, como objetivos, resultados e metodologia. As informações são pesquisadas nos trabalhos e completadas na etapa da bibliografia sistematizada. A partir dos resumos é construído um corpus textual onde cada resumo é uma unidade de análise que será processada pelo software, fornecendo gráficos e estatísticas que irão subsidiar o pesquisador nas inferências sobre o tema e definição das categorias emergentes.

A seguir exemplo do corpus textual elaborado a partir dos resumos:

**** *res_01

Dissertação, 2016, O presente trabalho analisou as repercussões do PROUNI na vida profissional dos egressos da Universidade da Amazônia_Unama, [...] na abordagem qualitativa realizado por meio do Estudo de Caso, para o qual foi selecionada a Universidade da Amazônia_Unama. Como instrumentos de coleta de dados e informações foram utilizados questionários enviados aos egressos e análises de documentos disponibilizados pela instituição. [...] Por outro lado, conclui-se que as dificuldades e desafios vivenciados pelos egressos foram diversas, o PROUNI permitiu o acesso a uma reduzida parcela da população de baixa renda ao ensino superior, apresentando-se limitado, no que diz respeito à permanência, pois não garantiu apoio as diversas despesas no percurso acadêmico destes estudantes

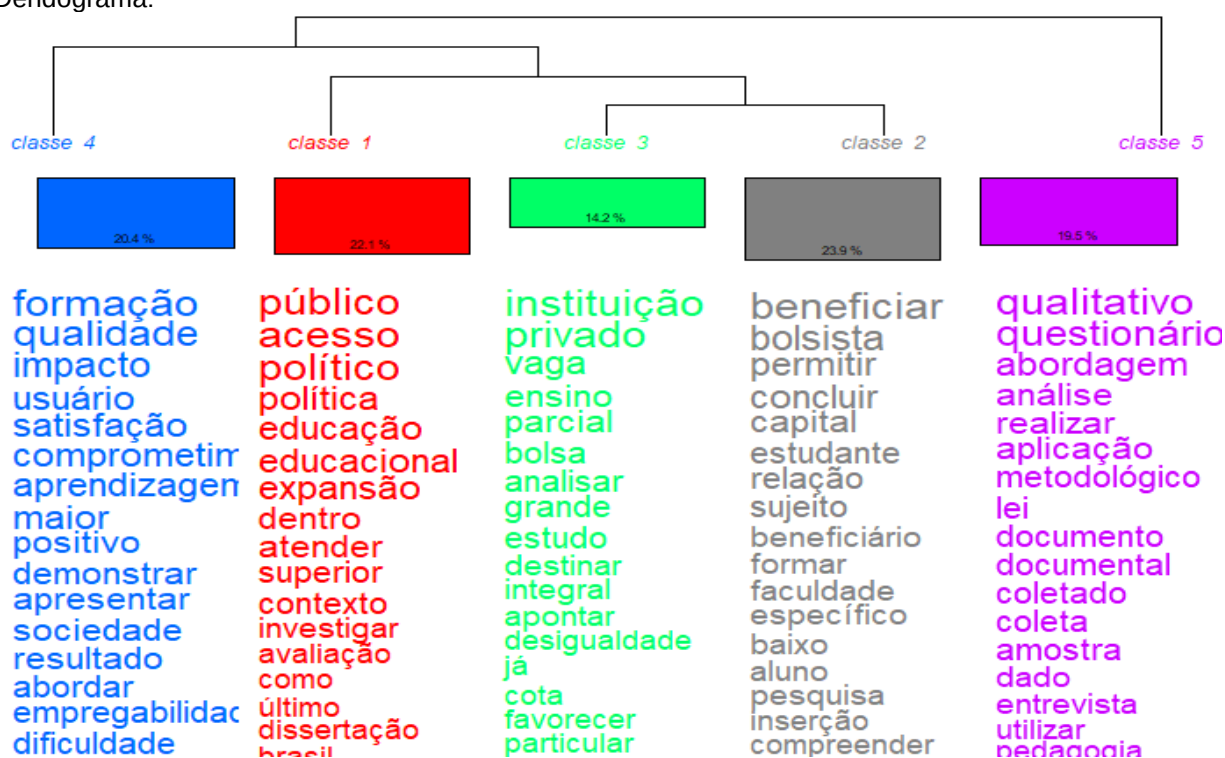
**** *res_02

Tese, 2012, Este estudo que se utilizou do método qualitativo exploratório, cujo instrumento para coleta de dados foi uma entrevista estruturada aplicada em nove sujeitos egressos do PROUNI questionou se esta ação afirmativa inclui socialmente [...] Discute conceitos de Políticas Públicas e ações afirmativas, bem como os de inclusão social. Através de indicadores de inclusão tais como mobilidade social, emprego formal, autonomia, empoderamento, felicidade, cidadania, conclui que uma ação afirmativa como o PROUNI é capaz de incluir socialmente, de diminuir desigualdades e de promover a democracia [...]

Conforme o Manual do Aplicativo IRAMUTEQ (SALVIATI, 2016), um dos gráficos possíveis é o da Classificação Hierárquica Descendente- CHD, ou Método de Reinert.

Ele visa obter classes de segmentos de texto (ST) que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente das ST das outras classes. Essa análise é baseada na proximidade léxica e na ideia de que palavras usadas em contexto similar estão associadas ao mesmo mundo léxico e são parte de mundos mentais específicos ou sistemas de representação. Nessa análise, os segmentos de texto são classificados de acordo com seu respectivo vocabulário e o conjunto de termos é particionado de acordo com a frequência das raízes das palavras. O sistema procura obter classes formadas por palavras que são significativamente associadas com aquela classe (a significância começa com o qui-quadrado = 2).

Figura 28- Classificação Hierárquica Descendente- CHD, gráfico elaborado pelo IRAMUTEQ/ Dendograma:



Fonte: IRAMUTEQ: Dendograma de classes e as associações de palavras entre si

Três etapas são percorridas para realizar a CHD: a preparação e a codificação do texto inicial, a classificação hierárquica descendente, realizada pelo processamento dos dados, e a interpretação das classes. Para a criação de um dicionário de palavras, o programa utiliza o teste qui-quadrado (χ^2), que revela a força associativa entre as palavras e a sua respectiva classe. Essa força associativa é analisada quando o teste for maior que 3,8 representando $p < 0,0001$. O menor valor do qui-quadrado representa uma menor relação entre as variáveis. As palavras com maior qui-quadrado e $p < 0,0001$

estão no topo da lista. A leitura da relação entre as classes realizada nesta etapa é feita da esquerda para a direita.

5.4.3- Renomeando as classes em categorias

Após o processamento dos dados, iniciou-se a análise das cinco classes fornecidas pelo software IRAMUTEQ, na qual as Unidades de Contexto Elementar- UCE agrupadas em cada classe são lidas em profundidade para compreender e nominar as classes. Esta etapa foi realizada seguindo a concepção de Morosini (2021, p. 72) “... importante destacar que cada categoria necessita ser explicada epistemologicamente, ou seja, na redação do texto do Estado do Conhecimento, a denominação da categoria necessita apresentar o viés teórico ou o preceito epistemológico que a constitui ...”.

Para definir as categorias principais, as unidades de sentido foram agrupadas dentro das classes, a partir da comparação com os resultados da CHD que indicam as palavras com maior qui-quadrado (χ^2). Finalmente, as classes foram nominadas em cinco grandes categorias: **1-Impactos, 2 -A Política, 3 - A Instituição, 4 - História de vida dos beneficiários e 5-Metodologia**, onde a quinta categoria representa a prevalência da metodologia qualitativa, utilizada em 19 dos 20 resumos. Dentro destas é possível identificar subcategorias de interesse, cujo aspectos epistemológicos e consequências positivas ou negativas são apresentados no texto, a seguir.

A categoria selecionada pelo pesquisador para um maior detalhamento pertence à “Classe 02, História de vida dos bolsistas PROUNI”, e a subcategoria foi “ganho de capital social”; também a subcategoria emergente “Primeira Geração” terá destaque. A seguir, o quadro apresenta um resumo que sintetiza a definição das categorias resultantes do Estado do Conhecimento, tendo como ferramenta auxiliar para sua construção o Software de análise IRAMUTEQ e as unidades de sentido elaboradas anteriormente.

Figura 29 - Nomenclatura das classes conforme interpretação do pesquisador após análise da CHD

Nome da classe	Número da Classe	Palavras com maior qui-quadrado (χ^2) conforme CHD	Unidades de sentido elaboradas a partir dos objetivos e resultados indicados nos resumos (Estado do Conhecimento)
Os Impactos	Classe 04	Formação, Qualidade, Impacto, Usuário,	Impacto na família, impacto na sociedade, impacto na instituição, acesso e permanência, superação da condição familiar, formação

		Satisfação; [...]	profissional, dificuldades com transporte, alimentação, trabalho concomitante ao estudo, dificuldade de estagiar devido ao trabalho, fatores extraeconômicos que limitam desempenho dos beneficiários, mudanças muito específicas na visão de mundo.
As Políticas	Classe 01	Público Acesso; Político; Política; Educação; [...]	Democratização do acesso, Acesso, inclusão social, pouca perspectiva de acesso, acesso ao ensino superior, inserção social; Dificuldade de permanência, mercado de trabalho, critério socioeconômico, inserção profissional, horizonte de expectativas expandido, participação em diversos grupos de apoio e solidariedade, de inclusão social por via da educação.
A Instituição Privada	Classe 03	Instituição; Privado; Vaga; Ensino; Parcial; [...]	Vagas ociosas, isenção de impostos, prevalência do programa, capilaridade do segmento privado, hierarquização social dos cursos, atribuição de valor simbólico aos cursos disponíveis, oferta de mais vagas em cursos de menor prestígio, vinculação das vagas a determinado curso por gênero, capital simbólico, mais benefícios para as instituições superiores do que propriamente para os estudantes beneficiados, falta de controle e fiscalização da oferta de vagas e na qualidade das instituições.
A História de vida do egresso	Classe 02	Beneficiar, bolsista, permitir, concluir, capital [...]	Trajetória, história individual, fuga do destino familiar, origem de classe, atenuação das desigualdades, acesso as mulheres/ gênero, raça, êxito econômico, êxito social, busca pela aproximação de colegas de classe social, ganho de certo capital social que a experiência como bolsista do ProUni possibilita, <i>habitus</i> , <i>ethos</i> , superação, vulnerabilidade social e econômica, bolsistas filhos de pais com maior escolaridade acessam vagas em cursos de maior prestígio como direito e medicina, quem acessou bolças em escolas privadas no ensino médio melhor desempenho, critério socioeconômico não supera a definição

			de classe social, menor tempo de formação, maior facilidade de inserção mercado trabalho, impactos do egresso na Universidade, impacto do egresso na Sociedade, comprometimento do beneficiário com sua aprendizagem, primeira geração da família a acessar o ensino superior
As Metodologias	Classe 05	Qualitativo; Questionário; Abordagem; Análise; Documental; Entrevista., [...]	O metodologia mais utilizada nos trabalhos foi a qualitativa.

Fonte: produzido pelo autor.

A seguir, apresenta-se um resumo da análise das categorias, dedicando mais atenção à categoria “História de Vida”, à subcategoria “Capital Social” e a categoria emergente “primeira geração”.

A Classe-04 deu origem à categoria “**Os Impactos**”. Os trabalhos analisados apontam um conjunto de impactos positivos, como o estímulo a outros integrantes da família buscar acesso ao programa e a uma graduação, por exemplo. Esse estímulo não se restringe ao ambiente familiar, mas alcança outras pessoas do convívio social, como vizinhos e amigos. As instituições indicam impactos positivos com o novo perfil do estudante, que demonstra maior comprometimento com a conquista do diploma que os alunos não bolsistas. As instituições que aderem ao programa declaram receber um retorno positivo da sociedade, já que demonstram cumprir seu papel social incluindo alunos oriundos de famílias de baixa renda que não teriam como arcar com as mensalidades. Como fatores negativos, os beneficiários apontam as dificuldades com o custo do transporte até a Universidade e despesas com alimentação. A participação em grupos de pesquisa e estágios é dificultada para grande parcela de alunos bolsistas, pois além de estudar são trabalhadores, responsáveis pela manutenção da renda familiar.

A classe-01 deu origem à categoria “**As Políticas**”. Nesta categoria estão as pesquisas que avaliam se a democratização do acesso ao ensino superior está realmente ocorrendo, com a produção efetiva de inclusão social para grande parte de jovens e adultos que tinham(têm) grande dificuldade de oportunidades de acessar o ensino superior. Também pesquisas quanto à efetividade da inserção do aluno bolsista egresso do programa no mercado de trabalho, que é maior que os não bolsistas. Os

resultados indicam que portadores de diploma de ensino superior tem sua empregabilidade ampliada, mas que isto pode variar conforme a região do país, que diante do grande número de desempregados a oferta de remuneração é reduzida ou equiparada aos concluintes do ensino médio. Como aspecto positivo, está a constatação de que muitos egressos consideram que seu horizonte de expectativas quanto à inserção profissional foi expandido por intermédio da educação e participação em grupos de apoio e solidariedade que também colaboraram na conclusão do curso.

A classe-03 deu origem à categoria **“A instituição Privada”**. Nesta categoria estão as discussões mais focadas no recurso público, na forma de impostos, que é renunciado pelo Governo federal como contrapartida à adesão da instituição privada que oferece vagas em seus cursos superiores na forma de editais do Ministério da Educação para o Programa ProUni. Os resultados indicam que a grande abrangência geográfica das Instituições privadas de ensino superior, divididas segundo a organização acadêmica em Universidades, Centros Universitários e Faculdades, foi um dos motivos da efetividade e amplitude da política no Brasil. Apontam que existem deficiências quanto a fiscalização da qualidade do ensino e da infraestrutura destas instituições. Também indicam que a oferta de vagas se concentra em cursos de menor prestígio, segundo uma atribuição simbólica de valor que diferencia cursos como Serviço Social, Direito e Medicina. Também indicam que ao concentrar a oferta de vagas nos cursos menos rentáveis, estão reproduzindo a hierarquização social com reflexo na composição perfil do estudante por curso, segundo gênero, raça e classe. As instituições, ao ocuparem vagas antes ociosas em troca de isenção de impostos, têm melhorado significativamente os resultados financeiros consolidando a educação como uma área de interesse dos grandes conglomerados internacionais de investimento.

A classe-02 deu origem à categoria **“A História de vida do egresso”**. Nesta categoria os sujeitos da pesquisa, os bolsistas que receberam bolsas integrais ao longo do curso, expõem suas histórias de vidas individuais narrando suas origens e a busca de êxito social, empregabilidade, estabilidade econômica e fuga da realidade familiar, onde a maioria não teve acesso ao ensino superior. Alguns trabalhos remetem à teoria de Pierre Bourdieu que descreveu o “habitus de classe”, habitus precário e o *ethos*. Um trabalho de Mestrado investigou se a experiência de alunos ingressantes no programa por meio da política de cotas raciais terá, ao final da formação, um certo ganho de capital social. Alguns resultados também apontam que filhos de pais que possuem maior escolaridade acessam vagas em cursos de maior prestígio, como Direito e Medicina. É

possível verificar que alunos que receberam bolsas em escolas privadas no ensino médio tem um melhor desempenho acadêmico e acessam o mercado de trabalho com mais facilidade.

5.4.4 - Categorias em destaque

A categoria que se identifica com os objetivos da pesquisa é a categoria História de vida do egresso ProUni, subcategoria Capital Social, com referências nos estudos da sociologia de Pierre Bourdieu. Os estudos de “campo”, em termos analíticos, podem ser definidos como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (situs) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) [...] (BONNEWITZ, 2003).

Quatro tipos de capitais são distinguidos por Bourdieu, e, seguindo-se a síntese de Bonnewitz (2003), assim podem ser apresentados: o capital econômico, que é constituído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais; O capital cultural, que corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. Este capital pode existir sob três formas: em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo (por exemplo, a facilidade de expressão em público); em estado objetivo, como bem cultural (a posse de quadro, de obras); em estado institucionalizado, isto é, socialmente sancionado por instituições (como os títulos acadêmicos).

O capital social, que se define essencialmente como o conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo. A detenção desse capital implica um trabalho de instauração e manutenção das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade: convites recíprocos, lazer em comum etc.

O capital simbólico, que corresponde ao conjunto dos rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento. Afinal, apenas o crédito e a autoridade conferem a um agente o reconhecimento e a posse das três outras formas de capital. “Ele permite compreender que as múltiplas manifestações do código de honra e das regras de boa conduta não são apenas exigências do controle social, mas são

constitutivas de vantagens sociais com consequências efetivas”. (BONNEWITZ, 2003, p.53-54)”

Além do conceito de campo, a noção de *habitus* tem grande destaque em sua teoria: a palavra indica, como propõe Bourdieu, “um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2003, p. 61); Ademais, como consigna: “A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos)” e, “pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo” (BOURDIEU, 2001a, p.21).

O trabalho Nº 26, a dissertação de mestrado de Silva (2018), dialoga com o tema desta pesquisa considerando os questionamentos formulados, tais como:

Quais são as perspectivas de mudanças e os impactos sociais proporcionados no âmbito do ProUni, em face do capital social adquirido pelos estudantes autodeclarados negros que são beneficiários do Programa? 1) Qual o capital social acumulado pelos estudantes autodeclarados negros em decorrência da utilização da bolsa do ProUni? 2) Que tipo de capital social os estudantes negros que ainda não utilizaram a bolsa do ProUni esperam acumular com a utilização do benefício? 3) Quais tipos de capital (cultural, social, econômico) foram acumulados pelos estudantes autodeclarados negros antes e após a utilização da bolsa do ProUni? 4) Quais capitais (cultural, social, econômico) adquiridos pelos estudantes autodeclarados negros em decorrência do benefício do ProUni contribuem para sua inclusão social? (SILVA, 2018, p. 13).

Conforme a autora, o capital social tem sido tratado pela literatura sob dois aspectos: Por Bourdieu (1980; 1998), sob o aspecto da construção do capital social nas redes familiares e sua importância no desenvolvimento cognitivo e escolar de seus filhos; e por Coleman (1990) sob o aspecto do papel da família nas redes fora de seus contextos econômico, formais e informais, comunitários ou estatais, sendo este último o foco principal do capital social.

Especificamente, Bourdieu via o capital social como “[...] um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 67).

A autora Silva (2018), baseada na teoria de Bourdieu, selecionou categorias como referência para a elaboração do roteiro de entrevistas, que foram: 1) grupos e redes; 2) motivações; 3) solidariedade; e 4) inclusão social. No entendimento da autora, é possível estabelecer categorias para análise do “volume de capital social”, identificando a que

grupos e a que nível de participação os indivíduos pertenciam ou sentiam fazer parte: “A primeira categoria, grupos e redes, estabelece as redes das quais os indivíduos fazem parte, uma vez que o “volume do Capital Social que um agente individual possui depende [...] da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar” (SILVA, 2018, p. 53 apud BOURDIEU, 1998, p. 67).

Nessa dissertação de 20018, a autora também buscou dialogar com outros autores que tratam da teoria dos capitais e que servem de referência para um aprofundamento no tema de pesquisa, tais como Coleman (1990), Robert Putnan (1996), Portes (2000) e Silva e Santos (2009). Uma das conclusões mencionadas pela autora...

[...], inclusive, foi uma constante: o capital social dos alunos ingressantes é tal que deixa várias oportunidades de fora de seu horizonte de expectativas; por outro lado, os alunos que passaram pela universidade têm seu capital expandido a ponto de enxergar novas oportunidades. Comparando os dois grupos, conclui-se que não há apenas um efetivo aumento no número de grupos e redes ao redor daqueles que 113 participam do Programa, mas que também há mudança na perspectiva dos beneficiados pelo ProUni. (SILVA, 2018, p. 113).

A categoria “estudante de primeira geração” foi considerada emergente, foi mencionada em 15 dos 20 trabalhos selecionados, revelando sua importância no contexto do ProUni. Para compreendê-la, busquei informações na Tese de doutorado de Vera Lucia Felicetti, concluída em 2012, com orientação da Professora Dra. Marília Costa Morosini; tinha como um dos objetivos analisar o comprometimento do aluno bolsista do Programa Universidade para Todos – ProUni (ingressados no programa em 2005) com a sua aprendizagem, e os impactos que esse novo acadêmico pode desencadear na universidade e na sociedade. Foi o Trabalho nº29, escolhido entre os 20 selecionados, e será analisado em profundidade na continuidade da pesquisa.

Segundo Felicetti (2012, p. 226), “Ser o primeiro a graduar-se nesse nível de ensino representa, para toda a família, quer direta ou indiretamente uma mudança de perspectivas e posturas diante dos mais variados aspectos, entre eles a visão de mundo que se amplia, que vai além das cercanias. O graduado passa a ser a referência na família”. Esta condição torna o estudante um “modelo” para outros membros da família, que demonstram interesse em voltar aos estudos. Esta influência positiva pode se estender a outras pessoas do convívio social, como vizinhos e amigos:

Ser o primeiro da família abre as portas do mundo universitário para os demais, facilita para eles, pois os primeiros desvendam as incógnitas, quebram os mitos, limpam os caminhos, tiram os obstáculos e tornam o percurso mais claro. Isso não significa que para os que virão não haverá dificuldades e que tudo estará pronto, mas representa o possível, o real, possibilita ver o final do caminho e que

a conquista pode ser de todos, dependendo do empenho e esforço de cada um, ou seja, depende do comprometimento investido durante a trajetória. (FELICETTI, 2012, p. 226)

Nos resultados do estudo, Felicetti (2012, p. 230) afirma que “uma melhor qualificação para o mercado de trabalho parece proporcionar uma melhor posição nele e, por extensão, pode haver uma melhoria na qualidade de vida do egresso. Portanto, há uma relevante relação entre educação e trabalho, ou seja, o segundo é reflexo da primeira”. E conclui que:

desta forma o PROUNI está atingindo os objetivos: proporcionar o acesso e formação em nível superior de grupos minoritários, e a IES efetiva a sua responsabilidade social, pois respondeu positivamente à inclusão social quando aderiu ao Programa e, principalmente, por ter assumido a responsabilidade para com a formação desses egressos que agora, inseridos na sociedade, estimulam outros a estudarem e a lutarem pela melhoria de suas vidas. (FELICETTI, 2012, p. 231).

O exercício metodológico descrito anteriormente a partir da aplicação da Metodologia do Estado do Conhecimento, resultando na identificação das Unidades de sentido, elaboradas a partir dos objetivos e resultados indicados nos resumos, combinada com a análise do software Iramuteq, consolidando categorias a partir das classes propostas pela classificação hierárquica descendente-CHD, será aplicado na sequência desenvolvimento da pesquisa, uma vez que demonstrou facilitar ao pesquisador a interpretação e análise dos dados de pesquisa.

CAPÍTULO 6- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: CONSTRUÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO

6.1- IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO DO PROUNI, BOLSISTA INTEGRAL.

A seguir, estão destacadas as informações extraídas dos Microdados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes-ENADE utilizadas para identificar o perfil socioeducacional do bolsista integral egresso da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) nos três diferentes cursos enfocados: Serviço Social, Direito e Medicina, conforme as edições da avaliação selecionadas. Identificou-se o perfil do egresso a partir das diferenças relacionadas aos elementos: raça, gênero, classe, escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio, e critério para escolha do curso na observância desses três cursos. Além dessas análises, outras que julgo pertinentes e complementares na identificação do perfil do egresso serão apresentadas, como: se alguém da família concluiu um curso superior, critério para escolha da IES e situação de trabalho durante a formação, grupo que foi determinante para enfrentar dificuldades durante a graduação.

Os dados quantitativos foram extraídos da base Microdados ENADE utilizando o software SPSS/IBM para aplicação de estatística descritiva com tabulação das informações no formato de tabelas, que contêm o menor nível de desagregação de dados recolhidos por meio do exame. Os Microdados atendem à demanda por informações específicas ao disponibilizar o resultado das provas, os gabaritos, as informações sobre os itens, as notas e as respostas por item do Questionário do Estudante.

As informações sobre os três cursos foram analisadas na sequência temporal relativa aos anos de realização do ENADE, conforme tabela abaixo, consultando, além dos Microdados, no relatório de desempenho dos cursos e da Instituição de Ensino Superior, a Universidade Católica de Pelotas. Os relatórios selecionados como fonte da pesquisa foram agrupados seguindo a ordem temporal, totalizando 306 páginas, em que estão descritos os resultados da Prova, do Questionário de Percepção sobre a prova e do Questionário do Estudante, que tem como finalidade

Compor o perfil dos participantes, integrando informações do seu contexto às percepções e vivências, e a de investigar a capacidade de compreensão desses estudantes frente a sua

trajetória no curso e na Instituição de Educação Superior (IES), por meio de questões objetivas que exploram a função social da profissão e os aspectos fundamentais da formação profissional (INEP, 2017. pg. 04).

Para fins deste estudo e de simplificação da análise, a nomenclatura dos cursos foi abreviada para: Serviço Social (SSO); Direito (DIR) e Medicina (MED), seguida do ano de realização do exame, como descrito no quadro abaixo

Tabela 07: quadro resumo da denominação dos cursos por edição de realização do exame ENADE:

	ANO DA EDIÇÃO EXAME			
	2015	2016	2018	2019
CURSO	Direito (DIR2015)	S Social (SSO2016)	S Social (SSO2018)	Medicina (MED2019)
		Medicina (MED2016)	Direito (DIR2018)	

Fonte: dados da pesquisa 2022

Para estudar o perfil socioeducacional do bolsista integral, foi necessário separar os quantitativos por diferentes tipos de bolsas PROUNI: bolsista integral- letra [C] 103 bolsistas; bolsista parcial- letra [D] 23 bolsistas; e bolsista parcial que recebe bolsa FIES- letra [F] 15 bolsistas.

A demais informações quanto ao tipo de bolsa são: nenhum, pois meu curso é gratuito- [A] 04 respostas; nenhuma, embora meu curso não seja gratuito- [B] 280 respostas; Bolsa oferecida por governo estadual, distrital ou municipal [G] 15 respostas; Bolsa oferecida pela própria instituição [H] 28 respostas; Bolsa oferecida por outra entidade (empresa, ONG, outra) - [I] 05 respostas; Financiamento oferecido pela própria instituição- [J] 19 respostas; financiamento bancário- [3]. respostas

As informações foram consolidadas a partir das respectivas respostas à questão número Nº11 do questionário socioeconômico, extraídas do Banco de Microdados ENADE por ano de realização do exame, e estão demonstradas na tabela a seguir, na qual também é possível visualizar o total de egressos por curso/ano.

Tabela 08: Respostas à questão nº 11: Qual o tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades?

Curso e ano da realização do ENADE						
Respostas possíveis	DIR2015	DIR2018	SSO2016	SSO2018	MED2016	MED2019
A = Nenhum, pois meu curso é gratuito	0	04	00	00	00	00

B = Nenhum, embora meu curso não seja gratuito	97	87	04	02	34	56
C = ProUni integral.	29	21	17	18	08	10
D = ProUni parcial, apenas	02	15	04	02	00	00
E = FIES, apenas	17	7	00	01	39	15
F = ProUni Parcial e FIES.	01	12	02	00	00	00
G = Bolsa oferecida por governo estadual, distrital ou municipal.	00	09	03	03	00	00
H = Bolsa oferecida pela própria instituição	20	02	03	00	01	02
I = Bolsa oferecida por outra entidade (empresa, ONG, outra)	01	01	01	00	00	02
J = Financiamento oferecido pela própria instituição	09	04	01	00	01	04
K = Financiamento bancário	01	00	00	00	00	02
Total de egressos por curso/ ano	177	162	35	26	83	91

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

As informações quanto à raça, gênero, classe e escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio, e critério para escolha do curso na observância desses três cursos foram obtidas a partir das respostas às questões específicas sobre o tema, identificadas pelo nome das variáveis no banco de dados, conforme o quadro descritivo a seguir.

Tabela 09 - Descrição das questões de origem, nomenclatura da variável nos Microdados-ENADE e as respostas possíveis a questão selecionada:

Questão	Nome da variável no banco	Respostas possíveis
Sexo	TP_SEXO	M: masculino; F:feminino; N:não respondeu
02: Qual sua cor ou raça?	QE_I02	A = Branco(a). B = Negro(a). C = Pardo(a)/mulato(a). D = Amarelo(a) (de origem oriental). E = Indígena ou de origem indígena.
04: Até que etapa de escolarização seu Pai concluiu?	QE_I04	A = Nenhuma. B = Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
05: Até que etapa de escolarização sua Mãe concluiu?	QE_I05	C = Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série). D = Ensino Médio. E = Ensino Superior - Graduação.

		F = Pós-graduação.
08: Qual a renda total da família, incluindo seus rendimentos?	QE_I08	A = Até 1,5 s.m. B = De 1,5 a 3 s.m. C = De 3 a 4,5 s.m. D = De 4,5 a 6 s.m. E = De 6 a 10 s.m. F = De 10 a 30 s.m.
17: Que tipo de escola você cursou o ensino médio	QE_I17	A = Todo em escola pública. B = Todo em escola privada (particular). C = Todo no exterior. D = A maior parte em escola pública. E = A maior parte em escola privada (particular). F = Parte no Brasil e parte no exterior.
25: Qual o principal motivo para você ter escolhido este curso?	QE_I25	A = Inserção no mercado de trabalho. B = Influência familiar. C = Valorização profissional. D = Prestígio Social. E = Vocação. F = Oferecido na modalidade a distância. G = Baixa concorrência para ingresso. H = Outro motivo.

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Nota: Na questão nº 08 (s.m.) corresponde ao nº de salários-mínimos, conforme salário vigente no ano de aplicação do questionário socioeconômico. Nas questões nº 04 e 05 as respostas possíveis são as mesmas.

As análises serão apresentadas em tabelas e gráficos de coluna ou barras, indicando os valores das respostas por questão, representados pela letra “F” de frequência, também descritas em valores percentuais proporcionais ao todo (100%) utilizando-se gráficos, facilitando a visualização de como a categoria individual está representada neste todo, identificando as principais diferenças numéricas entre as categorias.

A tabela a seguir descreve a análise do perfil por curso considerando a variável gênero, que segue o conteúdo do questionário socioeconômico ENADE, no qual está denominada como “sexo” e apresenta somente três possibilidades de resposta: masculino, feminino ou não respondeu.

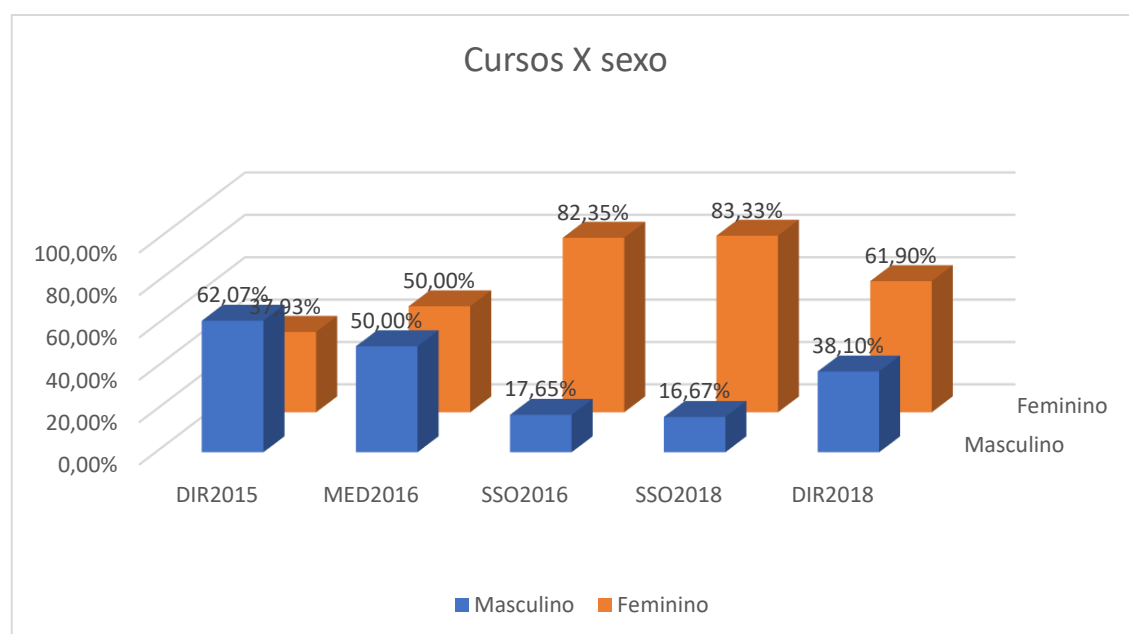
TABELA 10- Distribuição de frequência(F), por gênero, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SSO), Direito (DIR) e Medicina (MED) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

Cursos	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	F	%	F	%	F	%

DIR 2015	18	62,07	11	37,93	29	100,00
MED 2016	4	50,00	4	50,00	8	100,00
SSO 2016	3	17,65	14	82,35	17	100,00
SSO 2018	3	16,67	15	83,33	18	100,00
DIR 2018	8	38,10	13	61,90	21	100,00
MED 2019	5	50,00	5	50,00	10	100,00
T	41	39,81	62	60,19	103	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 30- Distribuição de frequência (F) por sexo



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Na distribuição de frequência percentual dos cursos quanto ao gênero destaca-se o caso do curso de Serviço Social nos anos de 2016 e 2018, com 82,35% e 83,33%, respectivamente, para o sexo feminino. O curso de direito, no ano de 2015, destaca-se com uma frequência percentual de 62,07% para o gênero masculino, decaindo em 2018 para 38,10%. Observa-se o caso do curso de Medicina mantendo constantes as frequências percentuais, ou seja, 50,00% nos anos de 2016 e 2019 para ambos os gêneros.

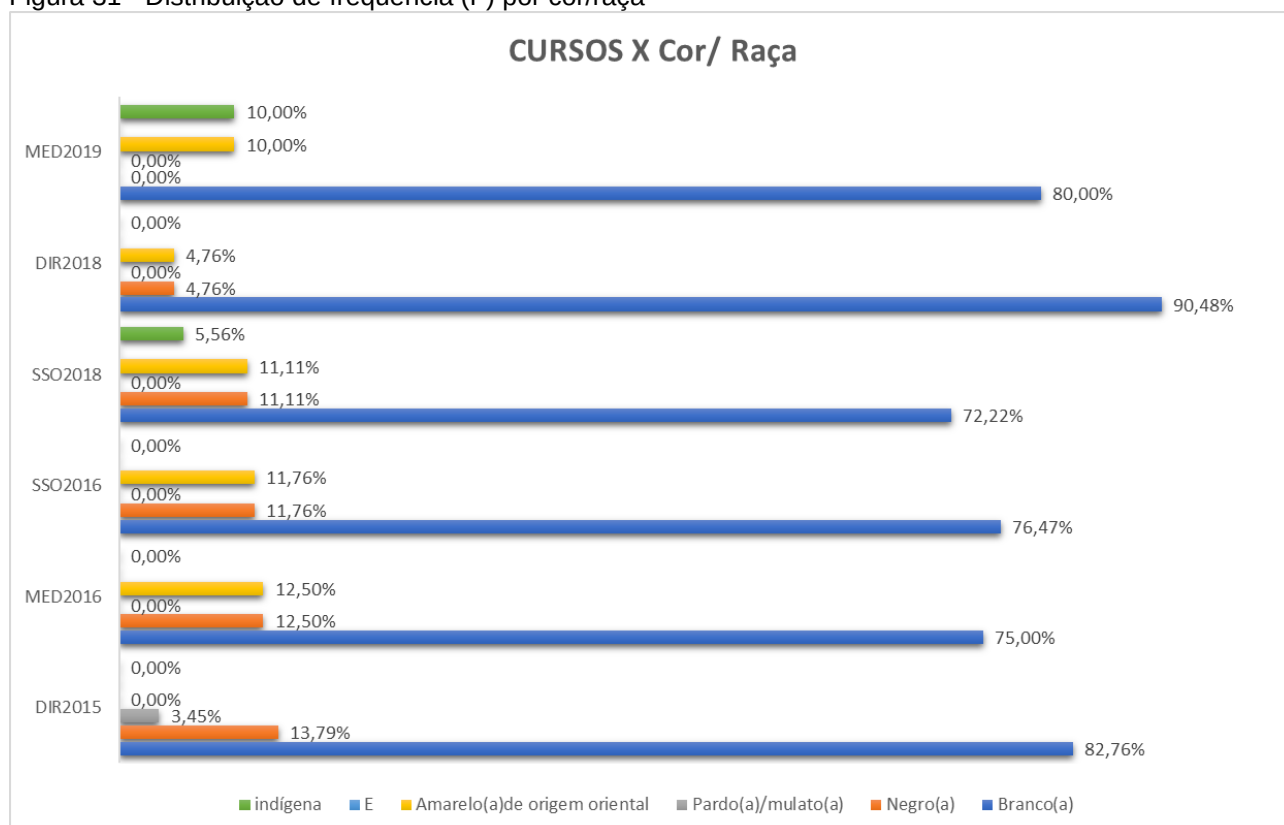
Na tabela a seguir demonstra-se a análise do perfil por curso, considerando a variável cor/raça conforme classificação contida no questionário socioeconômico:

TABELA 11- Distribuição de frequência, por cor/raça, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SSO), Direito (DIR) e Medicina (MED) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

Cursos												
Cursos x Cor/raça	DIR 2015		MED 2016		SSO 2016		SSO 2018		DIR 2018		MED 2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Branco(a)	24	82,76	6	75,00	13	76,47	13	72,22	19	90,48	8	80,00
Negro(a)	4	13,79	1	12,50	2	11,76	2	11,11	1	4,76	0	0,00
Pardo(a)/mulato(a)	1	3,45	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Amarelo(a) (de origem oriental)	0	0,00	1	12,50	2	11,76	2	11,11	1	4,76	1	10,00
Indígena	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	5,56	0	0,00	1	10,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 31 - Distribuição de frequência (F) por cor/raça



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Referente à distribuição da frequência percentual no intervalo de 2015 a 2019, pode-se observar que, para a cor/raça branca, o curso de Direito tem um aumento na frequência percentual de 82,76% para 90,48% em 2018. Com relação ao curso de Medicina, o aumento da frequência percentual é de 75,00% em 2015 para 80,00% em 2019. Quanto ao curso de Serviço social, a frequência da cor/raça branca decresceu de

76,47% para 72,22%. A cor/ raça negro decai expressivamente com o decorrer dos anos nos cursos de Direito e Medicina, mantendo-se quase constante no curso de Serviço Social. Observa-se que a cor/raça de maior frequência percentual para todos os cursos é a branca. A frequência da cor/raça negro(a) é de 13,79% no Direito em 2015, reduzindo para 4,76% em 2018.

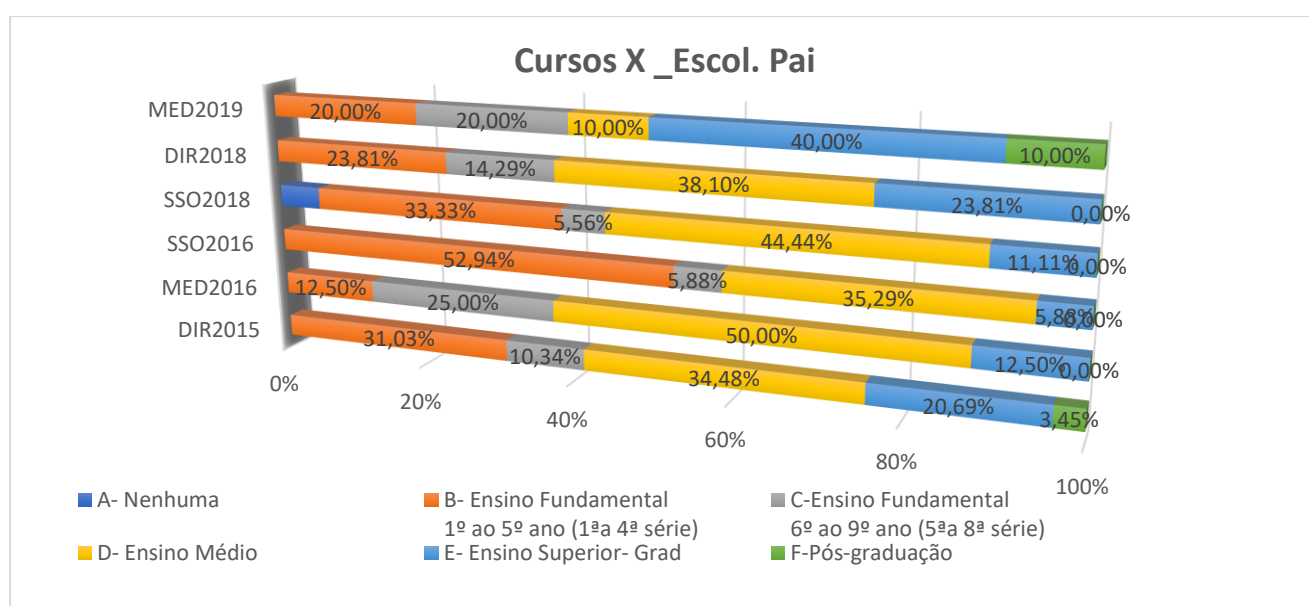
Na tabela a seguir estão demonstrados os dados referentes à etapa de escolarização do pai

TABELA 12 Distribuição de frequência, levando em consideração a etapa de escolarização do pai, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SS), Direito (D) e Medicina (M) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

Etapa de Escolarização/ Pai	Cursos											
	D2015		M2016		SS2016		SS2018		D2018		M2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
A-Nenhuma	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	5,56	0	0,00	0	0,00
B- Ensino Fundamental 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série)	9	31,03	1	12,50	9	52,94	6	33,33	5	23,81	2	20,00
C-Ensino Fundamental 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série)	3	10,34	2	25,00	1	5,88	1	5,56	3	14,29	2	20,00
D- Ensino Médio	10	34,48	4	50,00	6	35,29	8	44,44	8	38,10	1	10,00
E- Ensino Superior- Grad.	6	20,69	1	12,50	1	5,88	2	11,11	5	23,81	4	40,00
F-Pós-graduação	1	3,45	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	10,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 32: Distribuição de frequência, levando em consideração a etapa de escolarização do pai



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Essa distribuição de frequência percentual demonstra que o curso de MED, em 2019, apresenta frequência de 40,00% no que diz respeito aos alunos cujos pais têm curso de Graduação. Nos demais anos e cursos predomina a escolaridade do ensino médio, como Serviço Social 2018, 44,44% e Medicina 2016, 50,00%. O curso de Serviço Social de 2016 apresenta a maior frequência percentual para ensino fundamental entre os três cursos, 52,94%. O curso de Direito dos anos de 2015 e 2018 aponta uma frequência percentual de 38,10% e 34,48% para o ensino médio. O curso de pós-graduação no curso de Medicina 2019 é de 10,00% e Direito 2015 10,34%, algo não identificado no Curso de Serviço Social.

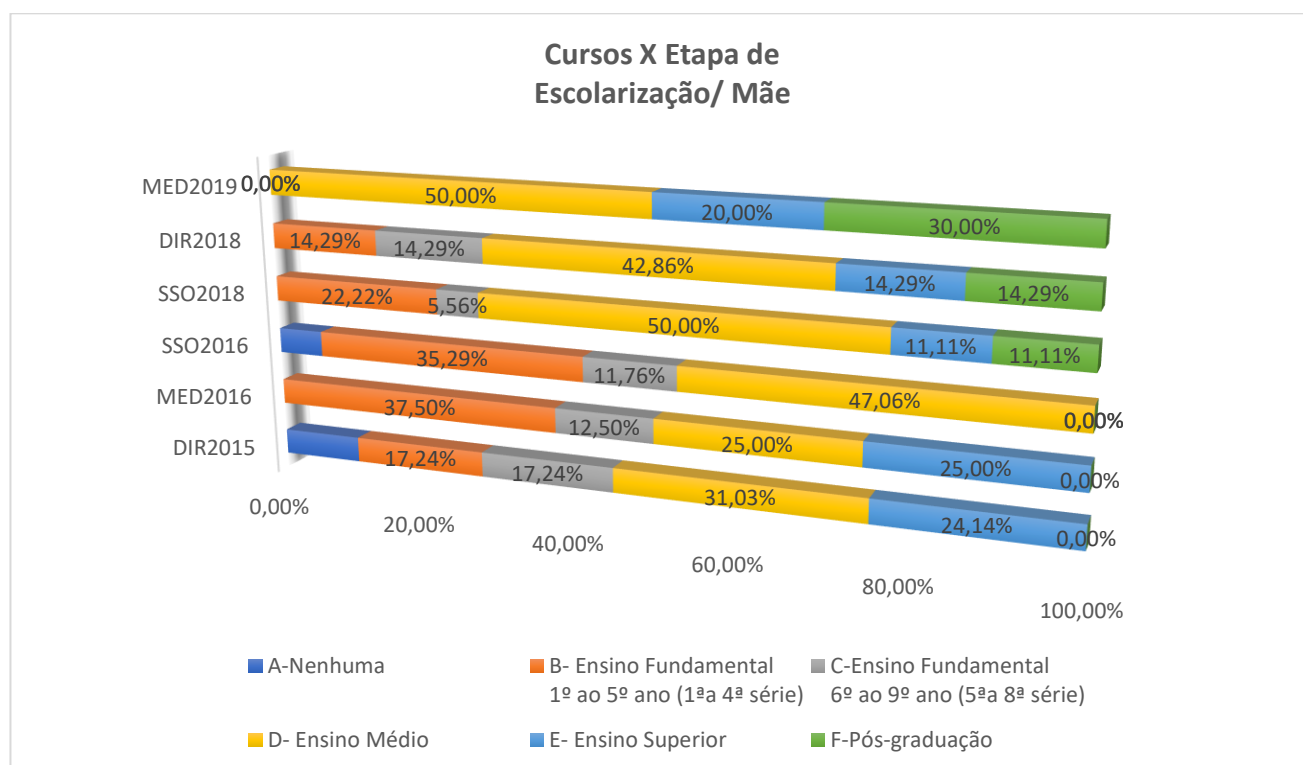
Na tabela a seguir estão demonstrados os dados referentes a etapa de escolarização da mãe

TABELA 13 - Distribuição de frequência, por etapa de escolarização da mãe, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SS), Direito (D) e Medicina (M) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

Etapa de Escolarização/ Mãe	Cursos											
	DIR2015		MED2016		SSO2016		SSO2018		DIR2018		MED2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
A-Nenhuma	3	10,34	0	0,00	1	5,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00
B- Ensino Fundamental 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série)	5	17,24	3	37,50	6	35,29	4	22,22	3	14,29	0	0,00
C-Ensino Fundamental 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série)	5	17,24	1	12,50	2	11,76	1	5,56	3	14,29	0	0,00
D- Ensino Médio	9	31,03	2	25,00	8	47,06	9	50,00	9	42,86	5	50,00
E- Ensino Superior	7	24,14	2	25,00	0	0,00	2	11,11	3	14,29	2	20,00
F-Pós-graduação	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	11,11	3	14,29	3	30,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 33: Distribuição de frequência, por etapa de escolarização da mãe



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

O ensino fundamental como maior etapa de escolarização da mãe aparece em DIR2018, com 14,28%, em SSO2018, com 22,22%, em SSO2016 é 35,9 e MED2016 é 37,50%. Quanto aos alunos cujas mães têm Ensino Médio como maior etapa de escolarização, característica que predomina em todos os cursos, apresentam índices de 50,00% na MED2019, 42,86% no DIR2018, 50,00% no SSO2018, 47,06% no SSO2016, 25,00% na MED2016 e 31,03% DIR2015. Nos cursos de MED2016 e DIR2015 possuem graduação nos percentuais de 25,00% e 24,14%, respectivamente. O Curso de Pós-graduação se destaca na MED 2019 com 30,00% das mães, mas em metade dos cursos pesquisados as mães não atingiram o nível de pós-graduação.

Na tabela a seguir estão demonstrados os dados referentes à renda total da família em número de salários-mínimos:

TABELA 14 - Distribuição de frequência, por Renda total da família em nº de salário-mínimo, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de Serviço Social (SS), Direito (D) e Medicina (M) e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

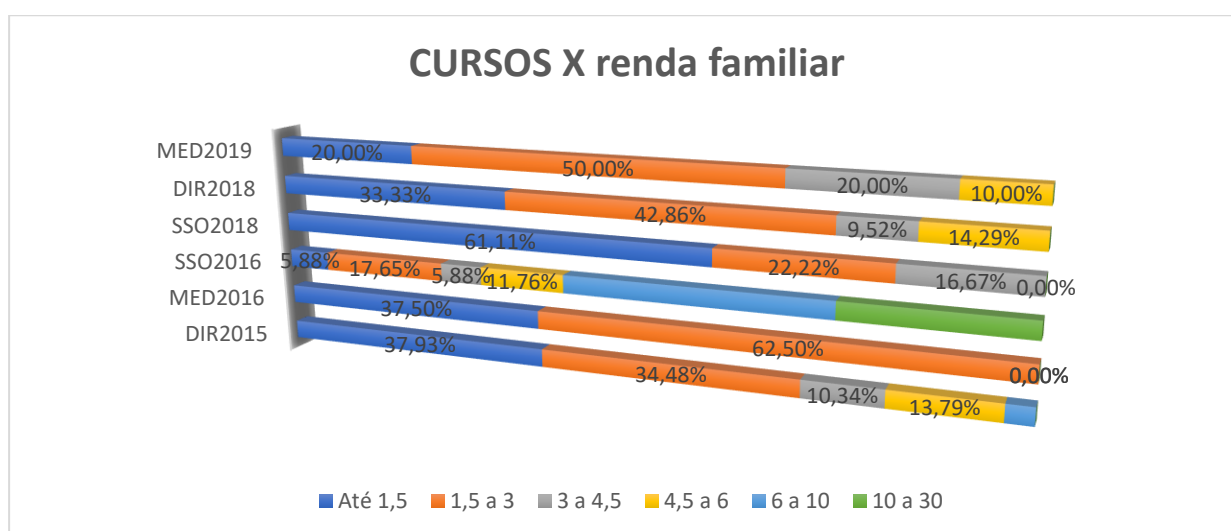
Renda Familiar em s.m.	Cursos											
	D2015		M2016		SS2016		SS2018		D2018		M2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%

Até 1,5	11	37,93	3	37,50	1	5,88	11	61,11	7	33,33	2	20,00
1,5 a 3	10	34,48	5	62,50	3	17,65	4	22,22	9	42,86	5	50,00
3 a 4,5	3	10,34	0	0,00	1	5,88	3	16,67	2	9,52	2	20,00
4,5 a 6	4	13,79	0	0,00	2	11,76	0	0,00	3	14,29	1	10,00
6 a 10	1	3,45	0	0,00	6	35,29	0	0,00	0	0,00	0	0,00
10 a 30	0	0,00	0	0,00	4	23,53	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019)

Obs.sm, é o número de salários-mínimos correspondente ao ano de aplicação do ENADE.

Figura 34: Distribuição de frequência, por Renda total da família em nº de salário-mínimo



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

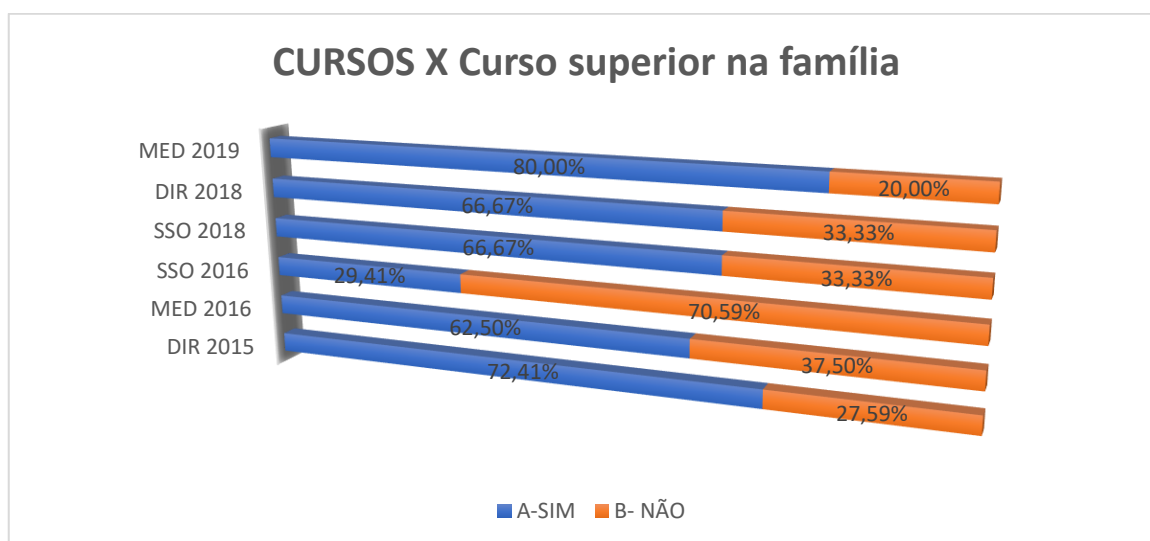
Quando se leva em consideração a Renda Familiar do grupo estudado, ela está concentrada na faixa de 1,5 a 3,0 salários-mínimos. Destaca-se na faixa de até 1,5 sm o curso de SSO2018, com 61,11%, e na faixa de 1,5 a 3,0 sm, MED2016, com 62,50% de famílias que perfazem essa renda.

TABELA 15 - Distribuição de frequência levando em conta a escolarização superior de alguém da família dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

Curso superior na família	Cursos											
	DIR 2015		MED 2016		SSO 2016		SSO 2018		DIR 2018		MED 2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
A- SIM	21	72,41	5	62,50	5	29,41	12	66,67	14	66,67	8	80,00
B- NÃO	8	27,59	3	37,50	12	70,59	6	33,33	7	33,33	2	20,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 35: Distribuição de frequência levando em conta a escolarização superior de alguém da família



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

A distribuição de frequência percentual dos alunos dos cursos com relação se “A-SIM”, algum familiar concluiu algum curso do ensino superior, são, nos cursos de Direito 2015, 72,41%; Medicina 2016, 62,50%; Serviço Social 2018, 66,67%; Direito 2018, 66,67% e Medicina 2019, 80,00%. No curso de Serviço Social 2016, 70,59% não apresenta familiar que tenha cursado o ensino superior.

TABELA 16 - Distribuição de frequência por tipo de escola na qual cursou o ensino médio, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

Tipo de escola	Cursos											
	DIR 2015		MED 2016		SSO 2016		SSO 2018		DIR 2018		MED 2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
5. Todo em escola pública	29	100,00	6	75,00	17	100,00	18	100,00	19	90,48	8	80,00
B- Todo em escola particular	0	0,00	1	12,50	0	0,00	0	0,00	1	4,76	1	10,00
C- Todo no exterior	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
D- A maior parte em escola pública	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	10,00
E- A maior parte em escola particular	0	0,00	1	12,50	0	0,00	0	0,00	1	4,76	0	0,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Quanto a estudar o ensino médio em escolas públicas, a distribuição de frequência percentual dos alunos é de 100% nos cursos de Direito 2015, Serviço Social 2016 e 2018. No curso de Medicina, os anos de 2016 e 2019 apresentaram 12,50% e 10,00% dos alunos que fizeram o ensino médio em escolas privadas. Direito 2018, 4,76%.

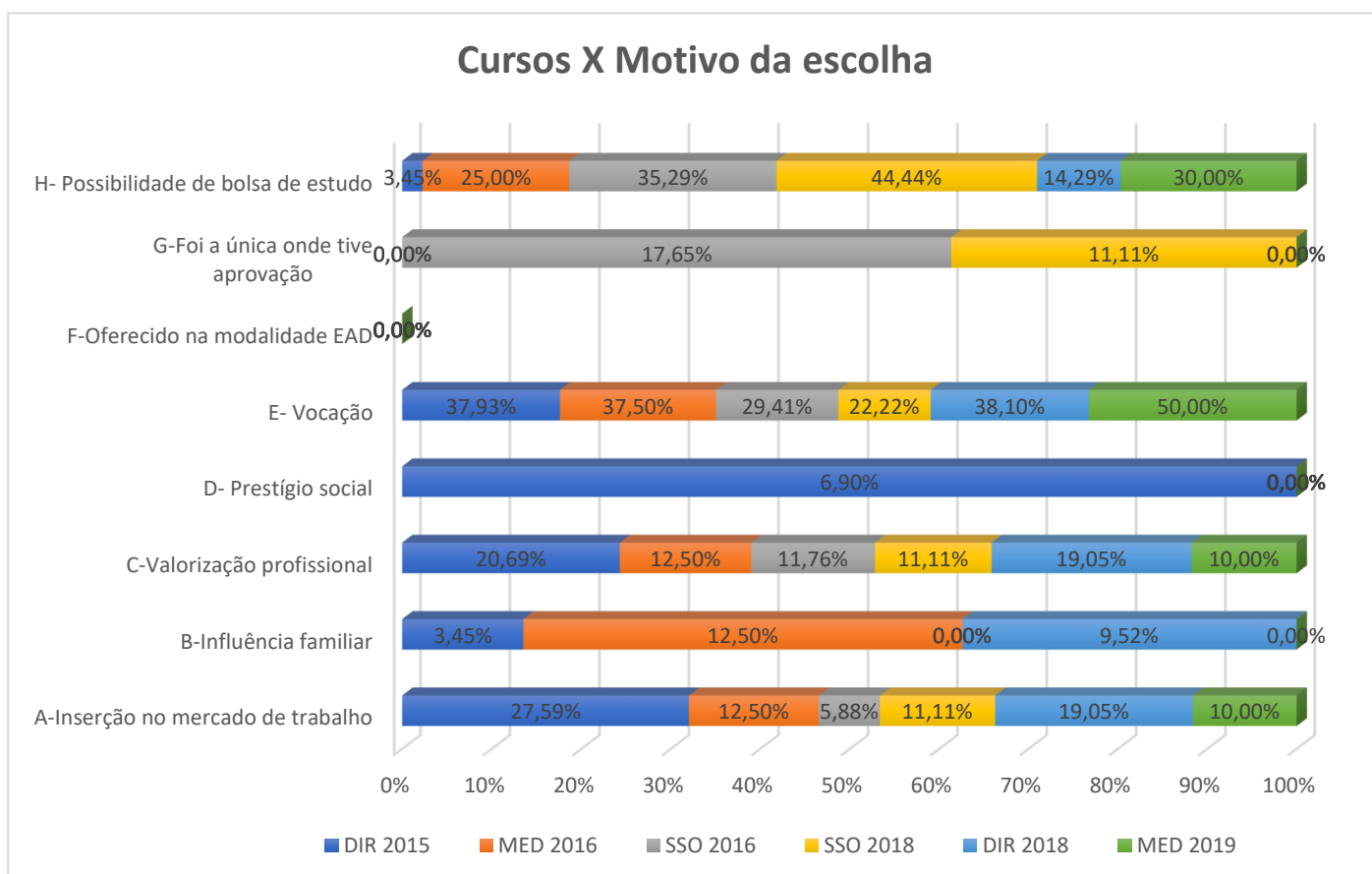
Na tabela a seguir estão demonstrados os dados referentes principal motivo para escolha do curso em que estavam matriculados.

TABELA 17 - Distribuição de frequência, pelo principal motivo por ter escolhido o curso, dos bolsistas do Prouni Integral concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED e respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

Motivo escolha do Curso	Cursos											
	DIR 2015		MED 2016		SSO 2016		SSO 2018		DIR 2018		MED 2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
A-Inserção no mercado de trabalho	8	27,59	1	12,50	1	5,88	2	11,11	4	19,05	1	10,00
B-Influência familiar	1	3,45	1	12,50	0	0,00	0	0,00	2	9,5	0	0,00
C-Valorização profissional	6	20,69	1	12,50	2	11,76	2	11,11	4	19,05	1	10,00
D- Prestígio social	2	6,90	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
E- Vocação	11	37,93	3	37,50	5	29,41	4	22,22	8	38,10	5	50,00
F-Oferecido na modalidade a distância	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
G-Foi a única onde tive Aprovação	0	0,00	0	0,00	3	17,65	2	11,11	0	0,00	0	0,00
H- Possibilidade de bolsa de estudo	1	3,45	2	25,0	6	35,29	8	44,44	3	14,29	3	30,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 36 - Distribuição de frequência, pelo principal motivo por ter escolhido o curso.



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

A distribuição de frequência com relação à motivação pela escolha do curso que indica a “Possibilidade de bolsa” de estudos é maior para os cursos de SSO2016 e SSO2018, sendo 35,29% e 44,44%, respectivamente. No curso de SSO2016, quando temos como resposta a “única opção onde teve aprovação”, a frequência verificada é 17,65%, destacando-se dos demais cursos. Os percentuais para os egressos que indicam ter escolhido o curso por “Vocação” são equilibrados em todas as respostas e variam de 22,22% para SSO2018 e 50,00% para MED2019. A “Influência familiar” se destaca em MED206, 12,50% e “Inserção no mercado de trabalho” para DIR2015, 27,59%.

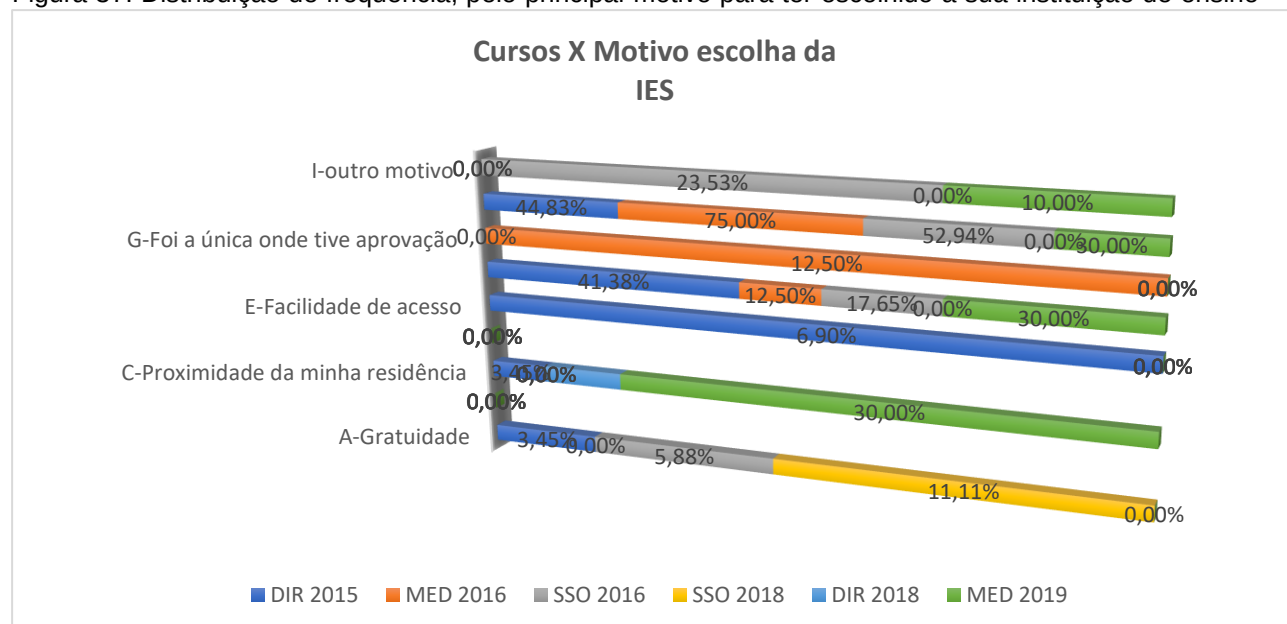
Na tabela a seguir, medida-se o principal motivo para que o aluno tenha escolhido a instituição de ensino superior que frequentava à época do exame.

TABELA 18 - Distribuição de frequência, pelo principal motivo para ter escolhido a sua instituição de ensino superior- IES, dos bolsistas do Prouni Integral, concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED, respondentes do ENADE, segundo a edição do exame.

Motivo escolha da IES	Cursos											
	D2015		M2016		SS2016		SS2018		D2018		M2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
A-Gratuidade	1	3,45	0	0,00	1	5,88	2	11,11 %	0	0,00	0	0,00
B-Preço da mensalidade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
C-Proximidade da minha residência	1	3,45	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	4,76	3	30,00
D-proximidade do meu trabalho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
E-Facilidade de acesso	2	6,90	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
F-Qualidade/reputação	12	41,38	1	12,50	3	17,65	0	0,00	0	0,00	3	30,00
G-Foi a única onde tive aprovação	0	0,0	1	12,50	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
H-Possibilidade de ter bolsa de estudo	13	44,83	6	75,00	9	52,94	0	0,00	0	0,00	3	30,00
I-outro motivo	0	0,00	0	0,00	4	23,53	0	0,00	0	0,00	1	10,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 37: Distribuição de frequência, pelo principal motivo para ter escolhido a sua instituição de ensino



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Quanto à distribuição de frequência percentual com relação à motivação pela escolha da instituição, para os alunos dos cursos de SSO2018 a gratuidade foi mais importante, perfazendo 11,11%; para MED2019, por sua vez, foi a proximidade da

residência, 30,00%. O motivo “Qualidade/reputação da IES” é o mais equilibrado. A “possibilidade de ter bolsa de estudo” apresenta as maiores frequências, 44,83% para DIR2015, 75,00% para MED2016, 52,94%, para SSO2016 e 30,00% para MED2019.

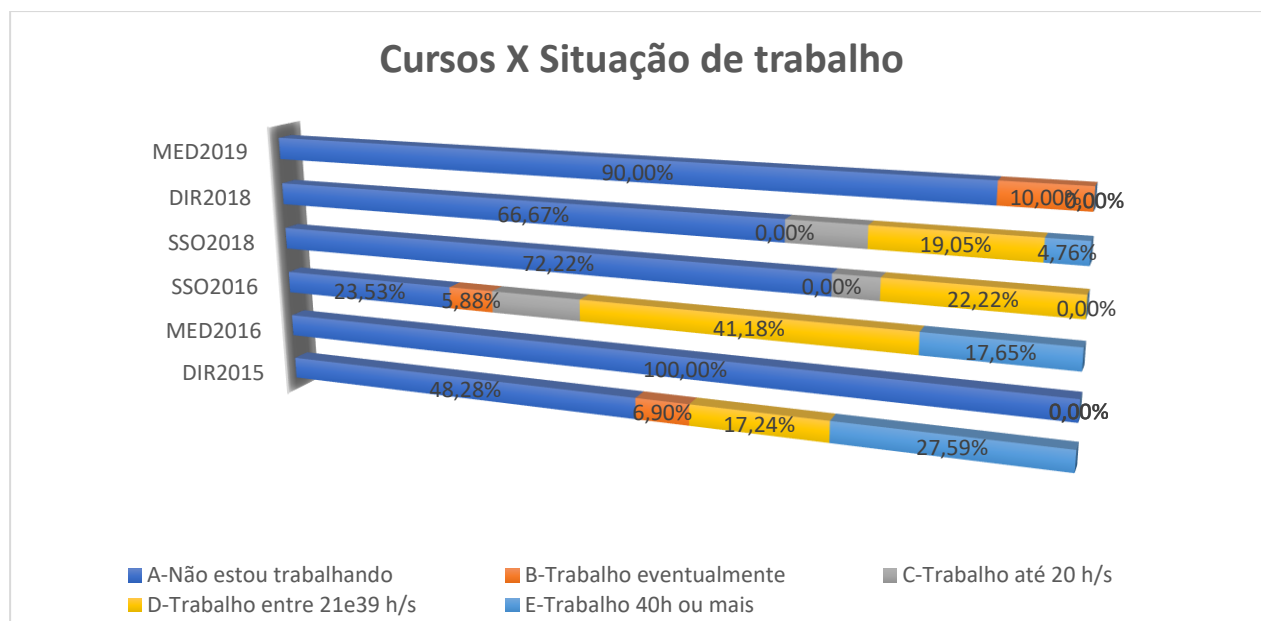
A tabela a seguir apresenta as frequências com relação à situação de trabalho dos estudantes respondentes do ENADE.

TABELA 19 - Distribuição de frequência, pela alternativa que melhor descreve sua situação de trabalho, dos bolsistas do Prouni Integral, concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED, respondentes do ENADE, segundo a edição do exame

Situação de trabalho	Cursos											
	D2015		M2016		SS2016		SS2018		D2018		M2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
A-Não estou trabalhando	14	48,28	8	100,00	4	23,53	13	72,22	14	66,67	9	90,00
B-Trabalho eventualmente	2	6,90	0	0,00	1	5,88	0	0,00	0	0,00	1	10,00
C-Trabalho até 20 h/s	0	0,00	0	0,00	2	11,76	1	5,56	2	9,52	0	0,00
D-Trabalho entre 21e39 h/s	5	17,24	0	0,00	7	41,18	4	22,22	4	19,05	0	0,00
E-Trabalho 40h ou mais	8	27,59	0	0,00	3	17,65	0	0,00	1	4,76	0	0,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 38: Distribuição de frequência, pela alternativa que melhor descreve sua situação de trabalho



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Com relação à situação de trabalho, os cursos de MED2016 (100,00%), SSO2018, (72,22%) e MED2019 (90,00%) apresentam os maiores percentuais de quem

não estava trabalhando. No curso de serviço SSO2016, 41,18% dos alunos responderam que trabalham entre 21 e 39 horas semanais.

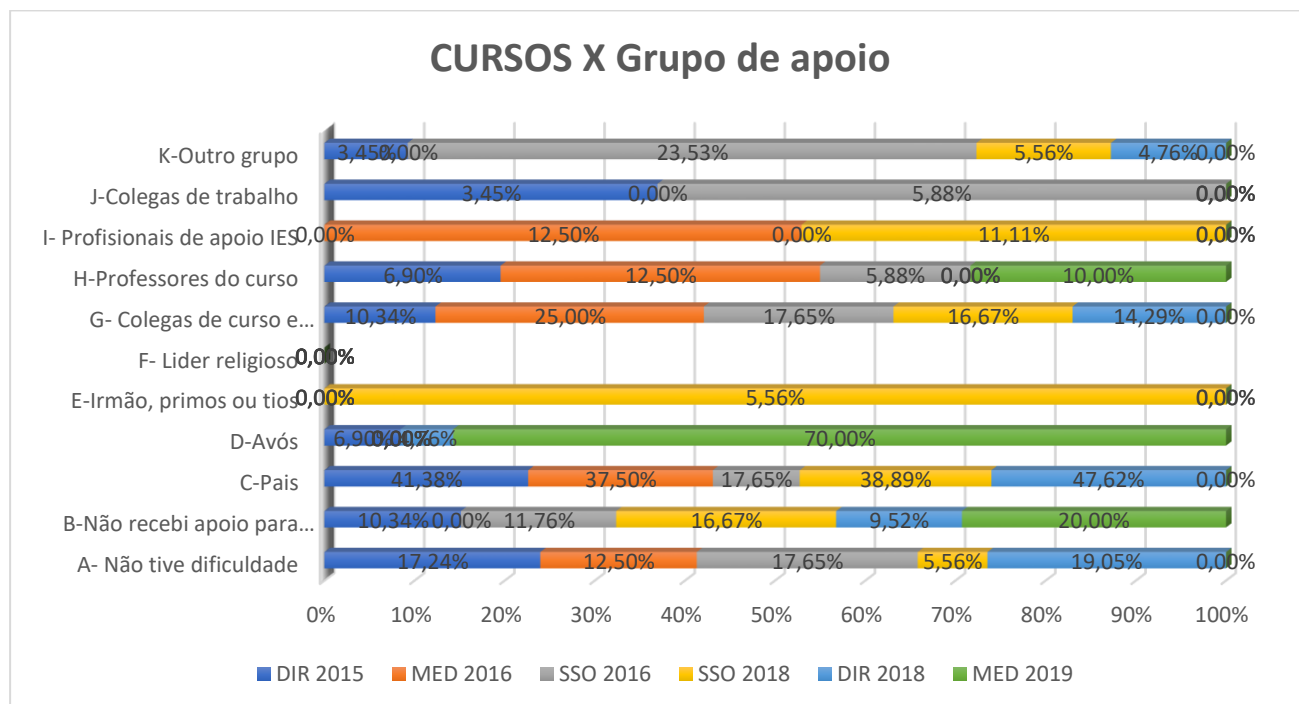
O próximo tema mensurado nas tabelas e gráficos diz respeito ao apoio para superar as dificuldades encontradas pelos respondentes para frequentar e concluir o ensino superior.

TABELA 20 - Distribuição de frequência, pelo grupo que foi determinante para enfrentar dificuldades durante seu curso superior e concluí-lo, dos bolsistas do Prouni Integral, concluintes dos cursos de SSO, DIR e MED, respondentes do ENADE, segundo a edição do exame

Grupo de apoio	Cursos											
	D2015		M2016		SS2016		SS2018		D2018		M2019	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
A- Não tive dificuldade	5	17,24	1	12,50	3	17,65	1	5,56	4	19,05	0	0,00
B- Não recebi apoio para enfrentar dificuldades	3	10,34	0	0,00	2	11,76	3	16,67	2	9,52	2	20,00
C- Pais	12	41,38	3	37,50	3	17,65	7	38,89	10	47,62	0	0,00
D- Avós	2	6,90	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	4,76	7	70,00
E- Irmão, primos ou tios	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	5,56	0	0,00	0	0,00
F- Líder ou representante religioso	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
G- Colegas de curso e amigos	3	10,34	2	25,00	3	17,65	3	16,67	3	14,29	0	0,00
H- Professores do curso	2	6,90	1	12,50	1	5,88	0	0,00	0	0,00	1	10,00
I- profissionais de apoio ao estudante da IES	0	0,00	1	12,50	0	0,00	2	11,11	0	0,00	0	0,00
J- Colegas de trabalho	1	3,45	0	0,00	1	5,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00
K- Outro grupo	1	3,45	0	0,00	4	23,53	1	5,56	1	4,76	0	0,00
Total	29	100,00	8	100,00	17	100,00	18	100,00	21	100,00	10	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Figura 39: Distribuição de frequência, pelo grupo que foi determinante para enfrentar dificuldades durante seu curso superior e concluí-lo



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Assim, quanto à distribuição de frequência percentual com relação a grupos que ajudaram a enfrentar dificuldades que se apresentaram para conclusão do curso, verifica-se que os maiores apoiadores citados foram os pais em DIR2015, MED2016, SSO2018 e DIR018, com frequências percentuais 41,38%, 37,50%, 38,89% e 47,62%, respectivamente. Já no curso de MED2019, com 70,00%, foram os Avós e no curso de MED2016, com 25,00%, foram os colegas e amigos.

Na sequência das análises quantitativas do perfil por curso no banco de Microdados ENAD, foi possível identificar quais questões apresentaram o valor (prevalência) menor que 0,05 indicando o maior grau de associação entre as variáveis. A Questão 12 - Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de auxílio permanência? (variável QE_12) $p = 0,001$; A Questão 13 - Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de bolsa acadêmica? (variável QE_13) $p = 0,012$; A questão 26 - Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de educação superior? (variável QE_26) $p = 0,000$.

Ano do ENADE	2016				2019			
	IES	REG	ORG. ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Tamanho da população	83	2380	10861	16180	91	3184	13458	21053
Número de presentes	83	2360	10651	15865	91	3145	13221	20628

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

As informações apresentadas a seguir possibilitam comparar o perfil socioeducacional dos respondentes em geral com o perfil dos bolsistas PROUNI estudados anteriormente, tornando possível observar similaridades que confirmam o perfil diferenciado por curso conforme o perfil socioeconômico do egresso. As categorias filtradas são as respostas obtidas para IES que compartilham a mesma Organização Acadêmica (UNIVERSIDADE); a mesma categoria administrativa (PRIVADA); a mesma grande região do país (REGIÃO SUL) e a mesma Unidade da Federação (Estado do Rio Grande do Sul-RS).

Assim, a partir das edições da avaliação que são objeto deste estudo, também foi possível identificar o perfil do egresso em geral a partir das diferenças relacionadas aos elementos raça, gênero, classe, escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio e critério para escolha do curso na observância desses três cursos.

O ENADE constitui um dos instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que se soma aos processos de Avaliação de Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional constituindo o conjunto de instrumentos avaliativos do SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

O Relatório da Instituição de Ensino Superior- IES, disponibilizado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais (INEP), contém os resultados da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos estudantes por curso e o ano de avaliação com base no Questionário do Estudante ao qual os concluintes de cada um dos cursos incluídos no referido exame responderam na página do INEP.

A seguir, recortes do relatório referentes às informações para os cursos que são objeto deste estudo:

Tabela 22 - Resposta à questão sobre cor/ raça por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica: Universidade e no total Brasil.

Quanto à cor ou raça	DIREITO- DIR							
Ano do ENADE	2015				2018			
Como você se Considera?	IES	REG	ORG. ACAD	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Branca	90,50	85,90	61,50	61,50	91,60	82,20	61,70	55,6
Preta	4,80	2,80	6,30	7,10	2,60	3,50	7,90	8,50
Amarela	0,0	1,20	1,30	1,40	0,0	1,30	1,80	2,20
Parda	3,60	9,70	24,70	29,30	4,50	11,30	26,20	31,50
Indígena	1,2	0,4	0,6	0,6	0,0	0,20	0,30	0,30
Não Declarado	0,0	0,0	0,0	0,0	1,30	1,60	2,10	1,90
	SERVIÇO SOCIAL- SSO							
Ano do ENADE	2016				2018			
Como você se Considera?	IES	REG	ORG. ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Branca	81,30	37,20	34,80	32,70	73,10	39,10	34,20	33,00
Preta	12,50	10,10	13,40	15,30	11,50	11,30	15,0	16,40
Amarela	0,0	2,40	2,50	2,50	0,0	2,14	2,10	2,00
Parda	6,30	48,4	47,20	47,4	11,50	45,70	46,60	46,60
Indígena	0,0	0,30	0,40	0,40	0,0	0,40	0,40	0,50
Não Declarado	0,0	1,60	1,80	1,70	3,80	1,30	1,70	1,50
	MEDICINA- MED							
Ano do ENADE	2016				2019			
Como você se Considera?	IES	REG	ORG.ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Branca	96,40	87,80	69,60	68,20	94,50	86,80	66,50	67,10
Preta	1,20	1,40	3,10	3,00	0,0	1,40	3,70	3,40
Amarela	0,0	3,00	2,60	2,70	0,0	3,00	2,50	2,50
Parda	2,40	5,50	21,50	23,10	3,30	6,90	24,30	24,30
Indígena	0,0	0,10	0,20	0,20	0,0	0,30	0,40	0,30
Não Declarado	0,0	2,20	3,00	2,80	2,20	1,70	2,60	2,40

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Obs.: Valores em percentuais

Quanto às informações sobre cor/raça observa-se a predominância da “branca” sobre a “preta”, mais evidente em cursos como o de Direito e de Medicina, como

verificado em DIR 2015, que na IES é de 90,50% branca e 4,80% preta; em DIR 2018, que é 91,60% branca e 7,90% preta; e para o BR no DIR 2015, 61,50% branca e 7,10% preta. No curso de MED 2016, 96,40% branca e 1,20% preta e na MED 2019 é de 94,50% branca e 0,0% preta. Para o BR, MED 2016 branca é 68,20% e preta 3,00%; em MED 2019 é 67,10% branca e 3,40% preta. Para o Curso de Serviço Social essas diferenças são atenuadas: na IES, SSO 2016 tem-se 81,30% branca e 12,50% preta; SSO 2018, 73,10% branca e 11,50% preta. Esses números, para o curso de SSO 2016, no Brasil, são 32,70% branca e 15,30% preta; SSO 2018 33,00% preta e 16,40% branca.

Tabela 23 - Resposta à questão: etapa de escolarização do Pai, por ano de avaliação do ENADE, para os cursos de DIR, SSO E MED, nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.

Etapa de escolarização Pai	DIREITO- DIR							
Ano do ENADE	2015				2018			
	IES	REG	ORG. ACAD	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Nenhuma	2,4%	3,1	3,4	4,4	5,2	5,3	6,7	7,2
Fundamental 01	16,7	22,7	18,5	21,3	20,6	21,5	19,1	21,9
Fundamental 02	14,3	13,3	11,4	12,2	16,8	14,4	12,8	13,6
Ensino Médio	31,5	31,2	31,3	31,6	32,9	32,3	32,0	32,1
Ensino Superior-Graduação	27,4	20,6	24,6	21,8	18,1	18,5	20,7	18,2
Pós-graduação	7,7	9,3	10,8	8,8	6,5	8,0	8,7	6,9
	SERVIÇO SOCIAL- SSO							
Ano do ENADE	2016				2018			
	IES	REG	ORG. ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Nenhuma	6,3	17,6	15,0	14,8	3,8	16,9	15,3	15,3
Fundamental 01	34,4	48,7	44,3	44,2	30,8	48,0	42,0	41,7
Fundamental 02	12,5	12,0	13,5	13,8	3,8	13,3	14,5	14,7
Ensino Médio	31,3	16,5	20,5	20,7	42,3	16,5	21,1	21,5
Ensino Superior-Graduação	15,6	4,2	5,5	5,6	19,2	4,4	6,0	5,9
Pós-graduação	0,0	1,0	1,2	1,0	0,0	0,9	1,1	1,0
	MEDICINA- MED							
Ano do ENADE	2016				2019			

	IES	REG	ORG.ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Nenhuma	0,0	0,3	0,8	0,8	0,0	0,7	1,1	1,0
Fundamental 01	4,8	5,7	6,6	6,5	9,9	5,4	6,7	6,3
Fundamental 02	6,0	7,6	6,9	6,8	13,2	7,0	7,8	7,2
Ensino Médio	22,9	24,2	25,8	25,6	26,4	26,7	28,2	27,9
Ensino Superior-Graduação	38,6	37,3	38,7	39,2	28,6	35,8	35,8	37,2
Pós-graduação	27,7	25,0	21,1	21,1	22,0	24,4	20,4	20,5

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Obs. Ensino Fundamental 01 (1ª a 4ª série), Fundamental 02 (5ª a 8ª série).

Obs.: Valores em percentuais

Observando as informações percentuais sobre a resposta à pergunta “até que etapa de escolarização o pai atingiu?”, a prevalência nos cursos de Direito e Serviço Social é de Ensino Fundamental 01 e 02, seguido de ensino Médio. Já no curso de Medicina, a prevalência da etapa de escolarização do Pai é Ensino Superior, depois o ensino médio. No curso de Direito 2015, na IES, o ensino fundamental soma 31,00%; no BR, 33,05%; em Direito 2018, na IES, soma 37,60% e, ainda, no BR, 35,50%. No Serviço Social 2015, o fundamental soma 34,60% na IES, e 56,40% no BR. No curso de Medicina 2016, o fundamental soma, na IES, apenas 10,80%, e 13,30% no BR. Em 2018, na IES, o fundamental soma 23,10%, e 13,50% no BR. Já em Medicina 2016, o quantitativo de pais que possuem Ensino Superior/Graduação é de 38,60%, na IES é de 39,20% e no BR, de 39,20%. Em Medicina 2019 o percentual é de 28,60% na IES e de 37,20% no BR.

Ainda quanto ao pai ter alcançado o Ensino Superior, no curso de Direito 2015 é 27,40% na IES e 18,20% no BR; em Direito 2018 é 18,50% na IES e 18,20% no BR. Já no curso de Serviço Social 2016 é 15,60% na IES e 5,60% no BR. No Serviço Social 2018 é 4,40% na IES e 5,90% no BR, sendo o curso que apresenta o menor quantitativo de Pais que alcançaram o Ensino Superior, tanto na IES quanto na Região Sul: 4,2% 2016 e 4,4% em 2018.

Tabela 24 - Resposta à questão: etapa de escolarização da Mãe, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.

Etapa de escolarização Mãe	DIREITO- DIR	
Ano do ENADE	2015	2018

	IES	REG	ORG. ACAD	BR	IES	REG	ORG.AC AD.	BR
Nenhuma	3,6	2,3	2,4	3,1	3,9	4,1	5,1	5,4
Fundamental 01	13,7	19,7	15,5	17,7	13,5	18,9	15,6	17,8
Fundamental 02	10,1	13,4	11,1	11,8	10,3	13,7	12,2	13,0
Ensino Médio	29,8	32,0	32,0	32,7	36,1	32,7	32,7	33,3
Ensino Superior- Graduação	26,2	18,5	24,3	21,7	21,3	16,9	21,0	18,8
Pós-graduação	16,7	14,0	14,8	13,0	14,8	13,7	13,4	11,7
SERVIÇO SOCIAL- SSO								
Ano do ENADE	2016				2018			
	IES	REG	ORG. ACAD.	BR	IES	REG	ORG.AC AD.	BR
Nenhuma	9,4	13,8	11,9	11,6	0,0	12,9	11,4	11,5
Fundamental 01	28,1	44,2	40,2	40,1	23,1	42,5	37,4	37,3
Fundamental 02	9,4	14,2	15,3	15,5	7,7	14,8	15,9	15,9
Ensino Médio	40,6	19,6	23,3	23,7	42,3	20,6	25,1	25,6
Ensino Superior- Graduação	9,4	5,2	6,2	6,2	15,4	5,9	6,9	6,6
Pós-graduação	3,1	3,0	3,1	2,9	11,5	3,2	3,2	3,1
MEDICINA- MED								
Ano do ENADE	2016				2019			
	IES	REG	ORG.AC AD.	BR	IES	REG	ORG.AC AD.	BR
Nenhuma	0,0	0,1	0,3	0,3	0,0	0,3	0,4	0,3
Fundamental 01	3,6	3,8	4,0	3,6	3,3	3,1	3,8	3,4
Fundamental 02	6,0	4,8	4,5	4,3	3,3	3,9	4,8	4,4
Ensino Médio	20,5	24,7	25,8	25,5	27,5	24,9	26,5	25,7
Ensino Superior- Graduação	36,1	35,5	40,0	40,6	30,8	34,6	37,1	38,5
Pós-graduação	33,7	31,1	25,3	25,7	35,2	33,2	27,5	27,6

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Obs. Ensino Fundamental 01 (1ª a 4ª série), Fundamental 02 (5ª a 8ª série).

Obs.: Valores em percentuais

Observando as informações percentuais sobre a resposta à pergunta: até que etapa de escolarização a sua Mãe atingiu? A prevalência nos cursos de Direito e Serviço Social é de Ensino Médio na IES. Na Região Sul, o Ensino Fundamental é prevalente

para o Curso de Serviço Social. No curso de Medicina, a escolaridade da Mãe como Ensino Superior/ Graduação é maior em todas as categorias.

Em Direito 2015 o ensino fundamental na IES é 23,8%, e o Ensino Médio 29,8%. Em Direito 2018, na IES, é 29,5% e 32,70, respectivamente. Em Serviço Social, o ensino fundamental na IES é 37,50% e o ensino médio 40,60%. Esta realidade é diferente para outras categorias, como na Região Sul, em que o ensino fundamental soma 58,40% e o ensino médio é inferior, 19,60%. No Brasil os números para ensino fundamental também são superiores aos para o ensino médio, a exemplo de SSO 2018 no BR, em que o fundamental soma 55,60% e o ensino médio, 23,70%.

O ensino Superior/ Graduação é maior para MED 2016, na IES, 36,10% e MED 2019, 30,80%. No Brasil esses números são MED 2016: 40,60%; e MED 2019: 38,50%. Para o curso de Direito, os números para DIR 2015, na IES, são 26,2% e DIR 2018, 21,70%. No Curso de Serviço Social 2016, a graduação na IES representa apenas 9,40%; em 2018, 15,40%. No Brasil esses números são 6,20% em SSO 2016 e 6,60% em SSO 2018.

Tabela 25 - Resposta à questão: renda total da família em nº de salários-mínimos, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.

Renda total da família em nº de salários-mínimos (sm)	DIREITO- DIR							
	2015				2018			
Ano do ENADE	IES	REG	ORG. ACAD	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Até 1,5	12,5	7,8	7,7	9,1	12,9	13,3	16,4	19,0
De 1,5 a 3	21,4	19,2	17,3	19,6	24,5	22,7	21,6	24,0
De 3 a 4,5	24,4	18,0	16,0	17,1	21,9	21,0	19,1	19,6
De 4,5 a 6	14,9	14,8	13,8	14,2	12,9	13,0	12,0	11,6
De 6 a 10	14,3	19,0	19,6	18,5	13,5	15,6	14,9	13,4
De 10 a 30	11,3	17,1	20,0	17,0	12,3	12,0	12,8	10,2
Acima de 30	1,2	4,1	5,7	4,4	1,9	2,4	3,2	2,3
	SERVIÇO SOCIAL- SSO							
	2016				2018			
Ano do ENADE	IES	REG	ORG. ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Até 1,5	31,3	35,4	32,9	35,7	53,8	35,8	36,4	38,3
De 1,5 a 3	43,8	36,3	36,2	35,9	15,4	36,6	34,6	34,5
De 3 a 4,5	6,3	15,3	15,5	15,0	23,1	16,7	17,3	16,6
De 4,5 a 6	6,3	7,8	8,6	7,8	3,8	5,9	5,9	5,5

De 6 a 10	6,3	3,8	5,1	4,2	3,8	4,2	4,5	4,0
De 10 a 30	3,1	1,4	1,6	1,3	0,0	0,7	1,0	1,0
Acima de 30	3,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1
	MEDICINA- MED							
Ano do ENADE	2016				2019			
	IES	REG	ORG.ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Até 1,5	0,0	3,6	4,3	4,1	2,2	4,3	7,2	6,8
De 1,5 a 3	8,4	8,3	9,4	9,2	9,9	9,5	12,4	12,0
De 3 a 4,5	8,4	10,0	11,5	10,9	8,8	13,2	15,1	14,5
De 4,5 a 6	20,5	15,0	14,2	14,0	5,5	12,5	11,7	11,5
De 6 a 10	24,1	22,8	21,2	21,3	33,0	22,6	21,0	20,4
De 10 a 30	25,3	30,9	30,2	31,2	31,9	27,8	24,4	25,6
Acima de 30	13,3	9,4	9,1	9,4	8,8	10,1	8,1	9,3

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Obs.: Valores em percentuais

Analisando as informações encontramos os valores de renda bem distintos em relação ao perfil do egresso nos três cursos estudados. Nos Cursos de SSO e DIR, as maiores concentrações estão na faixa de até 1,5 sm e 3,0 sm, já no curso de MED a faixa predominante é de 10 a 30 sm. O curso de SSO 2016, na IES, até 1,5 sm é de 31,3% e de 1,5 a 3,0 sm é 43,8%. Em SSO 2018, os valores na IES são 53,80% e 15,40%. No Brasil esses valores são SSO 2016: 35,70% e 35,90%; e SSO 2018: 38,30% e 34,50%.

O curso de Direito, além das faixas iniciais de 1,5 a 3,0 sm, também apresenta valores significativos para a faixa de 3,0 a 4,5 sm. Em DIR 2015, na IES, 12,50% recebem até 1,5 sm; 21,40 %, de 1,5 a 3,0 sm e 24,40%, de 3,0 a 4,5 sm. Em DIR 2018, na IES, 12,90% recebem até 1,5 sm; 24,50%, de 1,5 a 3,0 sm e 21,90% de 3,0 a 4,5 sm. No BR esses valores são em DIR 2015: 9,10%, 19,60% e 17,10%, respectivamente. Em DIR 2018 são 19,00%, 24,00% e 19,60%, também nas respectivas faixas de renda.

O curso de Medicina apresenta resultados bem distintos, pois concentra a renda total da família na faixa de salários-mínimos que vai de 4,5 a 30 sm. Em MED 2016, na IES, aqueles que recebem de 4,5 a 6 sm representam 20,50%; de 6 a 10 sm, 24,10%, e de 10 a 30 sm, 25,30%. Em MED 2019, na IES, para essas mesmas faixas, temos 5,50%, 33,00% e 31,90%. Para o Brasil, essa faixa de concentração se mantém como valores maiores em MED 2016, 30,20%; e MED 2019, 25,60% para a faixa de 10 a 30 sm. Na faixa de 1,5 a 3 sm, MED 2016 é 8,4% e MED 2019 é 9,90%. No Brasil, nos mesmos anos, os valores são 9,2% e 12%.

Tabela 26 - Resposta à questão: **Tipo de escola cursada no ensino médio**, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED nas categorias IES, Região Sul, Organização Acadêmica Universidade e total Brasil.

Tipo de escola cursada no ensino médio	DIREITO- DIR							
Ano do ENADE	2015				2018			
	IES	REG	ORG. ACAD	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Todo em escola pública	56,5	55,0	43,1	48,1	61,3	61,9	52,2	57,4
Todo em escola privada	32,7	31,3	45,2	38,5	31,6	27,0	37,7	31,6
Todo no exterior	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
A maior parte em escola pública.	7,1	7,8	5,8	7,0	1,9	6,2	4,9	5,6
A maior parte em escola privada	3,6	5,4	5,4	6,0	5,2	4,4	4,8	5,0
Parte no Brasil e parte no exterior.	0,0	0,4	0,5	0,4	0,0	0,3	0,4	0,3
	SERVIÇO SOCIAL- SSO							
Ano do ENADE	2016				2018			
	IES	REG	ORG. ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Todo em escola pública	75,0	84,2	79,5	80,1	92,3	85,4	80,8	81,6
Todo em escola privada	12,5	6,2	10,6	10,0	3,8	5,9	11,0	9,9
Todo no exterior	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
A maior parte em escola pública.	9,4	6,7	6,7	6,6	0,0	6,2	5,4	5,5
A maior parte em escola privada	3,1	2,9	3,2	3,2	3,8	2,4	2,7	2,8
Parte no Brasil e parte no exterior.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
	MEDICINA- MED							
Ano do ENADE	2016				2019			
	IES	REG	ORG.ACAD.	BR	IES	REG	ORG.ACAD.	BR
Todo em escola pública	19,3	20,0	18,3	15,4	24,2	23,0	23,8	18,6
Todo em escola privada	71,1	70,8	74,0	76,5	65,9	69,4	69,8	74,9
Todo no exterior	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,3	0,1	0,1
A maior parte em escola pública.	8,4	4,0	2,7	2,7	9,9	2,8	2,1	1,9
A maior parte em escola privada	1,2	4,2	4,0	4,3	0,0	3,3	3,5	3,6
Parte no Brasil e parte no exterior.	0,0	0,8	0,8	0,9	0,0	1,2	0,8	0,8

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Obs.: Valores em percentuais

Com relação ao tipo de escola cursada no Ensino Médio, verifica-se situações distintas para cada curso. No Serviço Social a grande maioria vem da Escola Pública, no Direito parte da Pública e parte da Escola Privada, e no Curso de Medicina grande maioria é da Escola Privada, tendência que ocorre desde a IES até as estatísticas para o Brasil. No curso de SSO 2016, a Escola Pública, na IES, representa 75,00%, na Região Sul 84,20%, no Brasil 80,10%. Em SSO 2018, na IES, 92,30%, Região Sul, 85,40%, e no Brasil, 81,60%.

No Curso de DIR 2015, a Escola Pública na IES é 56,50%; a Escola Privada, 32,70%; Região Sul, 55,00% e 31,30%, respectivamente. No Brasil, 48,10% e 38,50%, do mesmo modo. Em DIR 2018, na IES, a Escola Pública perfaz 61,90% e a Privada 31,60%. No Brasil, 57,40% e 31,60% da mesma forma.

Em Medicina, a grande maioria vem da Escola privada, mas também apresenta alguns alunos que realizaram Ensino Médio na Escola Pública. Em MED 2016, na IES, Ensino Médio todo em Escola Privada representa 71,10% e em Escola Pública, 19,30%. No Brasil, 18,30% e 76,50,00%. Em MED 2018, 24,20% Pública e 69,40% Privada. No Brasil, 18,60% e 74,90%, respectivamente.

Tabela 27 - Resposta à questão: Qual o principal motivo para escolha do curso, por ano de avaliação do ENAD para os cursos de DIR, SSO E MED, comparadas as respostas dos Egressos na IES e no Brasil.

Principal motivo escolha do curso (25)	DIREITO- DIR							
Ano do ENADE	2015							
Alternativa	A = Inserção no mercado de trabalho.	B = Influência familiar.	C = Valorização profissional.	D = Prestígio Social.	E = Vocação.	F = Oferecido na modalidade de a distância.	G = Baixa concorrência para ingresso.	H = Outro motivo.
Egressos IES	28,00	11,90	16,10	1,80	28,60	0,00	0,00	13,70
Egressos Brasil	24,30	11,80	18,20	2,70	29,50	0,10	0,10	13,00
	2018							
Egressos IES	27,70	9,70	17,40	1,30	31,60	0,0	0,0	12,30
Egressos Brasil	26,00	10,80	16,90	2,60	28,70	0,0	0,1	14,30

Principal motivo escolha do curso (25)	SERVIÇO SOCIAL- SSO							
Ano do ENADE	2016							
Alternativa	A = Inserção no mercado de trabalho.	B = Influência familiar.	C = Valorização profissional.	D = Prestígio Social.	E = Vocaçã	F = Oferecido na modalidade de a distância.	G = Baixa concorrência para ingresso.	H = Outro motivo.
Egressos IES	9,40	3,10	6,30	0,00	37,50	0,00	9,40	34,40
Egressos Brasil	17,80	6,80	11,10	2,30	30,10	4,70	1,50	25,30
Ano do ENADE	2018							
Egressos IES	15,40	0,00	7,70	3,80	23,10	0,0	7,70	42,30
Egressos Brasil	16,90	6,80	10,30	2,30	29,10	4,60	2,20	26,80
Principal motivo escolha do curso (25)	MEDICINA- MED							
Ano do ENADE	2016							
Alternativa	A = Inserção no mercado de trabalho.	B = Influência familiar.	C = Valorização profissional.	D = Prestígio Social.	E = Vocaçã	F = Oferecido na modalidade de a distância.	G = Baixa concorrência para ingresso.	H = Outro motivo.
Egressos IES	10,80	8,40	9,60	1,20	50,60	0,0	0,00	19,30
Egressos Brasil	12,30	6,70	9,30	0,80	59,60	0,0	0,10	11,10
	2019							
Egressos IES	6,60	3,30	11,00	1,10	59,30	0,0	0,00	18,70
Egressos Brasil	13,30	6,20	11,30	0,90	55,90	0,0	0,10	12,10

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Obs.: Valores em percentuais

A Tabela anterior apresenta o comparativo para as respostas à questão: qual o principal motivo para escolha do curso? Os egressos na IES e no Brasil, no Curso de DIR 2015 e DIR 2018, apresentam respostas semelhantes indicando como principal motivo a “Vocaçã”, depois a “Inserção no mercado de trabalho” e por último a “valorização profissional”. Os egressos da IES e no Brasil, no Curso de SSO 2016 e

2018, responderam em maior frequência “outro motivo”, depois “vocação” e por último “inserção no mercado de trabalho”. No Curso de MED 2016 e MED 2019, a maior frequência de respostas indica a “a vocação”, “outro motivo” e “inserção no mercado”. A resposta “outro motivo” será abordada nas entrevistas com os egressos na pesquisa de campo, de forma a melhor compreender os “outros motivos” além dos propostos no questionário socioeconômico do ENADE.

Algumas manifestações de egressos durante a pesquisa de campo também indicaram motivos como a possibilidade dos concursos públicos para o Direito e a maior oferta de turnos e de vagas na IES. Para o Serviço Social, foi a facilidade de encontrar emprego e para o cargo de Médico, nível salarial e facilidade de encontrar propostas de trabalho.

Tabela 28 – Resposta à questão: Principal grupo de apoio a conclusão do curso, por ano de avaliação do ENADE para os cursos de DIR, SSO E MED, comparadas as respostas dos Egressos na IES e no Brasil

Principal grupo de apoio a conclusão do curso (20): DIREITO- DIR											
Ano do ENADE: 2015											
Alternativa	A = Não tive dificuldade	B = Não recebi apoio	C = Pais	D = Avós	E = Irmãos, primos ou tios.	F = Líder ou representante religioso.	G = Colegas de curso ou amigos.	H = Prof. do curso.	I = Profiss. IES	J = Colegas de trabalho	K = Outro grupo
Egressos IES	30,4	4,2	47,0	3,6	0,6	1,2	4,8	1,8	0,0	2,4	4,2
Egressos Brasil	28,4	5,5	44,2	1,9	2,4	0,4	6,0	3,1	0,4	1,1	6,3
Ano do ENADE: 2018											
Egressos IES	27,1	7,1	42,6	3,9	0,0	0,0	9,0	1,3	0,0	0,0	9,0
Egressos Brasil	27,6	6,0	42,6	2,1	2,4	0,4	7,2	3,0	0,4	1,0	6,9
Principal grupo de apoio a conclusão do curso (20): SERVIÇO SOCIAL- SSO											
Ano do ENADE: 2016											
Alternativa	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
Egressos IES	18,8	9,4	31,3	0,0	0,0	0,0	12,5	9,4	0,0	3,1	15,6
Egressos Brasil	24,8	6,5	31,6	1,0	1,1	0,7	12,3	4,2	0,8	1,9	11,5
Ano do ENADE: 2018											
Egressos IES	11,5	11,5	30,8	0,0	3,8	0,0	19,2	0,0	7,7	0,0	15,4

Egressos Brasil	24,5	6,6	30,1	1,2	4,2	0,7	13,1	4,4	0,7	1,9	11,8
Principal grupo de apoio a conclusão do curso (20): MEDICINA- MED											
Ano do ENADE: 2016											
Alternativa	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
Egressos IES	31,3	0,0	59,0	2,4	0,0	0,0	3,6	1,2	1,2	1,2	0,0
Egressos Brasil	23,2	1,7	61,4	1,9	2,0	0,3	5,4	1,0	0,3	0,2	2,4
Ano do ENADE: 2019											
Egressos IES	20,9	1,1	64,8	4,4	0,0	0,0	4,4	2,2	0,0	0,0	2,2
Egressos Brasil	19,2	1,7	61,0	2,1	2,2	0,3	8,4	1,4	0,4	0,2	2,9

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Obs.: Valores em percentuais

A análise das respostas para a pergunta sobre o principal grupo de apoio na conclusão do curso levando em conta as respostas dos egressos na Instituição de Ensino e também a média das respostas dos egressos no Brasil indica que o maior valor são os pais, sendo no DIR 2015, na IES, 47,00% e para egressos BR 44,20%. Em DIR 2018, esses valores são 42,60% na IES e 42,60% no BR, também indicando os Pais. A segunda alternativa mais indicada é “Não tive dificuldade”: no DIR 2015, na IES, é 30,40%, e no BR é 28,40%. Em DIR 2018, na IES, é 27,10% e 27,60 no BR.

No curso de Serviço Social as duas alternativas mais indicadas também são o “apoio dos Pais”, em primeiro, e “não tive dificuldades”, em segundo. Nesse curso também aparecem algumas indicações de “outro grupo”: sendo no SSO 2016, na IES, de 15,60% e no BR, 11,50%. Em SSO 2018, 15,40% na IES, e 11,80% no BR.

O curso de Medicina é aquele em que os números são mais expressivos para a alternativa que indica os Pais como principais apoiadores para a conclusão do curso: na MED 2016, na IES, 59,00%, e 61,40% no BR; Em MED 2019, na IES, é 64,80% e no BR ,61,00%. A segunda alternativa mais indicada é “Não tive dificuldade”, com destaque para MED 2016, na IES, que é 31,30%.

6.3- O PROUNISTAS BOLSISTAS INTEGRAIS E EGRESSOS EM GERAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE RENDA E CLASSE.

O objetivo é um exercício de interpretação das informações quantitativas sobre o perfil bolsistas integrais com o perfil dos respondentes em geral para os mesmos anos e

curso nas categorias: IES no Município (UCPel), da região Sul (REG), Organização Acadêmica Universidades (ORG.ACAD.) e os números percentuais para o Brasil (BR) como um todo

Analisando os dados coletados é possível afirmar, em relação aos três cursos selecionados, que há ocorrência de diferenças significativas no perfil dos estudantes beneficiários pelo PROUNI, como também ocorre no perfil socioeconômico dos egressos em geral. A intenção é verificar se as diferenças de perfil socioeconômico nos cursos estudados para o egressos em geral é semelhante ao verificado no perfil por curso dos prounistas, a partir do qual verificou-se que o maior capital cultural, vinculado a maior escolaridade dos pais, e maior capital econômico, vinculado a maior renda familiar, são determinantes no acesso aos cursos de menor oferta e maior prestígio, como Medicina, em relação aos de maior oferta, mais massificados, como Direito.

A primeira análise interpretativa é baseada nos dados filtrados para as tabelas sobre os bolsistas Integrais da IES UCPel, em uma segunda análise são interpretados e comparados os dados com parâmetros nacionais para egressos em geral dos mesmos cursos e anos de realização do ENADE, em que constam informações sobre a IES no Município (UCPel), da região Sul (REG), Organização Acadêmica Universidades (ORG.ACAD.) e os percentuais para o Brasil (BR) como um todo. As categorias de análise são as mesmas: o perfil quanto à raça, gênero, classe, escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio e critério para escolha do curso.

Quanto à categoria cor/raça (tabela 11, p.114) a maior frequência percentual para todos os cursos é a branca: DIR 2015 com 82,76%, MED 2016 com 75,00%, SSO 2016 com 76,47%, SSO 2018 com 72,22%, DIR 2018 com 90,48% e MED 2019 com 80,00%. A frequência da cor/raça negra no DIR 2015 é de 13,79%, mas em DIR 2018 reduz para 4,76%. Na MED 2016 é de 12,50%, mas em MED 2019 reduz para zero.

Na análise dos relatórios nacionais (tabela 22, p. 128) também predomina a maior expressão da cor/raça branca, mais evidente em cursos como o de Direito e Medicina, como verificado em DIR 2015, na IES é de 90,50% branca e 4,80% preta; em DIR 2018 é 91,60% branca e 7,90% preta. Em MED 2016 é de 96,40% branca e 1,20% preta, em MED 2019 é 94,50% branca e zero preta.

Para o Curso de Serviço Social (tabela 22, p. 128), essas diferenças são um pouco atenuadas: na IES, SSO 2016, é 81,30% branca e 12,50% preta; SSO 2018 73,10% branca e 11,50% preta. Essas informações para o curso de SSO 2016 no Brasil são

32,70% branca e 15,30% preta; SSO 2018 33,00% branca e 16,40% preta. É, assim, o curso que apresenta maiores valores de egressos autodeclarados de cor/raça preta.

Quanto à categoria Gênero (sexo no questionário ENADE) a partir das informações extraídas do banco de Microdados ENADE só para os bolsistas Integrais (tabela A1), a população total é de 103 estudantes, dos quais 62 são do sexo feminino e 41 do sexo masculino. No curso de Serviço Social, identificou-se a superioridade de estudantes do sexo feminino, 82,35 % em 2016, e masculino 83,33 % em 2018. O curso de Direito 2015 apresenta o dobro de estudantes masculinos, 62,07% em relação às estudantes femininas, que representam 37,93%. A situação se inverte em 2018, quando 61,90% são mulheres e 38,10% são homens. O curso de Medicina se mostrou equilibrado, pois em ambos os anos, 2016 e 2019, o percentual foi de 50,00% para ambos os sexos. Esta análise confirma a tendência do curso de Serviço Social de ser predominantemente composto por estudantes do sexo feminino.

Antes de analisar as informações sobre renda, é necessário discutir alguns pressupostos em relação à renda e classe. Algumas abordagens de políticas públicas utilizam critérios que classificam a sociedade em “faixas de renda” (A, B, C, D...) baseando-se no número de salários-mínimos. Essa classificação é questionada por não retratar a realidade da estrutura de classes, pois é “a forma mais eficaz e mais comum de se negar a importância do pertencimento de classe social para a vida de todos nós é(não) percebê-la apenas como realidade econômica” (SOUZA, 2017, p.85). Para o autor, essa classificação pressupõe que todas as pessoas são percebidas como “produtos em série, rigorosamente iguais, diferenciando-se unicamente pelo que possui no bolso” (2017, p.86).

Nesse sentido, o autor propõe que duas leituras estão em debate: uma representa a leitura de esquerda, inspirada no marxismo, outra a leitura liberal da renda como fator determinante. Assim como o autor, penso que a leitura inspirada pelo marxismo é a mais adequada, pois considera o lugar do indivíduo na produção. Assim ele diz:

Enquanto a leitura liberal, como sempre, só leva em consideração a distribuição e o consumo, a leitura inspirada pelo marxismo e dominante na esquerda entre nós concentra-se na produção e na ocupação. A ênfase na produção e na ocupação funcional permite ver aspectos completamente fora de visão quando se toma apenas a distribuição e o consumo (...) permite perceber a distribuição e o consumo como variáveis dependentes da instância de produção (SOUZA, 2017, p.87).

No entendimento do autor, ambas leituras compartilham o mesmo ponto de partida, que é o economicista, no qual a “única motivação do comportamento humano é, em última instância, econômica, o que é uma grande bobagem. As classes sociais só podem ser adequadamente percebidas, portanto como um fenômeno, antes de tudo sociocultural e não apenas econômico”. (SOUZA, 2017, p.88) Esta teoria nos ensina que a origem e a formação das classes estão na socialização familiar primária, e que ela irá definir todas as chances relativas a cada um de nós na luta social por recursos escassos.

Na sequência da exposição dos dados de pesquisa sobre os bolsistas integrais PROUNI, essa referência ao grupo familiar estará expressa como determinante no enfrentamento das dificuldades encontradas durante o curso superior e para concluí-lo, bem como detém influência na decisão pela escolha do curso de graduação. Quanto ao principal grupo de apoio ao enfrentamento de dificuldades, os seguintes percentuais em cada curso responderam que pai e mãe exerceram essa influência (tabela 20, p.124): DIR2015, 41,38%; MED2016, 37,50%; SSO2018, 38,89% e DIR2018, 47,62%. Já no curso de MED2019, para 70,00% foram os Avós e no curso de MED2016, para 25,00% foram os colegas e amigos.

Assim, Souza comenta:

O sucesso escolar dependerá, por exemplo, se disciplina pensamento prospectivo- ou seja a capacidade de renúncia no presente em nome do futuro- e a capacidade de concentração são efetivamente transmitidos aos filhos (...) É esse “patrimônio de disposições” para o comportamento prático, que é um privilégio de classe entre nós, que vai esclarecer tanto a ocupação quanto a renda diferencial mais tarde (SOUZA, 2017, p. 88).

Para o autor, cada classe social tem um tipo de socialização familiar específica, um “capital familiar” com *habitus* de classe próprios, algumas vezes “precários” se comparados aos de outras. Seria nessa dinâmica de socialização que as diferenças de classe surgem.

Neste exercício de interpretar os dados da pesquisa, retorno à teoria bourdiesiana e a conceitos como o de *habitus*, visto que segundo esta teoria, como mencionado na p.76, ele é produto da posição social e da trajetória social dos indivíduos, que estrutura aquisições e produz *habitus* de classe determinantes nas estratégias individuais de educação e acesso a oportunidades, como comenta Bauer (2017):

O título de formação regula a reprodução da desigualdade social- a distribuição do poder dentro da sociedade, a repartição de oportunidades desiguais da vida. O sistema de educação assume- muitas vezes de forma despercebida pelos atores sociais, por isso, muito eficaz- função central de uma instância de distribuição de oportunidades. São estratégias individuais de educação que

decidem sobre o sucesso ou insucesso da educação. Para as estratégias, por sua vez é decisiva a estrutura dos habitus individuais, fato que a sociologia da educação bourdiesiana ressalta em particular (BAUER, 2017, p.167)

Na sequência, analiso as informações quanto à escolaridade do Pai e da Mãe (tabela 12 e tabela13, p.115 e p.116). Na categoria escolaridade do Pai, bolsista integral, no curso de MED 2019 predomina o ensino Superior, com 40,00%; em MED 2015 predomina o Ensino Médio, com 50,00%. Em DIR 2018 também predomina o Ensino médio, com 38,10%. O Ensino Fundamental é mais significativo em DIR 2018, 23,81%; SSO 2018, 33,33%; SSO 2016, 52,94% e DIR 2015, 31,03%. Em síntese, pai com ensino Superior é maior na Medicina, Ensino médio é significativo em todos, e o Ensino Fundamental de 1º a 5º é maior no curso de Serviço Social.

Na categoria escolaridade da Mãe (tabela13, p.116), em MED2019, a Pós-graduação representa um montante de 30,00%, o Ensino Superior de 20,00% e o Ensino Médio de 50,00%, não apresentando mães sem ou apenas com ensino fundamental, o que caracteriza o curso como aquele de maior nível de escolaridade entre os Pais. O Ensino médio é significativo em todos. O Ensino Superior não aparece em SSO2016, no qual o destaque é para o Ensino Fundamental 1 e 2, que somados chegam a 47,05%. Em MED2016, os pais com ensino fundamental somam 50,00% e em DIR2015 34,48%.

Em síntese, a escolaridade da Mãe para egressos do PROUNI é mais elevada na Medicina e o Ensino Fundamental é mais significativo em Serviço Social e Direito. É possível concluir, baseando-se nos dados levantados, que estudantes cujos pais têm a maior escolaridade buscam cursos de Medicina e Direito, cujos diplomas são mais valorizados que o de Serviço Social.

Quanto ao tipo de escola onde cursou o Ensino Médio (tabela 16, p.119), para bolsistas integrais, nos cursos de DIR2015, SSO2016 e SSO2018, 100,00% dos alunos concluíram o ensino médio em escolas públicas. O curso de MED2016 e MED2019 apresenta 12,50% e 10,00% dos alunos que fizeram o ensino médio em escolas privadas, respectivamente, assim como o DIR2018, 4,76%.

A distribuição de frequência percentual sobre Renda Familiar (tabela 14, p.117) para bolsista integrais do PROUNI está concentrada na faixa de 1,5 a 3,0 salários, decorrente da exigência para acesso a bolsa integral. Destaca-se na faixa até 1,5 s.m., o curso de SSO2018, com 61,11% de estudantes declarando essa renda; da mesma forma, na faixa de 1,5 a 3,0 s.m., MED2016 apresenta 62,50%. O Curso de Serviço

Social apresenta mais estudantes com menor faixa de renda, menor capital econômico, que os cursos de Direito e Medicina.

Neste sentido, o dados levantados nesta pesquisa se assemelham aos apresentados por Moreira (2017), que comparou perfis socioeconômicos de alunos bolsistas PROUNI com alunos pagantes dos cursos de Pedagogia, Direito e Medicina, e concluiu que:

A homogeneidade entre bolsistas e pagantes dos cursos de Pedagogia (ENADE 2008) aponta para o valor simbólico do diploma de licenciatura, que difere substancialmente do valor do diploma de Direito e Medicina, o que explica o público que tais cursos atraem, independentemente da existência de uma política de democratização do acesso. Mesmo que nos Cursos de Direito e Medicina a escolaridade de pais e mães de bolsistas seja menor, em média, que a escolaridade de pagantes, ela é maior que a escolaridade de pais e mães bolsistas de Pedagogia (MOREIRA, 2017, p.259)

Outra concordância com a pesquisa de Moreira (2017) é a inserção proporcional de bolsistas PROUNI oriundos de Escola Privada, com pais e mães com maior escolaridade, em cursos de maior prestígio social e menor oferta de vagas. Essa situação não obedece ao planejamento da Política Pública, pois restringe as possibilidades de acesso a uma formação específica em nível superior. Nesta perspectiva, estamos diante das determinações de classe limitando o acesso a uma trajetória acadêmica específica.

Quanto as informações sobre qual o motivo da escolha do curso (tabela 17. P.120), a resposta que aponta “vocação” é significativa em todos os cursos, destacando-se DIR 2015, com 37,93%, e MED 2019, com 50,00%. Respostas que indicam a “inserção no mercado de trabalho” aparecem em DIR2015 e DIR2018, e a “possibilidade de bolsa de estudos” em MED 2016, SSO2016, SSO2018 e MED2019. A alternativa “foi o único que obtive aprovação” só foi indicada no curso de Serviço Social, SSO2016, com 17,65%, e SSO2018, com 11,11%.

Para bolsistas integrais, acerca da pergunta sobre qual o “motivo para escolha da IES (tabela 18, p.122), a resposta predominante é a “qualidade/ reputação”, estando em segundo lugar a “possibilidade de ter bolsa de estudos”, o que demonstra a necessidade de estratégias complementares de apoio à permanência no programa.

Quanto à situação de trabalho, os bolsistas integrais egressos de Serviço Social e Direito indicam trabalhar de 20h a 40h. Esse trabalho, na maioria das vezes, é em áreas diversas da área de graduação, sendo motivado pela necessidade de contribuir no orçamento familiar e será mais bem compreendido na etapa da entrevistas de campo. No curso de Medicina, a maioria não trabalha, considerando as dificuldades impostas

pela proposta pedagógica do curso em dois turnos, portanto integral. No caso em questão, o PROUNI prevê uma bolça de custeio para cursos integrais.

Na tabela a seguir estão indicadas as médias de idade dos bolsistas por curso estudado. As médias de idade dos cursos MED2016 (26,7), DIR2018 (26,28) e MED2019 (26,50) estão mais próximas da média para a faixa de idade (18 a 24) dezoito a vinte e quatro anos, mas são superiores à considerada pelo PROUNI como a principal faixa a ser incentivada ao acesso ao ensino universitário, mantendo com isso a trajetória de escolarização conforme a idade.

Tabela 29 - Médias de idade dos bolsistas por curso estudado

CURSOS	MÉDIA DE IDADE (Anos)
DIR 2015	28,34
MED 2016	26,70
SSO 2016	30,16
SSO 2018	29,89
DIR 2018	26,28
MED 2019	26,50

No capítulo a seguir serão descritas a opção metodológica para a técnica de amostragem por cotas e o roteiro da entrevista semiestruturada

6.4- OPÇÃO METODOLÓGICA PARA A TÉCNICA DE AMOSTRAGEM POR COTAS

A opção metodológica de análise para a técnica de amostragem utilizada foi a “amostragem por cotas”, uma vez que apresenta maior rigor dentre as amostragens não probabilísticas (VELUDO-DE-OLIVEIRA, 2001). Também é considerada o tipo de amostra não probabilística mais utilizada nas Ciências Sociais

(...) aos entrevistados são designadas quotas de respondentes de diferentes tipos para serem entrevistados. Por exemplo, um entrevistador pode ter que entrevistar uma pessoa do sexo feminino na faixa etária entre 22 e 34 anos com ensino superior. As quotas geralmente reproduzem os parâmetros da população derivados de censos nacionais, ou locais. Embora os locais desses procedimentos, onde as entrevistas ocorrem sejam selecionados por meio probabilísticos, a escolha dos entrevistados não é feita por meio desses procedimentos. A implicação do uso de método não probabilístico é que cada aplicação deve ser avaliada individualmente a partir da congruência entre teoria e empiria. Nesse caso, não se recomenda erro amostral. (BAQUERO, 2009, p. 89)

A partir das informações cadastrais fornecidas pela IES sobre bolsistas PROUNI, com origem no SIS-PROUNI, sobre os egressos dos cursos de Serviço Social (2016-

2018), Direito (2015-2018) e Medicina (2016-2019), foram selecionados no banco de dados apenas os bolsistas integrais.

Com base na proporção de egressos na população total, 80 (oitenta e dois) egressos, foi estabelecida uma cota em cada curso a ser sorteada aleatoriamente para as entrevistas, resultando em uma amostra total de 17,5% da população, ou seja, 14 (quatorze) indivíduos selecionados conforme a tabela abaixo:

Tabela 30 - Tamanho da população e da amostragem por cotas.

Curso	Nº egressos por curso	Cota por curso
SSO (2016-2018)	22	4
DIR (2015-2018)	44	8
MED (2016-2019)	14	2
Totais	80	14

Fonte:

Para o sorteio das cotas por curso, foi configurada uma planilha no Microsoft Excel com os nomes organizado em ordem alfabética e numerados de 01 até (n), conforme o número total de egressos por curso. A partir dessa lista foi aplicada a fórmula =ALEATÓRIOENTRE (1; n), onde “n” é o número máximo de egressos por curso no respectivo ano. Quando o indivíduo sorteado não foi encontrado ou se negou a participar da entrevista, outro foi sorteado até atingir a cota estabelecida por curso.

A pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UCPel, que exarou parecer favorável à sua realização em 02 de julho de 2022. Nos anexos estão o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e uma cópia do roteiro de entrevista semiestruturada utilizada na pesquisa de campo.

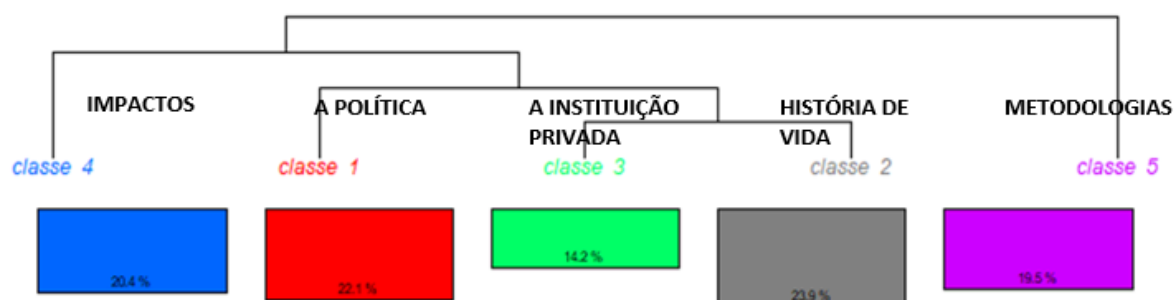
As entrevistas foram realizadas via plataforma Meet do Google Acadêmico da UCPel. A partir das cotas por curso, os indivíduos sorteados foram contactados por e-mail, WhatsApp ou Facebook Messenger. A partir da concordância, foi agendada a entrevista por e-mail, contendo em anexo Termo de Livre Consentimento específico. No momento da entrevista, após leitura do Termo, era solicitada a manifestação de ciência/concordância com o conteúdo, com a gravação da entrevista e utilização dos dados decorrentes da gravação no trabalho de Tese. As entrevistas resultaram no total de vinte e duas horas de gravação. Após serem desgravadas, formaram um banco de dados textual analisado no software Iramuteq.

CAPÍTULO 7- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1- UTILIZANDO O SOFTWARE IRAMUTEQ NA ANÁLISE DO CORPUS TEXTUAL RESULTANTE DAS ENTREVISTAS

O roteiro de entrevistas foi proposto com referência nas unidades de sentido identificadas na aplicação da metodologia do Estado do Conhecimento no corpus textual resultante da pesquisa dos trabalhos de Tese e Dissertações sobre o tema PROUni e seus egressos, da base BDTD/ Ministério da Ciência e Tecnologia- MCTI. Esta unidades de sentido servem de referência para renomear as classes em categorias de análise. A figura a seguir, identifica o recorte da CHD e as classes do Iramuteq que foram renomeadas em categorias da pesquisa.

Figura 40: Recorte do Dendograma que representa a CHD resultante da análise do corpus construído a partir das unidades de sentido identificadas pela metodologia do Estado do Conhecimento.



Fonte: dados da pesquisa 2021

A próxima figura descreve o roteiro de entrevistas final. Cada grupo de perguntas foi identificado com letras e cores, de maneira a facilitar a construção do corpus textual resultante da análise das gravações e sua interpretação.

Figura 41: Roteiro de entrevistas conforme as categorias emergentes da trajetória de pesquisa considerando a metodologia do Estado do Conhecimento e ferramenta Classificação Hierárquica Descendente- CHD do Software Iramuteq.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Guia para conversas no campo) Projeto de tese: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS DO ProUni da UCPel Pesquisador: Raul Teixeira de Mello Filho Instituição: Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas- PPGPS-DH/UCPEL
Dados de identificação- Grupo de perguntas (A): A1-Você concorda em responder à entrevista proposta nesta pesquisa e que ela possa ser gravada em áudio/vídeo ou pelo aplicativo de videoconferência? A2-Nome; A3- Qual é a sua cor ou raça? A4-Data e local de nascimento; A5-Qual o Curso que se formou na UCPel?
Grupo de perguntas (B):Classe 01- A política B1- Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades? B2- Me fale sobre sua experiência vivida como bolsista do Programa PROUNI; B3- Com relação à política pública PROUNI, qual sua opinião quanto aos critérios de acesso às vagas na Universidade Privada? B4- Seu acesso a um curso de graduação pode ter estimulado mais pessoas da sua relação social a tentar o mesmo? B5- Como você avalia sua experiência como bolsista PROUNI na universidade? Comente aspectos positivos e negativos. B6- Durante o período de formação você teve dificuldades de permanência na Universidade?
Grupo de perguntas (C):Classe 02- História de vida C1- Me fale sobre sua história de vida (família, escola, universidade, graduação, trabalho); C2- Você trabalhou durante o período da graduação? C3- No seu entendimento, qual a importância de concluir um curso de Graduação? C4- Até que etapa de escolarização seu pai concluiu? C5- Até que etapa de escolarização sua mãe concluiu? C6- Você participou de grupos de pesquisa e/ou extensão?
Grupo de perguntas (D): Classe 03-A instituição privada D1- Durante o curso você teve acesso a algum tipo de bolsa? D2-Em que tipo de escola você cursou o ensino médio? D3-Qual o principal motivo para você ter escolhido esse curso? D4-Você conseguiu vaga no curso que queria inicialmente? D5-Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de educação superior?
Grupo de perguntas (E): Classe 04- Impactos E1- Como você avalia a qualidade do curso?
Narrativa final (F): F1- Finalizando, você gostaria de acrescentar mais algum registro sobre sua história de vida ou algum dos assuntos tratados nesta entrevista?

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Analisando o perfil dos sujeitos que participaram da entrevista semiestruturada, observou-se que 13 (92,86%) são mulheres e 01 (7,14%) é homem. Quanto à raça/cor, 03 (21,43%) se declararam negros, 01 (7,14%) pardo e 10 (71,43%) brancos.

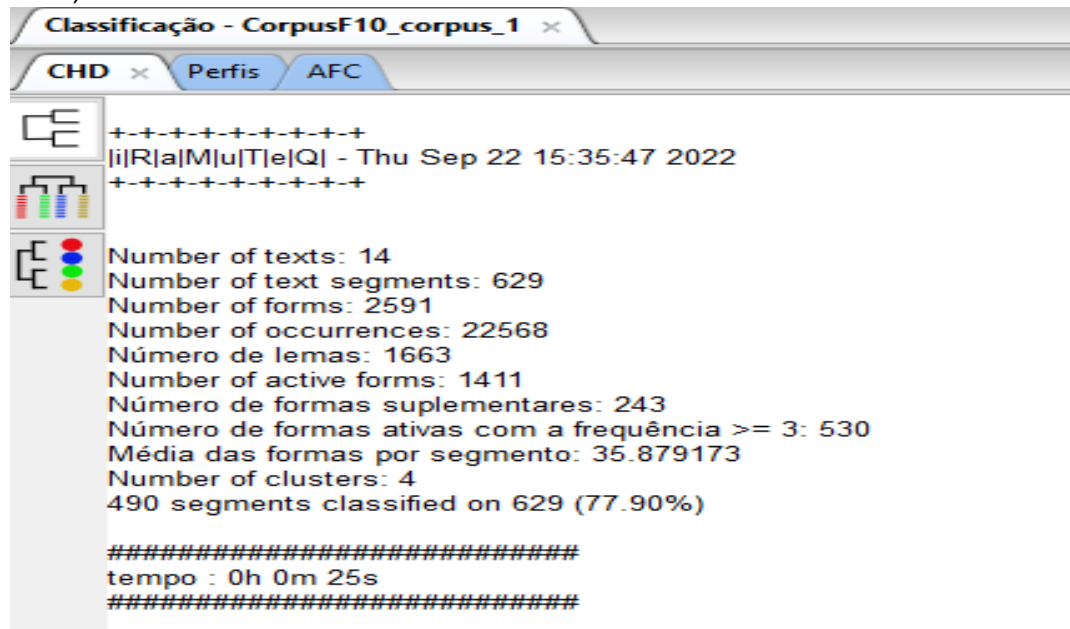
O corpus textual é composto pelas gravações das narrativas resultantes das entrevistas com os egressos bolsistas integrais do Programa PROUNI dos cursos de Serviço Social (SSO), Direito (DIR) e Medicina (MED), graduados na Universidade Católica de Pelotas no período de 2015 a 2019. São quatorze textos separados por 629

segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 490 STs (77,90%), superando ao valor mínimo de 75%, conforme recomenda o Manual Técnico Iramuteq (2018, p.34).

A sistematização dos dados utilizou a ferramenta Classificação Hierárquica Descendente- CHD. Para tal, o Iramuteq opera cortes automáticos nos textos, os quais denomina segmentos de texto, que são compostos, em média, por 40 palavras cada. As 14 gravações (que no *corpus* são chamados *textos*) foram separadas pelo *software* em 629 segmentos de texto, nos quais foram contabilizadas 22.568 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 2.591 palavras distintas (ou formas) e 1.411 *hapax* (palavras com uma única ocorrência).

Após essa contabilização e o recorte em segmentos de texto, o Iramuteq identifica as formas presentes e ausentes em cada segmento, assim como a aproximação dos segmentos que apresentam comportamento similar de presença/ausência. A seguir, a figura que apresenta as principais informações sobre a CHD resultante da análise do *corpus* textual.

Figura 42 - Principais informações da CHD observadas em relação ao corpus: narrativas dos egressos PROUNI SSO, DIR e MED 2015-2019

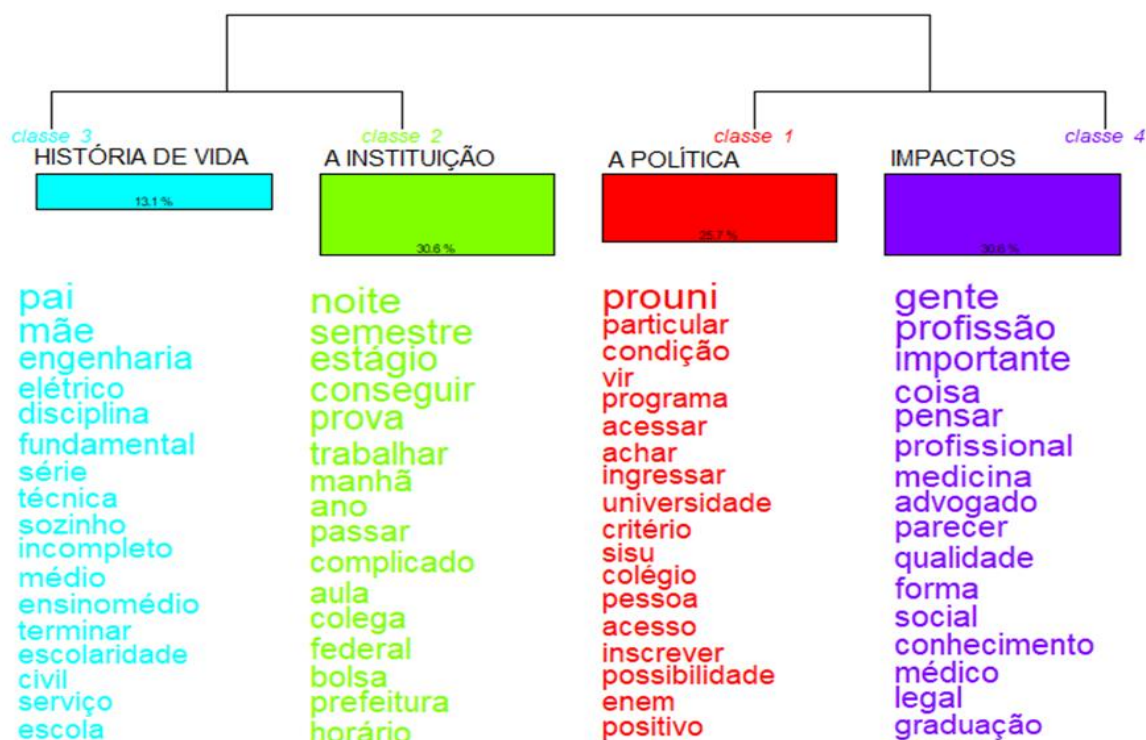


Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

A partir das 22.568 ocorrências (palavras, formas e vocábulos), sendo 2591 palavras distintas e 1663 com uma única ocorrência, o conteúdo foi analisado e categorizado em quatro classes pelo *software*: Classe 01, com 126 ST (25,71%); Classe 02, com 150 ST (30,61%); Classe 03, Com 64 ST (13,06%); e Classe 04, com 150 ST

(30,61%). As porcentagens apontadas nas classes indicam a parcela de segmentos de texto associados a cada contexto. Esses dados estão expostos no dendrograma (Figura 41), gerado pelo IRAMUTEQ, que apresenta o modo como se relacionam as quatro classes e as principais palavras elencadas como representativas de cada classe.

Figura 43 - Dendrograma da CHD referente ao corpus: narrativas dos egressos PROUNI SSO, DIR e MED 2015-2019, no formato vertical



Fonte: Dados da pesquisa: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente-CHD

A partir desse momento do processamento do corpus é possível analisar expressões contidas em cada classe das quatro classes da classificação (CHD), permitindo ao pesquisador renomear as classes em categorias em estudo na pesquisa.

No sentido esquerda-direita (Figura 41), a classe 3 associa expressões que contextualizam a História de Vida do egresso e de sua família; a classe 2, que apresenta relação com a classe anterior, reúne elementos sobre a Instituição e os turnos de estudos disponíveis; no outro ramo, a classe 1 apresenta Aspectos relacionados à Política Pública em si, que associa expressões ao PROUNI; vinculada diretamente à classe 4, que agrega expressões que traduzem impactos no estudante e na sua vida egressa. A classificação CHD não apresenta outras subdivisões devido as quatro (4) classes mostrarem-se estáveis, ou seja, compostas de unidades de segmentos de texto com vocabulário semelhante, conforme os respectivos perfis caracterizados a seguir:

Figura 44 - Perfis das quatro classes na CHD resultante da análise do *corpus*: narrativas dos egressos PROUNI do SSO, DIR e MED 2015-2019.

CHD Perfis AFC								
1 Classe 1 126/490 25.71%		2 Classe 2 150/490 30.61%	3 Classe 3 64/490 13.06%	4 Classe 4 150/490 30.61%				
n...	↑	eff. s.t.	eff. total	pourcentage	chi2	Type	forme	p
0		59	76	77.63	126.93	nr	prouni	< 0,0001
1		16	19	84.21	35.41	adj	particular	< 0,0001
2		15	19	78.95	29.32	nom	condição	< 0,0001
3		12	14	85.71	27.16	ver	vir	< 0,0001
4		19	29	65.52	25.56	nom	programa	< 0,0001
5		10	11	90.91	25.04	nr	acessar	< 0,0001
6		49	113	43.36	23.95	ver	achar	< 0,0001
7		8	8	100.0	23.49	ver	ingressar	< 0,0001
8		34	70	48.57	22.34	nom	universidade	< 0,0001
9		9	10	90.0	22.09	nom	critério	< 0,0001
10		9	10	90.0	22.09	nr	sisu	< 0,0001

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

O perfil de cada classe apresenta os dados referentes ao seu conteúdo dispostos em colunas, sendo *n.* (número que ordena as palavras na tabela); *eff.s.t.* (número de segmentos de texto que contêm a palavra na classe); *eff. total* (número de segmentos de texto no *corpus* que contêm, ao menos uma vez, a palavra); *pourcentage* (percentagem de ocorrência dos segmentos de texto que contêm a palavra nessa classe em relação a sua ocorrência no *corpus*); *chi2* (χ^2 de associação dos segmentos de texto que contêm a palavra com a classe); *type* (classe gramatical da palavra presente no segmento de texto identificada no dicionário de formas); *forme* (identifica a palavra); *P* (identifica o nível de significância da associação do segmento de texto contendo a palavra com a classe).

A seguir, apresento a análise das classes de 01 a 04, agora já renomeadas em categorias, tendo como referência os maiores valores de χ^2 (*chi2*) e o $P < 0,001$. A sequência apresentada segue a orientação no Manual Iramuteq, o qual indica que a análise das classes deve ser feita da esquerda para direita, conforme a CHD: Classe 03; Classe 02; Classe 01e Classe 04.

7.2- CLASSE 03: CATEGORIA HISTÓRIA DE VIDA

A partir das expressões contidas nessa classe e o maior grau de associação entre elas, maior χ^2 , a Classe 03 foi renomeada como a categoria História de Vida. Compreende 13,06% (f = 64 ST) do corpus total analisado. Essa classe/categoria é composta por palavras como “Pai” ($\chi^2=91,90$); “Mãe” ($\chi^2=82,28$); “Engenharia” ($\chi^2=61,03$); “Disciplina” ($\chi^2=33,62$); “Fundamental” ($\chi^2=32,51$); “Incompleto” ($\chi^2=26,84$); “Médio” ($\chi^2=26,42$); “Ensino médio” ($\chi^2=22,21$); “Terminar” ($\chi^2=21,31$); “Escolaridade” ($\chi^2=20,09$); “Serviço” ($\chi^2=17,51$); “Escola” ($\chi^2=16,92$); “Morar” ($\chi^2=15,37$); “Técnico” ($\chi^2=15,37$); “Ler” ($\chi^2=15,37$).

A seguir, a lista das principais expressões conforme o maior valor de χ^2 para uma prevalência inferior a 0.001 ($p<0,001$).

Figura 45- informações da classe (03) da CHD, categoria História de vida por maior valor de χ^2

CHD Perfis × AFC							
1 Classe 1 126/490 25.71%		2 Classe 2 150/490 30.61%		3 Classe 3 64/490 13.06%		4 Classe 4 150/490 30.61%	
n...	↑	eff. s.t.	eff. total	pourcentage	chi2	Type	p
0		19	25	76.0	91.9	nom	pai < 0,0001
1		16	20	80.0	82.28	nom	mãe < 0,0001
2		9	9	100.0	61.03	nom	engenharia < 0,0001
3		6	6	100.0	40.43	adj	elétrico < 0,0001
4		5	5	100.0	33.62	nom	disciplina < 0,0001
5		12	23	52.17	32.51	adj	fundamental < 0,0001
6		6	8	75.0	27.48	nom	série < 0,0001
7		4	4	100.0	26.84	nom	técnica < 0,0001
8		4	4	100.0	26.84	adj	sozinho < 0,0001
9		4	4	100.0	26.84	adj	incompleto < 0,0001
10		5	6	83.33	26.42	adj	médio < 0,0001
11		11	25	44.0	22.21	nr	ensinomédio < 0,0001
12		5	7	71.43	21.31	ver	terminar < 0,0001
13		3	3	100.0	20.09	nom	escolaridade < 0,0001
14		3	3	100.0	20.09	adj	civil < 0,0001
15		5	8	62.5	17.51	nom	serviço < 0,0001
16		12	33	36.36	16.92	nom	escola < 0,0001
17		4	6	66.67	15.37	ver	morar < 0,0001
18		4	6	66.67	15.37	nr	herval < 0,0001
19		4	6	66.67	15.37	nom	técnico < 0,0001
20		4	6	66.67	15.37	ver	ler < 0,0001

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Utilizando as funcionalidades do software que caracterizam as classes a partir das variáveis indicadas na linha de comando, na categoria História de Vida prevalecem narrativas sobre a relação com a família, pai, mãe e suas respectivas formações educacionais, cuja escolaridade não ultrapassa o ensino médio, tendo apenas um entrevistado relatado que os pais têm formação de nível superior; os demais entrevistados são todos pertencentes à subcategoria “primeira geração” da família a se

formar no Ensino Superior. A funcionalidade *Typical text segments* extrai o relatório que representa a referida classe, ou seja, identifica os segmentos de texto associados a ela, atribuindo um score do maior a menor segundo seu valor de χ^2 (quiquadrado). Os trechos abaixo melhor representam a referida classe:

**** *SSO_02 (score: 306.32) [...] o meu pai estudou ensino fundamental incompleto então foi até ali o quarto quinto ano do ensino fundamental e a minha mãe não terminou o ensinomédio¹⁹ [...]

**** *MED_02 (score: 284.62) [...] o curso eu jamais teria conseguido cursar além disso o apoio da minha família foi fundamental sempre estudei em escola pública minha mãe tem ensinomédio incompleto só não conheço meu pai [...]

**** *DIR_06 (score: 275.05) [...] meus pais nenhum deles tem ensino superior à minha mãe tem escolaridade de nível médio e o meu pai tem ensinomédio incompleto [...]

**** *DIR_07 (score: 273.76) [...] meu pai estudou até o quinto ano e a minha mãe ela fez depois de muitos anos eu já era já é verdade eu e a minha mãe acabamos estudando no mesmo período quando eu cursava o ensinomédio minha mãe voltou a estudar ela fez um supletivo conseguiu terminar o ensino fundamental [...]

**** *DIR_05 (score: 231.53) [...] minha mãe ela possui um técnico em contabilidade segundo grau técnico e o meu pai ele é formado apenas no primeiro grau só tem ensino fundamental [...]

**** *SSO_04 (score: 201.66) [...] então tanto meu pai quando a minha mãe eles fizeram só naquela época ele chamava de colegial que era até oitava série tanto um quanto o outro ambos fizeram em colégios públicos [...]

**** *DIR_02 (score: 181.77) [...] viviam no interior ajudar os pais deles na época lá e tiveram que abandonar os estudos e ficaram só até a quarta série [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados SSO_02; MED_02; DIR_06; DIR_07; DIR_05; SSO_04; DIR_02)

Também encontramos nessa classe narrativas quanto à participação do egresso na organização familiar. Em muitas situações de desemprego e problemas de saúde dos pais, estes passam a depender da participação efetiva dos filhos no provimento das condições de sustento econômico e alimenta. Isso se dá, geralmente, vinculado ao trabalho remunerado em outras áreas, que não a sua de formação, durante o período de graduação, o que impede os estudantes de participarem de atividades dos grupos de pesquisa e do recebimento de bolsas de estudo específicas de tal área:

**** *SSO_03 (score: 189.77) [...] ou eu seria mais uma naquele momento eu não tinha escolha eu necessitava trabalhar eu ajudava a colocar comida dentro de casa eu tinha um pai doente mãe desempregada eles precisavam do meu vale refeição da prefeitura entende [...]

**** *DIR_01 (score: 188.44) [...] no finalzinho que eu participei do programa paciente jurídicos que era pertinho da minha casa lá foi bem interessante no

¹⁹ A palavra “ensino médio” foi alterada nas gravações e construção do *corpus* textual para “ensinomédio” evitando sua contagem como palavras isoladas (ensino)+(médio) conforme recomendação do Manual Iramuteq

postinho eu nasci e cresci na zona norte de Pelotas no bairro Pestano meu pai era policial militar e minha mãe empregada doméstica depois ela montou o salãozinho dela onde eu ajudava [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados SSO_03; DIR_01)

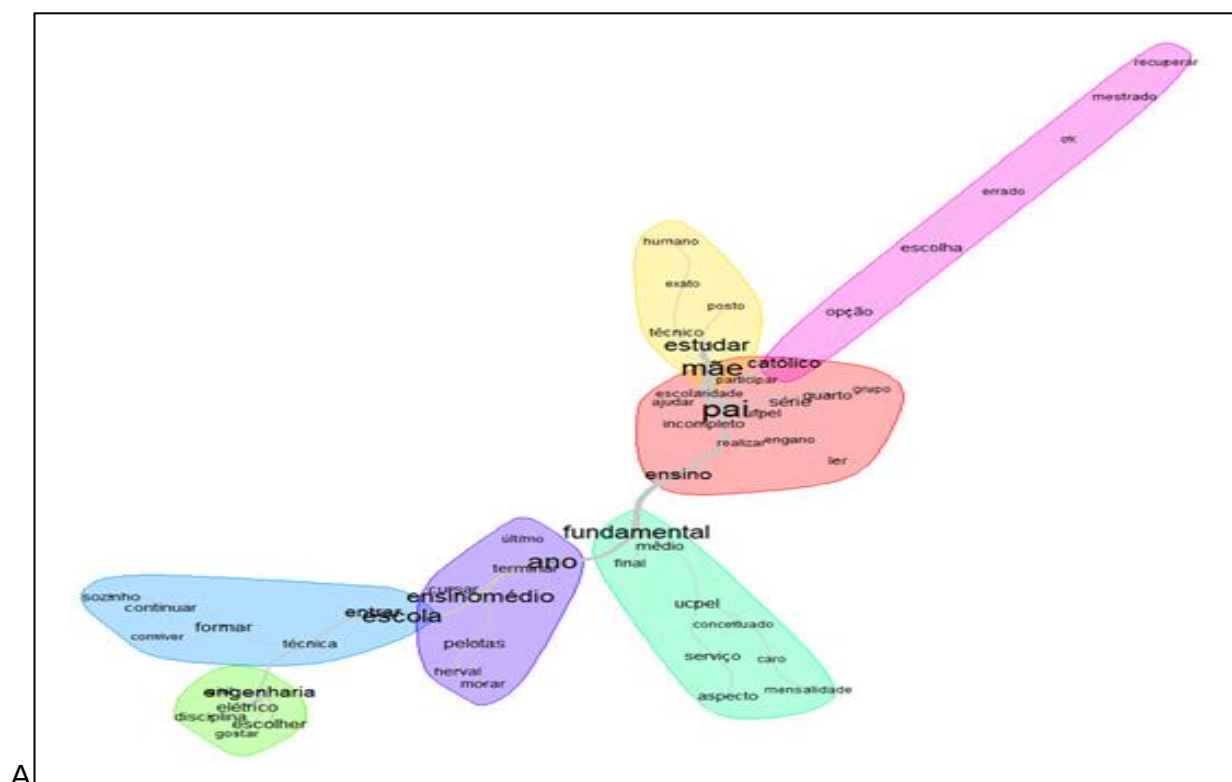
Os egressos narram quanto suas histórias de vida foram modificadas com o acesso à graduação pelo PROUNI, como esta oportunidade possibilitou-lhes fugir de um destino semelhante ao dos pais que trabalhavam no meio rural e urbano e não tiveram acesso à educação ou não conseguiram estudar por ajudar nas atividades laborais da família. Narrativas como a da mãe solteira, que trabalhando de costureira de domingo a domingo conseguiu pagar estudos complementares que possibilitaram à filha tentar, em sucessivas edições do ENEM, uma pontuação que a habilitasse ao PROUNI no curso de Medicina:

**** *SSO_01 (score: 114.91) [...] mas agora na pósgraduação se eu não tivesse realizado um curso de graduação através do prouni provavelmente hoje eu estava inserida na mesma lógica dos meus pais assim morando no campo trabalhando no campo enfim o prouni me permitiu dar um passo além [...]

**** *MED_1 (score: 109.12) [...] costureira mãe solteira que trabalhava sozinha trabalhava de domingo a domingo para conseguir me pagar e assim ainda ela conseguiu me pagar cursinho que eu sei que também não é uma realidade para muitos [...]

Os trechos corroboram a análise de similitude da classe (Figura 44), baseada na coocorrência das expressões, permitindo a visualização dos principais tópicos associados à temática da classe, agora renomeada para categoria História de Vida, representada pelos elementos considerados centrais, assim como os núcleos (palavras maiores no centro do halo) a ela associados:

Figura 46: Análise de similitude da classe História de Vida



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

O que se observa na representação acima é a centralidade das expressões “Mãe e Pai”, que na mesma comunidade relacionam-se com expressões como “incompleto”, “série”, “escolaridade”, “participar”, “UFPel”, “Católica”, e a formação de comunidades de expressões vinculadas à mais central, como “estudar”, “fundamental”, “ensino médio”, “escola”, “engenharia”, que por sua vez são centrais em comunidades adjacentes que remetem a “UCPel”, “caro”, “conceituado”, “mensalidade”, “engenharia”, “escolher”.

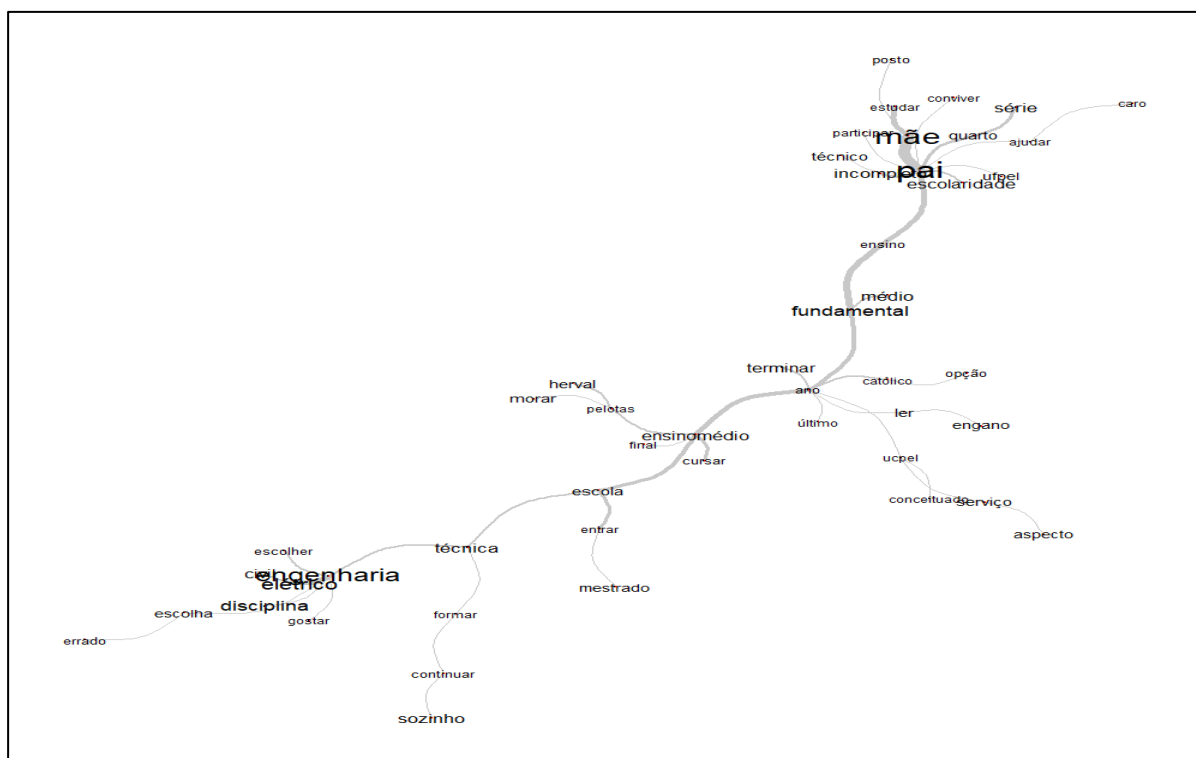
A maioria das narrativas na classe apresenta, de fato, referência à História de Vida, a qual narra que dentre o grupo em que os pais não cursaram além do ensino médio, os filhos que acessaram o PROUNI são a primeira geração da família a obter o diploma de graduado. As referências à UFPel, Católica, UCPel e Anhanguera remetem às Universidades da Cidade e às diferenças em termos de dificuldade de acesso devido a grande concorrência por vagas na Universidade Pública e às mensalidades caras na Universidade privada.

A expressão “conceituado” está vinculada ao bom conceito de ambas as Universidades, mas algumas ressalvas são manifestadas quanto a pouca oferta de cursos noturnos na UFPel. Também quanto ao enfoque de cursos como o Direito, mais

acadêmico na pública e mais orientado a questões práticas na universidade privada, o que indica uma diferença no perfil do corpo docente: um com uma formação mais orientada à pesquisa acadêmica, outro composto por profissionais em exercício na cidade e região, orientado pela prática e experiência no exercício da profissão.

A seguir, o gráfico da Análise de similitude a partir da expressão “Mãe”.

Figura 47: Análise de similitude da expressão Mãe



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Por meio da análise de similitude (Figura 45) apenas da expressão “Mãe”, em maior destaque na classe juntamente com a expressão “Pai”, observa-se a associação destas com expressões como “engenharia”, “disciplina”, “escolher”, que estão na outra extremidade do gráfico, reforçando a associação com o percurso formativo do egresso até a chegada à universidade, dúvidas na escolha do curso, e as diferenças consideradas positivas na oferta de disciplinas, bem como o apoio dos pais para obter êxito na formação escolhida:

**** *DIR_2 [...] eu acho que foi uma escolha errada de minha parte escolher./ engenharia elétrica porque é um curso assim eu me sair muito bem nas disciplinas de cálculo física [...] um aspecto que ajudou eu também desistir foi o preço da mensalidade valor da mensalidade da engenharia elétrica até hoje eu curso muito caro [...]

**** *DIR_5 [...] eu considerei o curso muito bom em vários pontos tem várias disciplinas que não são o que são ofertadas na UCPEL e que não tem não tem na UFPel que é o direito ambiental direito agrário direito previdenciário se não me engano [...]

**** *MED_2 [...] o curso eu jamais teria conseguido cursar além disso o apoio da minha família foi fundamental sempre estudei em escola pública minha mãe tem ensino médio incompleto só não conheço meu pai [...]

Nessa categoria ficou evidente nas narrativas dos bolsistas egressos a importância da família, com destaque para pai e mãe, para o quanto são reconhecidos como o grupo determinante para enfrentar dificuldades durante a graduação. Mas a etapa de escolarização desses pais é diferente quando analisamos até que nível alcançaram em cada curso. No curso de Medicina, 40% dos Pais têm graduação e a prevalência nos três cursos é o Ensino Médio. O Serviço Social apresenta os maiores índices para o Ensino Fundamental, 52,54%. Na narrativa dos entrevistados, confirma-se, ainda, a realidade de que a maioria dos bolsistas pertence à categoria “primeira geração” da família a concluir uma graduação, e a escolaridade que predomina é o ensino médio e fundamental. Os egressos reconhecem que ter acessado o PROUNI possibilitou conquistar um destino diferente do dos pais, que na maioria não continuaram os estudos devido à falta de oferta ou à necessidade de trabalhar, tanto no meio urbano quanto no rural.

Em algumas famílias há um esforço extra na busca por renda que permita pagar cursos de formação complementares ao ensino médio, buscando obter melhores notas no ENEM, o que possibilita ao estudante candidatar-se a cursos de maior prestígio e concorrência, como Medicina. Também os entrevistados narram a necessidade contribuir com a renda da família a partir de trabalho remunerado em áreas diversas a da graduação, como a bolsista que tinha longas jornadas de trabalho no comércio durante a graduação em Direito. A egressa autodeclarada de raça negra, mãe de duas filhas, trabalhava durante o dia, por isso não conseguia participar de atividades extras ao currículo, como estágios e grupo de pesquisa. Ela afirma que sua formação foi prejudicada: mesmo tendo acesso ao diploma do curso de Direito, estava no antigo emprego e não conseguiu aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.

Outra bolsista também autodeclarada negra narra uma história de vida de sucesso a partir da graduação. Bolsista de primeira geração, os pais priorizaram seu estudo.

Trabalhava ajudando a mãe em um salão de beleza, mas sempre teve acesso a vários estágios, remunerados ou não, e hoje trabalha em um dos Tribunais de Justiça em Porto Alegre.

7.3- CLASSE 02: CATEGORIA A INSTITUIÇÃO

A partir das expressões contidas nessa classe e o maior grau de associação entre elas, maior χ^2 , a Classe 02, foi renomeada como a categoria A Instituição. Compreende 30,61% (f = 150 ST) do corpus total analisado. Essa classe é composta por palavras como “Noite” ($\chi^2=35,07$); “Semestre” ($\chi^2=29,88$); “Estágio” ($\chi^2=29,71$); “Conseguir” ($\chi^2=26,87$); “Prova” ($\chi^2=25,51$); “Trabalhar” ($\chi^2=25,38$); “Manhã” ($\chi^2=18,43$); “Ano” ($\chi^2=18,05$); “Passar” ($\chi^2=17,02$); “Complicado” ($\chi^2=16,95$); “Aula” ($\chi^2=16,10$); “Colega” ($\chi^2=15,61$); “Federal” ($\chi^2=15,44$); “Bolsa” ($\chi^2=15,37$); “Filho” ($\chi^2=5,61$). A seguir, a lista das principais expressões conforme o maior valor de χ^2 para uma prevalência inferior a 0.0001 ($p<0,001$).

Figura 48- informações da classe (02) da CHD, categoria: A Instituição, por maior valor de χ^2

CHD Perfis × AFC							
1 Classe 1 126/490 25.71%	2 Classe 2 150/490 30.61%	3 Classe 3 64/490 13.06%	4 Classe 4 150/490 30.61%				
n...	eff. s.t.	eff. total	pourcentage	chi2	Type	forme	p
0	15	15	100.0	35.07	nom	noite	< 0,0001
1	16	18	88.89	29.88	nom	semestre	< 0,0001
2	22	29	75.86	29.71	nom	estágio	< 0,0001
3	42	75	56.0	26.87	ver	conseguir	< 0,0001
4	11	11	100.0	25.51	nom	prova	< 0,0001
5	39	69	56.52	25.38	ver	trabalhar	< 0,0001
6	8	8	100.0	18.43	nom	manhã	< 0,0001
7	35	66	53.03	18.05	nom	ano	< 0,0001
8	22	36	61.11	17.02	ver	passar	< 0,0001
9	9	10	90.0	16.95	adj	complicado	< 0,0001
10	10	12	83.33	16.1	nom	aula	< 0,0001
11	11	14	78.57	15.61	nom	colega	< 0,0001
12	16	24	66.67	15.44	adj	federal	< 0,0001
13	27	49	55.1	15.37	nom	bolsa	< 0,0001

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Utilizando as funcionalidades do software que caracterizam as classes a partir das variáveis indicadas na linha de comando, na classe/categoria “A Instituição” prevalecem narrativas sobre o turno no qual o aluno frequentava a instituição de ensino: a expressão

“noite”, que está diretamente associada à necessidade do estudante de conciliar trabalho e estudos; a expressão “trabalhar”, situação narrada como negativa, pois não permite a participação integral nas atividades acadêmicas, bem como o acesso a bolsas de estudos em grupos de pesquisa ou em estágios; a expressão “estágio”, complementares ou não ao estágio curricular; a expressão “conseguir”, referindo-se a manter a aprovação nas disciplinas conforme exigem as normas de desempenho da política, ou conseguir acesso à biblioteca, ampliando seu conhecimento na área do Direito e, com isso, as condições de ser aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil- OAB (que é indicado como um dos principais objetivos dos egressos deste curso, permitindo a atuação profissional logo que formados).

A funcionalidade *Typical text segments* confirma que os trechos abaixo melhor representam a referida classe, ou seja, identifica os segmentos de texto associados a ela atribuindo um score do maior ao menor segundo seu valor de x^2 (quiquadrado):

**** *MED_2 (score: 152.86) [...] com relação a trabalhar durante a graduação não trabalhei não acho que não teria como não lembro de nenhum colega meu que tivesse que tivesse conseguido trabalhar mesmo os outros bolsistas realmente assim o curso é turno integral às vezes a manhã tarde noite [...]

**** *DIR_7 (score: 151.35) [...] aí depois no final no estágio que eu estava precisando mais de dinheiro eu tive que trabalhar à noite então eu tive que trocar o curso para amanhã então último semestre os dois últimos acabei fazendo pela manhã e trabalhava à tarde [...]

**** *DIR_3 (score: 133.51) [...] sempre trabalhei e o direito eu fazia de noite então desde o primeiro ano da faculdade eu comecei a fazer estágio aí eu comecei na receita federal depois eu fui trabalhar no fórum aí depois eu fui para o NEZIQ aqui [...]

**** *SSO_03 (score:127.53) [...] aí eu não consegui fazer o estágio depois no meio para o fim do curso tive que recuperar essas horas como eu trabalhava foi supercomplicado a universidade teve eu diria uma não compreensão porque eu não tinha outro horário para fazer [...]

**** *DIR_4 (score: 124.93) [...] eu trabalhava seis horas, mas nos dias que eu tinha prova eu podia trabalhar menos e aí eu consigo estágio depois do terceiro ano da faculdade [...]

**** *DIR_8 (score) 121.58 [...] são cansaço do trabalho de quem trabalha à noite aqui eu tenho que estudar, mas aí eu fico cansada no outro dia aqui não que eu não trabalho não consigo estudar entendeu agora eu adoeci bem na semana que eu tinha que fazer a inscrição eu esqueci da inscrição [...]

Encontramos, nessa classe, narrativas quanto à participação em estágios remunerados ou não. A expressão “prova” está associada ao exame da Ordem dos Advogados do Brasil, “conseguir” está associada à aprovação e acesso à bolsa integral do PROUNI, pois muitos estudantes acessam inicialmente a bolsa parcial. Isso se dá até prestarem novamente o ENEM buscando uma nota maior que seja suficiente para

preencher os critérios para bolsa integral em cursos cuja nota de corte é também maior, como na Medicina e no Direito, combinado com o critério de renda familiar de um e meio salários-mínimos:

**** *DIR_4 [...] as minhas notas eram bem baixas até assim eu consegui me manter na média, mas não conseguia tirar boas notas porque era pouco tempo que eu tinha para estudar somente depois que eu consegui o estágio [...]

**** *DIR_4 [...] notas melhoraram assim, mas no início da faculdade as minhas notas eram baixas talvez eu não tenha aproveitado tanto assim sabe por que tinha vezes que acaba muito cansada não ia para faculdade sem conseguir passar, mas talvez eu não tenha conseguido aproveitar tanto assim pelo cansaço [...]

**** *SSO_01 no primeiro ano e fui contemplada com bolsa parcial depois do falecimento do meu pai eu consegui ter acesso a bolsa integral devido ao comprometimento da renda familiar eu fiz ENEM de novo e fui contemplada com a bolça integral [...]

**** *DIR_4 [...] entrei para faculdade com dezessete anos há em seguida que eu fiz dezoito eu comecei a procurar trabalho aí eu procurava procurei estágio também, era mais difícil de conseguir aí acabei conseguindo o trabalho no comércio uma loja de joias [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados DIR_4; SSO_01;)

Os egressos narram, também, sobre as condições financeiras: a expressão “pagar” vem associada à dificuldade de se manter na Universidade, agravada por não receberem uma bolsa permanência –ou, quando recebem, o valor não cobrir os custos com transporte, alimentação e materiais didáticos. Aqueles que conseguem passar de bolsa parcial para integral melhoram suas condições de permanência e chances de obter êxito na graduação.

A bolsa via Financiamento do Ensino Superior- FIES não foi mais oferecida na UCPel depois que o Governo Federal retirou a exigência de que as Instituições de Ensino Privadas que aderissem ao PROUNI deveriam oferecer financiamento para estudantes que obtivessem PROUNI parcial para cobrir os outros cinquenta por cento. Também fica latente, quanto aos Egressos do Curso de Direito, a dificuldade de aprovação na OAB, mais evidente no desempenho dos estudantes trabalhadores e que não participaram de Grupos de Pesquisa ou estágios na área específica de formação. Muitos têm que buscar uma formação complementar em cursos preparatórios pagos após a formatura, conforme os trechos abaixo:

**** *DIR_4 [...] notas melhoraram assim, mas no início da faculdade as minhas notas eram baixas talvez eu não tenha aproveitado tanto assim sabe por que tinha vezes que acaba muito cansada não ia para faculdade sem conseguir

passar, mas talvez eu não tenha conseguido aproveitar tanto assim pelo cansaço [...]

**** *DIR_8 [...] tenho feito o exame da OAB é complicado eu queria fazer agora o último exame da OAB eu fiz só que eu não consegui passar porque o que acontece é filhos é falta de dinheiro [...]

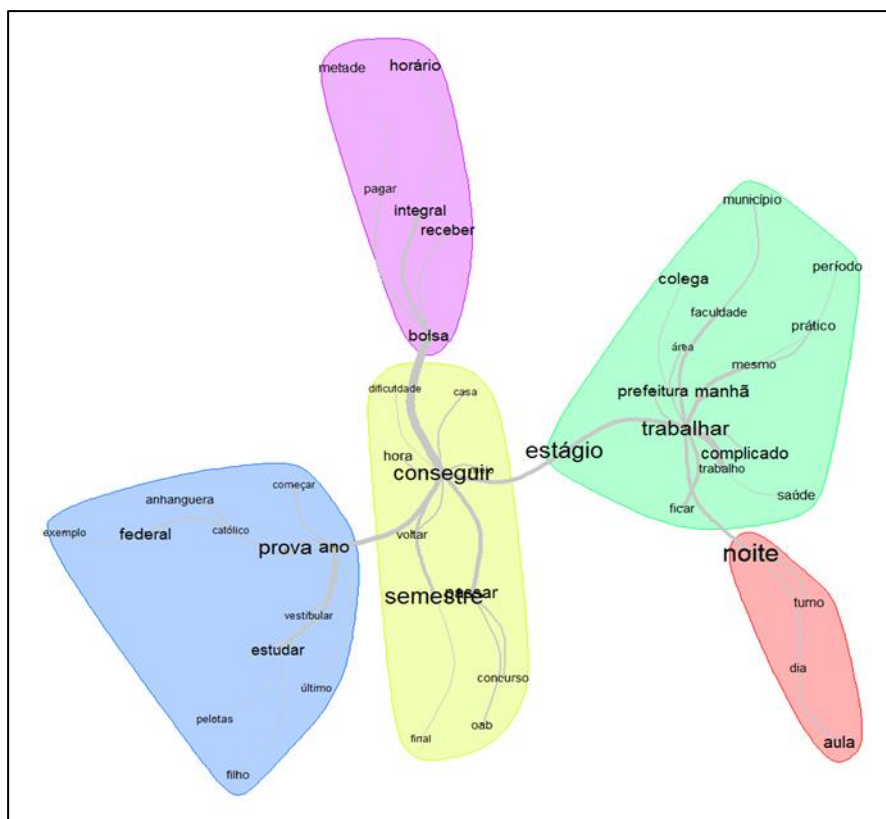
**** *DIR_7 [...] eu trabalhava no comércio e depois eu passei a trabalhar pela prefeitura para se trabalhar por um agente comunitário de saúde entra na área de saúde totalmente fora da do direito [...]

**** *DIR_6 [...] eu fiz estágios em alguns órgãos aí em pelotas no ministério público estadual no ministério público federal não eram estágios curriculares eram esses estágios facultativos são remunerados passa por processo seletivo, mas não é não era curricular [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados DIR_4; DIR_8; DIR_7; DIR_6)

Os trechos corroboram a análise de similitude da classe (Figura 47), baseada na coocorrência das principais expressões da classe, permitindo a visualização dos tópicos associados à temática da classe, agora denominada como a categoria A Instituição, entendendo os elementos considerados centrais, assim como os núcleos (palavras maiores no centro do halo) a ele associados:

Figura 49: Análise de similitude da categoria: A Instituição



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

**** *SSO_02 [...] proporcionava estudar somente no período da noite que hoje as universidades públicas a maioria não tem cursos noturnos [...]

**** *DIR_4 [...] e aí eu trabalhava oito horas por dia trabalhava o dia inteiro e a noite eu ia para faculdade aí eu fiquei trabalhando assim por dois anos uma rotina assim bem cansativa até que eu continuava nessa trabalhando uma sempre procurando [...]

**** *DIR_4 [...] e aí eu trabalhava oito horas por dia trabalhava o dia inteiro e a noite eu ia para faculdade aí eu fiquei trabalhando assim por dois anos uma rotina assim bem cansativa até que eu continuava nessa trabalhando uma sempre procurando [...]

**** *SSO_02 [...] era difícil chegar na Universidade à noite e conseguir absorver e chegava uma hora que bate à exaustão mesmo então eu cheguei alguns dias a não hoje eu vou para casa pois eu preciso dormir [...]

Quanto à escolha da Instituição de ensino Superior Privada, esta caracteriza-se como uma alternativa para superar a dificuldade de acesso a uma vaga na Universidade Pública, principalmente devido à grande concorrência no processo seletivo e à falta de oferta de cursos noturnos que permitam aliar estudo e trabalho, permitindo sua colaboração na renda familiar. No curso de Direito, preferem a IES privada devido à proposta pedagógica mais voltada ao exercício profissional, na IES Pública consideram que a proposta é mais voltada para a pesquisa e os estudos acadêmicos.

O turno da noite é importante para alunos que trabalham, pois é mais fácil de conciliar com a jornada de trabalho diurno. Nesta categoria, ainda, estão as narrativas de estudantes que acessaram o programa como bolsistas parciais, mas situações familiares com relação a diminuição da renda familiar permitiram qualificar-se para a bolsa integral. Outra forma de acessar cursos como Direito e Medicina é prestar novamente o ENEM e conseguir notas mais altas conforme ponto de corte do curso na seleção da Instituição.

A dificuldade de permanência e êxito é narrada pela egressa autodeclara negra. A necessidade de cuidar dos filhos, o trabalho em horário integral, que não permite participar de grupos de pesquisa e estágios complementares, a baixa renda, que não permite acesso a cursos preparatórios, concorrem para a difícil situação de não ser aprovada no exame da OAB e não poder e exercer a profissão como forma de melhorar a condição socioeconômica da família.

7.4- CLASSE 01: CATEGORIA A POLÍTICA

A partir das expressões contidas nessa classe e o maior grau de associação entre elas, maior x^2 , a Classe 01, foi renomeada como a categoria A Política. Compreende

25,71% (f = 126 ST) do corpus total analisado. Essa classe/categoria é composta por palavras como “Prouni” ($x^2=126,93$); “Particular” ($x^2=35,41$); “Condição” ($x^2=29,32$); “Vir” ($x^2=27,16$); “Programa” ($x^2=25,56$); “Acessar” ($x^2=25,04$); “Achar” ($x^2=23,95$); “Ingressar” ($x^2=23,49$); “Universidade” ($x^2=22,34$); “Critério” ($x^2=22,09$); “Sisu” ($x^2=22,09$); “Colégio” ($x^2=21,08$); “Pessoa” ($x^2=20,55$); “Acesso” ($x^2=19,67$); “Inscrever” ($x^2=18,54$); “Possibilidade” ($x^2=17,47$); “Enem” ($x^2=16,83$); “Positivo” ($x^2=16,25$); “Supletivo” ($x^2=16,25$); “Considerar” ($x^2=15,77$).

A seguir, a lista das principais expressões conforme o maior valor de x^2 para uma prevalência inferior a 0.0001 ($p < 0,001$).

Figura 51 - informações da classe (01) da CHD, categoria: A Política, por maior valor de x^2

CHD Perfis AFC							
1 Classe 1 126/490 25.71%		2 Classe 2 150/490 30.61%	3 Classe 3 64/490 13.06%	4 Classe 4 150/490 30.61%			
n...	↑	eff. s.t.	eff. total	pourcentage	chi2	forme	p
0		59	76	77.63	126.93	prouni	< 0,0001
1		16	19	84.21	35.41	particular	< 0,0001
2		15	19	78.95	29.32	condição	< 0,0001
3		12	14	85.71	27.16	vir	< 0,0001
4		19	29	65.52	25.56	programa	< 0,0001
5		10	11	90.91	25.04	acessar	< 0,0001
6		49	113	43.36	23.95	achar	< 0,0001
7		8	8	100.0	23.49	ingressar	< 0,0001
8		34	70	48.57	22.34	universidade	< 0,0001
9		9	10	90.0	22.09	critério	< 0,0001
10		9	10	90.0	22.09	sisu	< 0,0001
11		11	14	78.57	21.08	colégio	< 0,0001
12		25	47	53.19	20.55	pessoa	< 0,0001
13		18	30	60.0	19.67	acesso	< 0,0001
14		9	11	81.82	18.54	inscrever	< 0,0001
15		17	29	58.62	17.47	possibilidade	< 0,0001
16		16	27	59.26	16.83	enem	< 0,0001
17		7	8	87.5	16.25	positivo	< 0,0001
18		7	8	87.5	16.25	supletivo	< 0,0001
19		10	14	71.43	15.77	considerar	< 0,0001

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Utilizando as funcionalidades do software que caracterizam as classes a partir das variáveis indicadas na linha de comando, na classe/categoria A Política prevalecem narrativas sobre o Programa Universidade para Todos representadas pela expressão “prouni”, em torno da qual os egressos manifestam a satisfação em acessar a universidade “particular”, e as dificuldades em acessar uma vaga em universidades públicas pela ampla concorrência. O “programa” foi fundamental para que conseguissem obter uma graduação diante das dificuldades e condições socioeconômicas da família. Mesmo aqueles que acessam a bolsa integral relatam dificuldades de permanência no

curso, que poderiam ser evitadas, segundo suas interpretações, se houvesse uma bolsa de permanência e um restaurante universitário, a exemplo das Universidades Federais.

A expressão “SISU” faz referência ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), sistema eletrônico gerido pelo MEC que faz a organização das vagas ofertadas por instituições públicas da rede federal de ensino superior de todo o Brasil, em sua grande maioria representada por Universidades e Institutos Federais. O sistema aplica a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, expressão presente na categoria, “Enem”, que assume grande importância e pode ser decisivo para acessar diferentes cursos também pelo PROUNI, uma vez que as vagas são associadas a um ranqueamento interno, estabelecendo um ponto de corte por instituição, conforme a nota do ENEM, onde verificamos em todo país valores maiores para Medicina, Direito e Serviço Social, respectivamente.

A funcionalidade *Typical text segments* extrai o relatório que representa essa classe, ou seja, identifica os segmentos de texto associados a ela, atribuindo um score do maior a menor, segundo seu valor de χ^2 (quiquadrado). Os trechos abaixo melhor representam a referida classe:

**** *DIR_5 (score: 262.90) [...] SISU do prouni então esses programas eles vieram para proporcionar isso então eu considero muito positivo considera um grande acerto e algo que não deve nunca ser extinguido claro pode haver algum melhoramento [...]

**** *DIR_1 (score: 254.69) [...] que eu acho que às vezes as pessoas não estudam por anos e preciso trabalhar e acabou fazendo um supletivo ali não pagando muito como seria numa escola particular e acabou não tendo oportunidade de fazer um prouni é tão fundamental [...]

**** *DIR_2 (score: 242.70) [...] eu acho que o prouni foi um programa muito válido assim eu acho que tem que se manter porque é um programa que deu oportunidade para muitas pessoas que não teriam condições de fazer uma faculdade [...]

**** *DIR_1 (score: 241.75) [...] tinha universidade federal do rio grande do sul e tal e aí eu não tinha condições de fazer essas universidades eu tentei para federal não consegui e aí acabei entrando na anhanguera particular e já sabia já tinha escrito no prouni [...]

**** *SSO_01 (score: 236.17) [...] trabalhada assim talvez sobretudo no campo porque como eu também disse eu acho que eu fui uma das primeiras pessoas do lugar de onde eu venho do município de São Lourenço a ter acessado um curso dentro de universidade privada através do prouni então talvez muitos outros meus parentes também [...]

**** *DIR_6 (score: 228.35) [...] ensino a renda assim hoje eu resido aqui no Herval com os meus pais a nossa condição financeira do nosso núcleo familiar melhorou muito então eu devo isso também é a essa oportunidade de acesso ao ensino superior através do prouni [...]

**** *SSO_02 (score: 224.87) [...] foi muito bom ter tido a oportunidade de ingressar através da bolsa prouni porque na época não conseguiria entrar na universidade particular [...]

**** *MED_2 (score: 222.87) [...] soube do prouni pela escola da escola pública aqui em Chapecó que sempre estava orientando os alunos sempre em se preparar para vestibular nesse sentido e falaram possibilidade de fazer o prouni que viram que eu me adequava aos critérios pela questão socioeconômica então eu comecei já tinha isso em mente [...]

**** *SSO_02 (score: 205.38) [...] que nos outros cursos ali para acessar o prouni então eu vi que muitos dos meus colegas acabaram acessando o serviçosocial de repente não porque eram de fato queriam o serviçosocial mas sim pelo acesso mais entre aspas assim facilitado a bolsa [...]

**** *DIR_1 (score: 187.71) [...] muito boa e agora eu trabalho no palácio da justiça em porto alegre então assim eu acho que a universidade ela foi fundamental graças a essa bolsa do prouni hoje eu consegui fazer mudança na minha vida porque eu também formei [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados DIR_5; DIR_1; DIR_2; DIR_1; SSO_01; DIR_6; SSO_02; DIR_6; MED_02; SSO_02; DIR_1)

Encontramos nessa classe narrativas que ratificam a intenção do estudante de optar pelo curso de Serviço Social, para o qual a concorrência é menor do que para Direito e Medicina, facilitando o acesso a uma bolsa integral. Nesta categoria, a expressão “pessoa” é utilizada pelos egressos quando reafirmam serem a primeira pessoa da família a acessar o ensino superior, influenciando direta ou indiretamente outros familiares e outras pessoas de seu convívio social a tentarem acessar uma vaga na Universidade Privada. Essa influência ocorre tanto no meio urbano quanto rural nas comunidades e cidades que integram a Mesorregião de Pelotas (São Lourenço do Sul, Canguçu, Arroio do Padre, Pedro Osorio, Capão do leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Turuçu) e Mesorregião de Jaguarão (Arroio Grande, Herval, Pedras Altas), comprovando a capilaridade da política ao possibilitar acesso aos estudantes da região sul do Rio Grande do Sul:

**** *SSO_01 [...] acredito que sim talvez não diretamente, mas indiretamente assim porque eu fui a primeira pessoa da minha família a acessar o ensino superior [...]

**** *SSO_01 [...] eu venho não se tinha muita informação sobre essa possibilidade interior do município de São Lourenço do Sul de assim então o fato de que eu tenha ingressado no ensino superior através do prouni também mostrou indiretamente outras pessoas essa possibilidade [...]

**** *MED_1 [...] que eu trabalho as pessoas acham que eu quase impossível conseguir uma bolsa integral assim uma instituição particular e aí quando ele eu acho que falta em um pouco de principalmente no colégio público assim onde que realmente tá a galera que que como se diz que preenche assim os critérios para conseguir a vaga [...]

**** *DIR_6 [...] renda assim hoje eu resido aqui no Herval com os meus pais a nossa condição financeira do nosso núcleo familiar melhorou muito então eu devo isso também é a essa oportunidade de acesso ao ensino superior através do prouni [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados SSO_01; MED_1)

Os egressos narram as conquistas que se sucederam após a graduação, o que está relacionado à expressão “positivo”, citando também cursos de pós-graduação como um benefício da política. Os critérios socioeconômicos são considerados como positivos, pois corrigem, em parte, o fato de que os estudantes com melhor capital econômico e social não concorrem em condições de igualdade com os demais:

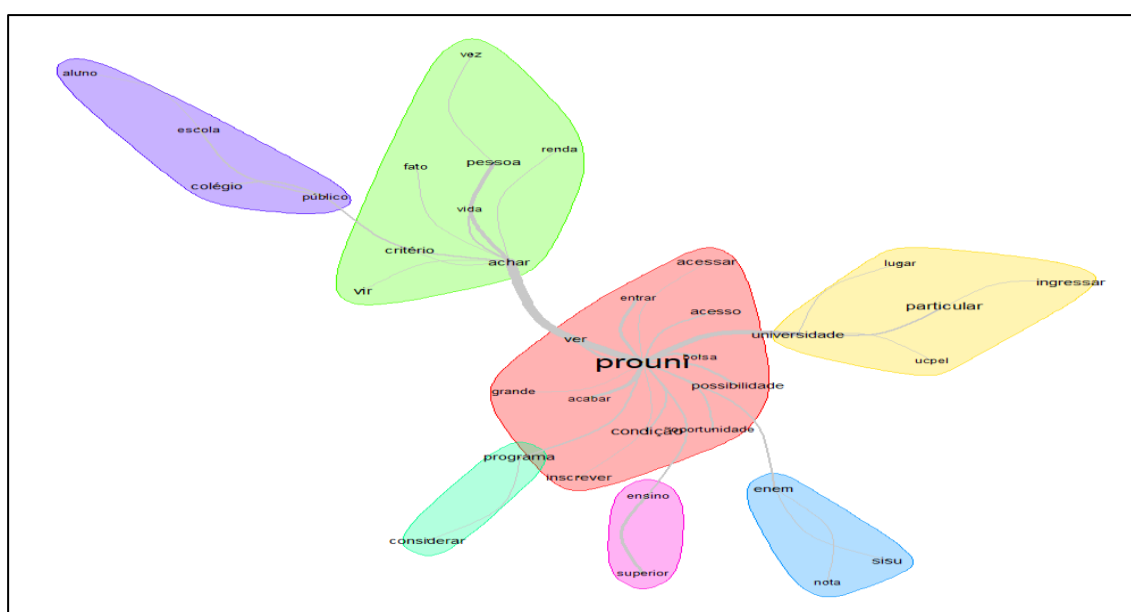
**** *DIR_6 [...] fiz pós-graduação depois da universidade então dei continuidade assim para o estudo a partir de sentido esse acesso aí pelo prouni então na minha vida eu enxergo na vida de outros colegas que eu sei que também se beneficiaram dessa política pública enxergo diferença na vida também

**** *DIR_8 [...] considerando o nível socioeconômico acho muito positivo porque viabiliza o acesso do aluno que talvez não tivesse tanto igualdade de competição com outros estudantes mais preparados em função da situação econômica que já possuem [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados DIR_6; DIR_8;)

Os trechos corroboram com a análise de similitude da classe (Figura 50) baseada na coocorrência das expressões, permitindo a visualização dos principais tópicos associados à temática da classe, agora renomeada para categoria A Política, representada pelos elementos considerados centrais, assim como os núcleos (palavras maiores no centro do halo) a ela associados:

Figura 52: Análise de similitude da categoria: A Política

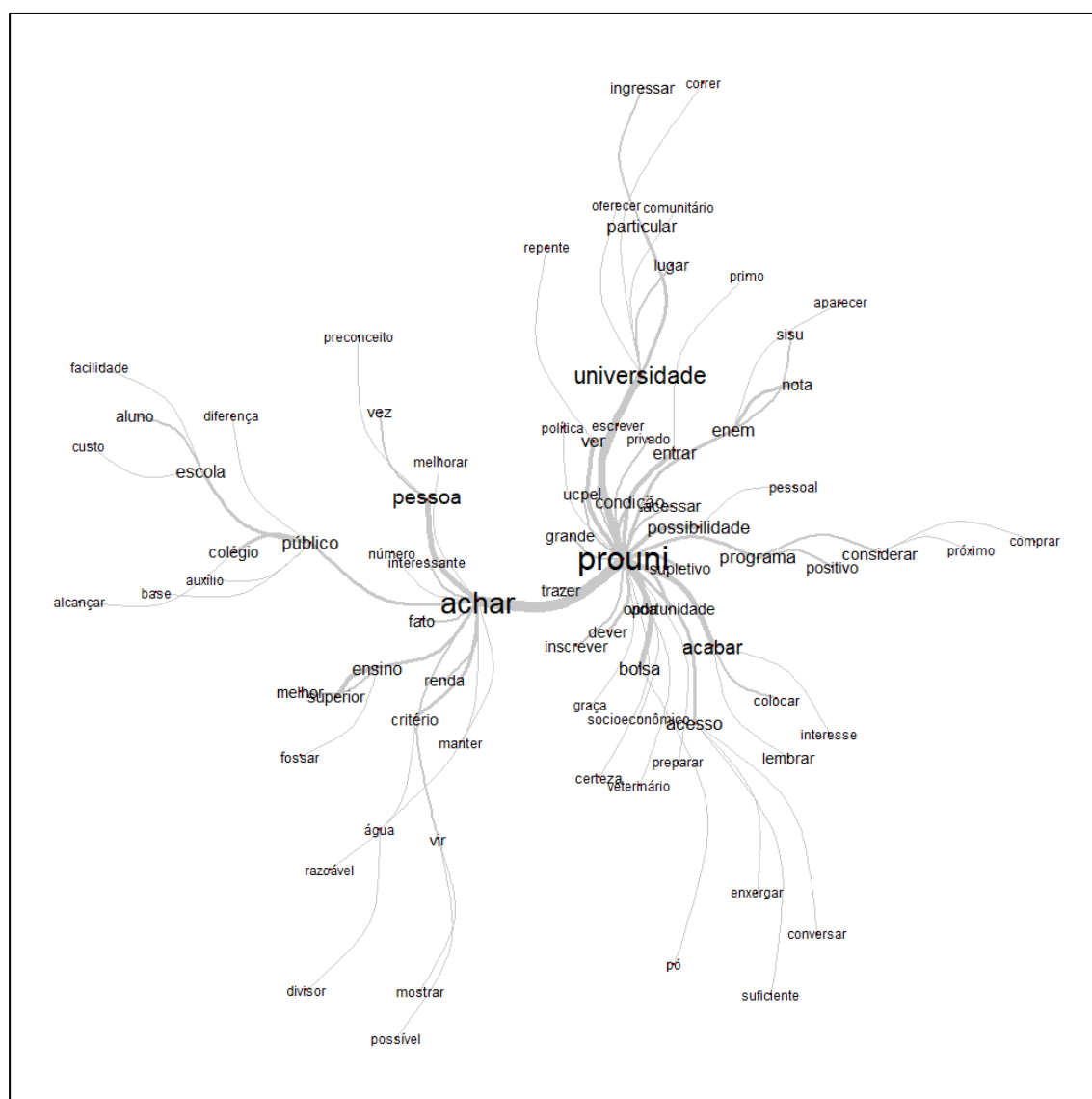


Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

O que se observa na representação acima, na comunidade mais central, é o destaque da expressão “prouni”, que está associada às expressões descritas anteriormente, como “bolsa”, “possibilidade”, “condição”, “acesso”, que estão diretamente vinculadas à política. Outras comunidades se formam em seu entorno, como “ensino”, “estudar” e a comunidade que trata das formas de acessar o programa, como “Enem”, “nota” e “sisu”; bem como a comunidade que agrupa as expressões “universidade”, “UCPel” e “particular”, comprovando graficamente o grau de associação dessas expressões.

A seguir, o gráfico da análise de similitude específico para a expressão “Prouni”.

Figura 53: Análise de similitude da expressão Prouni



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

A análise de similitude (Figura 51) específica da expressão “prouni” a evidência em maior destaque na classe juntamente com a expressão “achar”, constituindo o núcleo central do gráfico, onde as demais expressões da classe estão localizadas conforme o seu grau de associação. Assim próximo a “prouni” temos as expressões “oportunidade”, “possibilidade”, “acessar”, “condição”, “bolsa”, “socioeconômico”. A ramificação da expressão “achar”, neste contexto, expressa a compreensão objetiva dos entrevistados sobre os temas tratados, como nas narrativas a seguir:

**** *DIR_2 [...] eu acho que o prouni foi um programa muito válido assim eu acho que tem que se manter porque é um programa que deu oportunidade para muitas pessoas que não teriam condições de fazer uma faculdade [...]

**** *SSO_01 [...] eu acho que o fato de ter concluído a graduação foi um divisor de águas na minha vida assim porque eu venho de uma família que sequer teve acesso ao ensino médio então muito menos ao ensino superior então se não fosse [...]

**** *MED_1 [...] no meu trabalho as pessoas acham que eu quase impossível conseguir uma bolsa integral assim uma instituição particular eu acho que falta em um pouco de divulgação principalmente no colégio público [...]

**** *DIR_3 [...] ela a gente que corre porque às vezes numa universidade pública tem um auxílio moradia tem um auxílio transporte tem o restaurante universitário que eu acho que é fundamental agora na ucpel em uma universidade particular a gente paga tudo [...]

**** *MED_1 [...] eu acho que é o único curso talvez o único que assim se formou tu sabe se vai ter trabalho é só querer assim de repente do tempo para outra cidade mas certamente tu vai ter um lugar para trabalhar um emprego [...]

Os bolsistas egressos entrevistados manifestaram sua satisfação com a política de acesso ao ensino superior estabelecida pelo PROUNI, fundamental para acessar a Universidade considerando as dificuldades enfrentadas e as condições socioeconômicas da família. Mas ter acesso à bolsa integral não é garantia de permanência e êxito. Os bolsistas sugerem ações complementares, como acesso a um Restaurante Universitário, pois as refeições na Universidade têm um valor elevado. A solução pode ser uma bolsa de permanência para bolsistas integrais, que além da alimentação também ajudaria com o transporte e aquisição/reprodução de material didático e computacional.

Os egressos relatam conseguir mudar suas vidas e da família, ter um futuro com mais opções a partir da graduação. É possível exercer uma determinada profissão ou mesmo ter um emprego melhor, bem como prestar concursos públicos nas esferas Estadual e Federal. O sucesso pessoal alcançado serviu de exemplo para membros da família e amigos, mostrando que a política PROUNI pode proporcionar uma mudança social, representada pela ascensão a uma melhor situação econômica e social.

7.5- CLASSE 04: CATEGORIA IMPACTOS

A partir das expressões contidas nessa classe e o maior grau de associação entre elas, maior χ^2 , a Classe 01 foi renomeada como a categoria Impactos. Compreende 30,61% (f = 150 ST) do corpus total analisado. Esta classe/categoria é composta por palavras como “Gente” ($\chi^2=38,53$); “Profissão” ($\chi^2=32,67$); “Importante” ($\chi^2=30,72$); “Coisa” ($\chi^2=27,33$); “Pensar” ($\chi^2=25,55$); “Profissional” ($\chi^2=22,89$); “Medicina” ($\chi^2=19,97$); “Advogado” ($\chi^2=19,26$); “Parecer” ($\chi^2=18,43$); “Qualidade” ($\chi^2=18,34$); “Forma” ($\chi^2=17,26$); “Social” ($\chi^2=17,24$); “Conhecimento” ($\chi^2=16,10$); “Médico” ($\chi^2=16,10$); “Legal” ($\chi^2=16,10$); “Graduação” ($\chi^2=14,34$); “Serviço Social” ($\chi^2=11,38$); “Direito” ($\chi^2=10,29$);

A seguir, a lista das principais expressões conforme o maior valor de χ^2 para uma prevalência inferior a 0.0001 ($p < 0,001$).

Figura 54- informações da classe (01) da CHD, categoria: Impactos, por maior valor de χ^2

CHD Perfis × AFC								
1 Classe 1 126/490 25.71%		2 Classe 2 150/490 30.61%		3 Classe 3 64/490 13.06%		4 Classe 4 150/490 30.61% ×		
n...	↑	eff. s.t.	eff. total	pourcentage	chi2	Type	forme	p
0		50	85	58.82	38.53	nom	gente	< 0,0001
1		14	14	100.0	32.67	nom	profissão	< 0,0001
2		19	23	82.61	30.72	adj	importante	< 0,0001
3		31	49	63.27	27.33	nom	coisa	< 0,0001
4		19	25	76.0	25.55	ver	pensar	< 0,0001
5		13	15	86.67	22.89	adj	profissional	< 0,0001
6		13	16	81.25	19.97	nom	medicina	< 0,0001
7		10	11	90.91	19.26	nom	advogado	< 0,0001
8		8	8	100.0	18.43	ver	parecer	< 0,0001
9		11	13	84.62	18.34	nom	qualidade	< 0,0001
10		14	19	73.68	17.26	nom	forma	< 0,0001
11		16	23	69.57	17.24	adj	social	< 0,0001
12		7	7	100.0	16.1	nom	conhecimento	< 0,0001
13		7	7	100.0	16.1	nom	médico	< 0,0001
14		7	7	100.0	16.1	adi	legal	< 0,0001

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (BRASIL, 2015-2019).

Utilizando as funcionalidades do software que caracterizam as classes a partir das variáveis indicadas na linha de comando, na classe Impactos prevalecem narrativas sobre aspectos que influenciaram as opções em relação à escolha da “graduação” e os impactos na trajetória acadêmica e “profissional” a partir do reconhecimento de que há, por parte da sociedade e do mercado de trabalho, uma atribuição de maior valor a determinado curso em detrimento de outro, expressa muitas vezes pela diferença salarial

entre Médicos, Advogados e Assistentes Sociais, por exemplo. Apontam, também, essas narrativas, a necessidade de conhecer a “importância” de cada profissão e de ampliar as informações sobre o processo de formação, o currículo do curso e a amplitude de atuação do egresso do Curso de Serviço Social.

Também há narrativas em relação à cobrança, por parte dos docentes, de maior dedicação à graduação, às atividades acadêmicas, fato que provoca ressentimentos em estudantes que precisam trabalhar e têm seu desempenho nos estudos prejudicado pelo cansaço acumulado pela jornada de trabalho. A funcionalidade *Typical text segments* confirma que os trechos abaixo melhor representam a referida classe, ou seja, identifica os segmentos de texto associados a ela atribuindo um score do maior ao menor segundo seu valor de χ^2 (quiquadrado):

**** *SSO_03 (score: 150.03) [...] a gente não quer que o médico ganhe menos, mas também que não tivesse esta vasta diferença salarial em relação a outras profissões somos tão importantes quanto precisa ter esta busca por reconhecimento e valorização constantemente

**** *SSO_03 (score: 141.65) [...] tipo porque você escolheu esse curso não fez o curso de direito tenho advogados na família esses questionamentos e sim a gente precisa estar sempre mostrando a importância do serviço social porque é uma profissão que não tem seu reconhecimento como outras profissões [...]

**** *DIR_2 (score: 135.80) [...] que abre muitas possibilidades assim de várias áreas de conhecimento assim eu optei por fazer direito nunca pensei advogar em atuar como advogado não pensava isso antes [...]

**** *SSO_02 (score: 134.38) [...] anos para entregar cesta básica é isso que as pessoas pensam então assim socialmente ser assistente social não te traz status nenhum como a medicina e o direito, então não é difícil da gente desmistificar [...]

**** *DIR_3 (score: 132.11) [...] falar sem classes sociais porque senão o advogado é sempre vai sair da classe alta, médico sempre vai sair da classe alta e não consegue entender a realidade de quem ele está atendendo a gente precisa trocar essas informações [...]

**** *DIR_3 (score: 124.10) [...] tem que ter um pensamento lógico aí sabe não tem mercado de trabalho para advogado então quem sabe a gente não abre mais tantos curso de direito com uma qualidade questionável vamos ou então quem sabe a gente repensar a forma de ensino sabe então é isso que eu fico me questionando [...]

**** *SSO_03 (score:123.64) [...] com relação a valorização do profissional e outros cursos como direito e medicina eu diria assim que medicina é um curso de elite como a gente diz no processo histórico o serviço social é relativamente novo frente a esses dois cursos [...]

**** *DIR_7 (score: 123.13) [...] reconhecimento de um médico ou advogado eu acho que na verdade o advogado acaba se impondo mais eu acho que é uma coisa mais cultural do direito não que seja mais valor visado a profissão [...]

**** *SSO_03 (score: 121.03) [...] eu sinalizo isso principalmente por a gente ser um curso que justamente estuda as desigualdades sociais realidades sociais e sofrer dentro da universidade esse

tipo de discriminação de certa forma ou eu seria uma profissional boa se eu pudesse me dedicar cem por cento a universidade [...]

**** *DIR_5 (score: 116.82) [...] que hoje em dia é indispensável básico o curso de graduação é básico para inserção no mercado de trabalho é a forma que as pessoas têm também aprofundar o conhecimento de alcançar um modo de vida melhor então eu acredito que que é muito importante [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados SSO_03; DIR_2; SSO_03; DIR_7; SS; Dir_5)

Encontramos, nessa classe, narrativas que manifestam impactos positivos decorrentes da qualidade dos cursos e frequentes melhorias nas infraestruturas da universidade, como a disponibilização de espaços de permanência com instalações confortáveis e computadores para utilização em trabalhos e estudos acadêmicos. A preocupação com a valorização dos profissionais em relação ao *status* do curso de Serviço Social é recorrente, os egressos reforçam que há uma compreensão distorcida desta atividade profissional que subestima seu grande potencial de contribuição para a sociedade, conforme os trechos recortados abaixo:

**** *DIR_7 [...] mas o curso a infraestrutura da universidade tudo eu achei ótimo só que aquela coisa eu acredito que nenhum dos cursos que preparam para vida depois que se forma em outra história mas em termos de graduação tem que oferecer eu acredito que foi muito bom [...]

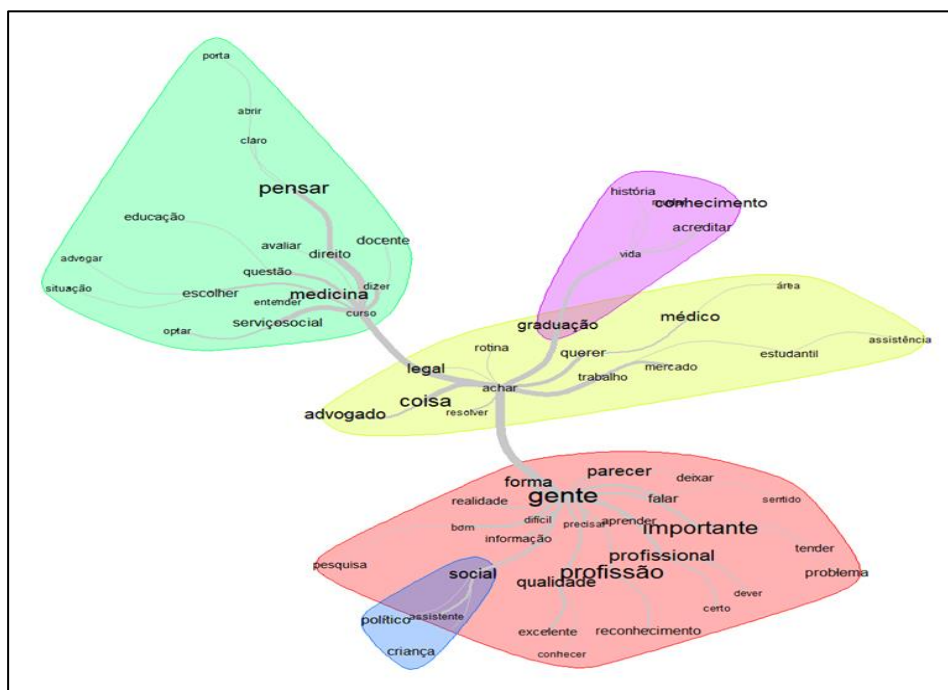
**** *DIR_7 [...] direito e medicina na verdade todos os profissionais eles são valorizados aquém do que deveriam ser, mas enquanto status que eu acho que o profissional do serviço social é um profissional ainda que tem pouca valorização pelo tanto seu trabalho [...]

**** *DIR_5 [...] não necessariamente ela quer seguir advogando ela pode ter outras intenções dentro da área daqui a pouco ela não faz o exame e tudo bem, mas talvez a essa estratificação é no sentido assim de parecer mais importante talvez isso se ocorra mais culturalmente uma construção social acredito [...]

(Narrativas registradas pelos entrevistados DIR_7; DIR_5)

Os trechos corroboram a análise de similitude da classe (Figura 52), baseada na coocorrência das expressões da mesma, agora renomeada para categoria Impactos, permitindo a visualização dos principais tópicos associados à temática e compreendendo os elementos considerados centrais, assim como os núcleos (palavras maiores no centro do halo) a ele associados:

Figura 55: Análise de similitude da categoria: Impactos



Fonte: Iramuteq, dados da pesquisa (2021).

O que se observa na representação acima, na comunidade inferior, é o destaque das expressões “profissão” e “profissional”, que estão associadas à importância de se tornar um profissional a partir do curso de graduação, proporcionado pelo acesso à política pública, associado ao impacto positivo dos egressos na sociedade formados em cursos de boa e excelente qualidade.

Também encontramos narrativas quanto ao impacto do estudante bolsista na Instituição, principalmente no convívio com outros estudantes não prounistas, com professores e comunidade acadêmica e geral. Na comunidade mais central e superior é possível identificar expressões que remetem às diferentes formações, “Médico”, “Advogado”, “Assistência” (Assistente Social), e sua relação com o mercado de trabalho, maior ou menor valorização das diferentes profissões traduzidas no *status* social e maior ou menor remuneração.

A seguir a o gráfico da Análise de similitude a específico para a expressão “Gente”.

profissão na prática, mas dentro de um contexto geral assim é o curso bem e conceituado [...]

Nessa categoria estão as narrativas que remetem aos impactos na IES decorrentes do ingresso de discentes com um perfil social diferente do aluno pagante. A partir do convívio com alunos prounistas, a IES percebeu a necessidade de atender demandas específicas deste perfil de aluno que precisa de uma estrutura de apoio e convivência no seu intervalo entre o trabalho e início da jornada de estudos, o que motivou a abertura de laboratórios de informática e salas de convivência.

Seu capital social mais precário não impede o desempenho acadêmico e participativo nas questões acadêmicas. Os bolsistas logo percebem que há, por parte da sociedade, do mercado de trabalho e até de professores, uma estratificação, uma atribuição de maior status a determinado curso em detrimento de outro, e questionam: por que os salários de Médicos e Advogados são maiores que os Profissionais do Serviço Social? Por que sua atividade é menos importante? É uma questão tão cultural não valorizar esta ou aquela profissão que contamina até os professores do curso?

Ficam expressos impactos positivos na sociedade que recebe profissionais da área do Serviço Social, Direito e Medicina, sendo eles Prounistas que valorizam a conquista da graduação e que agora são profissionais dedicados. Um outro impacto adverso se considerar é o da evasão de bolsistas, que trocam por cursos nas Universidades Federais da região. A administração do PROUNI na IES manifesta que isso ocorre com mais frequência nos cursos em que há similares na Universidade Pública. Os bolsistas manifestam como principais motivos para a troca de instituição de ensino que buscam cursos noturnos, bolsas de permanência e acesso a transporte gratuito e restaurante universitário.

CAPÍTULO 8- O ACESSO À EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO AUTOEVIDENTE: QUEM SÃO OS SUJEITOS DE DIREITO DIANTE DA NECROPOLÍTICA?

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil (Brasil,1988) pactua no Capítulo III- Da Educação, da cultura e do desporto, na Seção I- Da educação como direito de todos, o seguinte texto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil,1988).

Entretanto, muitos direitos, mesmo que escritos em ordenamentos jurídicos e promessas do Estado, não chegam aos sujeitos de direito. Mesmo que a Carta Magna garanta o direito à educação, isto não é suficiente para que o acesso ao ensino superior esteja disponível para todos os jovens pobres com origem na Rede Pública de Educação Básica, um dos objetivos centrais que o programa universidade para todos vem tentando alcançar por meio da oferta de bolsas de estudos.

Assim, neste momento, busco compreender se o acesso ao ensino superior ainda é determinado principalmente pelo estoque de capital econômico, questionar de que maneira a noção de direitos humanos foi posta em cena como algo autoevidente, como o direito à educação, questionando se essa concepção do século XVIII está consolidada nos dias de hoje. Para desenvolver este exercício teórico busquei referências em autores que tratam de mobilização social, resistências políticas, história e positivação dos direitos humanos, como Neto (2009), Hunt (2009), Foucault (1999), Mbembe (2016), Rui (2012) e Lacerda (2014).

8.1- A QUESTÃO DA EMPATIA COMO PROPULSORA DA IDEIA DE DIREITOS HUMANOS

A resenha escrita por Neto (2009) nos descreve a obra da historiadora norte-americana Lynn Hunt, mais especificamente o livro *A invenção dos Direitos Humanos: uma história*, em uma edição de 2009. O autor demonstra que a obra é rica em detalhes históricos, contendo informações detalhadas do contexto no qual se deu “a emergência

de uma forma de consciência, em sociedades extremamente hierarquizadas, nas quais a igualdade entre homens, mulheres e escravos fosse almejada.” (NETO, 2009, p.189)

Conforme o autor, percebe-se que o foco central da obra é debater como a noção de direitos humanos foi posta em cena como algo autoevidente, e como essa concepção perdura do século XVIII até os dias de hoje. Hunt, nas palavras de Neto (2009), conduz sua escrita do primeiro capítulo baseada em romances epistolares, histórias desenvolvidas através de cartas, envolvendo o leitor com personagens “quase” reais. Ao evoluir na leitura do primeiro capítulo, passamos a compreender como a trama narrativa do romance *Júlia*, de Rousseau, que envolvia temas como paixão, o amor e a virtude, irá despertar a empatia entre leitores e personagens. Posteriormente, levará ao senso de empatia também pela condição humana que ultrapassa as barreiras da classe social, nacionalidade e etnia entre as pessoas.

Embora Rousseau tenha feito circular o termo "direitos humanos", esse não é o tema principal do romance, que gira em torno de paixão, amor e virtude. Ainda assim, *Júlia* encorajava uma identificação extremamente intensa com os personagens e com isso tornava os leitores capazes de sentir empatia além das fronteiras de classe, sexo e nação. Outros romances epistolares da época que Hunt destaca, além de *Júlia*, são as obras *Clarissa* e *Pamela*, do inglês Richardson. A autora reconhece que não é preciso dizer que a empatia não foi inventada nos romances do século XVIII. A capacidade de empatia é universal, porque está arraigada na biologia do cérebro: depende de uma capacidade de base biológica, a de compreender a subjetividade de outras pessoas e ser capaz de imaginar que suas experiências interiores são semelhantes às nossas.

No capítulo dois, a autora aponta os resultados do aumento da empatia na população e as novas atitudes sobre tortura e punições mais humanas na primeira década de 1760:

[...] não apenas na França, mas em outros países europeus e nas colônias americanas. Frederico, o Grande, da Prússia, amigo de Voltaire, já tinha abolido a tortura judicial nas suas terras em 1754. Outros imitaram seu exemplo nas décadas seguintes: a Suécia em 1772, a Áustria e a Boêmia em 1776. Em 1780, a monarquia francesa eliminou o uso da tortura para extrair confissões de culpa antes da condenação, e em 1788 aboliu provisoriamente o uso da tortura pouco antes da execução para obter os nomes de cúmplices [...] Em 1789, o governo revolucionário francês renunciou a todas as formas de tortura judicial, e em 1792 introduziu a guilhotina, que tinha a intenção de tornar a execução da pena de morte uniforme e tão indolor quanto possível. (HUNT, 2009, p.76).

As exigências da opinião pública, no final do século XVIII, tornavam-se maiores quanto ao fim da tortura judicial e às indignidades infligidas aos corpos dos condenados. Um exemplo foi a manifestação do médico americano Benjamin Rush, em 1887, destacado por Hunt (2009, p. 76): “Não devemos esquecer que até os criminosos possuem almas e corpos compostos dos mesmos materiais que de nossos amigos e conhecidos. São ossos dos seus ossos”. O sentimento de respeito pelo corpo do outro faz consolidar o sentimento de empatia, corpos semelhantes, direitos também?

Compreendemos como os romances epistolares contribuíram à sua época para despertar um senso de empatia pela condição humana que ultrapassava as barreiras da classe social, nacionalidade e etnia entre as pessoas. Esse reconhecimento entre o eu e o outro, figurado na literatura, foi crucial para a construção de uma sensibilidade pautada no reconhecimento da autonomia do ulterior. Os espetáculos de tortura oficial e execução em praça pública foram perdendo força com o desenvolvimento de empatia e respeito ao corpo do outro. Assim, começa a nascer a ideia de direitos básicos fundamentais que todo o humano tem, constituindo-nos, então, enquanto sujeitos de direito.

8.2- QUEM SÃO OS SUJEITOS DE DIREITO?

Tentando responder à pergunta “Quem são os sujeitos de direito?”, o texto “Aula de 17 de Março de 1976” (FOUCAULT, 1999) nos motiva a refletir sobre alguns temas: o poder de soberania ao poder sobre a vida; fazer viver e deixar morrer; do homem-corpo ao homem-espécie: nascimento do biopoder; campos de aplicação do biopoder; a população; da morte, e da morte de Franco em especial; articulações da disciplina e da regulamentação: a cidade operária; a sexualidade; a norma; biopoder e racismo; funções e áreas de aplicação do racismo; o nazismo; e o socialismo.

Não chegaremos a uma única resposta à pergunta: “Quem são os sujeitos de direito?”, mas concluímos que as diferentes formas de racismo, uma das temáticas citadas, muito contribuem para que alguns dentre nós não conquistem direitos a sermos sujeitos, pois, como reconhece o autor: “o tema da raça vai, não desaparecer, mas será retomado em algo muito diferente que é o racismo de Estado” (FOUCAULT, 1999).

O soberano detinha o direito de vida e de morte dos súditos (ou sujeitos). O direito de soberania é, portanto, de fazer morrer ou deixar viver. E depois o novo direito que se instala é de fazer viver e deixar morrer. O autor nos lembra que se trata de uma discussão

de filosofia política, mas o objetivo é mostrar como o problema da vida começa a adentrar o campo do pensamento político, da análise do poder político. Estamos diante do conceito de “biopolítica” da espécie humana. O biopoder que está se instalando trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, alvos de controle dessa biopolítica. Também presentes estão os problemas com morbidade. São os mecanismos de vida e de morte da sociedade.

O autor aponta os elementos constituintes da biopolítica, algumas de suas práticas e suas áreas de intervenção, de saber e de poder, sendo: a natalidade, a morbidade, as incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio. É disso tudo, defende Foucault, que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo da intervenção de seu poder. A biopolítica, assim, não se restringe a um corpo, mas a corpos múltiplos: a população. Estabelece mecanismos reguladores e de homeostase (estado de equilíbrio e estabilidade do corpo). O autor apoia sua teoria apontando duas tecnologias reguladoras: uma técnica que é, pois, disciplinar e centrada no “corpo”, e outra tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto, de uma “população”. Apresenta, ainda, os mecanismos “Disciplinares” e outro “Regulamentador” que podem articular-se por não estarem no mesmo nível: mecanismos disciplinares de poder; mecanismos reguladores de poder; mecanismos disciplinares do corpo; mecanismos reguladores da população.

O estudo das teorias de Foucault nos permite reconhecer que a questão do racismo foi inserida nos mecanismos do estado pela emergência do biopoder, como a qualificação de certas raças como boas e outras, ao contrário, como inferiores. É função do racismo fragmentar, fazer fissuras no interior do contínuo biológico a que se dirige o biopoder. Surge a relação guerreira, para viver é necessário que você massacre seus inimigos. Não só com a morte direta, mas com exposição ao risco, à morte política, à expulsão e à rejeição. Ao genocídio colonizador, ao extermínio de civilizações “selvagens”. Uma verdadeira guerra ao inimigo político, a raça adversa. Dentro dessa perspectiva, quanto mais numerosos forem os que morrem entre nós, mais pura será a raça a que pertencemos.

Os estados mais racistas também são os mais assassinos, a exemplo do nazismo, que exercia o biopoder, e ao mesmo tempo o direito soberano do poder de matar, não só os outros, mas os seus próprios. Hitler, em 1945, autorizou a destruição de vida do próprio povo diante da derrota que se aproximava. Temos nisto o Estado como racista,

assassino e suicida. É importante lembrar que o socialismo também trilhou os caminhos do racismo na luta contra o inimigo, na eliminação do adversário no interior da sociedade capitalista.

O autor Achille Mbembe (2016) analisa a teoria de Michel Foucault sobre “biopoder” a partir de uma série de questionamentos:

Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou seu assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder? (MBEMBE, 2016, p.123)

O autor propõe, na sua argumentação, relacionar a noção de biopoder, de Michel Foucault, a dois outros conceitos: o de estado de exceção e o de estado de sítio. Qual é, nestes sistemas, a relação entre política e morte, que só pode funcionar em um estado de emergência:

Mais especificamente, do ponto de vista antropológico “o que essas críticas discutem implicitamente é uma definição de política como relação bélica por excelência. Também desafiam a ideia de que, necessariamente, a racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consista na vontade e capacidade de matar para possibilitar viver.” (MBEMBE, 2016, p.129)

Para o autor, na França, o advento da guilhotina marca uma nova fase na “democratização” dos meios de eliminação dos inimigos do Estado, em que esta forma de execução prerrogativa da nobreza é estendida a todos os cidadãos. Terror e morte tornam-se os meios de realizar o já conhecido telos da história.

As conclusões de Mbembe (2016) indicam que formas contemporâneas subjuguam a vida ao poder da morte (necropolítica), reconfigurando profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Conclui que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte: “esboçou algumas das topografias reprimidas de crueldade (fazenda e colônia, em particular) e sugeriu que, sob o necropoder, as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem” (MBEMBE, 2016. p.146)

A Professora Vera Malaguti Batista (2016) propõe que as grandes mídias são hoje um obstáculo, e não um instrumento, para o debate democrático. Alerta-nos sobre este novo ator social: a mídia. “Facilmente identificamos quanto a mídia em nosso país

propaga um discurso criminológico hegemônico que resulta em uma pauta pronta e adotada pelos políticos”. (BATISTA, 2016, p.20)

A autora também alerta para a característica da “nova ordem econômica” internalizar individualmente o fracasso da pobreza como responsabilidade pessoal. O Estado passa, assim, de caritativo para a montagem da rede disciplinar “política estatal de criminalização das consequências da miséria”, e os serviços sociais são transformados em instrumentos de vigilância e controle das novas “classes perigosas”.

Há também dentre os grupos “inassimiláveis” os sujeitos que estão pelas ruas e viadutos, das grandes e pequenas cidades, invisíveis a sociedade. Sobre este tema, autora Taniele Rui apresenta as interações decorrentes do convívio de inúmeros atores sociais na região do centro de São Paulo que ficou conhecida como “cracolândia”. São eles moradores das imediações e das pensões, comerciantes e frequentadores do bairro, transeuntes, trabalhadores dos arredores, profissionais de imprensa, estudantes que realizavam pesquisas, membros de instituições religiosas fiscais da prefeitura, associações civis de moradores e comerciantes, ONGs, etc.

A autora alerta quanto a impossibilidade de apreender todas as interações existentes no local e consequentemente quais delas são mais relevantes, mas destaca algumas que considero dialogar com as possibilidades de resistência e relevância que vêm se construindo. A atuação das instituições policiais municipais e estaduais, por exemplo, que não fogem ao tradicional modo operacional de extrema violência e opressão em nome da proteção do “cidadão de bem” e da “ordem pública”, salvo exceções de alguns integrantes da “força”, que são logo repreendidas por destoar da prática. O Estado que fere é o mesmo que socorre. Depois da violência policial vem uma gama de serviços de saúde que realizam ações concorrentes no atendimento e encaminhamento dos usuários (RUI, 2012). Aparece, aqui, a oposição de alguns médicos quanto a pressão política por internações que contribuiriam para “limpar a área” retirando usuários do local, atendendo também aos interesses imobiliários. Medicina, justiça, polícia e assistência social, ao serem colocadas em contato, entram em conflito e concorrem entre si pelo melhor modo de lidar com a questão.

Com relação a isso, segundo reportagem da Revista Carta Capital (2017), ações determinadas pela prefeitura de São Paulo que adotam internação compulsória são ineficazes e contraproducentes. Diz a reportagem que tal “determinação” do prefeito chamou a atenção do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS)

que, em nota²⁰ divulgada naquela segunda-feira, 29 de maio de 2017, manifestaram “preocupação” com as medidas em curso em São Paulo e recomendaram a adoção de políticas públicas orientadas por “evidências científicas”. A mesma nota divulga que a pesquisa nacional sobre o uso de crack e relatório da UNODC e Opas revela que: “77% dos usuários desejam voluntariamente se tratar, e as estratégias baseadas no acesso a saúde e outras necessidades, como trabalho, moradia e direitos sociais, têm tido muito mais eficácia na diminuição do uso das drogas e de seus efeitos”.

Identificamos, assim, a existência dos mecanismos de vida e de morte da sociedade, a “biopolítica”, o conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, alvos de controle desse biopoder. Nos estudos dos autores inspirados nas teorias de Foucault fica evidente que a questão do racismo, que já existia há muito tempo, foi inserida nesses mecanismos do estado pela emergência do biopoder, como a qualificação de certas raças como boas e outra, ao contrário, como inferiores. Na escolha de quem vai viver, que vai morrer. Quem tem direito à assistência por parte do Estado ou continuará à margem, habitando a sombra dos viadutos das grandes e pequenas cidades, praças e prédios abandonados. Esses sujeitos se tornam excluídos de seus direitos, invisíveis ao Estado e à sociedade, consequência do filtro social que considera a situação de rua, pobreza e dependência do uso de drogas e álcool como sendo exclusivamente responsabilidade pessoal. Naturaliza situações como as vividas na “cracolândia” ou proporciona conflitos entre os atores sociais que tentam intervir por meio de abordagens violentas e internações compulsórias, apontadas como ineficazes.

É importante citar, ainda que no contexto de pós-pandemia surgem outros sujeitos até o momento invisíveis à sociedade e governos, os chamados órfãos da pandemia. Conforme Hillis (2021), existem mais de 113 mil menores de idade brasileiros que perderam o pai, a mãe ou ambos para a covid-19 entre março de 2020 e abril de 2021. Se consideradas as crianças e adolescentes que tinham como principal cuidador os avós/avôs, esse número salta para 130 mil no país. Globalmente, a cifra ultrapassa 1,5 milhão de órfãos. (HILLIS et al., 2021, p 391-402). Além dos sujeitos “invisíveis” durante a pandemia, que não possuíam documentos de identificação nem endereço para habilitar-se, estavam excluídos das ações emergenciais do estado. Agora os numerosos

²⁰ <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2017/05/opas-oms-e-unodc-expressam-preocupacao-com-as-aco-es-sobre-drogas-em-sao-paulo.html>, acesso 12/03/2021

órfãos terão mais dificuldades na sua trajetória de vida e educacional, portanto, tornados visíveis são sujeitos de direito a inclusão nas políticas públicas vigentes.

Como mencionado anteriormente, o poder do estado sobre a vida, fazer viver e deixar morrer, a necropolítica, está evidente na atitude negacionista da Gestão Bolsonaro

que influenciou, sem dúvida, a atuação do sistema nacional de saúde em mitigar o impacto nefasto da epidemia de COVID-19 no Brasil com 212 milhões de habitantes (3% da população global). e atingiu quase 4.000 mortes diárias por COVID-19 no final de março de 2021. Esse número diário de mortes por COVID-19 foi superior à média de mortes por dia por todas as causas em 2019, cerca de 3700 mortes por dia. (LANDMANN et al., 2020, p. 7)

O posterior atraso na adoção das medidas de saúde pública necessárias para controlar a epidemia agravou a propagação da doença, resultando em várias mortes evitáveis

Os resultados deste estudo enfatizaram o impacto da epidemia na mortalidade entre pessoas de 40 a 59 anos. As maiores proporções de mortes por COVID-19 foram encontradas nessa faixa etária, e o número médio de anos perdidos por COVID-19 foi de aproximadamente 19 anos de vida. Um dos fatores explicativos para a carga mais significativa de óbitos na população brasileira não idosa foi o atraso vacinal desse grupo populacional. O pico de mortes por COVID-19 no final de março de 2021 ocorreu na alta transmissibilidade da infecção por SARS-CoV-2 quando a população com menos de 60 anos ainda não havia sido vacinada. (LANDMANN et al., 2020, p. 7)

As consequências da tragédia que impactou a população brasileira ainda repercutem seus efeitos. Uma possibilidade para mitigá-los, que discutirei mais à frente, seria estabelecer um tempo de vigência e incluir os “órfãos da covid” na clientela beneficiada pelo PROUNI. Para muitos, conseguir acesso a seus direitos é possível mediante uma grande mobilização social e movimentos de resistência, como veremos alguns exemplos a seguir

8.3- RESISTÊNCIA E LUTA POR DIREITOS

Os estudos de Paula Lacerda (2014) sobre a mobilização social de familiares de vítimas de assassinatos mostram a imersão da pesquisadora, que a fez aprofundar-se nas dimensões como do sofrer, do narrar e do agir em sua rigorosa pesquisa etnográfica na cidade de Altamira, Pará, a partir do trabalho de análise da relação entre acontecimentos de violência contra meninos de 8 a 15 anos e as ações subsequentes organizadas por seus familiares. Nas palavras da autora:

Narrando suas trajetórias de mobilização, os familiares das vítimas constroem a “luta” como sendo um “caminho cheio de espinhos”, pontuado por decepções. Todavia, é justamente esse penoso caminhar que lhes provoca a sensação de proximidade com seus filhos e irmãos. A mobilização configura-se como recurso encontrado para “fazer alguma coisa” por seus meninos, assim evitando que os crimes pudessem se repetir, também para que as vítimas não fossem jamais esquecidas. (LACERDA, 2014, p.49)

Lacerda analisou o processo em que identidades políticas são constituídas em resposta a um acontecimento de violência vivido como evento devastador, partiu da mobilização social dos familiares dos meninos de Altamira na intenção de demonstrar como o mobilizar-se, embora seja referido como uma lenta e dolorosa “caminhada” (“tortuosa” e crivada de “espinhos”), é uma ação política da maior importância, tanto no sentido mais amplo quanto em seu sentido micropolítico, relativo à gestão de suas emoções (LACERDA, 2014 apud REZENDE; COELHO, 2010).

Nesse contexto, encontrou a mãe de uma das vítimas, Dona Rosa, que se sentia “fraca” devido às dores e os sofreres desde a morte do filho; e, por outro lado, sentia-se solidária aos sentimentos de outras mães. Segundo suas percepções, essas mães tinham ainda menos meios do que ela de “lutar”, de “fazer alguma coisa” para que aquelas violências fossem interrompidas e para que a memória de seus meninos fosse velada. Foi, portanto, motivada pelo sofrimento, mas também pela compaixão e pela indignação, que dona Rosa tomou a decisão de “lutar”:

Dona Rosa espera construir a adesão à sua causa. Para tanto, ela não só descreve os crimes como também as “falhas”, as tantas “omissões” ao longo dos anos de interação com o poder público. Ainda que pudesse construir sua fala de modo acusatório – uma vez que ela considera que o “Estado” é o responsável pelas “omissões” e “abandonos” que “massacram” os familiares – dona Rosa opta por encaminhar sua reivindicação em termos de um “pedido”, um “pedido de justiça”. (LACERDA, 2014, p. 66)

Ser militante é sair do luto para ir à luta: “As retribuições da militância, nesse sentido, não são ignoradas pelos sujeitos, mas também não são acionadas prioritariamente quando se fala da luta” (LACERDA, 2014, p. 68). A autora nos ajuda a compreender que a participação em movimentos sociais capacita os sujeitos a lidarem com instâncias da burocracia, aprimoram o vocabulário e a escrita, proporciona o contato com novos agentes e instituições, resultando em um capital social não mensurável. O acesso a educação de superior e a trajetória acadêmica pode ser o caminho para conquistar novos ganhos de capital social superando as condições de classe, como reflito a seguir

CAPÍTULO 9- CONCLUSÃO

Neste trabalho busquei compreender os reflexos do Programa Universidade para Todos (PROUni) na vida egressa de alguns de seus beneficiários. Mais especificamente, e analisei a política sob esse viés a partir de narrativas de ex-bolsistas do programa graduados pela Universidade Católica de Pelotas- UCPel, em três diferentes cursos: Serviço Social (2016-2018), Direito (2015-2018) e Medicina (2016-2019). O primeiro movimento de pesquisa foi definir um Estado do Conhecimento (MOROSINI, 2021) realizando uma busca na Base Capes e, posteriormente, no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), à procura dos trabalhos de Tese e Dissertações sobre o tema PROUni e seus egressos. Considero que essa metodologia tornou mais precisa a identificação das unidades de sentido constadas nas pesquisas selecionadas, que, posteriormente, com as ferramentas do software livre Iramuteq, foram renomeadas em quatro grande categorias: História de Vida, A Instituição, A Política e os Impactos que orientaram a trajetória de pesquisa. Colaborando, assim, na interpretação e análise dos dois principais corpus textuais desta própria pesquisa: o primeiro constituído pelos resumos de oito teses e doze dissertações de mestrado, o segundo construído a partir do trabalho empírico com a degravação de quatorze entrevistas semiestruturadas com egressos.

A escolha dos cursos dos quais pesquisar os egressos foi determinada por características específicas, como a oferta de vagas entre eles e a maior concorrência no Direito e Medicina e menor no Serviço Social. Um dos objetivos foi verificar os problemas causados pela classificação hierárquica com atribuição de um maior valor simbólico a determinados cursos, o que resulta em uma maior dificuldade de acesso aos cursos de maior prestígio, mesmo dentro da política pública que visa democratizar esse acesso. A base teórica que orienta o diálogo entre teoria e empirismo é a sociologia de Pierre Bourdieu: os estudos de campo, os capitais e o habitus, assim como os estudos e publicações de autores que trabalham a teoria bourdiesiana na realidade brasileira, como Jessé Souza (2006, 2006a, 2009, 2018, 2018a, 2018b)

Para estabelecer o perfil do egresso, em um primeiro momento, foram filtradas as informações nos Microdados do exame ENADE, somente para bolsistas egressos que receberam bolsa integral, nas categorias raça, gênero, renda e escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio, e critério para escolha do curso. Informações quanto à situação de trabalho e principal grupo de apoio para permanência

e conclusão da graduação foram adicionadas de forma a subsidiar as conclusões do estudo.

Em um segundo momento, as mesmas categorias foram filtradas do Relatório da Instituição de Ensino Superior- IES, a partir dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes-ENADE levando em conta os mesmos anos e cursos dos bolsistas prouni integrais, porém focando os egressos em geral, não-bolsistas. As categorias filtradas são as respostas obtidas para IES(UCPel) que compartilham a mesma Organização Acadêmica (UNIVERSIDADE); a mesma categoria administrativa (PRIVADA); a mesma grande região do país (REGIÃO SUL) e a mesma Unidade da Federação (Estado do Rio Grande do Sul-RS).

Nas conclusões da análise do perfil por curso para os bolsistas integrais na categoria gênero, o sexo feminino predominou no âmbito do curso de Serviço Social, esteve equilibrado entre masculino e feminino na Medicina e alternado nos dois anos pesquisados no Direito. Em relação à cor/raça, em todos os cursos predomina cor branca, mesmo reservando bolsas destinadas a implementação de políticas afirmativas referentes aos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos conforme a legislação vigente.

Na identificação do perfil socioeconômico, quanto as categorias escolaridade dos pais e renda, são bem definidas as diferenças de perfil em relação aos cursos pesquisados. No curso de Medicina os pais apresentam a maior escolaridade, por apresentarem curso superior. O ensino médio predomina em todos os outros, é só no Serviço Social o ensino fundamental é o maior nível de escolarização. Quanto à escolaridade especificamente da Mãe, o ensino médio também predomina e o destaque fica para os cursos de Direito 2015 e Medicina 2015, por apresentam mães com ensino superior em maior número. O ensino fundamental é significativo nos cursos de Serviço Social e Direito.

Quanto à renda, a maior concentração está na faixa de 1,5 a 3,0 salários-mínimos, o que se justifica pelos egressos filtrados no banco de dados e pelo parâmetro de seleção para ingresso na política. Analisando as informações, percebe-se que a concentração de 1,5 salários está no Serviço Social e 3,0 salários-mínimos ou mais no curso de Medicina. Ou seja, em um extremo está Medicina e no outro extremo está o Curso de Serviço Social, este com parâmetros opostos àquele, menor escolaridade dos pais e menor renda familiar. O Curso de Direito apresenta, nos anos estudados, dados que alternam valores intermediários para estas características socioeconômicas. A pesquisa

revelou que na Medicina 2019, 80% dos egressos têm algum familiar com ensino superior na família, já para o curso de Serviço Social 2016, nenhum. Quanto ao tipo de escola onde cursou o ensino médio, em Direito e Serviço social predomina a Escola Pública e em Medicina verifica-se parte pública e parte privada.

O Grupo apontado como mais importante para o enfrentamento de dificuldades ao longo do período de graduação foi a família. Os egressos relatam ter trabalhado durante os estudos de graduação, principalmente pela necessidade de colaborar nas despesas familiares, exceto no curso de Medicina, que por ser de período integral exige dedicação em mais de um turno, dificultado a possibilidade de trabalho.

Quanto às informações sobre os alunos não-bolsistas na IES, a prevalência é da cor branca para os três cursos; no Brasil, o curso de Serviço Social é o que apresenta maior quantidade de egressos autodeclarados de cor/raça preta. Quanto ao gênero, o curso com predominância do sexo feminino é o Serviço Social, tanto na IES como no BR. Quanto à renda, nos Cursos de Serviço Social e Direito as maiores concentrações estão na faixa de até 1,5 sm e 3,0 sm, já no curso de Medicina, a faixa predominante é de 10 a 30 sm. Quanto ao maior nível de escolarização dos pais, a prevalência nos cursos de Direito e Serviço Social é de Ensino Fundamental 01 e 02, seguido do ensino Médio. Já no curso de Medicina, a prevalência da etapa de escolarização do Pai é Ensino Superior.

Quanto à escolaridade da Mãe, a prevalência nos cursos de Direito e Serviço Social é o Ensino Médio, na IES. Na Região Sul, o Ensino Fundamental é prevalente para o Curso de Serviço Social. No curso de Medicina, a escolaridade da Mãe como Ensino Superior/ Graduação é maior em todas as categorias. Com relação ao tipo de escola cursada no Ensino Médio, verifica-se situações distintas para cada curso. No Serviço Social a grande maioria vem da Escola Pública, no Direito tem-se parte Pública e parte Escola Privada, enquanto no Curso de Medicina a grande maioria é da Escola Privada, tendência que ocorre desde a IES às estatísticas no Brasil.

Um terceiro momento, conforme proposto nos objetivos iniciais, foi compreender a partir das histórias vividas e contadas pelos egressos os reflexos do programa em suas vidas. Nesse momento, foi aplicada a metodologia do Estado do Conhecimento (MOROSINI, 2021) combinada às ferramentas de análise qualitativas-quantitativas disponíveis no software livre Iramuteq (SALVIATI, 2016). Analisando, assim, o corpus textual construído a partir da gravação das entrevistas semiestruturadas, aplicadas na perspectiva da Pesquisa Narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2015).

Na categoria História de Vida é evidente, a partir das entrevistas e consequentes narrativas dos bolsistas egressos, a importância da família: pai e mãe são reconhecidos como o grupo determinante para enfrentar dificuldades durante a graduação. Os egressos com origem em famílias que priorizavam e estimulam hábitos de estudos, em que o capital cultural é maior, relatam não terem dificuldades ao longo da graduação. Outros, aqueles cujos hábitos de classe não conduziam a uma prática de estudos e declararam capital econômico mais precário, tiveram mais dificuldades, inclusive de obter aprovação no exame da OAB, no caso do curso de Direito. Egressos que estudaram parte em escolas privadas compõem o perfil dos estudantes de Medicina. O ensino médio predomina como maior nível de Escolaridade dos Pais em ambos os cursos, o Ensino Fundamental só é maior no Serviço Social, e o Ensino Superior no curso de Medicina.

Na categoria A Instituição, o PROUNI permite acessar o curso de graduação na IES privada superando as dificuldades, como a grande concorrência pelas vagas na IES pública, em especial com relação aos cursos noturnos que permitam ao aluno estudar e trabalhar. Os egressos que não conseguiram acesso a estágios, grupos de pesquisa e atividades extracurriculares têm maiores dificuldades após a formatura no sucesso profissional. Alguns continuam tentando o acesso à IES Pública, mesmo contemplados pelo PROUNI, principalmente quando há similaridade entre os cursos.

Na categoria A Política, as narrativas dos egressos confirmam que eles optaram por cursos mais “massificados”, com maior oferta de vagas, como Serviço Social e Direito, como estratégia para acessar a bolsa integral. Há um elevado grau de satisfação com a política pública por ter permitido o acesso à universidade, em especial diante das dificuldades socioeconômicas da família. Uma ação complementar apontada que permitiria melhorar a permanência e êxito, consequentemente diminuir a evasão entre os prounistas, seria o recebimento de uma bolsa complementar que permitisse arcar com despesas de alimentação, transporte e reprodução de materiais didáticos, já que a universidade não dispõe de um restaurante universitário. Também ficou expresso que ter concluído uma graduação pelo PROUNI serviu de exemplo para que outras pessoas da família e do convívio social também tentassem o mesmo tipo de acesso a uma PP.

Na categoria Os impactos, estes são considerados positivos pela sociedade quando recebe egressos com formação de nível superior em cursos de boa qualidade. A IES privada que recebe o prounista também é impactada, principalmente no convívio com estudantes de origens e perfis sociais diferentes daqueles pagantes. As instituições

privadas sem fins lucrativos que aderem ao edital de participação no PROUNI têm contrapartidas fiscais e estão credenciadas para classificação de Universidade Beneficente com a ampliação de isenções.

Após essas análises do perfil socioeconômico e do conteúdo das entrevistas com os bolsistas integrais foi possível confirmar a hipótese de que o PROUNI tem proporcionado acesso ao ensino superior a alunos de baixa renda, professores da educação básica, bem como tem sido executor de ações afirmativas como as políticas de cotas para negros, indígenas e portadores de deficiência, cumprindo com as expectativas da sociedade de que seus filhos conquistem o diploma de curso superior. A pesquisa também confirma que o perfil do egresso por curso está associado ao estoque de capitais cultural e econômico que o bolsista traz consigo a partir de sua trajetória familiar; isso implica em, muitas vezes, não acessar o curso pretendido inicialmente, o de maior prestígio e capital simbólico.

Logo, a escolha e o acesso ao curso superior estão associados ao perfil socioeconômico e ao estoque de capitais dos beneficiários enquanto o principal critério de seleção é somente renda. O programa PROUNI permite o acesso de acordo com a renda, mas o ENEM é que fornece a nota que será analisada pela instituição, que estabelece um ponto de corte conforme a demanda e o número de vagas; obviamente, como resultado disso, as notas exigidas para os cursos de Medicina são maiores do que para Serviço Social e Direito. A inclusão na política ocorre pelo critério de renda e a classificação pelo critério de nota no ENEM. Assim é composto o perfil socioeconômico dos bolsistas por curso. Alunos que estudaram em escolas privadas, os pais têm nível de escolaridade que ultrapassa o de graduação, maior renda familiar, acessam cursos de maior prestígio social.

A alteração mais recentes, ainda no final governo Bolsonaro, vai ampliar vagas para candidatos que cursaram integralmente Ensino Médio em escolas privadas desviando o PROUNI de seus objetivos originais. O que se propõe ao novo Governo Lula é um retorno às origens da Política Pública, buscando ampliar a ação compensatória que considera somente critérios de renda, incluído também os que não tem casa nem emprego, integrantes das famílias dos beneficiários de outros programas sociais como Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, por exemplo, e mais recentemente o grande contingente de “órfãos da covid”, permitindo sua inclusão como “filhos do PROUNI”, que, em sua grande maioria continuam sendo a primeira geração da família a acessar o Ensino Superior.

10- REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **O declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos do homem.** Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARRETCHE, M. T. da S. **Avaliação de políticas públicas é objeto de pesquisa.** [Entrevista concedida a] Revista ComCiência, São Paulo, [s/n], [s/p], 10 out. 2002. Disponível em <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/ppublicas/arretche.html>. Acesso em 20 fev. 2020.

ARRETCHE, M. T. da S. Tendências no estudo sobre avaliação. *In*: RICO, E. M. (org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** 3 ed. São Paulo: Cortez/IEE, 2001. p. 29-39.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: As universidades brasileiras representam 8% da rede, mas concentram 53% das matrículas. **Portal Inep**, Brasília, 3 out. 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53, Acesso em: 26 set. 2020.

BAQUERO, M. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BITTLINGMAYER, U.; SOUZA, J. (orgs.). **Dossiê Pierre Bourdieu.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu.** Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **Capital cultural, escuela y espacio social.** 2. Ed. 1ª reimpressão. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. Le capital social. **ACTES de la recherche en Sciences sociales I**, Paris, n. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso em: 26 set. 2020.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** 3. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BOURDIEU, P. The forms of capital. *In*: Richardson, J. (ed.). **Handbook of theory and research for the Sociology of Education.** New York: Greenwood Publishing Group, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BOVÉRIO, M. A. **PROUNI: estudo multicaseiros com bolsistas beneficiários (estudantes e egressos) de sete instituições de ensino superior do Estado de São Paulo**. 2014. 471 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

BRASIL, **Decreto Nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Presidência da República, 10 set. 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=2208&ano=1997&ato=a03MTUq10MJpWT6dd>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 5.493, de 18 de junho de 2005**. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5493.htm. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 14 jan. 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Manual do usuário do Censo da Educação Superior 2017: Módulo Aluno**. Brasília: Inep, 2018c.

BRASIL. **Manual do usuário do Censo da Educação Superior 2017: Módulo Curso**. Brasília: Inep, 2018d.

BRASIL. **Manual do usuário do Censo da Educação Superior 2017: Módulo Docente**. Brasília: Inep, 2018e.

BRASIL. **Manual do usuário do Censo da Educação Superior 2017: Módulo IES**. Brasília: Inep, 2018f.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1548-28, de 13 de fevereiro de 1997**. Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=1548-28&ano=1997&ato=bb8ETWE5kMJpWT469>. Acesso em: 11 set. 2020

BRASIL. **Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de

assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 13 set. 2004. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=213&ano=2004&ato=70bATSE9UeRpWT4ce>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 911, de 22 de novembro de 2017. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 224, p. 21, 23 nov. 2017. p. 21.

CAMARGO, B. V.; Justo, A. M. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ, Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – UFSC, 2018.

CARTA CAPITAL. **Cracolândia: “Internação compulsória é ineficaz e contraproducente”**. Maio de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cracolandia-internacao-compulsoria-e-ineficaz-e-contraproducente/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CARVALHO, C. H. A. Política de Ensino Superior e Renúncia Fiscal: da Reforma Universitária de 1968 ao ProUni. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, 2005, Caxambu. **Anais [...]**, Caxambu: Anped, 2005.

CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petropolis: Vozes, 1998.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa: Experiência e História em Pesquisa Qualitativa**. Trad. Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2º ed. rev. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CLUVER L, GARDNER F, OPERARIO D. **Angústia psicológica entre crianças órfãs de AIDS em áreas urbanas da África do Sul**. J Child Psychol Psychiatry. 2007;48(8):755–63.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis:Vozes,1993

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, L. A. Ensino médio e ensino profissional: da fusão à exclusão. **Tecnologia & Cultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 1988.

CURWIN, Jon & SLATER, Roger. **Quantitative methods for business decisions**. 3o ed. 1991.

DICK, Philip K. Androides sonham com ovelhas elétricas? Tradução de Ronaldo Bressane. São Paulo: Aleph, 2014.

FANON, F. [1952]. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FELICETTI, V. L. **Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da educação superior**. 2011. 598 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FGV-CPDOC. Criação da Universidade de São Paulo. **A Era Vargas dos anos 20 a 1945**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RevConstitucionalista32/USP>. Acesso em: 17 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martin Fontes, 1999.

GALVÃO, W. N. (org.). **Sobre os Primórdios da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP**. São Paulo: Edusp, 2020.

GRAHAM, A. **Como escrever e usar estudos de caso para ensino e aprendizagem no setor público**. Brasília: ENAP, 2010.

GROULX, L.H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

HILLIS, Susan D. et al. **Estimativas mínimas globais de crianças afetadas por orfandade associada a COVID-19 e mortes de cuidadores**: um estudo de modelagem. The Lancet. Londres, Inglaterra, v. 398, n. 10298, p. 391 – 402, 2021. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)01253-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)01253-8/fulltext). Acesso em: 21set. 2021

<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/03/o-sonho-acabou-cada-vez-mais>

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos Humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

KUENZER, A. Z. Educação Cidadã, trabalho e desemprego: o possível como caminho para a utopia. In: AZEVEDO, J. C. et al. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/SMED, 2000. p. 356

LACERDA, Paula. **O sofrer, o narrar, o agir**: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, a. 20, n. 42, p., jul/dez 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/5WGgQDpdXW9h6vNDNxv7pNC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021

LIMA FILHO, D. L. Políticas Públicas para a educação profissional e reforma do Estado no Brasil dos anos noventa. In: V REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL SULDA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2004, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ANPEDSUL, 2004.

LIMA, T. C. S. de.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 26 set. 2020.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS FILHO, J. **Movimento estudantil e ditadura militar (1964 – 1968)**. Campinas: Papirus, 1987.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v.17, p.04-06, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2020.

MARTINS, M. F. **Ensino técnico e globalização**: cidadania ou submissão? Campinas: Autores Associados, 2000.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: Revista do PPGAV, Rio de Janeiro, n.32, pp 123-152, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 11 set. 2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Revista do PPGAV, UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p.123-151,2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 14 Ago. 2020

MEC. O que é o REUNI. **Reuni** [página da web] –Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 11 set. 2020

MELLO FILHO, R. T. de. **Investigação-ação numa experiência integradora de educação profissional para jovens e adultos em situação recorrente de escolarização**. Pelotas: Editora da UFPel, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 32ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOREIRA, C. R. B. S. **Um Olhar Sobre O Muro**: Avaliação Do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). 2017.323 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MOREYRA, I. M. E. **O mundo do trabalho, o ensino profissional e o CEFET-RS 2002**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação, 2002.

MOROSINI, M. C.; SANTOS, P. K.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NETO, Joachim Melo de Azevedo. **Direitos Humanos: um projeto inacabado**. (Resenha da obra: HUNT, Lynn. A invenção dos direitos Humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009) Revista Estudos de Política. Campina Grande, v. 1, n. 1, 2012.

NOGUEIRA, V. M. R. Avaliação e monitoramento de Políticas e Programas Sociais: revendo conceitos. **Katálisis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 141-152, jul./dez 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 26 set. 2020.

OLIVEIRA, M. S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: uma contribuição de Serge Moscovici. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.180-186, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200014>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PACHECO, J. A. **Políticas de acesso à Educação Superior no Brasil**: contradições da expansão nos Governos Lula. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

PAIVA, A. R. de. Análise e avaliação de políticas sociais: algumas perspectivas do debate atual. **O Social em questão**, Rio de Janeiro, a. XIX, n. 36, p. 21-38, 2016.

Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/1_OSQ_36_Paiva.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

PAUL, Jean-Jacques. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH** [online], Salvador, v. 28, n. 74, p. 309-326, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200005>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PEÑA, A.; PROENZA, D. Capital Social y Pobreza Urbana: el lugar de las instituciones oficiales en la superación de la precariedad en territorios periféricos de Ciudad La Habana, Cuba. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 3, n. 1, [s/p], 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16082>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PIMENTEL, A. O método de análise documental: seu uso numa perspectiva histórica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2020.

PIRES, Á. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.

PORTALES, L. Capital social y pobreza multidimensional, el caso de hogares pobres en Monterrey, México. **Convergência**, Toluca, v. 21, n. 66, p. 39-63, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v21n66/v21n66a2.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e américa latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. p. 107-130.

RATINAUD, P. IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. **Iramuteq**, 2009. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>. Acesso em: 26 set. 2020.

RIBEIRO, L. L.; ARAUJO, J. A. de. Capital social e pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 38, n.4, p. 749-765, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2806>. Acesso em: 26 set. 2020.

RUI, Taniele. **Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na cracolândia**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v. 6, n. 2, p.336-351, Ago/Set 2012.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil**. O setor privado. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SCHACHT R, MEEKS H, FRASER A, SMITH KR. **Cinderela era apenas um conto de fadas?** Diferenças de sobrevivência entre enteados e seus meio-irmãos. *Philos Trans R Soc Lond Ser B Biol Sci*. 2021;376(1827):20200032.

SCHWARTZMAN, S. A universidade primeira do Brasil: entre a inteligência, padrão internacional e inclusão social. **Estud. av**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 161-189, 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000100012>. Acesso em: 26 set. 2020.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN & COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**, São Paulo: E.P.U., 1987, vols. 1 a 3.

SILVA, C. S. da. **Depois Do Acesso: A Inserção Profissional De Jovens Egressos Do Prouni**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, PPG em Administração, Porto Alegre- RS, 2017.

SILVA, G. P. da. **Aquisição de capital social dos bolsistas autodeclarados negros no contexto do Programa Universidade Para Todos**. 2018. 137 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, J. de R. S.; BARROS, V. Avaliação de políticas e programas sociais: um destaque no sentido das variáveis. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 8, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3764>. Acesso em: 26 set. 2020.

SOUZA, J. **Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte Editora UFMG, 2009

SOUZA, Jesse. **A classe média no espelho**: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jesse. **A Elite do atraso**. Da escravidão à lava jato. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

SOUZA, Jesse. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006a.

SOUZA, Jesse. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. 2.ed.- Rio de Janeiro: LeYa, 2018b.

SOUZA, Jesse. Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018a.

SOUZA, M. R. de A.; MENEZES, M. **Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 609-634, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a>. Acesso em: 26 set. 2020.

SZWARCWALD, C.L., BOCCOLINI, C.S., DA SILVA DE ALMEIDA, W. et al. **COVID-19 mortality in Brazil, 2020-21: consequences of the pandemic inadequate management**. Arch Public Health 80, 255 (2022). <https://doi.org/10.1186/s13690-022-01012-z>

SZWARCWALD, Célia Landmann et al. **Mortalidade por COVID-19 no Brasil, 2020-21: consequências do manejo inadequado da pandemia**. Arquivos de Saúde Pública, v. 80, p. 1-9, 2022.

TOLEDO, F. **Pobreza y Capital Social**: Dilucidando los Procesos de una Relación Compleja. Um Análisis para el Caso del GBA. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidad Nacional de La Plata, Buenos Ares, 2005.

UNWIN HJT, Hillis S, CLUVER L, FLAXMAN S, GOLDMAN PS, BUTCHART A, et al. **Estimativas mínimas globais, regionais e nacionais de crianças afetadas pela orfandade associada à COVID-19 e morte do cuidador, por idade e circunstância familiar até 31 de outubro de 2021: um estudo de modelagem atualizado**. Lancet Child Adolesc Health. 2022;6(4):249–59.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, Tania Modesto. **Amostragem não Probabilística**: Adequação de Situações para uso e Limitações de Amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. Administração On Line (São Paulo), São Paulo, v. 2, 2001

YIN, R. K. **Case Study Research - Design and Methods**. USA: Sage Publications Inc., 1989.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO/SOCIOEDUCACIONAL ENADE 2018

Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Diretoria de Avaliação da Educação Superior

QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE 2018

Caro (a) estudante,

Este questionário constitui um instrumento importante para compor o perfil socioeconômico e acadêmico dos participantes do Enade e uma oportunidade para você avaliar diversos aspectos do seu curso e formação.

Sua contribuição é extremamente relevante para melhor conhecermos aspectos das condições de oferta de seu curso e da qualidade da Educação Superior no país. As respostas às questões serão analisadas em conjunto, por curso de graduação, preservando o sigilo da identidade dos participantes.

Para responder, basta clicar sobre a alternativa desejada. O questionário será enviado ao Inep apenas quando, na última página, for acionado o botão "Finalizar", indicando o preenchimento total do questionário. A finalização do questionário será pré-requisito para a visualização do local de prova, que se tornará disponível a partir da data prevista no edital desta edição do Enade.

Agradecemos a sua colaboração!

1. Qual o seu estado civil?

- A () Solteiro(a).
- B () Casado(a).
- C () Separado(a) judicialmente/divorciado(a).
- D () Viúvo(a).
- E () Outro.

2. Qual é a sua cor ou raça?

- A () Branca.
- B () Preta.
- C () Amarela.
- D () Parda.
- E () Indígena.
- F () Não quero declarar.

3. Qual a sua nacionalidade?

- A () Brasileira.
- B () Brasileira naturalizada.
- C () Estrangeira.

4. Até que etapa de escolarização seu pai concluiu?

- A () Nenhuma.
- B () Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
- C () Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).
- D () Ensino Médio.
- E () Ensino Superior - Graduação.
- F () Pós-graduação.

5. Até que etapa de escolarização sua mãe concluiu?

- A () Nenhuma.
- B () Ensino fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
- C () Ensino fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).
- D () Ensino médio.
- E () Ensino Superior - Graduação.
- F () Pós-graduação.

6. Onde e com quem você mora atualmente?

- A () Em casa ou apartamento, sozinho.

- B () Em casa ou apartamento, com pais e/ou parentes.
- C () Em casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos.
- D () Em casa ou apartamento, com outras pessoas (incluindo república).
- E () Em alojamento universitário da própria instituição.
- F () Em outros tipos de habitação individual ou coletiva (hotel, hospedaria, pensão ou outro).

7. Quantas pessoas da sua família moram com você? Considere seus pais, irmãos, cônjuge, filhos e outros parentes que moram na mesma casa com você.

- A () Nenhuma.
- B () Uma.
- C () Duas.
- D () Três.
- E () Quatro.
- F () Cinco.
- G () Seis.
- H () Sete ou mais.

8. Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos?

- A () Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.431,00).
- B () De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.431,01 a R\$ 2.862,00).
- C () De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.862,01 a R\$ 4.293,00).
- D () De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 4.293,01 a R\$ 5.724,00).
- E () De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 5.724,01 a R\$ 9.540,00).
- F () De 10 a 30 salários mínimos (R\$ 9.540,01 a R\$ 28.620,00).
- G () Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 28.620,00).

9. Qual alternativa a seguir melhor descreve sua situação financeira (incluindo bolsas)?

- A () Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais.
- B () Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas.
- C () Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos.
- D () Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos.
- E () Tenho renda e contribuo com o sustento da família.
- F () Sou o principal responsável pelo sustento da família.

10. Qual alternativa a seguir melhor descreve sua situação de trabalho (exceto estágio ou bolsas)?

- A () Não estou trabalhando.
- B () Trabalho eventualmente.
- C () Trabalho até 20 horas semanais.
- D () Trabalho de 21 a 39 horas semanais.
- E () Trabalho 40 horas semanais ou mais.

11. Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.

- A () Nenhum, pois meu curso é gratuito.
- B () Nenhum, embora meu curso não seja gratuito.
- C () ProUni integral.
- D () ProUni parcial, apenas.
- E () FIES, apenas.
- F () ProUni Parcial e FIES.
- G () Bolsa oferecida por governo estadual, distrital ou municipal.
- H () Bolsa oferecida pela própria instituição.
- I () Bolsa oferecida por outra entidade (empresa, ONG, outra).
- J () Financiamento oferecido pela própria instituição.
- K () Financiamento bancário.

12. Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de auxílio permanência? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.

- A () Nenhum.
- B () Auxílio moradia.
- C () Auxílio alimentação.
- D () Auxílio moradia e alimentação.
- E () Auxílio permanência.
- F () Outro tipo de auxílio.

13. Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de bolsa acadêmica? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.

- A () Nenhum.
- B () Bolsa de iniciação científica.
- C () Bolsa de extensão.
- D () Bolsa de monitoria/tutoria.
- E () Bolsa PET.
- F () Outro tipo de bolsa acadêmica.

14. Durante o curso de graduação você participou de programas e/ou atividades curriculares no exterior?

- A () Não participei.
- B () Sim, Programa Ciência sem Fronteiras.
- C () Sim, programa de intercâmbio financiado pelo Governo Federal (Marca; Brafitec; PLI; outro).
- D () Sim, programa de intercâmbio financiado pelo Governo Estadual.
- E () Sim, programa de intercâmbio da minha instituição.
- F () Sim, outro intercâmbio não institucional.

15. Seu ingresso no curso de graduação se deu por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social?

- A () Não.
- B () Sim, por critério étnico-racial.
- C () Sim, por critério de renda.
- D () Sim, por ter estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos.
- E () Sim, por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores.
- F () Sim, por sistema diferente dos anteriores.

16. Em que unidade da Federação você concluiu o ensino médio?

- () AC,() AL,() AM,() AP,() BA,() CE,() DF,() ES,() GO,() MA,() MG,() MS,() MT
- () PA,() PB,() PE,() PI,() PR,() RJ,() RN,() RO,() RR,() RS,() SC,() SE,() SP,() TO
- () Não se aplica

17. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

- A () Todo em escola pública.
- B () Todo em escola privada (particular).
- C () Todo no exterior.
- D () A maior parte em escola pública.
- E () A maior parte em escola privada (particular).
- F () Parte no Brasil e parte no exterior.

18. Qual modalidade de ensino médio você concluiu?

- A () Ensino médio tradicional.
- B () Profissionalizante técnico (eletrônica, contabilidade, agrícola, outro).
- C () Profissionalizante magistério (Curso Normal).
- D () Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Supletivo.
- E () Outra modalidade.

19. Quem lhe deu maior incentivo para cursar a graduação?

- A () Ninguém.
- B () Pais.
- C () Outros membros da família que não os pais.
- D () Professores.

E () Líder ou representante religioso.

F () Colegas/Amigos.

G () Outras pessoas.

20. Algum dos grupos abaixo foi determinante para você enfrentar dificuldades durante seu curso superior e concluí-lo?

A () Não tive dificuldade.

B () Não recebi apoio para enfrentar dificuldades.

C () Pais.

D () Avós.

E () Irmãos, primos ou tios.

F () Líder ou representante religioso.

G () Colegas de curso ou amigos.

H () Professores do curso.

I () Profissionais do serviço de apoio ao estudante da IES.

J () Colegas de trabalho.

K () Outro grupo.

21. Alguém em sua família concluiu um curso superior?

A () Sim.

B () Não.

22. Excetuando-se os livros indicados na bibliografia do seu curso, quantos livros você leu neste ano?

A () Nenhum.

B () Um ou dois.

C () De três a cinco.

D () De seis a oito.

E () Mais de oito.

23. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedicou aos estudos, excetuando as horas de aula?

A () Nenhuma, apenas assisto às aulas.

B () De uma a três.

C () De quatro a sete.

D () De oito a doze.

E () Mais de doze.

24. Você teve oportunidade de aprendizado de idioma estrangeiro na Instituição?

A () Sim, somente na modalidade presencial.

B () Sim, somente na modalidade semipresencial.

C () Sim, parte na modalidade presencial e parte na modalidade semipresencial.

D () Sim, na modalidade a distância.

E () Não.

25. Qual o principal motivo para você ter escolhido este curso?

A () Inserção no mercado de trabalho.

B () Influência familiar.

C () Valorização profissional.

D () Prestígio Social.

E () Vocação.

F () Oferecido na modalidade a distância.

G () Baixa concorrência para ingresso.

H () Outro motivo.

26. Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de educação superior?

- A () Gratuidade.
- B () Preço da mensalidade.
- C () Proximidade da minha residência.
- D () Proximidade do meu trabalho.
- E () Facilidade de acesso.
- F () Qualidade/reputação.
- G () Foi a única onde tive aprovação.
- H () Possibilidade de ter bolsa de estudo.
- I () Outro motivo.

ANEXO B – Roteiro de entrevistas e Classificação Hierárquica Descendente- CHD

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Guia para conversas no campo)

Projeto de tese: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS

HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS DO ProUni da UCPel

Pesquisador: Raul Teixeira de Mello Filho

Instituição: Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas- PPGPS-DH/UCPEL

Dados de identificação- Grupo de perguntas (A):

A1-Você concorda em responder à entrevista proposta nesta pesquisa e que ela possa ser gravada em áudio/vídeo ou pelo aplicativo de videoconferência? A2-Nome;

A3- Qual é a sua cor ou raça?

A4-Data e local de nascimento;

A5-Qual o Curso que se formou na UCPel?

Grupo de perguntas (B):Classe 01- As políticas

B1- Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades?

B2- Me fale sobre sua experiência vivida como bolsista do Programa PROUNI;

B3- Com relação à política pública PROUNI, qual sua opinião quanto aos critérios de acesso às vagas na Universidade Privada?

B4- Seu acesso a um curso de graduação pode ter estimulado mais pessoas da sua relação social a tentar o mesmo?

B5- Como você avalia sua experiência como bolsista PROUNI na universidade? Comente aspectos positivos e negativos.

B6- Durante o período de formação você teve dificuldades de permanência na Universidade?

Grupo de perguntas (C):Classe 02- História de vida

C1- Me fale sobre sua história de vida (família, escola, universidade, graduação, trabalho); C2- Você trabalhou durante o período da graduação?

C3- No seu entendimento, qual a importância de concluir um curso de Graduação?

C4- Até que etapa de escolarização seu pai concluiu?

C5- Até que etapa de escolarização sua mãe concluiu?

C6- Você participou de grupos de pesquisa e/ou extensão?

Grupo de perguntas (D): Classe 03-A instituição privada

D1- Durante o curso você teve acesso a algum tipo de bolsa?

D2-Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

D3-Qual o principal motivo para você ter escolhido esse curso?

D4-Você conseguiu vaga no curso que queria inicialmente?

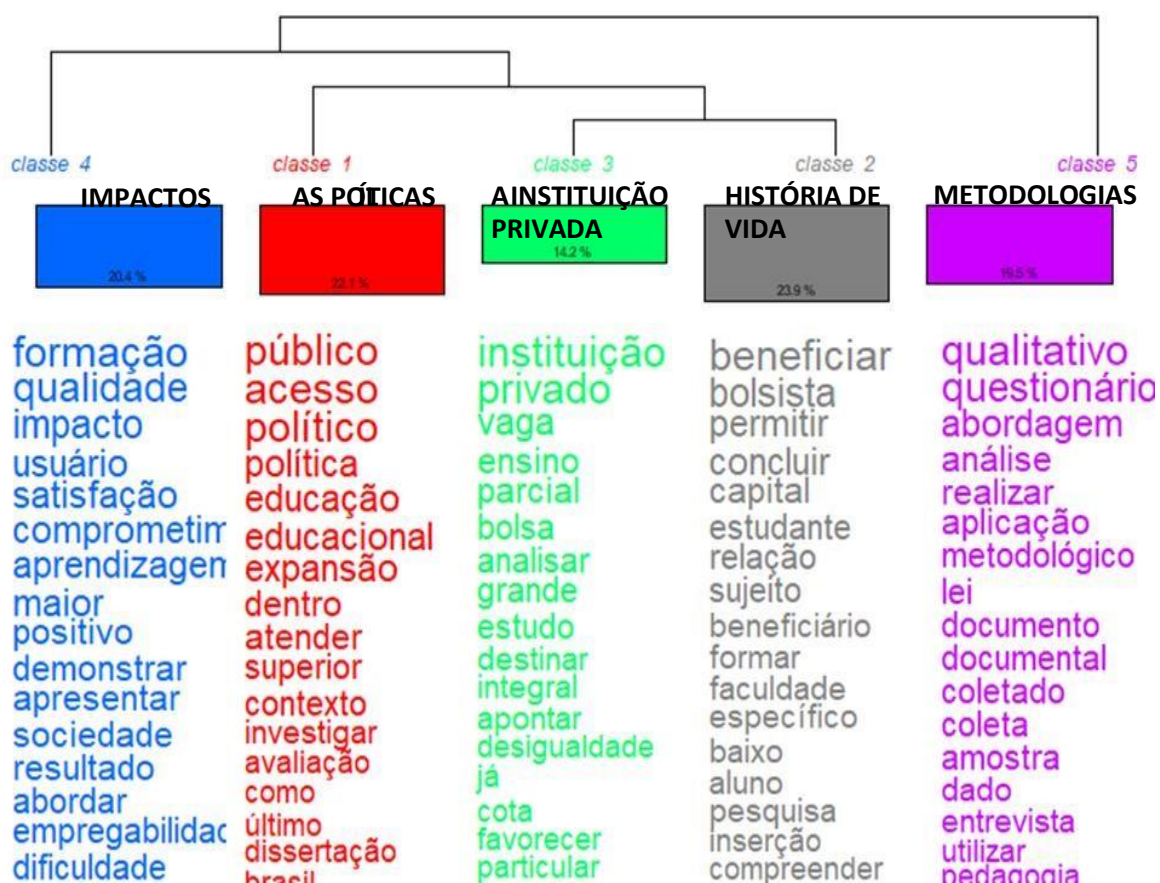
D5-Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de educação superior?

Grupo de perguntas (E): Classe 04- Impactos

E1- Como você avalia a qualidade do curso?

Narrativa final (F):

- Finalizando, você gostaria de narrar mais alguma coisa sobre sua história de vida ou algum dos assuntos tratados nesta entrevista?



ANEXO C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Prezado (a) participante, A***** H**** W***** _____

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS DO ProUni DA UCPel**”.

Antes de participar deste estudo, gostaríamos que você conhecesse o que ele envolve.

OBJETIVO DO ESTUDO: A partir das histórias de vividas e contados por egressos do programa PROUNI da UCPEL, cos cursos específicos de Serviço Social, Direito e Medicina compreender o impacto do Curso de Graduação na vida egressa dos bolsistas.

PROCEDIMENTOS: Serão selecionados bolsistas egressos nos Cursos de Serviço Social, Direito e Medicina na UCPEL, a partir do ano de 2015.

RISCOS: Não há previsão de riscos para os participantes da pesquisa

BENEFÍCIOS: O benefício de participar na pesquisa relaciona-se a contribuição na melhoria, correção de problemas e ampliação das condições de permanência e êxito dos alunos participantes do Programa PROUNI

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: A participação neste estudo será voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento, sem prejuízo no atendimento oferecido.

DESPESAS: De que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Garantia de indenização diante de eventuais danos causados pela pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE: Da garantia de que o participante não será identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste documento de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas.

ATENÇÃO : Caso o participante tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UCPEL pelo telefone: (53) 2128 8050 ou através do e-mail cep@ucpel.edu.br, endereço: Rua Gonçalves Chaves, 373 – Sala 411 - Centro, Pelotas - RS, 96015-560, ou com o pesquisador responsável pelo telefone: (53) 981134402 e e-mail:

r aul.filho@sou.ucpel.edu.br

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável. Portanto, estou de acordo em autorizar a participação no estudo.

Data: 16/08/2022

Nome e assinatura do participante

Nome e assinatura do responsável Legal, quando for o caso.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa.

Nome e assinatura do responsável pela obtenção do presente consentimento

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Raul Teixeira de Mello Filho', is written over a horizontal line. Below the signature, the word 'Assinatura' is printed in a small font.

Raul Teixeira de Mello Filho
Pesquisador responsável

Universidade Católica de Pelotas
R. Gonçalves Chaves, 373 - Centro, Pelotas - RS, 96015-560, Telefone: (53) 2128-8243

ANEXO D – Padronização das expressões para análise do corpus textual conforme manual Iramuteq

Expressão	Padronização
Federal	Universidade_Federal
Católica	Universidade_Católica
UFPeI	Universidade_Federal
UCPeI	Universidade_Católica
prouni	ProUni
Prouni	ProUni
PROUNI	ProUni
bem-vista	bem_vista
Universidade Católica	Universidade_Católica
Universidade Federal	Universidade_Federal
FURG	Universidade_Federal_do_Rio_Grande
Pós-graduação	Pós_Graduação
Grupo de Pesquisa	Grupo_de_Pesquisa
Bem-conceituada	Bem_conceituada
Instituto Federal	Instituto_Federal
Pré Vestibular	pré_vestibular
bem-conceituado	bem_conceituado
restaurante universitário	restaurante_universitário